



Roberto Augusto Nunes Gandulfo

CORREFERÊNCIA EXCLUSIVA:
descrição e análise de expletivos e cópias múltiplas

BRASÍLIA

2026



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Roberto Augusto Nunes Gandulfo

CORREFERÊNCIA EXCLUSIVA:

descrição e análise de expletivos e cópias múltiplas

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientador: Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior

BRASÍLIA
2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NG196c Nunes Gandulfo, Roberto Augusto
Correferência exclusiva: descrição e análise de
expletivos e cópias múltiplas / Roberto Augusto
Nunes Gandulfo; orientador Paulo Medeiros
Junior. Brasília, 2026.
191 p.

Dissertação (Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2026.

1. Linguística. 2. Gerativismo. I. Medeiros
Junior, Paulo, orient. II. Título.

Roberto Augusto Nunes Gandulfo

CORREFERÊNCIA EXCLUSIVA

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE EXPLETIVOS E CÓPIAS MÚLTIPLAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de **mestre em Linguística**.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de Pesquisa: As propriedades do sistema CP no Português Brasileiro: Sintaxe, Aquisição e Mudança Linguística

Orientador: Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior (UnB) – presidente

Prof.^a Dr.^a Cilene Aparecida Nunes Rodrigues-Nevins (PUC-Rio) – membro externo

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (UnB) – membro interno

Prof.^a Dr.^a Rozana Reigota Naves (UnB) – suplente

Brasília, 23 de janeiro de 2026

Agradecimentos

Confesso temer gastar páginas de mais com esta seção, e ainda assim esquecer-me de algumas pessoas. Aos esquecidos, meu singelo perdão. Porém, os recordados devem bem saber que este é um dos grandes passos em minha vida, pelo qual esperei muito tempo; então devem sentir-se especiais de constar deste pequeno texto, cuja versão muito pensei antes de delimitar.

Agradeço, primeiro, à minha família. Eu nunca conseguiria expressar de todo, nestas poucas páginas, todo o meu agradecimento pelo apoio em todos estes anos. Meus pais, Daniela Nunes Pinheiro e Pablo Ignacio Gandulfo, foram os grandes responsáveis por me garantir a melhor educação, por mais custoso que lhes fosse. Nunca me falou à mesa livros ou comida; aliás, posso dizer que ainda tive uma infância regada a certos luxos. Por isso, eles são vitoriosos—e que esta dissertação seja uma evidência disso. Além disso, meus avós, Ana Maria Redolfi de Gandulfo e Roberto Oscar Gandulfo, me mostraram a Universidade de Brasília muito antes do que eu mesmo possa imaginar—ainda recém-nascido, eu já frequentava a instituição. Eles regaram a semente que chamei de *sonho* por muito tempo, e hoje estou completando mais uma etapa dele.

Merecem agradecimento à parte meus irmãos, Mariana Nunes Gandulfo e Mateus Nunes Gandulfo. Nasceram quando eu tinha cerca de dez anos, e me acompanharam por toda a jornada desde então: viram-me formar no ensino médio, na graduação, tornar-me professor. Em virtude da diferença de idade, assumi com eles um papel ambíguo: ora amigo, ora educador. Espero ter-lhes servido de bom exemplo, bem como ser o primeiro com quem possam contar, porque mal sabem eles o bem que me fazem, e eu tento retribuir-lhes na proporção que me cabe.

Agradeço, também, a Diego Kalil de Moura Oliveira, antes meu parceiro, meu amigo; depois, meu companheiro, meu amor. Eu o conheci na graduação, quando eu só podia

sonhar. Em 2025, devo muito da minha evolução pessoal à sua presença na minha vida. O salto (ou a *exaptação*) de professor voluntário a efetivo, além da conclusão deste mestrado, foram, para ele, longos meses de apoio, parceria, conversas difíceis, companheirismo e carinho. Escolhi com ele dividir um pouco de tudo, até o teto—escolha de que muito me orgulho, e que, claramente, me fez bem. Não somos o par perfeito, mas resolvemos tudo como se o fôssemos—e esse é o segredo.

Também agradeço ao prof. dr. Paulo Medeiros Junior, hoje meu orientador, mas antes amigo, conselheiro, professor. A trajetória é longa: o prof. Paulo me apresentou o curso de Letras, em 2018, quando eu ainda era aluno no ensino médio e estava em dúvida sobre meu curso. Entrei em 2020, quando ele era coordenador; entrei com medo—confesso—achei que isto não era para mim. Desde então, fui seu aluno de disciplina da graduação (*Sintaxe do Português Contemporâneo 1*), orientando de PIBIC (duas vezes), orientando de TCC, aluno de disciplinas da pós-graduação e, agora, orientando de mestrado. Nesse tempo, nossa relação extrapolou o acadêmico, e nos tornamos verdadeiros *amigos*; daí o qualificador *conselheiro*. O prof. Paulo acompanhou muitos momentos cruciais da minha trajetória: ele me apoiou quando precisava, me deu “puxões de orelha”, me aconselhou. Aliás, ele me *orientou*, no sentido mais genérico da palavra: *deu orientação*, não só no âmbito acadêmico, mas na vida pessoal e profissional.

Nessa mesma seara, pude conhecer dois amigos maravilhosos, com os quais pude desenvolver discussões imprescindíveis: João Victor Medeiros Kotlinski Dearmas e Raphaella Ramos Santos Nery. Em 2023, eu ofertei um curso de extensão, “Estudos em Gramática Gerativa”, sob orientação da prof.^a dr.^a Rozana Reitota Naves (hoje, Sua Magnificência). Raphaella foi minha aluna no curso, e obteve desempenho excepcional. Valendo-me da boa relação que desenvolvemos nesse período, ela me orientou no estágio supervisionado, no segundo semestre de 2023, garantindo que eu pudesse finalmente me formar na graduação. João Victor fez uma disciplina comigo na pós-graduação (ele como aluno especial, eu como aluno da graduação). Pudemos conversar e debater teorias linguísticas. Hoje, nós três debatemos de tudo e mais um pouco, participamos de eventos científicos juntos, escrevemos juntos... enfim, uma parceria hoje muito valiosa para mim.

No âmbito institucional, tenho de agradecer a muitas pessoas. Em 2024, fui aceito como professor voluntário no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas,

do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília. Até o momento, ministrei disciplinas nos cursos de Letras – Língua de Sinais Brasileira – Português como Segunda Língua e Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura. Às vezes, custa-me acreditar que, logo após a graduação, pude ter uma experiência tão enriquecedora, que me abriu tantas portas posteriormente. Por esse e vários outros motivos, sou eternamente grato ao departamento, integralmente, e espero poder continuar contribuindo, na medida do possível.

Nesse sentido, agradeço a todas as turmas nas quais pude atuar como docente. Sempre fui muito acolhido pelos alunos, em especial à turma com entrada no primeiro semestre letivo de 2023, que, apesar dos contratemplos, organizou uma homenagem para mim, ao fim da disciplina de Morfossintaxe Contrastiva PSL-LSB. Vocês me dão motivo para continuar, para acreditar que o meu trabalho vale a pena e, mais que isso, *para acreditar que o ensino superior funciona e muda vidas!*

Nesse tempo, pude conhecer diversos professores com quem hoje compartilho algum contato próximo. Com eles, pude debater sobre a academia, sobre a política, sobre a economia e, até mesmo, sobre a vida. Vou citar alguns, em ordem alfabética, para não “dar briga”: Aveliny Mantovan, Cíntia Pacheco, Cíntia Caldeira, Cristiane Batista, Helena Guerra, Joana Stoller, Juselio Mattos, Marcus Lunguinho, Matheus Leopoldino, Messias Ramos, Patrícia Tuxi, Roberta Cantarela, Rodolpho D’Azevedo, Ronaldo Lima, Rozana Naves, Sandra Patrícia e Viviane Vieira.

Agradeço, em especial, ao prof. Marcus Lunguinho, que me auxiliou a desenvolver grande parte da aparelhagem teórica de que me vali nesta dissertação. Agradeço, também, ao prof. Rodolpho D’Azevedo, que foi meu professor na graduação de *Libras – Básico* e *Libras – Intermediário*. Foi ele que me incentivou na jornada da Libras e, talvez, com outro professor, eu nunca teria me encantado tanto quanto daquela vez. Hoje, a Libras faz parte da minha carreira, em todos os sentidos, e acabou espalhando-se para minhas pesquisas e também para minhas amizades.

Por fim, agradeço, em particular, à Sua Magnificência, prof.^a dr.^a Rozana Reigota Naves. Em 2023, antes de tornar-se reitora, a prof.^a Rozana deu luz a algumas ideias minhas de projeto de extensão; depois, foi minha professora, na graduação e na pós-graduação. Suas ideias sobre ensino, academia e, até mesmo, instituição hoje sustentam

muito das minhas bases reflexivas sobre o espaço da Universidade na sociedade—daí a epígrafe desta dissertação¹. Na campanha, torci muito por sua vitória, que foi lograda; sua competência docente, teórica, técnica, gestora e educacional é no mínimo louvável, se é que há bom adjetivo para qualificá-la. Eu me sinto especial por ter feito parte deste momento tão único—ver uma servidora do Instituto de Letras, altamente competente e qualificada, alcançando uma posição tão relevante para o contexto universitário.

Em vista de todos os agradecimentos, espero que me haja tempo suficiente, em vida, para recompensá-los. A vida com vocês *vale a pena!*

Esta dissertação foi parcialmente financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

¹Extraída do *site* UnB Notícias.

“Completamente integrada à cidade, a Universidade de Brasília recebe estudantes de todas as regiões administrativas do Distrito Federal e do entorno, realizando a importante missão de formar cidadãos e cidadãs críticos(as) e conscientes do seu papel social no desenvolvimento científico e tecnológico do país, em um contexto em que a diversidade está representada e a pluralidade de ideias constitui os pilares do debate democrático.”

— V. Mag.^a Rozana Reigota Naves

Resumo

Nesta dissertação, analisei contextos de correferência exclusiva, em que dois elementos da estrutura têm mesma interpretação semântica, como na frase “João viu ele mesmo (no espelho)”, em que [João] e [ele mesmo] têm interpretação igual. Além disso, propus a *Hipótese da Correferência Exclusiva*, segundo a qual dois elementos correferentes obrigatórios são cópias integrais ou parciais de um mesmo constituinte. Consequentemente, defendi que a “relação expletivo-associado”, analisada por Chomsky (1995) é, na verdade, oriunda de movimento. Dessa forma, os expletivos (em especial os do tipo *there*) não pertencem ao Léxico como itens isolados, mas são derivados sintaticamente, e suas formas fonológicas resultam da transformação da cópia alta do DP argumento do verbo inacusativo. Essa hipótese está alicerçada em outras evidências independentes, como o fato de que, em hmong, o complemento do inacusativo pode ser repetido na posição de sujeito desde que haja um marcador discursivo de foco contrastivo (Nunes, 2004). Essa hipótese também consegue abarcar outros casos de correferência exclusiva, como a referência do pronome em “A Maria, eu não vi ela hoje”: aparentemente, o termo *ela* só pode referir-se a [a Maria], mantendo com ela uma *correlação exclusiva*. Por fim, concluí que a hipótese é uma proposta alternativa ao modelo clássico e que consegue “enxugar” o Léxico, garantindo que expletivos e alguns pronomes sejam derivados sintaticamente, e não armazenados no Léxico.

Palavras-chave: Linguística, Teoria Gerativa, Expletivos.

Abstract

In this dissertation, I analyzed contexts of exclusive coreference, in which two elements in the structure have the same semantic interpretation, as in the sentence “João saw himself (in the mirror),” in which [João] and [himself] share the same interpretation. In addition, I proposed the *Exclusive Coreference Hypothesis*, according to which two obligatorily co-referential elements are full or partial copies of the same constituent. Consequently, I argued that the “expletive–associate relation,” analyzed by Chomsky (1995), actually arises from movement. Thus, expletives (especially those of the *there*-type) do not belong to the Lexicon as isolated items, but are syntactically derived, and their phonological forms result from the transformation of the higher copy of the DP argument of an unaccusative verb. This hypothesis is grounded in other independent evidence, such as the fact that, in Hmong, the complement of an unaccusative verb may be repeated in subject position provided that there is a discourse marker of contrastive focus (Nunes, 2004). The hypothesis also accounts for other cases of exclusive coreference, such as the pronoun reference in “Maria, I didn’t see her today”: apparently, the term *her* can only refer to [Maria], maintaining with it an *exclusive correlation*. Finally, I concluded that the hypothesis is an alternative proposal to the classical model and that it succeeds in “streamlining” the Lexicon, ensuring that expletives and some pronouns are syntactically derived rather than stored in the Lexicon.

Keywords: Linguistics, Generative Theory, Expletives.

Conteúdo

Introdução	14
1 Programa Minimalista	34
1.1 Panorama minimalista	34
1.2 Operações sintáticas básicas	39
1.3 Traços (sintáticos)	77
1.4 Economia nas derivações sintáticas	79
2 Cópias, anáforas e expletivos	102
2.1 Teoria do Movimento como Cópia	102
2.2 Reflexivos e anáforas	117
2.3 Expletivos	124
2.4 Proposta do Big DP	130
3 Correferência exclusiva	133
3.1 Teoria do <i>PRO</i> e outras intuições	133
3.2 Transformação de cópias e cópias reduzidas	141
3.3 Expletivos do tipo <i>there</i>	149
3.4 Outros casos de correferência exclusiva	159
4 Questões futuras	168
4.1 Estatuto da Teoria da Ligação	168
4.2 Sobre o traço EPP	177
5 Considerações finais	181
Referências	184

Introdução

Preâmbulo

Em geral, nos cursos de Letras, os alunos costumam acreditar que há uma barreira clara entre os níveis de análise linguística (sintaxe, fonologia, semântica, morfologia, entre outros), contudo essa percepção é falsa: é possível encontrar fenômenos limítrofes entre pares de cada um desses níveis. Esses são os fenômenos relativos às chamadas **interfaces**. Neste trabalho, focalizarei especificamente a interface sintaxe-fonologia, na qual podemos encontrar diversos fenômenos fronteiriços.

Porém, ainda no domínio dos cursos de Letras, os alunos em geral associam diretamente o termo fonologia ao que tecnicamente se chama *fonologia segmental*, que se refere à estrutura dos fonemas (*fonêmica*) e à sua organização dentro da sílaba (*fonotática*). Nesse caso, de fato, parece complexo imaginar haver alguma interface direta com a sintaxe, ainda que alguns trabalhos abordem essa interface (por exemplo, Kaisse (1985)).

Entretanto, há pelo menos outras duas grandes áreas da fonologia que parecem manter uma relação mais estreita com a sintaxe. A primeira delas é a prosódia. A **prosódia** subdivide o enunciado² em constituintes prosódicos, isto é, em subunidades fonológicas. Há uma certa discussão na literatura se a prosódia pertence à fonologia, ou se gera seu próprio domínio de aplicação. Vou considerar, neste trabalho, a visão tradicional de que a prosódia é uma subdivisão da fonologia.

As propostas gerativas para análise prosódica remontam a Selkirk (1984) e Nespor e Vogel (1986). Segundo essa última proposta, chamada Fonologia Prosódica, existem sete constituintes prosódicos, sendo o mais simples entre eles a sílaba. Não convém, neste momento, explicitar todos esses constituintes, mas focalizo, por exemplo, o sintagma

²Assumimos que o enunciado é a contraparte fonológica da sentença, sintática.

entoacional (IP),³ responsável por marcar principalmente pausas fonológicas. A fronteira entre dois IPs representa uma pausa fonológica. Analise o seguinte exemplo:

- (1) a. *Sentença*: Paulo, como todos sabem, dá aula de sintaxe.
b. *Prosódia*: [IP Paulo] [IP como todos sabem] [IP dá aula de sintaxe]

Até onde análises prosódicas apontam (An (2007); Nespor e Vogel (1986)), contextos de pausa fonológica são oriundos de domínios sintáticos específicos. Por exemplo, já é sabido que a posição de sujeito é gatilho para pausa fonológica, a depender de sua extensão e de sua organização sintática (An, 2007). Inclusive, é comum que gramáticos tradicionais abordem esse ponto (por exemplo, Luft (2002)), porque a norma-padrão tende a rejeitar a vírgula entre sujeito e predicado, e alunos do ensino básico normalmente estabelecem um paralelismo entre o emprego de vírgulas e as pausas fonológicas.

- (2) a. *Sentença*: “O homem que comprou a casa é um engenheiro.” (Luft, 2002)
b. *Prosódia*: [IP o homem que comprou a casa] [IP é um engenheiro]

Nesse sentido, está clara a interface entre a prosódia e a sintaxe: domínios sintáticos específicos são gatilhos para pausas fonológicas (ver Gandulfo (2023)). Com outros domínios prosódicos, também haverá interfaces com a sintaxe.

Por outro lado, existem alguns fenômenos que normalmente são “catalogados” na sintaxe, mas também esbarram na interface sintaxe-fonologia, como os fenômenos de assimetria entre fonologia e semântica (ou seja, de objetos sintáticos que têm interpretação apenas fonológica ou apenas semântica). O primeiro fenômeno são os expletivos (Chomsky, 1995). No inglês, por exemplo, há sentenças nas quais o sujeito é preenchido por um expletivo, que não possui nenhuma interpretação semântica.

- (3) **There** is a man in the room.
EXPL está um homem em a sala
‘Um homem está na sala.’

Esse é um caso no qual um objeto sintático tem interpretação unicamente fonológica. No entanto, esse tipo de fenômeno parece estranho do ponto de vista da Teoria Gerativa,

³Estou representando os sintagmas entoacionais por “IP”. Alerto ao leitor que a sigla não deve ser confundida com o sintagma flexional IP, empregado, por exemplo, por Chomsky (1986).

porque, em suas bases, a proposta que se constrói é a de que um objeto sintático precisa receber interpretação nas duas interfaces (a semântica e a fonológica) para ser licenciado. É possível supor, por exemplo, que o expletivo seja derivado por uma regra exclusiva da fonologia.

Agora, apresento um caso de objeto com interpretação unicamente semântica. Seja o dado a seguir:

- (4) João comprou um carro, e Pedro também.
- (5) a. *Fonologia*: João comprou um carro, e Pedro também Δ .⁴
 b. *Semântica*: João comprou um carro, e Pedro também [comprou um carro].

De maneira superficial, a sentença (4) tem um constituinte que recebe uma interpretação semântica, mas não é pronunciado. Aqui talvez a interface esteja mais evidente: faz parte da pesquisa em fonologia, também, investigar os gatilhos para que um objeto seja pronunciado, mas não interpretado semanticamente, ou vice-versa. Esse é o caso conhecido na literatura como *ellipse* (ver, por exemplo, Saab (2008)).

Chomsky (1993) aponta que seria bastante vantajoso tratar a *ellipse* como um fato puramente fonológico, contudo há questões semânticas delicadas envolvidas, como a ligação. Analise o seguinte exemplo:

- (6) a. *Fonologia*: João disse que estava dormindo, e Pedro também Δ .
 b. *Semântica₁*: João_i disse que $\emptyset_i$ estava dormindo, e Pedro_j também [disse que $\emptyset_j$ estava dormindo].
 c. *Semântica₂*: João_i disse que $\emptyset_i$ estava dormindo, e Pedro também [estava dormindo].

A rigor, a sentença acima é ambígua, com as duas interpretações apresentadas disponíveis. Aqui, estou mencionando especificamente a primeira interpretação, que convençamos chamar de *Semântica₁*. Perceba-se que o sujeito oculto da primeira ocorrência da locução *estava dormindo* está ligado ao sujeito [João]. O sujeito oculto da segunda ocorrência de *estava dormindo* (apagada por *ellipse*), por outro lado, é ligado a [Pedro]. Deve-se notar que não há outra alternativa. Vejamos este outro dado:

⁴Estou seguindo, pelo menos inicialmente, a representação de Citko (2014), que usa “ Δ ” para representar objetos elípticos.

- (7)
- a. *Fonologia*: João disse que Maria estava dormindo, e Pedro também Δ .
 - b. *Semântica*₁: João disse que Maria estava dormindo, e Pedro também [disse que Maria estava dormindo.]
 - c. *Semântica*₂: João disse que Maria estava dormindo, e Pedro também [estava dormindo.]
 - d. *Semântica*: *João disse que Maria estava procurando um gato, e Pedro_i também [disse que $\emptyset_i$ estava dormindo.]

Quando alteramos o sujeito de *estava dormindo* para [Maria], o sujeito da segunda oração, coordenada, também deve ser [Maria]; não há a possibilidade de ser novamente um sujeito oculto, ligado a [Pedro], como em (6). Isso significa que, para que a elipse seja possível (ou melhor, para que esse tipo de elipse seja possível), é necessário que a oração a ter seu material fonológico apagado satisfaça um requisito, que Chomsky (1993) chamou de **Requisito de Paralelismo**. Uma primeira hipótese nesses casos é que, de fato, as duas orações devem ser o mais semelhantes possível, ou seja, deve haver um paralelismo entre elas.

Além desse, há um outro tipo de elipse: a elipse de núcleo. Em geral, ela se aplica a verbos, quando há, na oração anterior, uma “pista” de qual seja o verbo original.

- (8)
- a. *Sentença*: João comeu bolo; Maria, chocolate.
 - b. *Fonologia*: [_{IP} João comeu bolo] [_{IP} Maria] [_{IP} chocolate]
 - c. *Semântica*: João comeu bolo, Maria comeu chocolate.

Novamente, explicar o “simples apagamento” não é suficiente; esse processo é complexo e envolve um conjunto de consequências, nesse caso fonológicas. Como se pode perceber, a elipse do verbo quebra a oração em dois IPs independentes. Contudo, nem toda elipse gera IPs independentes. Por exemplo, dentro do domínio nominal, a elipse não costuma gerar pausas fonológicas.

- (9)
- a. *Sentença*: O texto ruim foi descartado; o bom foi enviado à editora.
 - b. *Fonologia*: [_{IP} o texto ruim foi descartado] [_{IP} o bom foi enviado à editora]
 - c. *Semântica*: O texto ruim foi descartado; o texto bom foi enviado à editora.

Faço apenas uma ressalva ao leitor. Apresentei até agora alguns exemplos com análises fonológicas e sintáticas superficiais. Há trabalhos que exploram profundamente todos os temas aqui abordados. Minha intenção é a de exclusivamente em apresentar ao leitor uma visão introdutória do que será abordado ao longo de toda esta dissertação, e também em mostrar que a fronteira entre fonologia e sintaxe é, na verdade, muito rica e, infelizmente, pouco explorada nos trabalhos acadêmicos.

Base teórica

Tipos de fonologia

No preâmbulo, eu mencionei alguns tipos de fonologia, sem organizá-los explicitamente. Neste momento, pretendo me debruçar sobre essas subdivisões.

Primeiro, vou tratar da análise mais conhecida para fonologia: a fonologia segmental. Se considerarmos que os segmentos da fonologia são os fonemas, então a fonologia segmental estuda a organização dos fonemas e as posições que eles podem ocupar. Esse é o tipo de descrição que se encontra, por exemplo, em Silva (2019). O estudo da estrutura dos fonemas é chamado *fonêmica*.

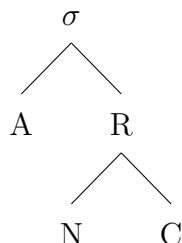
Nas gramáticas tradicionais (por exemplo, Bechara (2019)) e Cunha e Cintra (2016), já se pode encontrar uma análise fonêmica, que subdivide os fonemas de acordo com critérios de classificação (zona de articulação, ponto de articulação, papel das cavidades oral e nasal, entre outros); daí haver classificações como “consoante oclusiva” e “vogal aberta”. Por exemplo, sabe-se que o fonema /p/ corresponde a um fone bilabial [p], porque, para produzi-lo, é necessário que os lábios superior e inferior se toquem.

Em propostas gerativistas mais recentes (por exemplo, Kenstowicz (1994)), já se constrói a ideia de que, em oposição a propostas estruturalistas (Martinet (2014)), o fonema não é a menor unidade da língua, e sim o **traço** (ver, também, Gallego (2022)). Os fonemas seriam, então, constituídos de traços.

No âmbito da fonologia segmental ainda há o estudo das posições que os fonemas podem ocupar dentro da sílaba, o que envolve, também, o estudo das posições internas à sílaba em si. Essa área é denominada *fonotática*. Kiparsky (1979) e Harris (1983)

elaboraram propostas sobre as posições silábicas já conhecidas nas análises fonológicas: ataque, rima, núcleo e coda. A sílaba é representada por σ .

$$(10) \quad \sigma = [\sigma \text{ A } [\text{R N C}]]$$



Em português, por exemplo, de um modo geral, o núcleo da sílaba é uma vogal ou um grupo vocálico (como um ditongo), enquanto o ataque e a coda são posições consonantais. Faz parte dos estudos fonotáticos a afirmação de que, por exemplo, o fonema /p/ só pode ocupar a posição de ataque em português. É o caso, por exemplo, do verbo *parar*, em que o /p/ ocupa a posição de ataque da primeira sílaba. Contudo, em inglês, é permitido que o /p/ ocupe também a posição de coda, como em *stop* (“parar”).

Passemos à avaliação da prosódia, que também é conhecida como *fonologia suprasegmental*, porque, metaforicamente, opera sobre as unidades fonológicas que estão “acima” do fonema, ou seja, que são mais complexas do que o fonema. Nespor e Vogel (1986) propõem haver sete constituintes prosódicos ao todo: sílaba, pé, palavra fonológica, grupo clítico, palavra fonológica, sintagma fonológico e enunciado. Cada um deles marca alguma propriedade prosódica, como ritmo, acento ou contorno melódico.

Existem vários fenômenos a serem analisados no âmbito da prosódia. Nespor e Vogel propõem que cada constituinte prosódico tenha pelo menos três características: um domínio, uma constituição e uma proeminência relativa. Vamos focalizar o domínio, que consiste em um algoritmo que consiga segmentar corretamente o enunciado no domínio analisado. Por exemplo, existe um algoritmo para a segmentação do enunciado em sílabas: é o Princípio da Maximização do Ataque (ou, em inglês, *Maximal Onset Principle*; ver, por exemplo, Kahn (1976) e Vennemann (1972)).

Esse princípio garante que o ataque de qualquer sílaba seja sempre o maior possível. Vejamos a seguinte segmentação silábica⁵:

⁵Nos exemplos, empreguei a notação de Câmara Jr. (1970). Ainda que remonte a um modelo estruturalista, é uma boa abordagem didática para tratar do Princípio da Maximização do Ataque.

(11) *itens*: /iteNS/ > /i.teNS/

(12) *ensalar*: /eNsalaR/ > /eN.sa.laR/

Ambas as palavras analisadas pertencem ao léxico português. Além disso, é perceptível que o fonema /s/ pode tanto ocupar o ataque quanto a *coda*. Portanto, por que não é possível esta divisão para *ensalar*?⁶

(13) /eNsalaR/ > */eNS.a.laR/

Essa divisão é proibida pelo Princípio da Maximização do Ataque. Se o fonema /s/ pode estar tanto no ataque quanto na coda, então ele deve estar no ataque, porque o ataque sempre tem “prioridade” para ser maximizado.

Além disso, mencionei, no preâmbulo, que o constituinte prosódico associado às pausas fonológicas é o sintagma entoacional. Para ele, também há um domínio, que, como já se espera, é mais associado a domínios sintáticos (afinal, como vimos, os gatilhos para pausas fonológicas são oriundos de domínios sintáticos).

Por fim, vou abordar um último tipo de fonologia, aquele que mantém uma relação mais estreita com a sintaxe. Como não parece haver uma terminologia padrão para esse tipo de fonologia, vou chamá-la de fonologia ampla (em oposição a fonologia estrita, que compreende todas as outras fonologias que mostrei anteriormente). Essa é a parte da fonologia relacionada às operações sintáticas que impactam a interpretação fonológica da sentença.

No sentido da fonologia ampla, há diversos fenômenos relevantes. Já mencionei, por exemplo, a assimetria entre fonologia e semântica. Para abordar outro exemplo, podem-se considerar parte da fonologia ampla os casos de movimento de maneira geral. Por exemplo, no português, é previsto que o argumento externo do verbo se mova à posição de sujeito, que é fica em um domínio denominado TP (do inglês *tense phrase*). Essa questão será tratada com mais profundidade em outro momento. Por enquanto, vamos assumir que o movimento do sujeito respeita a seguinte derivação:

(14) João comeu bolo.

(15) a. [_{TP} T [_{VP} [João] comer bolo]]

⁶O asterisco, em todos os exemplos de agora em diante, indica que a construção é agramatical.

- b. [TP [João] comeu [VP t t bolo]]

Esse movimento não parece encontrar motivação semântica (Chomsky, 1993); ele se deve a uma propriedade lexical do núcleo T, que é, aliás, variável (ou seja, há línguas nas quais o argumento do verbo não é movido para o TP, como as línguas VSO).

O leitor pode pensar que isso são apenas várias operações puramente sintáticas, inclusive porque o movimento é apontado como uma operação básica do sistema computacional (Chomsky, 1993). Entretanto, devemos considerar dois fatos. Primeiro, o movimento consiste, de maneira superficial, em transpor o material fonológico de um objeto sintático de uma posição a outra. Além disso, o movimento a TP, apresentado acima, não encerra contraparte semântica, o que leva a crer que se trata de uma operação apenas da componente fonológica.

Na verdade, nos anos 2000, com o Modelo de Fases da Teoria Gerativa (Chomsky 2000, 2001), já se propõe que, na verdade, nenhum movimento é semanticamente motivado; todos os movimentos se devem à presença de um traço específico cuja função é justamente forçar o movimento. Contudo, sem querer adentrar em questões muito profundas por ora, apenas menciono que há, sim, propostas para tratar o movimento como uma operação apenas da Componente Fonológica (e não da sintaxe).

Para resumir os tipos de fonologia existentes, primeiro existem a fonologia ampla, que lida com os objetos que a sintaxe mandou à fonologia para interpretação, e a fonologia estrita, que lida com as operações próprias da componente fonológica. No âmbito da fonologia estrita, há a fonologia segmental, que lida com os fonemas, e a fonologia suprasegmental, que é a prosódia propriamente dita. E, por fim, no campo da fonologia segmental, há a fonêmica, que estuda a estrutura dos fonemas, e a fonotática, a qual analisa as posições que os fonemas podem ocupar na sílaba.

Teoria Gerativa e interfaces

Passo, agora, a apresentar brevemente algumas ideias da Teoria Gerativa, para avaliar alguns pressupostos da pesquisa em interface, como é o caso desta que pretendo desenvolver.

Primeiro, a Teoria Gerativa traz, para a avaliação do fenômeno da linguagem, uma

proposta inatista e modular. Ela é inatista porque pressupõe que, desde o nascimento, já há um conjunto de informações linguísticas catalogadas no cérebro; esse conjunto é chamado Gramática Universal (GU). A proposta é modular porque se baseia na premissa de que o cérebro é subdividido em módulos especializados, sendo um deles a Faculdade de Linguagem, responsável pela produção, percepção e julgamento de dados linguísticos.

O conceito de GU será aprofundado em outro momento. Por ora, é necessário compreender que, até a década de 80 (Chomsky, 1981, 1986), entendia-se que as línguas compartilhavam características comuns em relação a alguns fenômenos sintáticos, os chamados **Princípios**. Por outro lado, os fenômenos que diferem as línguas naturais são denominados **Parâmetros**. Se pensarmos que a GU é essa “gramática inata”, que está no cérebro do falante desde o nascimento, é razoável supor que a GU é justamente o conjunto de **princípios** das línguas. Isso justifica, inclusive, o fato de esses fenômenos serem comuns a todas as línguas naturais.

Posteriormente, na década de 90, Chomsky (1993) propôs que os Princípios são oriundos das regras sintáticas e, por isso, a GU é, mais propriamente, o conjunto de operações sintáticas. Inclusive, devido à Tese de Otimização Assimétrica (Chomsky, 2014) (como consequência das ideias do Programa Minimalista), foi proposto que a sintaxe deriva objetos sintáticos de maneira que ele possam ser interpretados pela Componente Semântica. Dessa forma, o que se considera *variação linguística* está reservado ao Léxico e à Fonologia.

Assumindo-se essa visão introdutória sobre a GU, passo a tecer uma descrição da Faculdade de Linguagem. Trata-se do módulo da linguagem no cérebro, que lida direta ou indiretamente com informações linguísticas. Nesse sentido, Chomsky (1993) propôs que a FL possui pelo menos três grandes estruturas: o léxico, a gramática (ou a sintaxe) e os sistemas de *performance*.

O léxico é tão somente o conjunto de excepcionalidades da língua, isto é, tudo aquilo que não pode ser descrito por uma regra. Por exemplo, não é possível encontrar uma regra que justifique a palavra *cachorro* estar associada ao animal que representa, portanto é esperado que esse item esteja catalogado no léxico. Os itens do léxico são organizados por traços, que, como já vimos anteriormente, são as menores unidades da língua. Os traços são as “chaves” dos itens lexicais; assim, quando o sistema computacional pretende encontrar um item específico no léxico, ele se baseia em seus traços para fazer a busca. A

descrição sobre os traços será feita em outro momento.

A gramática é o extremo oposto do léxico: representa todas as regras da língua. Portanto, se uma derivação pode ser explicada por regras, essas regras pertencem à sintaxe. A sintaxe opera com itens lexicais de maneira algorítmica, seguindo alguns objetivos simples. Quando ela atinge seus objetivos, ou seja, quando a derivação termina, todos os objetos sintáticos são enviados às interfaces para serem interpretados.

Existem dois sistemas de performance: o Sistema Sensorio-Motor (SM) e o Sistema Conceitual-Intensional (CI). O primeiro envolve a parte do cérebro que interpreta informações sensoriais ou motoras; no âmbito específico da linguagem, estamos falando da audição e do aparelho fonador, pelo menos no caso das línguas orais.⁷ Já o sistema CI é o sistema interpretativo do ponto de vista semântico-pragmático: ele está relacionado à habilidade de raciocinar logicamente, de interpretar fatos do mundo, reais ou abstratos.

Os sistemas de *performance* são responsáveis justamente por atribuir uma interpretação aos objetos sintáticos da língua. Contudo, devemos considerar como essas informações são derivadas e enviadas a cada submódulo da FL. Primeiro, é importante considerar que todo item lexical é um par ordenado (π, λ) , em que π é sua estrutura fonológica, e λ , sua estrutura semântica. A sintaxe, a partir dos itens lexicais, deriva objetos sintáticos mais complexos, que também podem ser descritos por pares ordenados (π, λ) .

Quando a derivação termina, os objetos sintáticos terão suas estruturas fonológica e semântica “desmembradas”, para que sejam interpretadas nos sistemas de *performance*. Vamos supor que a sintaxe derivou uma sentença S, que é um par (π, λ) . Então, para essa sentença, haverá uma “fórmula” enviada ao sistema SM, para que essa sentença seja interpretada do ponto de vista fonológico: essa “fórmula” é chamada Forma Fonológica (PF); paralelamente, a sentença derivará uma “fórmula” que o sistema CI seja capaz de interpretar; essa fórmula é chamada Forma Lógica (LF).⁸

⁷Nas línguas de sinais, o sistema sensorio será a visão, e o motor, os articuladores gestuais (ombros, braços, dedos, expressões faciais e corporais).

⁸É importante salientar o que estamos considerando *interpretação* nesta seção. Esse termo é vulgarmente associado à ideia de *dar sentido*; por exemplo, nós interpretamos textos, teorias, imagens, placas. Porém, esse termo é utilizado, no âmbito da Teoria Gerativa, no sentido de *ler*, como se a Componente Fonológica “atribuisse interpretação” a um código para que um objeto fonológico seja pronunciado. Então, a sintaxe envia à PF apenas informações de natureza fonológica, que serão **lidas (ou interpretadas)** por essa componente. Inclusive, esse termo pode, sim, ser substituído por “ler, legível, legibilidade”, sem prejuízo.

Neste trabalho, estamos investigando justamente a constituição da PF. Imaginamos que as habilidades interpretativas dos sistemas de *performance* também sejam algorítmicas, portanto resta saber quais são as informações que a sintaxe envia à PF. Então, se o enunciado correspondente a uma sentença tem uma pausa fonológica, não é necessário fazermos uma grande investigação sobre a interpretação da pausa no sistema SM: ela será, simplesmente, um momento de silêncio. Importa saber qual é a informação que a sintaxe envia à PF para que o sistema SM receba a instrução de marcar uma posição com pausa.

Discutidos esses pontos introdutórios sobre a arquitetura da FL no cérebro, teço alguns comentários sobre a pesquisa em interface. Evidentemente, como a Teoria Gerativa está partindo da premissa de a sintaxe ser universal, trata-se de uma proposta majoritariamente “sintaticocêntrica”. A pesquisa em interface, então, encontra diversos desafios, porque qualquer proposta em interface deverá encontrar apoio na sintaxe.

Além disso, consideramos que todo objeto sintático derivado é um par ordenado (π, λ) , de modo que essas informações são enviadas à PF e à LF, respectivamente, para serem interpretadas nos sistemas de *performance*. Portanto, ainda que focalizemos a computação da PF, é impossível eximir-se de analisar a contraparte sintática e semântica dos fenômenos fonológicos.

Quando uma regra R opera sobre a PF, há dois caminhos que podem ser explorados. Se essa regra parece ter uma contraparte semântica R' , então deve haver algum operador na sintaxe Op cujas contrapartes nas interfaces são R e R' . Um exemplo é a topicalização.

- (16) a. *Sentença*: João comeu bolo.
 b. *IPs*: [_{IP} João comeu bolo]
- (17) a. *Sentença*: O bolo, João comeu.
 b. *IPs*: [_{IP} o bolo] [_{IP} João comeu]

Percebemos que, quando um objeto sintático é topicalizado, ele gera um novo contorno entoacional, ou seja, a sua fronteira passa a ser marcada por uma pausa.⁹ Na sentença original, sem topicalização, há apenas um contorno melódico, devido à sua extensão. Também sabemos que existe, evidentemente, um impacto semântico-pragmático

⁹Neste caso, estou considerando “pausa” de maneira ampla; não é necessariamente um momento de silêncio completo. Pode ser uma quebra de contorno entoacional, isto é, uma quebra mais brusca no contorno melódico da sentença.

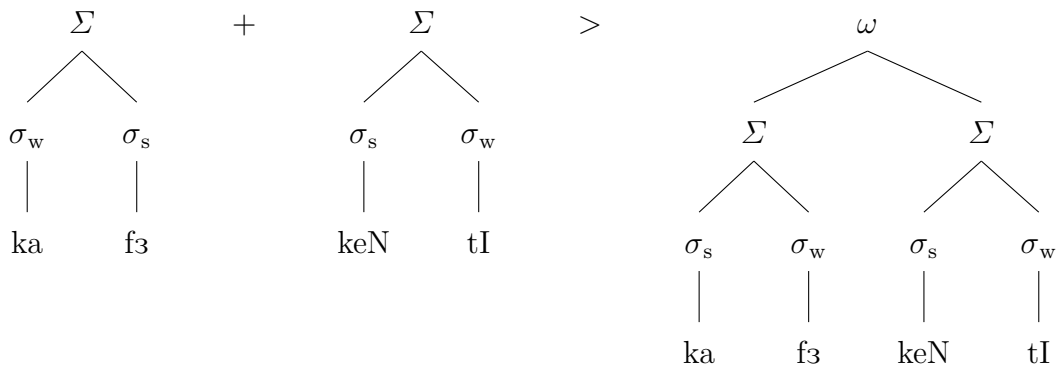
na topicalização: o elemento topicalizado é o novo tópico do discurso, ou seja, é o elemento sobre o qual se tece um comentário.

Se sabemos que a topicalização tem contrapartes fonológica e semântica, então esperamos que haja alguma operação na sintaxe que, quando foi enviada para as interfaces, gerou essas contrapartes. Neste caso, pode-se afirmar que essa operação foi justamente o movimento, que levou o constituinte [o bolo] para uma posição de tópico, no começo da sentença. Vou chamar essa projeção de TopP. As contrapartes semântica e fonológica dessa operação estão, pois, categorizadas justamente na posição de TopP.

- (18) a. $[_{\text{TopP}} \text{Top } [_{\text{TP}} \text{João comeu [o bolo] }]]$
 b. $[_{\text{TopP}} [\text{o bolo}] \text{Top } [_{\text{TP}} \text{João comeu } t]]$

Por outro lado, há regras fonológicas que não parecem encontrar contraparte semântica. É o caso, por exemplo, dos choques de acento, que são evitados pela Proeminência Relativa (Nespor e Vogel, 1986).¹⁰

- (19) $[_{\text{NP}} \text{café quente }]$



O que ocorre nesse caso é que a sequência “café quente” apresenta um choque acentual, ou seja, duas sílabas fortes, [f3] e [keN], estão justapostas. Para evitar esse choque, a PF desloca o acento de “café”, fenômeno denominado *hiperbibismo*. Repare que, no processo

¹⁰Há alguns pontos importantes sobre as estruturas abaixo. Na proposta da Fonologia Prosódica, é previsto que, entre nós irmãos, sempre haverá um, e somente um, nó forte, marcado como ‘s’; os demais, fracos, serão marcados com ‘w’ (do inglês, *strong* e *weak*, respectivamente). Então, o leitor pode interpretar que σ_s é a sílaba tônica da palavra. Além disso, as representações arbóreas estão adaptadas didaticamente, porque, a rigor, o sintagma fonológico não poderia dominar diretamente o pé σ ; deveria haver outras estruturas intermediárias. Como o objetivo, neste momento, é apresentar apenas uma visão introdutória sobre o tema, adotei as representações adaptadas.

apresentado para (19), a escolha da sílaba forte (marcada com ‘s’) de “café” foi alterada no processo. O fato de a sílaba ter se deslocado está associado a algum impacto semântico? Não parece haver nenhum reflexo semântico desse fenômeno, portanto supomos que essa operação acontece exclusivamente na PF, ou seja, não é herdada da sintaxe.

É evidente que a solução dos problemas de análise fonológica não é tão simples, porque estamos lidando com a formalização de unidades abstratas e, mais do que isso, com uma proposta minimalista da linguagem. Então, as análises que apresentei acima são apenas primeiras intuições que podemos ter a partir de dados linguísticos, mas, além da análise bruta do fenômeno, há o trabalho reflexivo e filosófico de pensar qual seria o modelo mais minimalista que conseguiria explicar a natureza desses fenômenos.

Casos de correferência única

Agora passemos à análise de alguns dados que serão particularmente relevantes para esta dissertação. Nesta dissertação, estamos preocupados principalmente com o que chamaremos posteriormente de *correferência exclusiva*. O conceito de correferência é semântico e pode ser resumido desta forma: α e β são correferentes se se referem à mesma entidade no mundo, ou seja, se têm a mesma denotação. Analise o dado abaixo:

(20) João_i disse que falaram mal dele_{i/j}.

O pronome *ele* pode ser interpretado de duas formas: (i) *ele* pode ser correferente de *João*, ou (ii) *ele* pode ser uma outra pessoa, recuperada contextualmente. O primeiro caso é um contexto de correferência, mas ela não é exclusiva, porque existe uma outra possibilidade, em que *ele* e *João* não são correferentes. Daí deduzimos que α e β são *correferentes exclusivos se devem obrigatoriamente ser correferentes, sem outra possibilidade interpretativa*. Em geral, devido à proposta da **Teoria da Ligação**, de Chomsky (1981), associamos diretamente essa propriedade às anáforas:

(21) Pablo_i disse que Charles_j se_{*i/j/*k} viu no espelho.

No dado acima, *se* é uma anáfora, que só pode ser correferente de *Charles*, sem outra possibilidade interpretativa (ou seja, *se* não pode referir-se a *Pablo* nem a outra entidade recuperada contextualmente). Esse é, pois, um caso de *correferência exclusiva*. No âmbito

da Teoria da Ligação (Chomsky, 1981), citada anteriormente, Chomsky propõe que a sintaxe e o Léxico impõem restrições à correferência por meio da ligação. De modo geral, anáforas sempre estão ligadas (e, conseqüentemente, são correferentes) a um DP próximo na estrutura. Contudo, os pronomes podem estar ligados a um elemento que não esteja muito próximo.¹¹

- (22) a. Carol_i disse que Raphaella_j se_{*i/j/*k} viu no espelho.
b. Carol_i disse que Raphaella_j viu ela_{i/*j/k} no espelho.

No primeiro dado, *se* só pode referir-se somente a *Raphaella*; no segundo, *ela* pode referir-se a *Carol* ou a outra entidade contextualmente recuperável, mas não a *Raphaella*. Dessa forma, tendemos a associar a propriedade de *correferência exclusiva* às anáforas, devido aos dados que acabamos de analisar. Contudo, pretendo mostrar que, na literatura, existem outros casos de correferência exclusiva, que não podem ser enquadrados no caso das anáforas porque envolvem estruturas distintas. Esses casos de correlação receberam nomes distintos ou, às vezes, nome algum.

Primeiro, devemos considerar os casos de *PRO*, uma categoria pronominal defectiva que ocorre em construções particulares, principalmente para satisfazer o Critério Temático e receber algum papel temático (Chomsky, 1986, 1993). Em algumas situações, *PRO* é correferente de um DP na estrutura. Apresento abaixo um dado no qual *PRO* é sujeito de gerúndio:

- (23) [Os alunos]_i fizeram a prova *PRO*_i consultando o livro.

Esse é caso é particular, diferente das anáforas: não podemos dizer que se trata de *ligação* propriamente, por pelo menos dois motivos: (i) a ligação só ocorre em posições argumentais, mas a oração [*PRO* consultando o livro] está em posição não argumental, e (ii) as anáforas se ligam ao elemento mais próximo, mas, no dado apresentado, *PRO* é correferente de [os alunos], e não de [a prova], que seria o DP mais próximo. Por esses e outros motivos, dizemos que o *PRO*, quando correferente de outro DP, estabelece uma relação com o DP denominada *controle*, ou seja, o DP controla o *PRO*. Porém, devemos notar que o *PRO* de controle e as anáforas compartilham uma propriedade comum: por

¹¹A ideia de *proximidade* aqui é formalizada como a Categoria de Regência, em Chomsky (1981). Por ora, vamos adotar uma versão mais simplificada e intuitiva desse conceito.

fatores estruturais, o *PRO* só pode ser correferente de um DP específico na estrutura; não há outra possibilidade interpretativa, nem mesmo é possível recuperar outra entidade contextualmente.

Há outros dois casos relevantes de correferência obrigatória. O primeiro é o dos expletivos. Nas construções com verbos inacusativos ou passivizados, é possível que haja um expletivo do tipo *there* na posição de sujeito, como já vimos anteriormente (ver dado (3)). Esse expletivo será correferente obrigatório de outro DP na estrutura, porque o expletivo “copia” informações flexionais do DP associado, de modo que, para Chomsky (1995), o verbo concorde com o próprio expletivo, o que justifica a diferença de concordância nestes casos:

- (24) **There** is a man in the room.
 EXPL está um homem em a sala
 ‘Um homem está na sala.’

- (25) **There** are some men in the room.
 EXPL estão alguns homens em a sala
 ‘Alguns homens estão na sala.’

A relação estabelecida entre o expletivo e o DP é denominada *relação expletivo-associado* (Chomsky, 1995). Não pode tratar-se de ligação, por um motivo simples. Suponhamos que o expletivo é uma espécie de pronome ou anáfora. Então, a ligação não é possível porque esperamos que pronomes/anáforas se liguem a um DP que os c-comande, mas, nos dados acima, ocorre justamente o contrário: é o pronome que c-comanda o DP. Além disso, uma particularidade desse tipo de construção é o fato de que ela também pode não apresentar o expletivo, se o DP associado for movido à posição de sujeito:

- (26) **Some men** are in the room.
 alguns homens estão em a sala
 ‘Alguns homens estão na sala.’

Porém, também devemos notar que o expletivo *there* assemelha-se às anáforas no sentido de que pode estar associado a um único elemento na estrutura (isto é, o DP complemento do verbo inacusativo ou passivizado), e qualquer outra interpretação é proibida (por exemplo, *there* não pode referir-se ao DP [the room]).

Há um outro caso relevante de correferência exclusiva. Em geral, adotando-se a Teoria da Ligação (Chomsky, 1981), imaginamos que as anáforas e os pronomes estejam em distribuição complementar, inclusive pelos dados em (23). Contudo, há casos em que, aparentemente, pronomes também se comportam como anáforas, no sentido de que são correferentes exclusivos de algum DP:

(27) [Os meninos]_i, eles_i chegaram cedo.

No dado acima, não parece haver outra possibilidade interpretativa além de *eles* referir-se a [os meninos]. Esse caso parece ser distinto de (22b), em que havia mais de uma interpretação possível.

Então, estamos considerando quatro contextos principais de correferência exclusiva:

- As **anáforas**, que estabelecem uma relação denominada *ligação*;
- O **PRO de controle**, que estabelece uma relação denominada *controle*;
- O **expletivo do tipo *there***, que estabelece uma relação do tipo *expletivo-associado*;
- O “**pronome**” que ocupa a posição de um sujeito que foi topicalizado.

Como veremos nesta dissertação, há trabalhos que analisam alguns desses casos não como itens lexicais distintos e correferentes, mas sim como *movimento*. Por exemplo, Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) analisam casos de construções reflexivas por movimento, de modo que a anáfora é uma espécie de “cópia transformada” do DP.

- (28) a. [TP T [vP ver [João]_i-mesmo]]
b. [TP [João]_i viu [vP [João]_i t [João]_i-mesmo]]
c. [TP [João]_i viu [vP [~~João~~]_i t [~~João~~]_i-ele-mesmo]]
d. João viu ele mesmo (no espelho).

Além disso, os trabalhos de Rodrigues (2004) e Boeckx, Hornstein e Nunes (2010) propõem que o *PRO* de controle pode ser analisado, na verdade, como uma posição de um DP que foi movido.

- (29) a. [[o aluno] estudar mais]

- b. [decidiu [[o aluno] estudar mais]]
- c. [[o aluno]_i decidiu [[o aluno]_i estudar mais]]
- d. [[o aluno]_i decidiu ~~[[o aluno]_i estudar mais]]~~
- e. O aluno decidiu estudar mais.

Questões de pesquisa

Retomarei, a partir daqui, alguns dos problemas já explicitados anteriormente. Na seção anterior, vimos que existem diversos casos de correferência exclusiva na língua, mas, a depender do contexto e da estrutura sintática, essa relação recebe nomes distintos (ou, em alguns casos, nem sequer recebe nome particular). Além disso, vimos que, em trabalhos de teoria sintática, alguns casos de correferência exclusiva já são derivados por movimento, sem requerer itens no Léxico específicos para a correferência.

Uma questão relevante para esta pesquisa é a seguinte. *Será que não é possível analisar todos os casos de correferência exclusiva como movimento?* Ou, talvez, *será que não existe uma lei mais geral que garanta que todos os casos de correferência exclusiva sejam derivados por movimento?* Essa hipótese prevê, então, as seguintes consequências. Primeiro, os casos que vimos anteriormente de correferência exclusiva seriam analisados por movimento. No espírito das análises dos trabalhos que citei até agora, podemos supor que o expletivos são “cópias transformadas” de um DP associado:

- (30)
- a. be [a man] in the room
 - b. [a man]_i is [a man]_i in the room
 - c. ~~[a man]_i~~ there is [a man]_i in the room
 - d. There is a man in the room.

Da mesma forma, imaginamos que o pronome em posição de sujeito que foi topicalizado é, na verdade, uma “cópia transformada” do DP que foi topicalizado:

- (31)
- a. [_{TopP} Top [_{TP} [os alunos] fizeram a atividade]]
 - b. [_{TopP} [os alunos]_i Top [_{TP} [os alunos]_i fizeram a atividade]]
 - c. [_{TopP} [os alunos]_i Top [_{TP} ~~[os alunos]_i~~ eles fizeram a atividade]]

- d. Os alunos, eles fizeram a atividade.

Outra questão relevante para esta dissertação é o motivo pelo qual cópias são transformadas. Além disso, deve-se justificar por que as cópias se transformam das maneiras apresentadas, ou seja, por que o DP complemento de inacusativo, em determinada configuração sintática, torna-se *there*. Da mesma forma, se o pronome que ocupa a posição do sujeito topicalizado for, de fato, uma cópia transformada, por que essa cópia se torna *ele*?

Objetivos

Nas seções anteriores, eu mostrei alguns problemas que motivam este trabalho. Neste momento, tentarei resumi-los em questionamentos a que pretendo responder no trabalho, por investigação cuja metodologia será descrita na próxima seção.

A partir dos problemas apresentados, sabe-se que estou lidando com a manifestação de cópias quando a sentença é transferida à PF. Nesse sentido a dissertação visa a responder aos seguintes questionamentos:

- Por que é mais vantajoso considerar que não há itens lexicais que têm correferentes únicos?
- Por que algumas cópias são transformadas?
- Por que cópias transformadas assumem formas diferentes, a depender do contexto sintático?

Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é propor um modelo teórico que consiga dar conta dos dados acima a partir de um mesmo expediente derivacional, evitando recorrer a itens lexicais e regras específicas para cada contexto.

Metodologia

Em seção anterior, apresentei o conceito de Gramática Universal (GU), sem desenvolvê-lo profundamente. Neste momento, vou abordá-lo mais profundamente. Primeiro, devemos

compreender que a Teoria Gerativa é um modelo teórico, baseado, pois, em hipóteses, que preveem o funcionamento da linguagem na Faculdade de Linguagem. A principal hipótese da Teoria Gerativa é a **Hipótese Inatista**, segundo a qual todas as crianças nascem com um conjunto de informações linguísticas já codificadas na Faculdade de Linguagem.

A GU, então, não é adquirida; é inata. Além disso, Chomsky (2005) propõe que, como a espécie humana tem material genético relativamente estável, então é esperado que a GU seja a mesma para todas as crianças. Essa hipótese prevê pelo menos duas consequências bastante rígidas em relação ao funcionamento da linguagem na Faculdade de Linguagem.

- Se a GU é a mesma para todos os falantes, então todas as línguas naturais compartilham estruturas sintáticas semelhantes.
- Sendo a GU também o aparelho de que a criança se vale para adquirir uma língua particular, as estruturas linguísticas são adquiridas mais ou menos na mesma ordem e no mesmo período de tempo, para qualquer língua natural.

Evidentemente, trata-se de uma hipótese bastante complexa, que não pode ser demonstrada diretamente, inclusive porque, sendo a GU uma estrutura do cérebro, não é possível acessá-la diretamente. Então, neste trabalho, proporei hipóteses sobre o tema discutido, isto é, a *interface sintaxe-fonologia*, com base no **Método Hipotético-Dedutivo**. Esse método consiste em analisar um conjunto de dados, formular uma hipótese (que, como sabemos, faz previsões) e verificar se suas previsões são corretas. Caso haja algum contraexemplo à hipótese, uma nova hipótese deve ser formulada, para abarcar também os antigos contraexemplos.

Esse método é largamente aplicado em pesquisas científicas. Contudo, no caso específico da linguística formal, é necessário selecionar dados que reforcem principalmente a Hipótese da GU. Por estar à busca de uma explicação universal para os fenômenos aqui discutidos, analisarei dados de diferentes línguas naturais, principalmente de famílias distintas, para garantir maior probabilidade de que as previsões sejam, de fato, universais.

Panorama da dissertação

Esta dissertação está organizada em três capítulos e um apêndice.

No primeiro capítulo, discutir-se-ão pressupostos teóricos da Teoria Gerativa, incluindo o Programa Minimalista, da década de 90, e algumas considerações sobre o Modelo de Fases, dos anos 2000. No segundo capítulo, será discutida a Teoria do Movimento como Cópia e algumas consequências desse trabalho, como a derivação de sentenças reflexivas; ainda nesse capítulo, será refinado o conceito de *expletivo* e sua relação com o traço EPP. No terceiro capítulo, será apresentada uma análise unificada para anáforas, expletivos e o que chamaremos de *pseudopronomes*. Por fim, serão apresentados alguns problemas para pesquisas futuras e as considerações finais do trabalho.

Capítulo 1

Programa Minimalista

1.1 Panorama minimalista

Neste capítulo, pretendo apresentar a maquinaria teórica da Sintaxe Gerativa a partir da década de 90, com a publicação do Programa Minimalista (PM), por Chomsky (1993). Neste momento, vou abordar especificamente a trajetória do modelo anterior da Teoria Gerativa, o modelo de Princípios e Parâmetros, da década de 80 (Chomsky, 1981, 1986).

Anteriormente, eu abordei o conceito de Princípio, sem me aprofundar tanto. Agora vou me debruçar sobre o tema. Na década de 80, foi proposto o modelo P&P da Teoria Gerativa, segundo a qual havia, no módulo da linguagem, dois tipos de propriedades linguísticas: os princípios e os parâmetros. De novo, devemos retornar ao conceito da Hipótese Inatista. Ela prevê que as línguas naturais compartilhem estruturas semelhantes. A partir disso, Chomsky propôs que essas estruturas semelhantes são os **Princípios**.

De fato, na Teoria Gerativa, parece haver evidências para Princípios nas línguas naturais estudadas até hoje. Há vários princípios já analisados. Um deles é o **Princípio da Subordinação**, segundo o qual todas as línguas naturais possuem estruturas subordinativas (por exemplo, uma oração pode ocupar alguma posição sintática de outra). Outro exemplo é o **Princípio C** da Teoria da Ligação, segundo o qual duas expressões nominais A e B tais que A e B estão em posição argumental e A c-comanda B não podem ter a mesma interpretação semântica, como exemplificado abaixo.

(32) João encontrou [um gato]_i na rua. [O animal]_i estava machucado.

- (33) *[O gato]_i correu atrás do rabo d[o animal]_i.

Sentido pretendido: ‘O gato correu atrás de si mesmo.’

Em (32), [o animal] retoma anaforicamente [um gato], porque pertencem a sentenças distintas. Em (33), por pertencerem ao mesmo domínio de ligação, é certo que [o gato] e [o animal] não podem representar a mesma entidade, uma vez que

Por outro lado, os parâmetros são justamente as propriedades linguísticas que distinguem as línguas naturais. No modelo P&P, assumia-se que os parâmetros eram binários e recebiam um valor (positivo ou negativo) ao longo do período de aquisição de linguagem. Um exemplo de parâmetro é o **Parâmetro do Sujeito Nulo**, segundo o qual algumas línguas licenciam o sujeito nulo, outras não. O espanhol pode ser considerado uma língua de sujeito nulo no sentido de que permite que a posição de sujeito fique vazia.

- (34) Ø Llegué a casa.

‘Eu cheguei em casa.’

- (35) Ayer Ø llovió mucho en Buenos Aires.

‘Ontem, choveu muito em Buenos Aires.’

Portanto, o espanhol é positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo. Por outro lado, o inglês tende a rejeitar sentenças com sujeito nulo:

- (36) I arrived home.

‘Eu cheguei em casa.’

- (37) *Ø Arrived home.

- (38) **It** rained yesterday.

‘Choveu ontem.’

- (39) *Ø Rained yesterday.

Vou resumir essas informações. A Hipótese da GU prevê que as línguas naturais compartilham estruturas linguísticas semelhantes. Cada uma dessas estruturas é um Princípio. A GU é, pois, o conjunto de todos os princípios das línguas naturais. Por outro

lado, os parâmetros recebem valores ao longo da aquisição de linguagem. Uma criança que adquire uma língua particular precisa *afixar* os valores dos parâmetros. Quando todos os parâmetros foram fixados, a língua foi adquirida, ou seja, a Faculdade de Linguagem (FL) chegou ao seu estágio estável.

Na década de 80, a pesquisa gerativista se concentrava majoritariamente em investigar princípios e parâmetros nas línguas naturais, identificando comunidades e diferenças entre as línguas. Buscava-se, então, um modelo teórico com alto rigor descritivo, isto é, que conseguisse descrever os dados da língua a partir de hipóteses. Isso é o que o Chomsky (2005) chama de **Adequação Descritiva**, isto é, a teoria linguística deve ser capaz de descrever os dados.

Contudo, na década de 90, a partir do Programa Minimalista, um novo conceito foi introduzido e, até hoje, é ponto central de discussão na literatura gerativista: a **Economia**. Agora, a teoria não está mais preocupada em apenas discutir restrições e universais linguísticos, mas também pretende propor uma explicação adequada para esses fatos. Para explicar melhor essa questão, retomo o modelo aquisicionista da Teoria Gerativa.

Chomsky (1965) propôs que a GU era uma solução ao chamado *Problema de Platão*, que pode ser resumido na seguinte pergunta: “Como os seres humanos aprendem tão rápido?”. Aplicado à linguagem, podemos nos perguntar como uma criança adquire uma língua tão rapidamente, sem necessitar de ensino formal. A solução é a seguinte: uma criança não adquire a gramática da língua integralmente durante o estágio crítico, porque já há um conjunto de informações codificadas no seu cérebro desde o nascimento: a GU. Portanto, o objetivo da criança, ao longo do processo de aquisição, é fixar parâmetros da gramática de sua língua particular e apreender itens lexicais.¹

Quando mencionei a “explicação adequada” que a Teoria Gerativa deve fornecer aos dados linguísticos, quis dizer que não basta simplesmente formular uma proposta que explique os dados; a explicação deve ser condizente com o fato de que a GU já está codificada na FL. Então, a quantidade de parâmetros não pode ser muito extensa, porque, caso o seja, é injustificável que a criança consiga adquiri-los em tão pouco tempo; da

¹Apenas para esclarecer, estou considerando aqui que “a gramática da língua” compreende os parâmetros fixados dessa língua e as informações já codificadas na GU. Nesse sentido, a criança não adquire o que está na GU, porque essas informações já estão no seu cérebro desde o nascimento; ela apenas fixa os parâmetros.

mesma forma, a GU também não pode ser muito extensa, porque, caso seja, não será justificável o fato de ela já estar codificada no cérebro. Isso é o que Chomsky chama de **Adequação Explicativa**: além da descrição, a explicação dos dados também deve ser adequada à proposta teórica.

É por isso que, na década de 90, o conceito de *Economia* ganhou tanta força: passou a ser necessário justificar não somente que uma determinada derivação sintática é correta, mas também que ela é a mais econômica entre as demais opções. Nesse momento, parte-se do pressuposto de que o cérebro opera sobre as condições mais econômicas possíveis. Posteriormente, discutiremos uma das assunções mais severas da Teoria Gerativa: a *Tese Minimalista Forte*, segundo a qual a linguagem é uma solução ótima para as necessidades das interfaces.

No sentido da busca por motivações mais econômicas para as derivações sintáticas, há pelo menos três pontos importantes. Primeiro, devemos saber que a Teoria Gerativa não está preocupada tão somente em justificar dados linguísticos presentes nas línguas naturais, mas também dados que **não acontecem** nas línguas. Por isso, além de responder a perguntas como “Por que X acontece?”, também devemos pensar “Por que Y não acontece?”. Por exemplo:

- (40) a. João disse que viu [o quê]?
b. [O que] João disse que viu *t*?
- (41) a. João viu o menino que disse [o quê]?
b. *[O que] João viu o menino que disse *t*?

Para os propósitos gerativistas, não bastará explicar tão somente por que o movimento é permitido no primeiro exemplo, mas também por que ele é proibido no segundo.

Outro ponto relevante pode ser resumido pela metáfora de Steven Pinker (1994), cuja tradução apresento a seguir:²

Teóricos evolucionistas reflexivos desde Darwin têm sido enfáticos ao afirmar que nem toda característica benéfica é uma adaptação a ser explicada pela

²No original: “Thoughtful evolutionary theorists since Darwin have been adamant that not every beneficial trait is an adaptation to be explained by natural selection. When a flying fish leaves the water, it is extremely adaptive for it to reenter the water. But we do not need natural selection to explain this happy event; gravity will do just fine”.

seleção natural. Quando um peixe-voador sai da água, é extremamente natural para ele retornar à água. Mas não precisamos da seleção natural para explicar esse ledor evento; a gravidade já basta.

Na prática, podemos associar essa citação à formalização de regras em Teoria Gerativa. Um peixe-voador é capaz de planar no ar por alguns metros antes de retornar à água, habilidade que evidentemente não é prototípica dos peixes no geral. A biologia só tem a missão de explicar qual grupo genético está associado às características fenotípicas que permitem esse voo. Para explicar como o peixe retorna à água, não é necessária uma grande formalização, porque já há uma regra mais geral que consegue explicar esse fenômeno: a gravidade.

Isso explica um dos espíritos econômicos que constituem o PM: sempre que duas regras puderem ser substituídas por uma regra ainda mais geral—ou melhor, sempre que um conjunto de n regras puderem ser substituídas por um outro conjunto com k regras mais gerais, tal que $k < n$ —, assim devemos fazê-lo. Quando discutirmos as operações básicas da sintaxe, apresentarei um exemplo desse tipo de generalização.

O último ponto importante sobre *Economia* é, na verdade, um breve sumário das diversas mudanças desde o P&P até o PM. A partir do PM, devem-se eliminar todas as etapas supérfluas do sistema linguístico, justamente porque são supérfluas. A despeito da obviedade, devemos estar cientes de que não se trata de um processo fácil: descobrir amenidades em uma hipótese tão rígida quanto as que se formulam na Teoria Gerativa demanda reflexão filosófica densa e frequente.

No P&P, propunha-se que a gramática se subdividia em “módulos”: a Teoria X-Barra, a Teoria Temática, a Teoria do Caso e a Teoria da Ligação. Para sustentar essa subdivisão, foi necessário recorrer aos conceitos de Estrutura Profunda (DS) e Estrutura Superficial (SS). De maneira bastante resumida, a DS e a SS eram estágios derivacionais que deveriam satisfazer alguns requisitos; entre eles, o de que apenas entre a DS e a SS aplicavam-se os movimentos de constituinte.

Contudo, no PM, Chomsky revê esses conceitos, a partir do seguinte raciocínio: se a sintaxe é a GU e não temos acesso direto à GU (apenas conseguimos acessar dados linguísticos oriundos das interfaces), então qualquer módulo que seja exclusivamente interno à sintaxe servirá apenas para justificar uma aparelhagem teórica; as operações sintáticas

devem manter relação com as interfaces, para que seu estatuto ontológico seja menos duvidoso. Portanto, no PM, ainda que se mantenham as nomenclaturas dos módulos (Teoria Temática, Teoria Casual, etc.), os conceitos de DS e SS foram substituídos por um modelo contínuo (ou seja, os estágios da DS e da SS não são mais importantes que os demais; todos têm requisitos a cumprir).

Isso representa uma *atualização* em relação ao P&P. Não acreditamos rigidamente que o P&P tenha acabado: na verdade, ele consegue explicar e dar conta de muitos dados e fenômenos linguísticos. Entretanto, no PM, deu-se maior enfoque na *economia*, revendo e atualizando os conceitos daquele período.

Esse é um breve resumo do *espírito minimalista*, que será adotado neste trabalho para as análises linguísticas. A pesquisa, obviamente, não está imune a erros, mas certamente o espírito minimalista garante uma formalização mais assertiva.

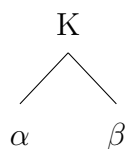
1.2 Operações sintáticas básicas

Ainda pretendo discutir mais profundamente a Economia nas derivações sintáticas, porém, para isso, é necessária a discussão sobre as três operações sintáticas básicas: *merge*, *move* e *agree*. Portanto, nas próximas subseções vou me dedicar a elas.

1.2.1 Concatenar, ou *merge*

*Merge*³, ou *merge* externo, é a operação que, a partir de dois objetos sintáticos α e β , cria um novo objeto K, diferente de α e β . O *merge* entre α e β pode ser representado destas formas:

$$(42) \quad \text{merge}(\alpha, \beta) = K$$

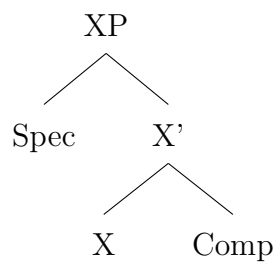


³Na literatura, podem ser encontradas diversas traduções, como *concatenar* e *soldar*. Mantendo-se a postura da maioria dos trabalhos acadêmicos na área, prefiro manter a nomenclatura em inglês.

Segundo Chomsky (1993), K é a *etiqueta* do novo objeto $[\alpha \ \beta]$, e essa etiqueta deve ser igual à de α ou β , obrigatoriamente. Por esse motivo, foi proposto o **Princípio da Inclusão**, de acordo com o qual não se podem criar novas etiquetas ao longo de uma mesma derivação sintática; devem-se usar apenas as que já estão disponíveis na estrutura. Na teoria sintática, assumimos que a *etiquetagem* é um algoritmo automático, ou seja, não existem regras específicas que determinam a etiqueta K de um objeto formado por *merge*. A formalização estrita desse algoritmo ainda é um problema na Sintaxe Gerativa; subteorias dentro da Teoria Gerativa assumem modelos diferentes para a etiquetagem.

Chomsky (1993, 2001) se debruça sobre o tema e explora dois subtipos de *merge*: o *set-merge* (ou substituição) e o *pair-merge* (ou adjunção). Antes de tratar especificamente sobre esses subtipos, apresento um breve resumo da estrutura sintagmática proposta por Chomsky (1993). Ele assume que um sintagma XP apresenta a seguinte estrutura básica:

(43) $[_{XP} \text{ Spec } X \text{ Comp }]$



Aqui há uma breve descrição dessas posições sintáticas:

- **X**: É o núcleo do sintagma. Trata-se de um Item Lexical (IL), ou seja, importado do léxico. O X é, propriamente, a categoria desse IL, ou seja, X pode ser N (para nomes), V (para verbos) e assim por diante.
- **Comp**: É o complemento, uma posição argumental de X , ou seja, é um de seus argumentos. Se X não possui esse argumento, a posição fica vazia.
- **X'**: É a projeção intermediária, ou seja, o conjunto formado pelo núcleo e seu complemento.
- **Spec**: É o especificador, outra posição argumental. Contudo, essa posição também pode ser a posição de pouso de outro constituinte que realizou movimento (ver seção

“Mover, ou *move*”). Então, se outro sintagma YP se mover, ele pode “pousar” em SpecXP.

- **XP**: É a projeção máxima, ou simplesmente o sintagma em si.

Aqui, há diversos questionamento interessantes que merecem explicação mais aprofundada. Primeiro, se Spec e Comp são argumentos de X, então, caso um núcleo X qualquer tenha dois argumentos, como é possível saber qual deles é o Spec e qual é o Comp? Depende do tipo de núcleo. Núcleos funcionais em geral selecionam apenas complemento; de todo modo, sua seleção está categorizada no Léxico. Por exemplo, veremos, posteriormente, que o núcleo flexional T seleciona sintagmas verbais como complemento; não há especificador. Nesse caso, sua seleção está codificada no Léxico desta forma:

$$(44) \quad T = [\text{____}, VP]$$

No caso dos núcleos lexicais, eles selecionam argumentos de acordo com o Papel Temático (que é, resumidamente, sua função semântica). Nesse sentido, Mark Baker (1997) propôs a seguinte Hierarquia Temática:

$$(45) \quad \text{AGENTE} > \text{CAUSATIVO} > \text{EXPERIENCIADOR} > \text{TEMA} > \text{BENEFACTIVO} > \text{LOCATIVO} \dots$$

Essa hierarquia determina, basicamente, a seleção de Spec e Comp: se X tem dois argumentos A_1 e A_2 , com papéis temáticos θ_1 e θ_2 respectivamente, de tal modo que $\theta_1 > \theta_2$ em relação à Hierarquia Temática, então A_1 é o Spec, e A_2 , o Comp de X. Considere, por exemplo, o verbo *ler* no exemplo abaixo:

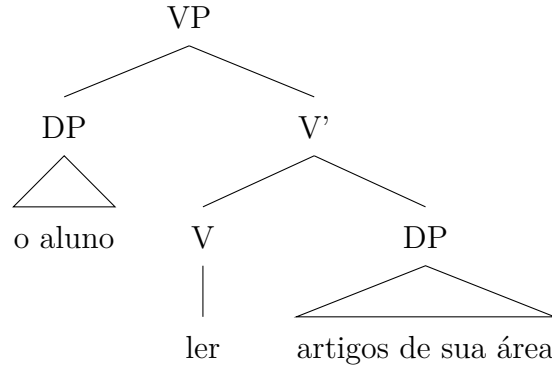
$$(46) \quad \text{O aluno leu artigos de sua área.}$$

O verbo *ler* possui dois argumentos: [o aluno] e [artigos de sua área], ambos nominais. Isso é a sua **c-seleção**, ou seja, sua seleção categorial. Por outro lado, sabemos que um de seus argumentos é agente, enquanto o outro é tema. Isso é a sua **s-seleção**, ou seja, sua seleção semântica.⁴ As duas seleções podem ser representadas da seguinte forma:

$$(47) \quad \text{LER} = [\text{DP}_{\text{AGENTE}}, \text{DP}_{\text{TEMA}}]$$

⁴Para uma descrição mais detalhada dos tipos de Papel Temático, ver, por exemplo, Radford (2004).

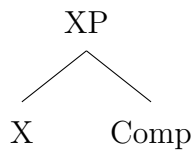
Assim, como é sabido que AGENTE > TEMA em relação à Hierarquia Temática, os argumentos assumirão, nessa ordem as posições de Spec e Comp. O VP formado pelo verbo *ler*, no exemplo apresentado, pode ser derivado, de maneira resumida, desta forma:



Haja vista o fato de que o Papel Temático é mais relevante na formalização da LF, não focalizarei discussões mais profundas sobre ele.

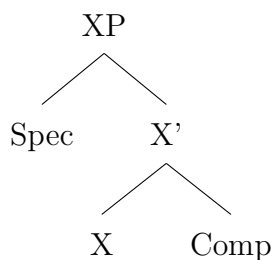
Retornemos à representação abstrata de XP. Como Spec e Comp são posições de argumentos de X, então eles são selecionados pelo núcleo. O que significa, ao certo, afirmar que o núcleo *seleciona* seus argumentos? Todo IL X projeta um domínio sintático XP. Para que esse domínio seja projetado, é necessário que esse domínio seja obtido por *merge* de X com seus argumentos. Suponhamos, pois, que X seleciona Spec e Comp; sendo Comp o primeiro argumento de X, ele é selecionado primeiro para *merge*.

$$(48) \text{ merge } (X, \text{Comp}) = \text{XP}$$



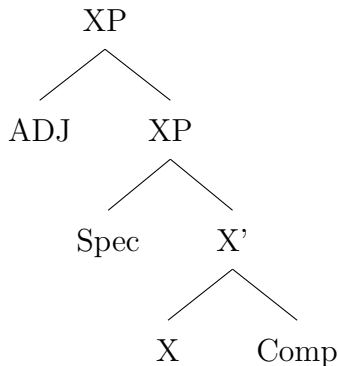
Inclusive, se não houver Spec em XP (ou porque X não o seleciona, ou porque não há movimento para essa posição), então XP assume a forma apresentada acima, sem projeção intermediária. A partir do modelo derivacional proposto no PM, por Chomsky (1993), a posição de Spec só é projetada se for estritamente necessária. Suponhamos que seja o caso; então, o XP formado se juntará com Spec, expandindo seu domínio.

$$(49) \text{ merge}(\text{Spec}, \text{XP}) = \text{XP}$$



Nada obstante, é sabido que, além de argumentos, adjuntos podem se associar a sintagmas XP. Os adjuntos, por natureza, não são selecionados pelo núcleo. Nesse caso, para abarcar os adjuntos, Chomsky (1986) propôs a diferença entre categorias e segmentos. Até agora, apresentei a derivação da categoria **XP**. Quando um constituinte YP se adjunge a outro domínio XP, não é criada uma nova categoria: ainda se trata do sintagma XP, porém com um **segmento** a mais. No modelo X-Barra, assumimos que esses segmentos são duplicações do domínio XP. Independentemente dessa distinção entre argumento e adjunto, ambos são anexados à estrutura por *merge*. Suponhamos que se adjungiu um domínio ADJ a XP.

$$(50) \quad \text{merge}(\text{ADJ}, \text{XP}) = \text{XP}$$



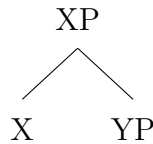
Nota-se que não foi criada uma categoria (ou uma etiqueta) nova, e sim um novo segmento de XP.

Feita esta breve introdução à estrutura sintagmática no modelo chomskiano, retomo a discussão sobre a etiquetagem. Como já afirmado anteriormente, Chomsky (1993, 2001) propôs haver dois subtipos de *merge*: o *set-merge* (ou substituição) e o *pair-merge* (ou adjunção). O *set-merge* satisfaz a seleção de um determinado núcleo X, enquanto o *pair-merge* não satisfaz nenhuma seleção. Portanto, podemos assumir que Spec e Comp são inseridos na estrutura por *set-merge*, mas ADJ é inserido por *pair-merge*.

A partir dessas considerações, vou me debruçar sobre o algoritmo de etiquetagem. Alguns trabalhos (como Chomsky (2000), Chomsky (2013) e Rizzi (2016)) têm investigado um **Algoritmo de Etiquetagem** que deriva a etiqueta de um objeto sintático automaticamente. Foi proposto, por exemplo, o algoritmo da **Busca Mínima**, segundo o qual a etiqueta de um objeto sintático é igual à do núcleo mais próximo.

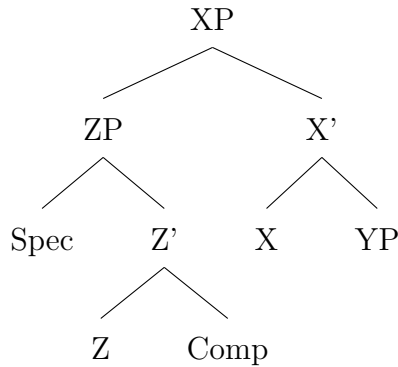
Nesse sentido, pode-se afirmar haver outros dois tipos de *merge*: entre núcleo e sintagma, ou entre sintagmas. O *merge* entre núcleo e sintagma é o mais estável, porque sabe-se que, nesse caso, a etiqueta sempre será igual à do núcleo.

$$(51) \quad \text{merge}(X, YP) = K$$



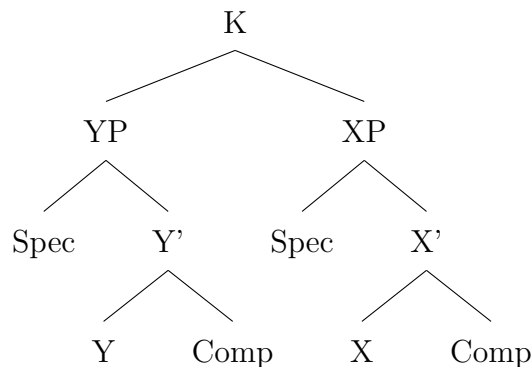
No caso de *merge* entre Spec e X', também se sabe que a etiqueta será igual à de X, porque esse é o núcleo mais próximo de K:

$$(52) \quad \text{merge}(ZP, X') = K$$



Contudo, suponhamos que YP seja adjunto de XP. Nesse caso, há diversas questões relativas à seleção da etiqueta.

$$(53) \quad \text{merge}(YP, XP) = K$$



Se YP é adjunto de XP, sabemos que $K = XP$, porém como o algoritmo conseguirá determinar isso, se tanto X quanto Y estão equidistantes de K? Nesse caso, Chomsky (2013) discute que existem pelo menos duas ferramentas sintáticas que permitem a escolha da nova etiqueta:

- Movimento de um dos dois sintagmas. Se YP se moveu de outra posição para se adjungir a XP, então $K = XP$, portanto o YP movido nunca controlará a etiqueta do domínio ao qual se moveu.
- Uma configuração de critérios, no sentido de Rizzi (1997). Nesse caso, há um paralelismo entre as operações de *merge* e *agree*: se XP tem algum critério que precisa ser satisfeito por YP, então $K = XP$, assim como no *set-merge*.

Isso tudo, porém, representa a visão chomskiana sobre o tema; o estatuto ontológico de *set-merge* e *pair-merge* na GU é questionável. Há pelo menos dois grandes trabalhos que negam um dos dois: Lasnik e Saito (1992) negam o primeiro tipo, enquanto Kayne (1994) nega (parcialmente) o segundo. Embora eu tenha abordado largamente a proposta de Chomsky até este momento (porque é um ponto de partida relevante para as discussões tecidas aqui), vou adotar a proposta de Kayne (e suas respectivas consequências), devido à sua contribuição para a codificação da linearização, que é tópico relevante para a computação da PF.

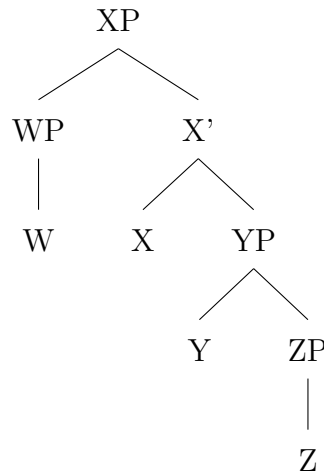
Para Kayne, todo *merge* do tipo núcleo-sintagma é um *set-merge*, todo *merge* do tipo sintagma-sintagma é um *pair-merge*, ou seja, a assunção básica desse modelo é que não existem especificadores propriamente ditos, no sentido de Chomsky; nos sintagmas, pode haver apenas complemento e adjunto.

A motivação para a proposta é a linearização, processo que, por assim dizer, “transforma” a estrutura sintática em uma cadeia linear para ser efetivamente pronunciada na PF. Existem diversas propostas teóricas para a linearização, inclusive a de Chomsky, que envolve operações mais complexas dependentes principalmente da PF. Contudo, para Kayne, a linearização está codificada na GU, ou seja, a linearização já está codificada na sintaxe; quando a sentença é enviada à PF, sua linearização é automática, a partir de um axioma que veremos mais adiante. Por enquanto, vou discutir um conceito relevante para compreender a proposta de Kayne: o c-comando.

Primeiro, devemos compreender o conceito de dominância. A definição técnica, mais geométrica, é a seguinte:

(54) **Dominância:** α domina β se o percurso entre α e β é unicamente descendente.

Considere o seguinte exemplo:



Podemos encontrar os seguintes domínios de dominância para algumas categorias:

- $\mathfrak{D}(\text{XP}) = \{\text{WP}, \text{W}, \text{X}', \text{X}, \text{YP}, \text{Y}, \text{ZP}, \text{Z}\}$
- $\mathfrak{D}(\text{YP}) = \{\text{Y}, \text{ZP}, \text{Z}\}$
- $\mathfrak{D}(\text{ZP}) = \{\text{Z}\}$
- $\mathfrak{D}(\text{WP}) = \{\text{W}\}$

Outro conceito relevante é o de dominância imediata, também chamado de *maternidade* e formalizado da seguinte forma:

(55) **Dominância imediata:** α domina β imediatamente se α domina β e não existe nenhum γ tal que α domine γ e γ domine β .

(56) **Maternidade:** α é mãe de β se α domina β imediatamente.

Dessa forma, cada domínio K só poderá dominar imediatamente no máximo dois outros objetos sintáticos. No exemplo acima, XP domina imediatamente $\{WP, X'\}$; YP , $\{Y, ZP\}$; ZP , $\{Z\}$; WP , $\{W\}$. Além disso, o nome *maternidade* nos leva a deduzir o conceito de *irmandade*, que é paralelo àquele utilizado na esfera familiar.

(57) **Irmandade:** α é irmão de β se existe γ tal que γ seja mãe de α e β .

Portanto, novamente sobre o exemplo acima, são pares irmãos (WP, X') , (X, YP) e (Y, ZP) .

Agora, a partir desses conceitos, podemos nos aprofundar no conceito de **c-comando**, que é extremamente necessário para a teoria kayneana.

(58) **C-comando:** α c-comanda β se, e somente se:

- a. α e β são categorias;
- b. α exclui β ; e
- c. Todas as categorias que dominam α também dominam β .

Procedamos à análise detalhada das alíneas da definição. Na primeira alínea, para estabelecer uma relação de c-comando, α e β devem ser categorias, ou seja, não devem ser meros segmentos, no sentido de Chomsky (1986). Na segunda alínea, α deve excluir β , ou seja, nenhum segmento de α domina β . Por fim, na terceira alínea, qualquer categoria que domina α deve dominar β também.

Devemos perceber um fato: se α e β forem irmãos, α sempre c-comandarà β , assim como β sempre c-comandarà α . Então, se α e β são irmãos, diremos que α e β mantêm uma relação de *c-comando simétrico*. Para a proposta de Kayne, é relevante justamente o conjunto complementar de contextos, os casos nos quais o c-comando **não** é simétrico, isto é, os casos de *c-comando assimétrico*. Apenas por questões didáticas, formalizo o conceito abaixo:

(59) **C-comando assimétrico:** α c-comanda β assimetricamente se α c-comanda β , mas β não c-comanda α .

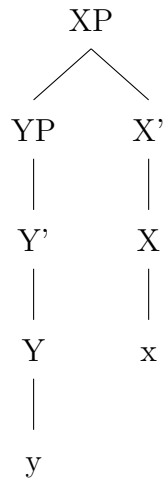
Agora, vou me debruçar sobre a grande proposta de Kayne, o **Axioma da Correspondência Linear (LCA)**. Abaixo, apresento uma definição que não é exatamente aquela formalizada por Kayne, mas é equivalente do ponto de vista extensional.

- (60) **Axioma da Correspondência Linear:** Tomem-se as categorias P e Q, tais que P domina X, X domina apenas o IL x , Q domina Y, e Y domina apenas o IL y . Se P c-comanda Q assimetricamente, então x precede y na ordem linear, fato representado por $x > y$.

Confesso que é uma formalização complexa, mas, de um modo geral, se α c-comanda β assimetricamente, α precede β na ordem linear, ou seja, $\alpha > \beta$.

A partir de agora, vou apresentar diversos exemplos, no sentido de justificar a estrutura sintagmática no modelo kayneano. Tomemos o seguinte exemplo:

- (61) $\text{merge}(\text{YP}, \text{X}') = \text{XP}$

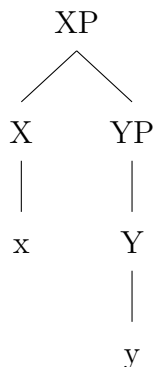


Suponhamos que XP, X', X, YP, Y' e Y são categorias distintas, como no modelo sintagmático de Chomsky. Sabemos que YP c-comanda X assimetricamente, porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam YP (neste caso, apenas {XP}) também dominam X. Como YP domina Y, é esperado, pelo LCA, que $Y > X$. Contudo, X' c-comanda Y assimetricamente, porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam X' (neste caso, também {XP}) também dominam Y. Então, como X' domina X, é esperado, também pelo LCA, que $X > Y$, que é, pois, uma contradição. Violando

LCA, a estrutura não é derivada.⁵

É por essa razão que a estrutura sintagmática proposta por Chomsky não respeita o LCA e precisa ser reavaliada na proposta de Kayne. Como sinalizei anteriormente, nessa proposta, não há projeção intermediária ou especificador: há apenas complemento e adjunto. Vamos verificar a motivação para esse fato.

$$(62) \quad \text{merge}(X, YP) = XP$$



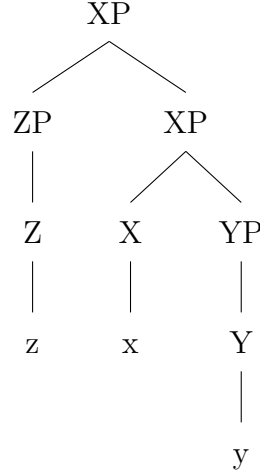
Essa é uma estrutura que envolve apenas um sintagma XP e seu complemento YP. Nesse caso, X c-comanda Y assimetricamente, porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam X (ou seja, {XP}) também dominam Y. A recíproca não é verdadeira, ou seja, Y ou YP não c-comandam X assimetricamente. Portanto, essa derivação respeita o LCA, e o ordenamento linear dela é este:

$$(63) \quad \mathcal{L}: x > y$$

Agora, consideremos este outro exemplo:

$$(64) \quad \text{merge}(ZP, XP) = XP$$

⁵É importante ressaltar que estamos assumindo que o LCA está codificado na GU, ou seja, não há questões de economia em jogo: a estrutura (61) não é “bloqueada” pela sintaxe; na verdade, ela nem sequer é projetada.

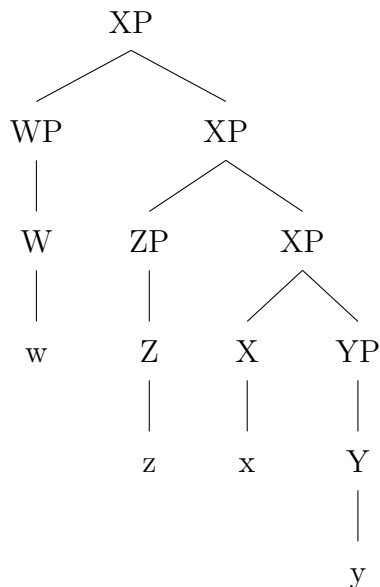


Recordemos a distinção entre categoria e segmento, de Chomsky (1986): adjuntos criam novos segmentos da mesma categoria; é por isso que o XP está bipartido. Nesse caso, XP não domina ZP, porque uma categoria K só domina L se todos os segmentos de K dominam L. Então, sendo ZP um adjunto de XP, ZP não é dominado por XP. ZP c-comanda X assimetricamente, porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam ZP (ou seja, $\emptyset$) também dominam Z; a recíproca não é verdadeira: XP não c-comanda ZP, porque XP não exclui ZP (ou seja, há pelo menos um segmento de XP que domina ZP). Portanto, Z precede X no ordenamento linear. O ordenamento entre X e Y é o mesmo do exemplo anterior. Assim sendo, este é o ordenamento do objeto sintático:

$$(65) \quad \mathcal{L} = z > x > y$$

Agora, consideremos este outro exemplo.

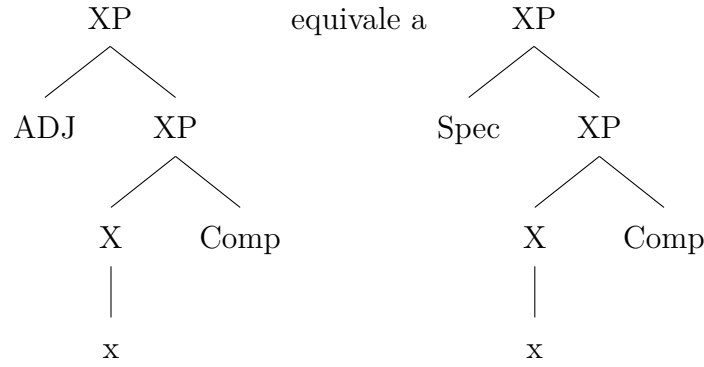
$$(66) \quad \text{merge}(\text{WP}, \text{XP}) = \text{XP}$$



WP é outro adjunto de XP. WP c-comanda Z, porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam WP (ou seja, $\emptyset$) também dominam Z, logo W precede Z; contudo, ZP c-comanda W, porque são categorias excludentes e toda categoria que domina ZP (ou seja, $\emptyset$)⁶ também domina W, logo Z precede W, que é uma contradição. Portanto, essa estrutura viola LCA e é impossível.

Esse exemplo mostra que, para Kayne, cada domínio sintagmático pode ter um, e somente um adjunto. É por isso que, em diversos trabalhos acadêmicos, usa-se o nome “especificador” normalmente para esse adjunto: ele é único.

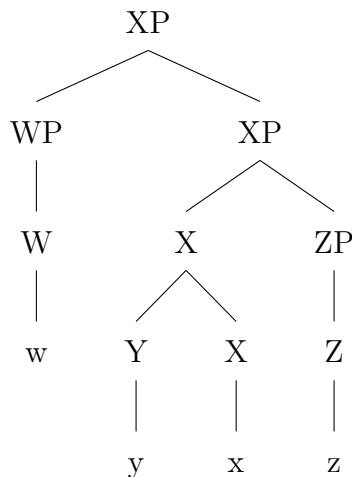
⁶Um contra-argumento óbvio é que a terceira alínea da definição de c-comando, em (58), não é aplicável, porque ZP não é dominado por nenhuma categoria, assim como XP, então a afirmação de que “todas as categorias que dominam ZP também dominam X” seria questionável. Há duas soluções possíveis. Se o ordenamento linear de K é $\mathcal{L}(K)$, então o de K em $\text{merge}(L, K) = [L K]$ também será $\mathcal{L}(K)$ (ou seja, *merge* não altera o ordenamento de um domínio já derivado). Podemos supor que existe uma categoria Σ que domina XP, de modo que todas as categorias que dominam ZP (ou seja, $\{\Sigma\}$) também dominam X. Outra alternativa é pensar que a definição de c-comando está tratando de conjuntos. Suponha-se que o conjunto das categorias que dominam α seja $\mathfrak{D}(\alpha)$, e o das que dominam β , $\mathfrak{D}(\beta)$. Se todas as categorias que dominam α também devem dominar β , então $\mathfrak{D}(\alpha) \subseteq \mathfrak{D}(\beta)$. Em Teoria dos Conjuntos, é sempre verdade que $\emptyset \subseteq A$, para qualquer conjunto A. Portanto, se α é dominado por um conjunto vazio de categorias, é certo que as categorias que dominam α dominam β , para qualquer β selecionado.



Portanto, haja vista que estou me valendo da teoria de Kayne, os termos *especificador* e *adjunto*, neste trabalho, são equivalentes em relação aos sintagmas. Veremos adiante que, em relação aos núcleos, só se pode falar em adjunção.

É importante ressaltar que a proposta de Kayne também é válida para adjunção de núcleos. Considere o seguinte exemplo:

$$(67) \text{ merge}(Y, X) = X$$



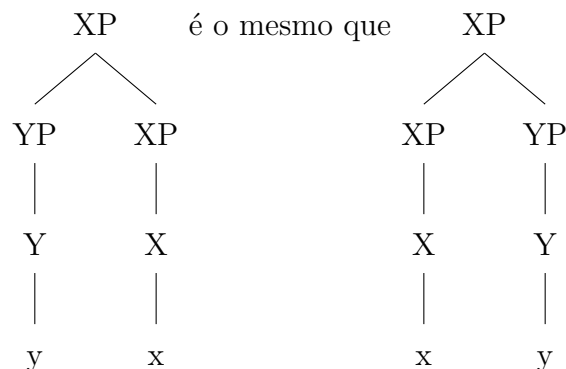
Nesse caso, Y c-comanda X assimetricamente porque são categorias excludentes e todas as categorias que dominam Y ($\{XP\}$) também dominam X. X, por outro lado, não c-comanda Y porque não o exclui: há um segmento de X que domina Y. Como já se sabe que W precede o núcleo X, e X precede ZP, o ordenamento linear do objeto sintático é este:

$$(68) \mathcal{L} = w > y > x > z$$

Há um ponto importante sobre os pressupostos de Kayne. Primeiro, a operação *merge* seleciona dois argumentos, que se unirão para formar uma nova unidade. Não importa a

ordem na qual esses argumentos são dispostos. Como a ordem linear é derivada a partir do c-comando assimétrico, a ordem na qual as unidades se unem é irrelevante.

$$(69) \quad \text{merge}(\text{YP}, \text{XP}) = \text{merge}(\text{XP}, \text{YP}) = \text{XP}$$

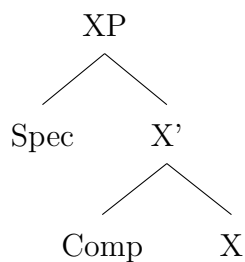


$$(70) \quad \mathcal{L} = y > x$$

Perceba que, independentemente de como a árvore seja “desenhada”, as relações de c-comando assimétrico são as mesmas. É evidente que, por razões didáticas, vamos preferir a primeira representação, em que os núcleos já aparecem na ordem linear correta, mas a escolha é irrelevante. Mas esteja claro que não se trata de mera questão representacional: em outras propostas teóricas (ver, por exemplo, Ernst (2002) e Bruening (2017)), a operação *merge* é subespecificada para a ordem linear. Nessas propostas, $\text{merge}(\alpha, \beta)$ e $\text{merge}(\beta, \alpha)$ geram unidades distintas.

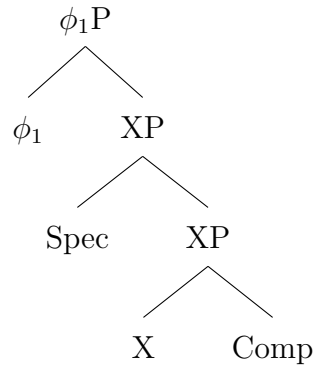
O leitor familiar com o tema deve prever que essa assunção de Kayne implica problemas em relação às línguas de núcleo final. No modelo de Chomsky, línguas de núcleo final (por exemplo, japonês) têm uma estrutura sintagmática, de fato, invertida.

(71) XP de Chomsky para línguas de núcleo final:



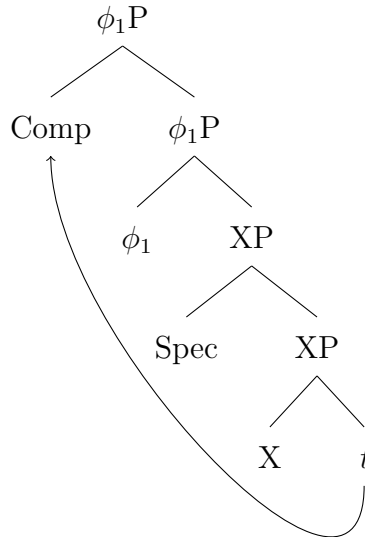
Se estamos assumindo que a ordem em que os elementos são concatenados é irrelevante, então, no modelo de Kayne, a representação acima equivaleria à mesma estrutura das línguas de núcleo inicial. Por isso, nesse modelo, é esperado que as ordens das línguas naturais sejam todas derivadas da mesma maneira: por *movimento*. Não discutimos, ainda, o movimento sintagmático, mas, por ora, apresento apenas uma sugestão de derivação para a ordem linear das línguas ditas de núcleo final, a partir da estrutura sintagmática proposta por Kayne. Vamos assumir que haja duas categorias funcionais, ϕ_1 e ϕ_2 , cujos núcleos sejam nulos, ou seja, sem material fonológico.

$$(72) \quad \text{merge}(\phi_1, \text{XP}) = \phi_1\text{P}$$



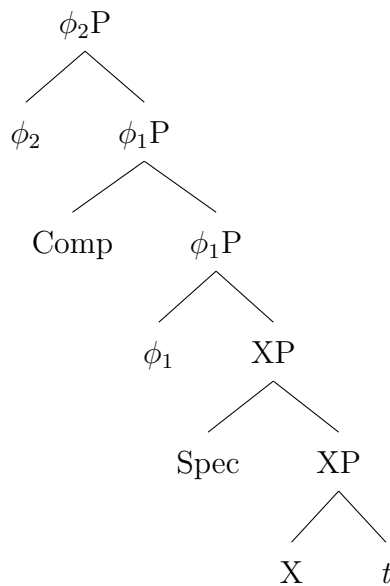
Agora, Comp se move ao Spec de $\phi_1\text{P}$.

$$(73) \quad \text{move}(\text{Comp}) = \phi_1\text{P}$$

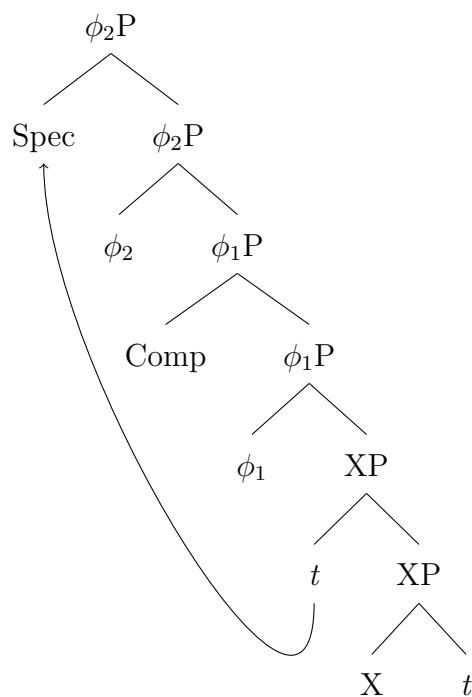


Agora, a nova categoria ϕ_2P abarcará o Spec de XP.

$$(74) \quad \text{merge}(\phi_2, \phi_1P) = \phi_2P$$



$$(75) \quad \text{move}(\text{Spec}) = \phi_2P$$



Essa estrutura apresenta a ordem linear esperada para línguas de núcleo final, a saber:

$$(76) \quad \mathcal{L} = \text{Spec} > \phi_2 > \text{Comp} > \phi_1 > X$$

Haja vista o fato de que ϕ_1 e ϕ_2 são núcleos nulos, esse ordenamento pode ser resumido desta forma:

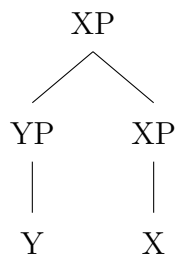
$$(77) \quad \mathcal{L} = \text{Spec} > \text{Comp} > X$$

Então, o leitor já deve perceber que, para equilibrar o fato de que o ordenamento linear está codificado na GU, devemos abrir mão de um conjunto pequeno de categorias, porque deve haver posições suficientes para que os movimentos sintáticos aconteçam. Essa consequência ensejou o espírito da **Cartografia Sintática** (ver, por exemplo, Rizzi (1997) e Cinque (1999)).

Os estudiosos da Cartografia se debruçam sobre propriedades sintático-semânticas das categorias, guiados principalmente pelo princípio Um Traço – Um Núcleo (OFOH) (Kayne (2005); ver, também, Tescari Neto (2021)). Como estou aqui mais interessado em propriedades fonológicas que semânticas dos constituintes, geralmente aludirei às categorias cartográficas de maneira abstrata, como fiz nos exemplos acima. Se for estritamente necessário, poderei mencionar alguma categoria particular da hierarquia sintática.

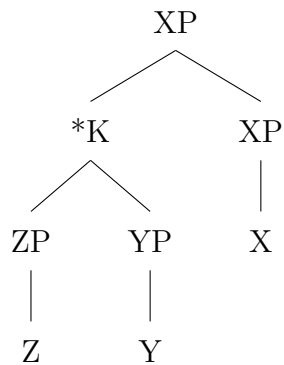
Por fim, como último tópico desta seção, saliento que a operação *merge* não pode ser aplicada a domínios já derivados. Suponha-se o seguinte exemplo:

$$(78) \quad \text{merge}(\text{YP}, \text{XP}) = \text{XP}$$



Vamos supor que se pretenda *mergir* ZP a uma unidade da estrutura acima, para formar o domínio K. O único domínio disponível para *merge* é XP, porque é a raiz da estrutura (ou seja, o ponto mais alto, também representado por Σ). Caso *merge* selecione YP como argumento, será formada uma estrutura agramatical.

$$(79) \quad \text{merge}(\text{ZP}, \text{YP}) = *K$$

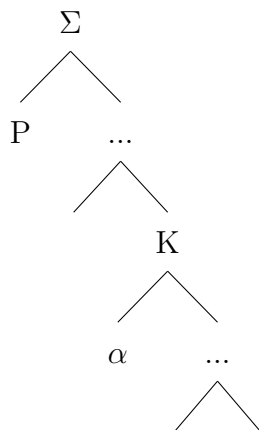


1.2.2 Mover, ou *move*

Contemporaneamente, *move* também é chamado de *merge* interno. Para Chomsky (2005), trata-se de uma operação básica tal e qual *merge*, com a diferença de que *move* seleciona um elemento interno à estrutura. Vou adotar, neste trabalho, as nomenclaturas *move* e *merge* (em vez de *merge* interno e *merge* externo), contudo vou me debruçar, neste primeiro momento, a mostrar que *move* e *merge* são contrapartes do mesmo tipo de operação. Antes, é importante salientar que existem, basicamente, dois tipos de movimento: o movimento sintagmático (ao qual um domínio XP é submetido) e o movimento nuclear (ao qual um núcleo X é submetido). Por ora, vou abordar o movimento sintagmático.

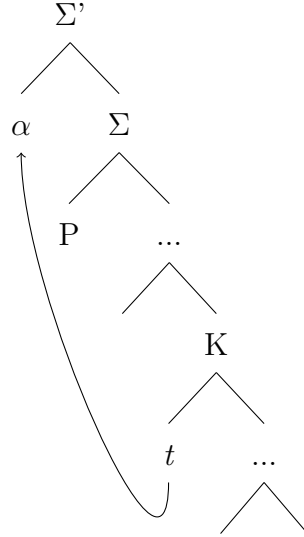
Suponhamos uma estrutura raiz Σ , dentro da qual há um constituinte α que se pretende mover.

(80) $[\Sigma \dots \alpha \dots]$



Portanto, *move* selecionará α como argumento, ampliando o domínio de Σ . Se quisermos interpretar que se trata de *merge*, seus argumentos serão α e Σ .

$$(81) \quad \text{move}(\alpha) = \text{merge}(\alpha, \Sigma) = \Sigma$$



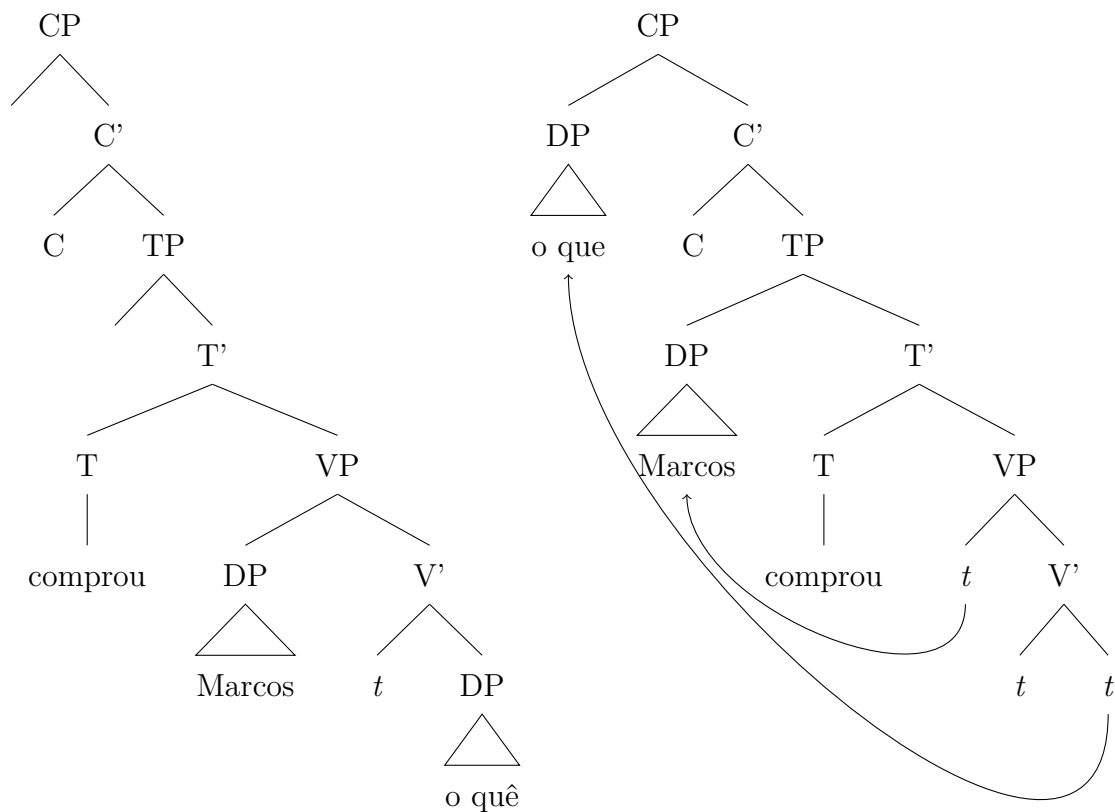
A etiqueta de Σ' é igual à de Σ , ou seja, o elemento movido nunca controla a etiqueta da nova unidade formada. Essa estrutura pode deixar, ainda, alguns questionamentos em aberto, que pretendo dirimir a seguir.

Primeiro, quando α se moveu, deixou, em sua posição de origem, um *vestígio*, representado por t . Assumimos que qualquer objeto sintático movido (inclusive núcleos) deixa vestígio em sua posição de origem. Em Chomsky (1986), propunha-se que o movimento podia deixar, em alguns casos, uma variável *vbl*, devido à diferença na natureza do movimento de alguns constituintes sintáticos. Não vou considerar essa distinção: qualquer objeto movido deixa vestígio, apenas.

Além disso, afirmei que $\text{move}(\alpha)$ sempre equivale a $\text{merge}(\alpha, \Sigma)$, sendo Σ a raiz da estrutura derivada. Portanto, assumimos que, assim como no *merge*, um elemento não pode mover-se a uma posição já derivada. Em Chomsky (1986), assumia-se uma proposta em que isso era possível, porque havia a Estrutura Profunda (ver DS), que previa posições de especificador vazias, para as quais constituintes podiam mover-se. Eram possíveis derivações deste tipo:

$$(82) \quad \text{O que Marcos comprou?}$$

- (83) a. $[_{CP} C [_{TP} \text{comprou} [_{VP} \text{Marcos } t \text{ o que }]]]$
 b. $[_{CP} \text{o que } C [_{TP} \text{Marcos comprou} [_{VP} t t t]]]$



No PM, já se assume que não há posições vazias “esperando” por constituintes que pretendem mover-se. As posições surgem à medida que são requisitadas. Na verdade, são *merge* e *move* os responsáveis pelo surgimento de novas posições; logo, o movimento para uma posição já derivada é, no mínimo, contraditório, porque todas as posições internas à estrutura já estarão ocupadas.

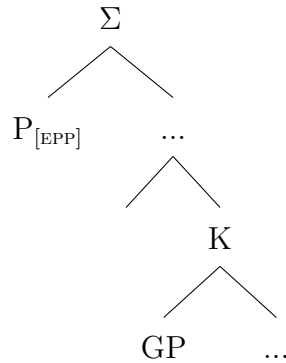
Porém, devemos considerar que o movimento deve ter alguma motivação. Entre as propostas em teoria sintática, as motivações para o movimento são relativamente variáveis. Até Chomsky (1993), havia dois tipos de movimento sintagmático: o Movimento-A e o Movimento- $\bar{A}$. O primeiro se devia à necessidade de os sintagmas nominais serem marcados com Caso (Filtro do Caso, Chomsky (1986)). O Movimento- $\bar{A}$ resultava do processo de checagem de traços, ou seja, um domínio K tem um traço F que pode ser

verificado por um núcleo X, então K se move a Spec de XP para verificar esse traço.

Ainda que se mantenha, atualmente, a distinção entre posições-A e posições- $\bar{A}$, a tipologia de movimento tornou-se obsoleta, porque agora todos os movimentos sintagmáticos são motivados por um traço específico: o traço [EPP]. Antes de discorrer sobre esse traço, vou explicar a maquinaria que justifica o movimento de qualquer domínio XP.

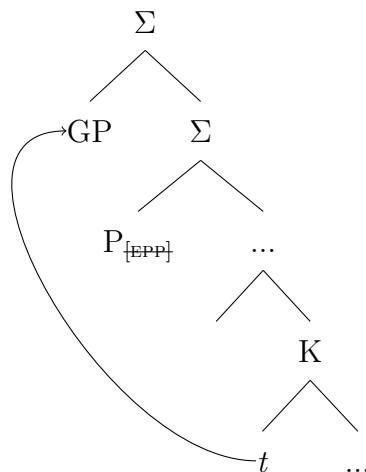
Primeiro, devo salientar que o movimento de constituintes se deve à operação *agree*, que será detalhada posteriormente. Em uma proposta didatizada, podemos assumir, simplesmente, que um núcleo dotado de traço [EPP] pode satisfazê-lo de duas formas. A primeira é alçando um constituinte qualquer ao seu especificador (o que ocorre, por exemplo, quando o sujeito é alçado a SpecTP, para satisfazer o traço [EPP] de T). Vamos supor um núcleo P com [EPP] e um constituinte GP que tem requisitos a satisfazer em SpecP.

$$(84) \quad [\Sigma \text{ P}_{[EPP]} \dots \text{GP}]$$



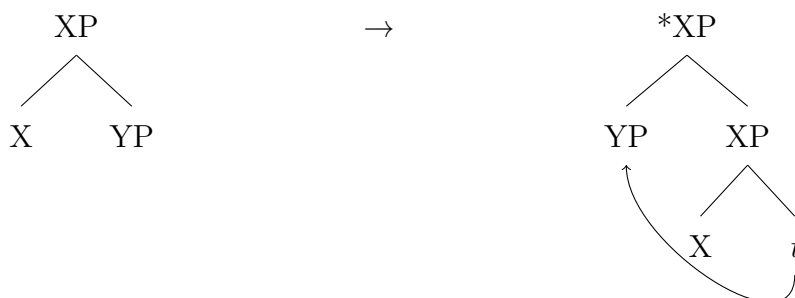
Nesse caso, como P porta um traço [EPP], ele forçará a elevação de GP a Spec de P.

$$(85) \quad \text{move}(\text{GP}) = \Sigma$$



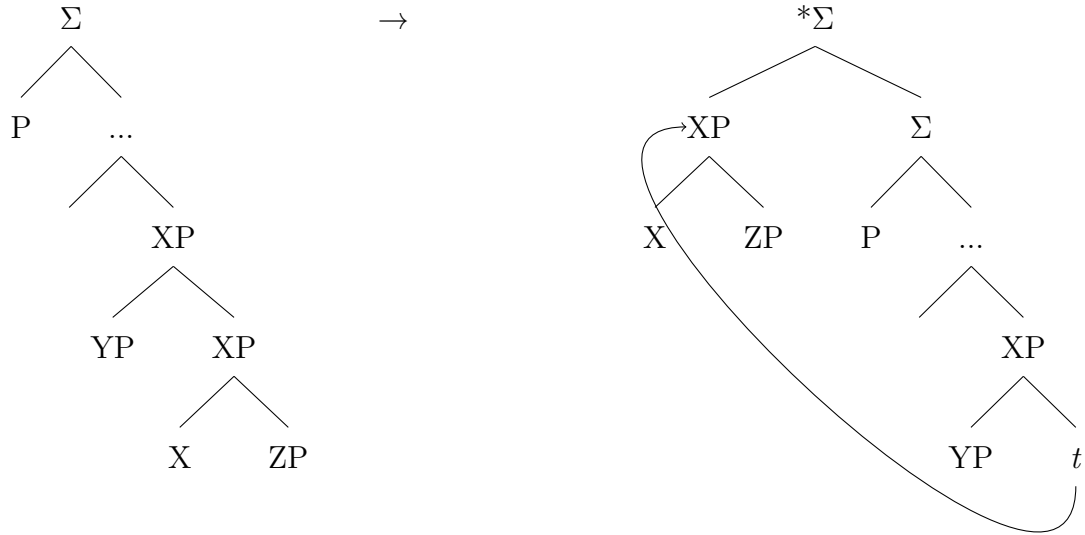
Cabe notar que P deve c-comandar GP assimetricamente, ou seja, P e G não podem ser irmãos. Essa é a proposta de Bošković (1994): o **Princípio da Antilocalidade**, segundo o qual o complemento de um sintagma não pode mover-se à sua própria posição de especificador.

$$(86) \text{ move(YP) = *XP}$$



Além disso, é importante notar que as “projeções intermediárias” (tanto no sentido de Chomsky quanto no de Kayne) são inacessíveis a outras operações sintáticas. Se considerarmos, na proposta de Kayne, que adjuntos criam segmentos de categorias já existentes (e não categorias novas), então assumimos que *move* se aplica somente a categorias, e não segmentos. Portanto, um movimento como este é ilícito:

$$(87) \text{ move(XP) = *}\Sigma$$



Tornando novamente ao traço [EPP], há uma ressalva importante sobre o seu funcionamento. Segundo Chomsky (1993), a operação *move* não é a única maneira de satisfazer a exigência do traço [EPP]; há um caso, mais excepcional, no qual ele pode ser satisfeito por *merge*. É o caso dos sujeitos expletivos. Apresentarei um exemplo do inglês, porque, até onde se sabe, o português não dispõe de sujeitos expletivos visíveis (ou seja, com material fonológico).

- (88) a. A man is in the room.
b. There is a man in the room.

(89) [TP is [VP [a man] in the room]]

- (90) a. *Primeira opção*: $\text{move}([a \text{ man}]) = [\text{TP } [a \text{ man}] \text{ is } [\text{VP } t \text{ in the room }]]$
b. *Segunda opção*: $\text{merge}(\text{there}, \text{TP}) = [\text{TP } \mathbf{there} \text{ is } [\text{VP } [a \text{ man}] \text{ in the room }]]$

Por enquanto, vamos assumir que a estrutura em (89) pode ser derivada das duas formas apresentadas, ou seja, ou [a man] é movido para a posição de sujeito (a saber: Spec de TP), ou é inserido nessa posição, por *merge*, o expletivo *there*, mantendo-se [a man] em sua posição original. Generalizando-se os casos [EPP] nas derivações, esse traço é, na verdade, uma exigência cuja satisfação obedece à seguinte condição:

- (91) **Satisfação de [EPP]:** O traço [EPP] do núcleo X é satisfeito se a posição de Spec de XP estiver preenchida.

Portanto, apenas para clarificar a relação entre [EPP] e movimento, todo movimento sintagmático se deve à presença de algum traço [EPP], mas nem todo [EPP] implica movimento de constituinte; o [EPP] pode, às vezes, acarretar o *merge* de um expletivo.

A partir disso, há uma reflexão interessante sobre as operações de *merge* e *move*. Por que essas operações são aplicadas na derivação sintática? A motivação mais forte para *merge* parece ser semântica: no caso dos núcleos lexicais, *merge* se deve à saturação dos predicados; em relação aos núcleos funcionais, *merge* obedece à hierarquia universal, que, como vimos, está associada, entre outros pressupostos cartográficos, ao Princípio OFOH, ou seja, à marcação de traços semântico-pragmáticos à estrutura.

Contudo, supondo-se que o movimento (pelo menos sintagmático) resulta da satisfação de um traço [EPP] e que [EPP] é apenas uma exigência de preenchimento de posição sintática, parece que o movimento é regido por questões fonológicas, mais do que semânticas. É evidente que não possamos negar a contraparte semântica de alguns movimentos (como a questão do escopo; ver, por exemplo, Citko (2014)). Contudo, no estágio atual da Teoria Gerativa, parece que as consequências semânticas do movimento são acidentais, porque esses movimentos dependem de um traço [EPP], cuja satisfação obedece a um critério fonológico.

Propus, no primeiro capítulo deste trabalho, a cisão entre fonologia aberta e fonologia estrita (ver “Tipos de fonologia”). Essa abordagem sobre o movimento (como uma propriedade fonológica) pertence ao conceito de fonologia aberta. O problema, porém, é que, se o movimento deriva da satisfação de critérios exclusivamente fonológicos, esperaríamos que se tratasse de uma operação exclusiva da PF, que é, aliás, o ideal, mas o pressuposto de que a linearização está codificada na GU contradiz essa proposta. A sintaxe já deve derivar a ordem correta em que o enunciado será manifestado pelo SM.

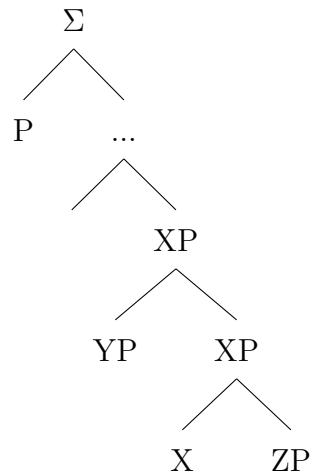
Por isso, estamos assumindo que o traço [EPP] pertence à codificação de alguns núcleos no léxico. Isso nos leva a outro nível de análise: a *morfologia*. Se considerarmos que a morfologia opera a estrutura interna dos núcleos sintáticos, então a estrutura morfológica da língua leva alguns núcleos a disporem desse traço obrigatório.

Não pretendo apresentar propostas sobre esse tema neste capítulo. O ponto relevante

é o paralelismo que há entre *merge-move* e semântica-fonologia. Neste trabalho, referente à *interface sintaxe-fonologia*, o estudo do movimento é bastante relevante, principalmente no tocante à chamada fonologia aberta, proposta neste texto.

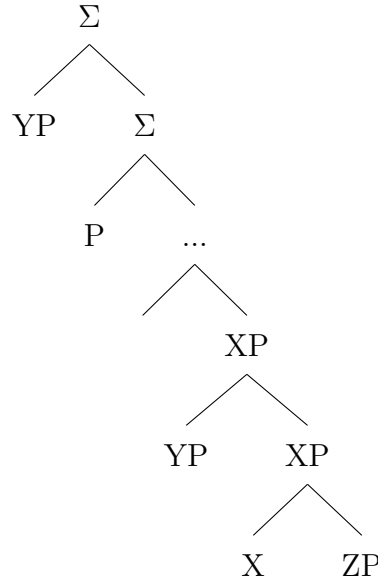
Antes de findar a discussão sobre o movimento sintagmático, vou abordar brevemente propostas sobre a *Economia* das operações, tema que será analisado com mais profundidade em outra seção. Devemos considerar que, em Chomsky (2000), foi proposto o Princípio *Merge-over-Move*, segundo o qual a operação de *merge* é mais leve (ou seja, menos custosa ao sistema computacional) do que *move* e, por isso, em um contexto no qual ambas as opções são possíveis, deve-se preferir *merge*.

Essa proposta converge com a Teoria do Movimento como Cópia, de Jairo Nunes (1995), segundo a qual *move* não é uma operação básica do sistema computacional, e sim uma operação complexa, formada por três suboperações: *copy* (copiar), *form chain* (formar cadeia) e *delete* (deletar). Tome-se, pois, a seguinte estrutura.



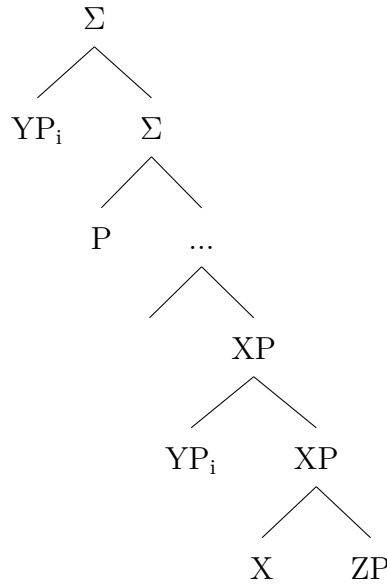
Suponha-se que P é dotado de traço [EPP] e está prestes a estabelecer uma relação de *agree* com YP. Nesse caso, quando o *agree* foi estabelecido, a primeira operação acionada é *copy*, que gerará uma cópia de YP na raiz da estrutura.

(92) *agree*(P, YP) e *copy*(YP)



Em seguida, será aplicado *form chain*, para garantir que as duas cópias de YP pertençam à mesma cadeia, garantindo que sejam interpretados como o mesmo constituinte (ver, por exemplo, Gandulfo (2024)).

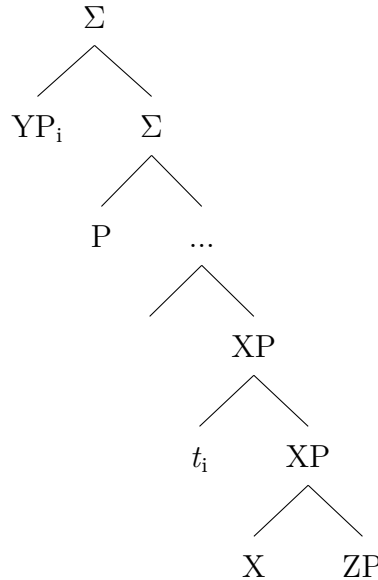
(93) *form chain*(YP, YP)



Agora, formada a cadeia (YP_i, YP_i) , surge um problema: para Kayne (1994), essa estrutura sintática viola LCA, porque o constituinte YP_i c-comanda P (em sua cópia alta) e é c-comandado por P (em sua cópia baixa) simultaneamente. Portanto, não é possível estabelecer um ordenamento linear entre YP_i e P, violando o LCA. Para evitar

problemas de linearização na PF, a sintaxe deve deletar uma das cópias. Em geral, a cópia baixa é marcada para deleção:

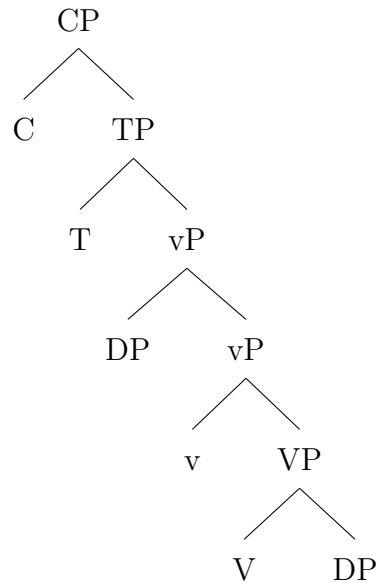
(94) delete($Y\bar{P}$)



Todas essas operações foram formalizadas rigidamente em Nunes (1995); minha intenção aqui foi apenas uma visão introdutória da proposta. Também pretendo adotá-la nas análises, principalmente em relação à formalização de *delete*, que é particularmente relevante para a PF.

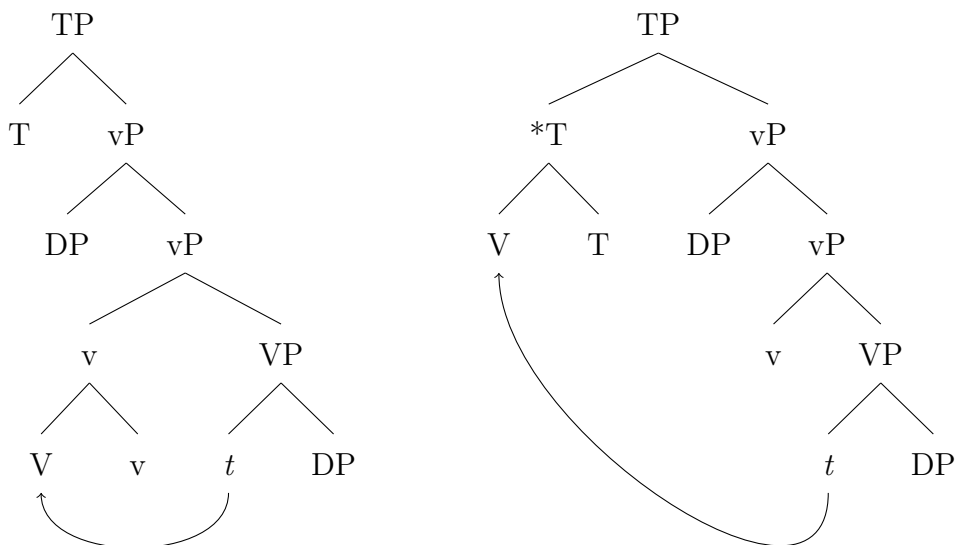
Agora, vou abordar brevemente o movimento nuclear (ou movimento de núcleo). Primeiro, vou considerar que é sabido do leitor que, na proposta de Chomsky (2000, 2001), a estrutura básica das orações transitivas (sem movimento) é a que segue abaixo.⁷

⁷Vou presumir que o leitor já conhece as categorias aqui representadas, assim como suas respectivas siglas. Por desengano de consciência, apresento as seguintes referências. Sobre o CP, ver Chomsky (1986); sobre o TP, ver Chomsky (1986, 1993) e Pollock (1989); sobre o vP, ver Larson (2014); por fim, sobre o DP, ver Abney (1987).



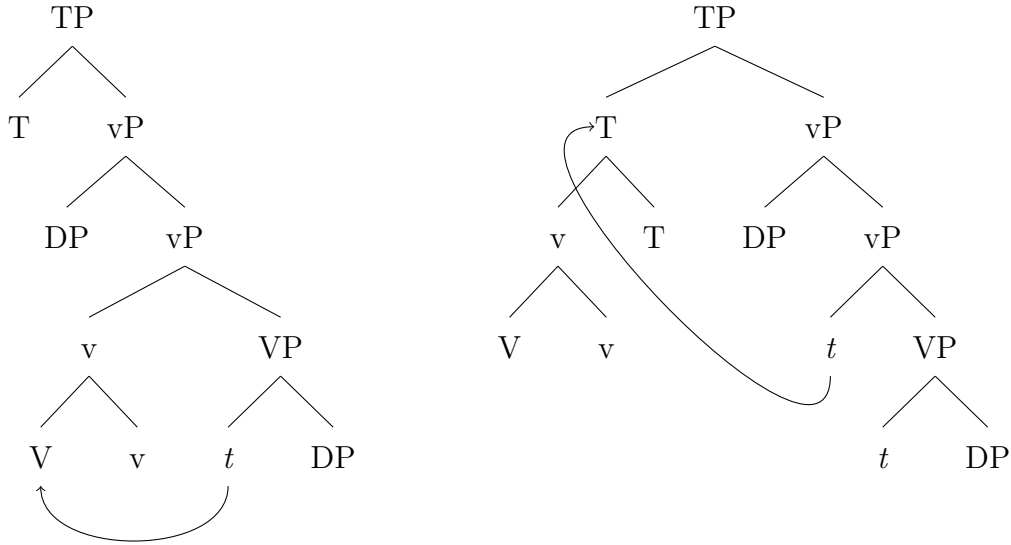
Primeiro, devemos considerar que Travis (1984) propôs a Restrição de Movimento de Núcleo (HMC), segundo a qual um núcleo só pode adjungir-se ao núcleo mais próximo que o c-comande. Então, por exemplo, no modelo acima, V mover-se a *v*, mas não a T diretamente.

- (95) a. move(V) (para *v*)
 b. *move(V) (para T)



Para que V se movesse a T, se fosse necessário, V deveria primeiro mover-se a *v*.

(96) $\text{move}(V) > \text{move}(v)$



Portanto, assim como no movimento de constituinte, vamos assumir que a operação *move* para núcleos também seleciona um único argumento, uma vez que não é necessário assinalar a posição para qual o núcleo se moverá: sempre será a primeira posição de núcleo que o c-comanda.

Também como investigamos nos movimentos de constituinte, os movimentos de núcleo devem ser motivados. Em geral, a motivação é lexical, baseada na estrutura fonológica “enfraquecida” do item. Chomsky (1993) sugere que os núcleos que “atraem” outros núcleos possuem o traço (fonológico) $[+AF]$, de *afixo*. Então, afixos são núcleos que motivam a elevação do núcleo abaixo.

Em Português Brasileiro (PB), assumo que T e v são afixos por natureza.⁸ Dessa forma, a derivação de movimentos apresentadas acima (V para v e, depois, v para T) é regular para a maioria dos casos em português. Contudo, em inglês, não há movimento de v para T, fato discutido em Pollock (1989) e, posteriormente, em Chomsky (1993). Isso se deve ao ordenamento linear das duas línguas. Analisem-se os dados abaixo:

(97) a. João perdeu completamente a cabeça.

b. *João completamente perdeu a cabeça.

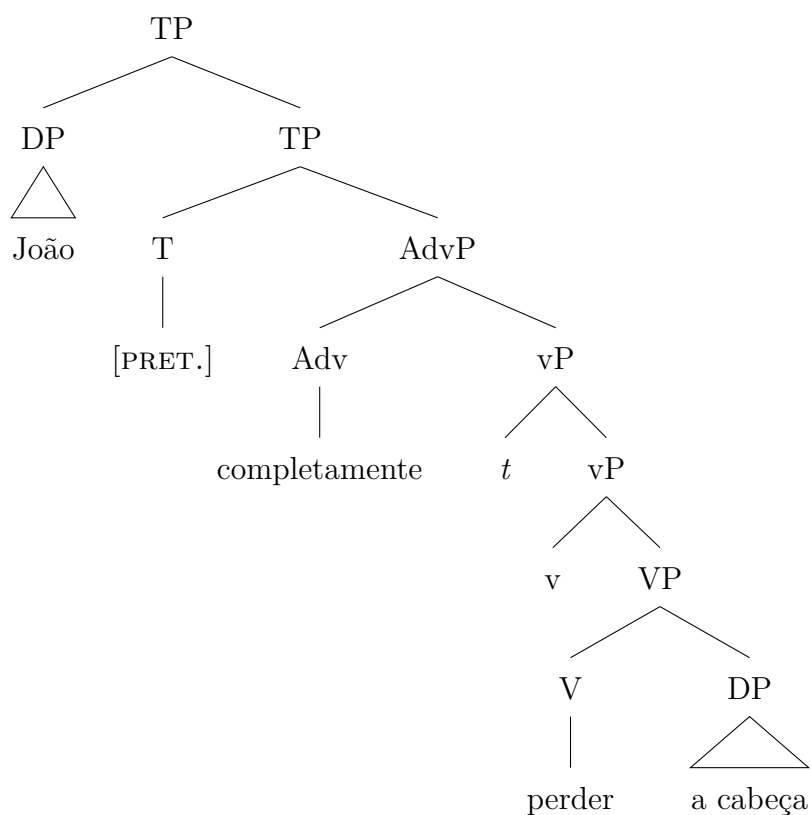
(98) a. *John lost completely his head.

⁸O estatuto de T como afixo no PB é questionável. Em relação a v, Citko (2014) afirma que são afixos por natureza, embora Lourenço (2018) proponha que o v não é afixo na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

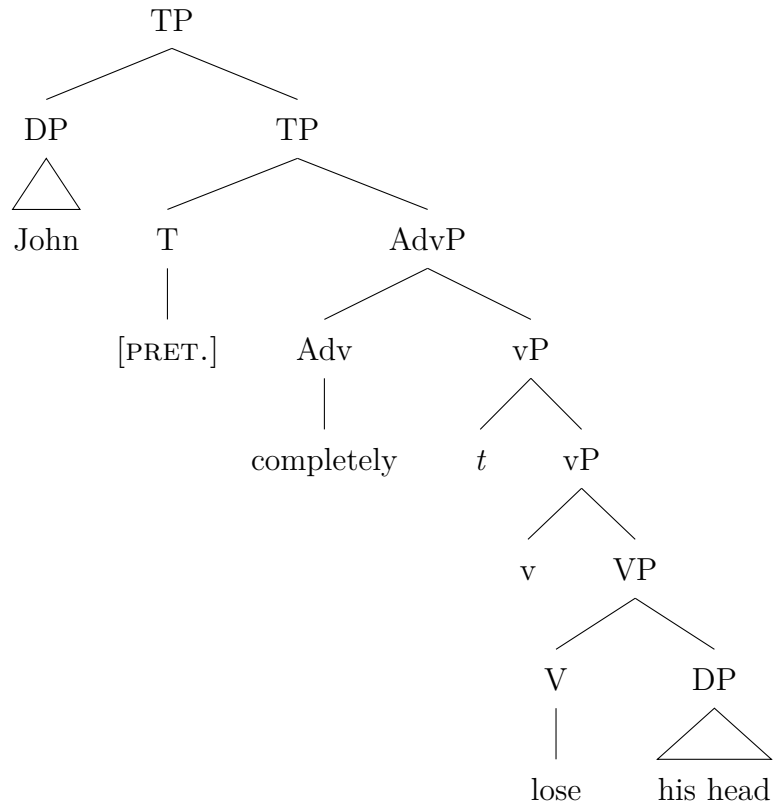
- b. John completely lost his head.
 João completamente perdeu sua cabeça
 ‘João perdeu completamente a cabeça.’

Agora, vamos assumir as seguintes representações para as derivações corretas em português e em inglês, respectivamente, mas sem os movimentos de núcleo ainda. Além disso, no espírito cartográfico, vou assumir que “completamente” e “completely” são a mesma categoria AdvP.

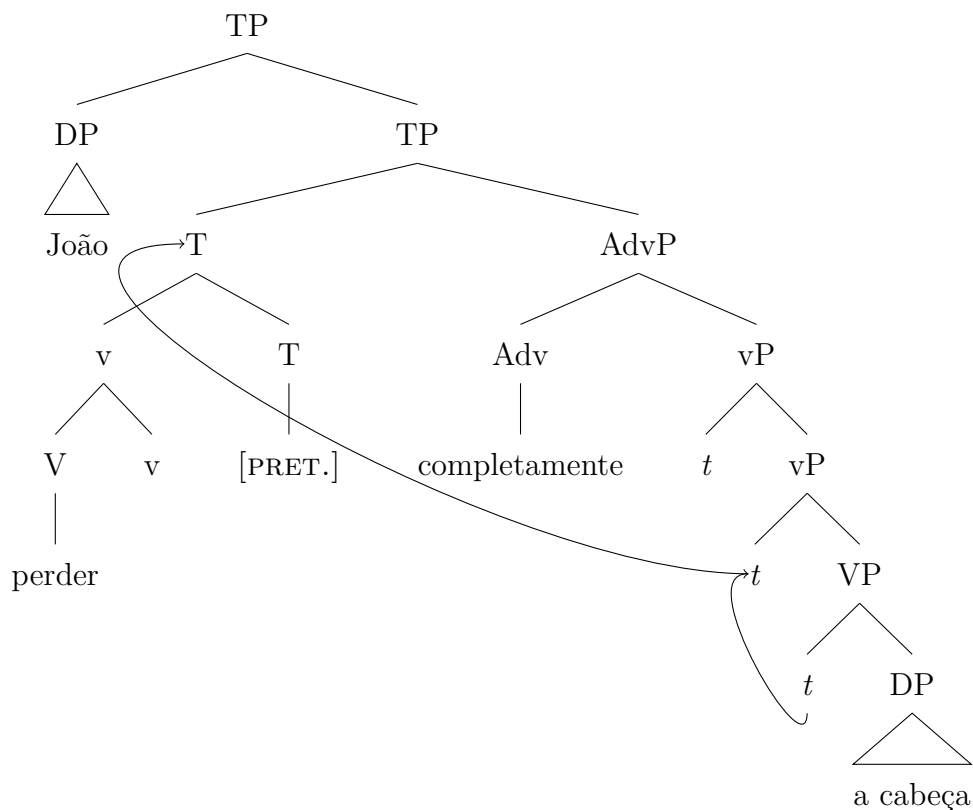
- (99) [TP João T completamente perder a cabeça]



- (100) [TP John T completely lose his head]



Na sentença em português, caso V seja movido a T (passando por v, devido à HMC), a ordem linear derivada será correta.



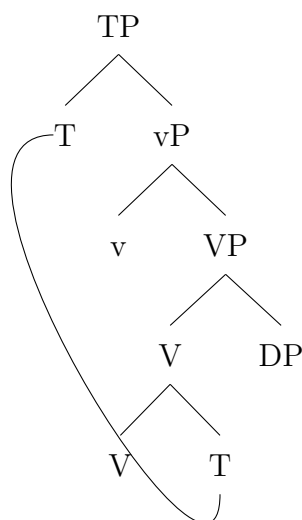
(101) $\mathcal{L} = \text{João} > T \text{ (perdeu)} > \text{completamente} > \text{a cabeça}$

Entretanto, o leitor já deve prever que, caso essa mesma derivação seja aplicada diretamente ao inglês, gerará uma ordem indesejada, provavelmente aquela que apresentei em (98a). Nesse caso, Chomsky (1993) propõe que, contrariamente, é a flexão que deve descer para adjungir-se a T, derivando a ordem linear correta.⁹ Contudo, “mover para baixo” incorre em um problema de **contraciclicidade**, fato discutido em Chomsky (2001). Na verdade, Chomsky propõe que qualquer movimento de núcleo é contracíclico, por pelo menos uma razão: que o movimento de núcleo sempre tem como alvo um objeto sintático já derivado (outro núcleo).¹⁰ Portanto, o autor propôs que o movimento de núcleo não pertencia à alçada da *Narrow Syntax* (“sintaxe estrita”); na verdade, ele é fonológico.

⁹Há uma explicação mais formal no texto para não haver esse movimento. Lembrando-se que, na proposta de Chomsky (1993), havia as posições de Agr_SP e Agr_OP, assumia-se que, no inglês, o Agr_O possui uma restrição, que impede a elevação de núcleos lexicais. Perceba que, se se tratasse de um verbo auxiliar (eminentemente funcional), o movimento de núcleo seria correto. Enfim, apenas deixo claro que há uma formalização mais rigorosa para esse movimento, cujo entendimento exige a leitura integral do texto.

¹⁰Outro argumento do autor é que, quando um elemento é movido, espera-se que ele c-comande sua posição de origem, assim como no movimento sintagmático. Acontece que, na definição de c-comando para Kayne, apresentada em (58), esse c-comando acontece, sim.

Nesse sentido, outras propostas teóricas, principalmente da morfologia, tentam justificar essas ordens lineares a partir de outras maquinarias de núcleo mais elaboradas. Por exemplo, na Morfologia Consolidada (Bruening, 2017), assume-se que o núcleo V já possui uma projeção interna T com a qual o núcleo sintático T concorda.



Portanto, nessa proposta, o movimento de núcleo depende exclusivamente do traço $[+AF]$: o núcleo que possui $[+AF]$ motivará a elevação do núcleo abaixo. Todavia, Bruening apresenta evidências robustas para o fato de que, aparentemente, não existe nenhum motivador semântico para o movimento de núcleo, outro fato que leva Chomsky a sugerir que não se trata de uma operação da sintaxe estrita, e sim da fonologia.

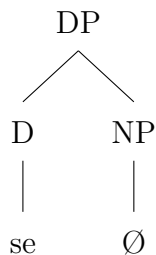
Se assumirmos que há um traço $[+AF]$ responsável por todos os casos de elevação ou não elevação, estaríamos reduzindo todo o problema a uma mera organização de léxico. No entanto, os textos aqui apresentados sugerem que existem diversas restrições sintáticas específicas para esse movimento. O ideal, novamente, seria que houvesse um conjunto de operações fonológicas específicas que pudessem formalizar esses movimentos.

Por fim, vou apresentar uma breve intuição sobre os clíticos. A rigor, os clíticos são objetos sintáticos mais complexos que se movem “sozinhos”, ou seja, não há outro núcleo que motiva seu movimento, mas sim alguma de suas propriedades fonológicas e sintáticas. Por exemplo, no PB há alguns clíticos pronominais que devem adjungir-se aos verbos (tradicionalmente chamados de *pronomes oblíquos átonos*).

(102) João **se** viu (no espelho)

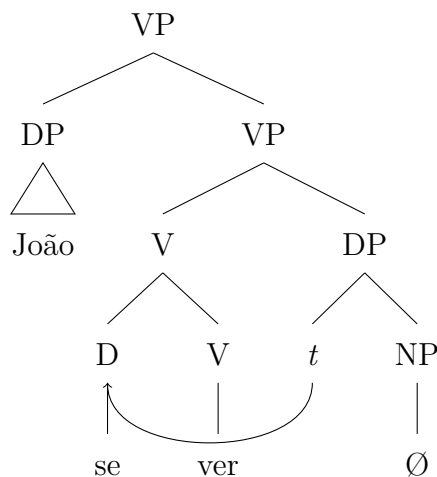
Partindo da proposta de Postal (1966), vou assumir, preliminarmente, que esses clíticos são DPs com NP nulo. Portanto, a estrutura do clítico *se*, em português, é esta:

(103) [DP *se* $\emptyset$]



Dessa forma, um VP como [*se* ver] seria derivado desta forma:

(104) [VP João *se* ver]



Novamente, minha intenção, neste momento, foi apenas apresentar uma primeira intuição sobre esses movimentos, para os quais há rigorosa formalização nos textos mencionados.¹¹

1.2.3 Concordar, ou *agree*

Passemos, agora, ao conceito de *agree*, a última operação básica da sintaxe. Novamente, precisarei aludir aqui ao conceito de traço, que será explorado com mais profundidade na

¹¹Aliás, sobre os clíticos, ver também Spencer e Luís (2012).

próxima seção. Por enquanto, vamos assumir que todos os traços podem receber valores; por exemplo, o traço de gênero GEN[] pode receber os valores MASC e FEM (ou seja, *masculino* e *feminino*, respectivamente). Dessa forma, existem dois tipos de traço: os interpretáveis e os não interpretáveis.

Os traços interpretáveis são aqueles que recebem alguma interpretação na interface semântica; caso contrário, o traço é não interpretável. Na proposta de Chomsky (2001), assume-se que traços interpretáveis já entram na derivação com seu respectivo valor; os traços não interpretáveis entram sem valor e são valorados ao longo da derivação. Quando um traço não interpretável recebe um valor, ele é automaticamente rasurado e deletado.

Tomemos o seguinte exemplo.

(105) Meninos jogam bola.

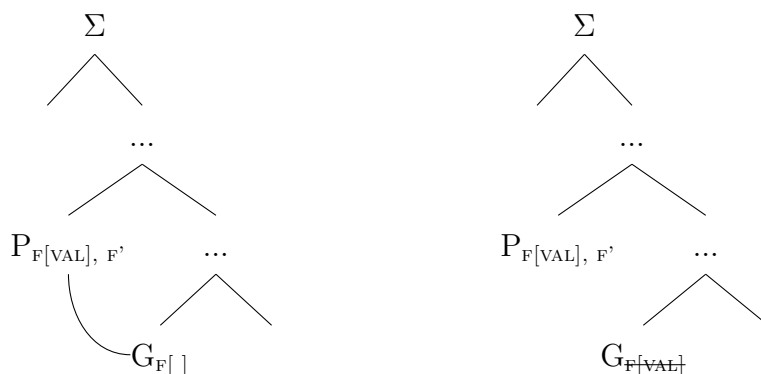
Sabemos que tanto *meninos* quanto *jogam* têm informação de número plural. O traço de número de *meninos* é interpretável, porque claramente existe uma diferença **semântica** entre *menino* e *meninos*. Contudo, o traço de número de *jogam* é não interpretável, porque não há nenhuma diferença semântica entre *joga* e *jogam*; cabe notar que o número do verbo é um mero reflexo da sua concordância com o sujeito. Não é inesperado, portanto, que o número plural de *meninos*, interpretável, concordou com o traço de número não valorado de *joga*, para que se tornasse *jogam*.

Note-se que o traço de número não afeta propriamente a semântica do verbo. Se assim o fosse, esperaríamos, talvez, que o número do verbo estivesse associado ao número de vezes que a ação acontece (se é uma vez ou mais de uma); isso, aliás, até ocorre em outras línguas. Contudo, em português, o número dos verbos é mera cópia do traço nominal, como reflexo da concordância verbo-sujeito.

Então, estamos assumindo que há dois elementos envolvidos na operação de *agree*: um núcleo que tem traços não interpretáveis a valorar, e outro que tem traços interpretáveis que podem valorar os traços daquele núcleo. Convencionou-se chamar o primeiro de *sonda* (ou simplesmente P, do inglês *probe*), e o segundo, *alvo* (ou, simplesmente, G, do inglês *goal*). Agora, vamos supor que P possui um traço F[VAL], interpretável e já valorado com o valor VAL, e outro traço qualquer F'[], não interpretável e não valorado; G, por sua vez, tem o traço F[], não interpretável e não valorado.

Vamos considerar que todas as condições para *agree* (elencadas abaixo) foram satisfeitas. Então, o valor *val* de F de P será copiado para o mesmo traço de G. Porém, quando um traço não interpretável recebe valor, ele é automaticamente deletado, portanto esse traço F de G será deletado.

(106) $\text{agree}(P, G)$



Chomsky (2000) propôs que, para que *agree* aconteça, estas condições devem ser satisfeitas:

(107) Condições de *agree*:

- **Condição de Atividade:** P e G devem estar ativos, ou seja, ambos devem possuir traços não interpretáveis e não valorados;
- **Condição de *Match*:** P e G devem ter pelo menos um traço compatível, ou seja, deve haver um traço que seja interpretável e valorado para um dos dois (P ou G), e que seja não interpretável e não valorado para o outro;
- **Condição de Domínio:** G deve pertence ao domínio de P, assumindo-se que o domínio de P são todos os objetos dominados pelo nó irmão de P;
- **Condição de Localidade:** P e G devem estar em uma relação local, em que localidade é o G mais próximo de P em c-comando.

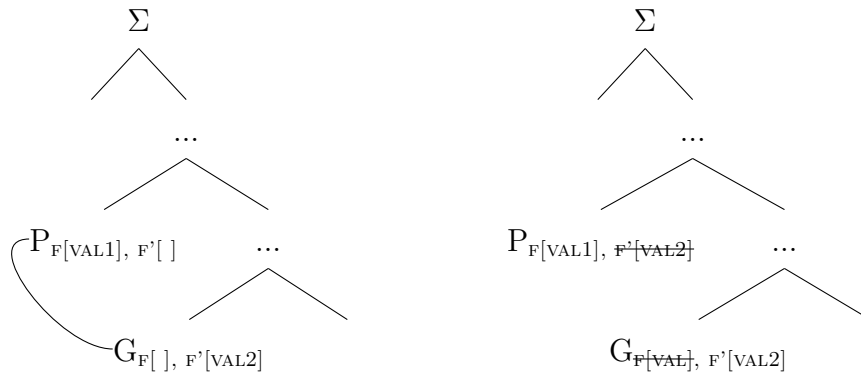
Vou clarificar as definições dessas condições. A *Condição de Atividade* define que, para que *agree* aconteça, tanto a sonda quanto o alvo estarem ativos. Vamos discutir o conceito de atividade em outro momento; por ora, devemos entender que elementos ativos são aqueles que ainda dispõem de traços não interpretáveis. Portanto, por mais que *agree*

tenha sido aplicado para valorar um traço não interpretável $F[]$, tanto a sonda quanto o alvo devem dispor de pelo menos um traço não interpretável, que justifique sua atividade. Se um objeto sintático não possui traços não interpretáveis, então ele está inativo, o que significa que ele está inacessível à sintaxe e nenhuma operação sintática pode mais se aplicar a ele.

A Condição de *Match* define que a sonda e o alvo devem dispor de pelo menos um traço comum, de tal modo que esse traço seja interpretável e valorado para a sonda, mas não interpretável e não valorado para o alvo, ou vice-versa, justamente para que o valor do traço interpretável seja copiado para o traço não interpretável. Para isso, a sonda e o alvo devem compartilhar pelo menos um traço que pertença à mesma família (por exemplo, traço de gênero, de número, de pessoa, etc.). No exemplo apresentado acima, esse traço é $F[]$, que é interpretável e valorado para P, mas não interpretável e não valorado para o alvo.

Contudo, vale ressaltar que estamos falando de **pelo menos** um traço. Suponhamos uma outra situação abstrata: agora, tanto P quanto G possuem os mesmos traços $F[]$ e $F'[]$, de sorte que $F[]$ é interpretável para P e não interpretável para G, enquanto $F'[]$ é interpretável para G e não interpretável para P.

(108) agree(P,G)



Da mesma forma, os traços não interpretáveis foram valorados, rasurados e deletados, como se esperava.

A Condição de Domínio e a Condição de Localidade podem ser resumidas desta forma. P deve c-comandar G e não pode haver outro elemento X que satisfaça as outras duas condições, tal que P c-comanda X e X c-comanda G.

Um comentário relevante sobre *agree* é que o sistema computacional **não** pode “escolher” o momento em que *agree* é aplicado: se todas as condições acima forem satisfeitas, *agree* será desencadeado automaticamente. Além disso, a sintaxe também não pode escolher quais traços serão valorados. Se P e G estabeleceram *agree* e possuem $(m+n)$ traços em comum, tais que m traços são interpretáveis para P, mas não interpretáveis para G, e n traços são não interpretáveis para P e interpretáveis para G, então os m traços não interpretáveis de G e os n traços não interpretáveis de P serão valorados, rasurados e deletados.

1.3 Traços (sintáticos)

Agora, vou aprofundar o conceito de *traço* e explorar os casos que serão relevantes para a discussão que estou desenvolvendo.

Primeiro, devemos considerar que *traço* é a menor unidade linguística (Gallego, 2022), fato que, aliás, contrasta com a perspectiva estruturalista de que o fonema é essa unidade (Martinet, 2014). Contudo, devemos considerar que, em perspectiva gerativista, até mesmo os fonemas são organizados em traços (Chomsky e Halle, 1968), portanto, se o fonema fosse a menor unidade, ele não seria subdividido em unidades menores. Além disso, devemos considerar a proposta de Chomsky (1993), segundo a qual os itens do léxico são organizados por traços.

Primeiro, na proposta do PM, os itens lexicais são pares ordenados $\langle \text{SEM}, \text{FON} \rangle$, em que SEM é sua contraparte semântica, e FON é sua contraparte fonológica. Sendo os objetos sintáticos também um par ordenado $\langle \text{SEM}, \text{FON} \rangle$, oriundo das contrapartes de todos os ILs que os constituem, cada uma dessas contrapartes é enviada às interfaces (LF e PF, respectivamente) para serem interpretadas. Nesse sentido, consideramos haver dois tipos de traços: os traços sintático-semânticos – que formam a contraparte SEM dos ILs – e os traços fonológicos – que integram a contraparte FON dos ILs.

Vale notar que os traços são os alvos de um possível algoritmo de “busca” de ILs dentro da FL. Por exemplo, se eu perguntar, a um falante nativo de língua portuguesa, quais são exemplos de palavras iniciadas pelo fonema /p/, ela poderá me fornecer uma lista semelhante a esta:

(109) porta, pato, parar, perder, perto, pular...

Para encontrá-las, ela obviamente se baseou em traços fonológicos, ou seja, ela usou um algoritmo que pode ser explicitado desta forma:

(110) Encontrar no léxico os ILs cujo primeiro fonema seja /p/.

Ou, ainda, sabendo-se que o fonema /p/ tem os traços [+CONSONANTAL], [-ANTERIOR], [-CONTÍNUO], etc. (ver, por exemplo, Chomsky e Halle (1968) e Bisol (2001)), a pessoa podia ter procurado a palavra cujo primeiro fonema tenha os mesmos traços que o fonema /p/ (o que, na prática, significa o mesmo do algoritmo anterior).

Como aqui estamos discorrendo sobre a maquinaria sintática, são particularmente relevantes os **traços sintáticos**, traços de SEM que têm alguma relevância para a derivação da sentença. Por exemplo, os traços de gênero GEN[] e de animacidade [ANIMADO] são ambos semânticos, mas o primeiro tem um impacto para a derivação (em termos de concordância), enquanto o segundo, aparentemente, é relevante apenas para a LF. Esses traços que são relevantes para a derivação sintática são chamados **traços formais**. Ainda que se trate, também, de traços formais, empregarei o termo “traço semântico” para aqueles que são interpretados exclusivamente na LF, e reservarei o termo “traço formal” para os que interessam à derivação sintática.

Nesse sentido, a classificação dos traços em interpretáveis e não interpretáveis é, na verdade, uma classificação dos traços formais, especificamente. Veremos adiante que um dos objetos da sintaxe ao longo da derivação é eliminar traços não interpretáveis; já vimos que isso só pode ser efetuado por meio de *agree*. Portanto, para qualquer traço formal, esperamos que haja para ele uma contraparte interpretável e uma contraparte não interpretável. Retome-se, por exemplo, a discussão anterior sobre o traço de número em nomes e verbos.

O fato de que traços não interpretáveis são deletados na derivação sintática se deve ao Princípio da Interpretação Plena, formulado em Chomsky (1993), segundo o qual uma interface não pode receber uma informação que ela não consiga ler.

(111) **Princípio da Interpretação Plena:** Não pode haver símbolos supérfluos nas representações.

Isso significa que, por exemplo, se um determinado traço não pode ser interpretado pela LF, então ele nem sequer deve chegar lá. É por isso que a sintaxe deve tentar eliminar todos os traços não interpretáveis antes que a derivação termine; caso contrário, uma informação não interpretável chegará à LF, e a derivação fracassará.

Porém, desde Chomsky (1993), assume-se que haja pelo menos um traço formal que não se enquadra nessa dicotomia: o [EPP]. O [EPP] é um traço eminentemente não interpretável; como vimos, ele também pode ser satisfeito por *agree*, mas não porque há um outro núcleo com a contraparte interpretável do traço [EPP] (que, aliás, não existe), e sim porque ele é acionado quando pertence ao domínio da sonda. Além disso, vimos que essa não é a única forma de satisfazê-lo: trata-se do único traço não interpretável que pode ser satisfeito por *merge*.

Por fim, ressalto que, ao longo do Programa Minimalista, houve pelo menos duas grandes propostas de satisfação de traços: a proposta de checagem e a proposta de valoração. Em Chomsky (1993), adotava-se a proposta de checagem, segundo a qual *agree* era uma relação Spec-Head (ou seja, entre um núcleo e um especificador). Nesse caso, todos os traços entravam na derivação devidamente valorados. Para que G checasse seus traços não interpretáveis, compatíveis com P, era necessário que G se movesse a SpecP para checá-los: se os valores fossem iguais, os traços não interpretáveis eram checados; se não fossem iguais, a derivação fracassava.

A partir de Chomsky (2001), propôs-se o sistema de **valoração** como critério para eliminação de traços. É a distinção, que vimos anteriormente, de que traços não interpretáveis entram não valorados e recebem algum valor ao longo da derivação. Há, porém, um resquício da checagem nesse novo sistema: o traço [EPP], que não é valorado (justamente por não possuir contraparte interpretável), mas sim checado quando seu critério é satisfeito (ver (91)).

1.4 Economia nas derivações sintáticas

Neste momento, vou abordar o conceito-chave da Teoria: *Economia*, bem como apresentar alguns exemplos de derivação, já que, até este momento, não apresentei nenhum exemplo completo; apenas fragmentos referentes à discussão que estava sendo desenvolvida. Meu

objetivo aqui é introduzir a discussão sobre o modelo de fases da Teoria Gerativa.

Primeiro, devemos entender que a Teoria Gerativa apresenta uma maquinaria teórica complexa que vem sendo constantemente revista, tendo em vista o fato de que pretende coordenar muitos fatos da linguagem humana: universalidade, localidade, economia, entre outros. As discussões vêm se tornando cada vez mais tênues e refinadas, à medida que a aparelhagem teórica é “enxugada”.

Para traçar uma abordagem teórica, menciono o modelo de Princípios e Parâmetros, que focalizava a questão da *localidade*, que ser formalizada desta maneira:

(112) **Princípio de Localidade:** Todas as operações devem ser *locais*. (Chomsky, 1981)

Um dos grandes reflexos desse princípio é o movimento. Vou apresentar, a seguir, um exemplo sobre Movimento WH, mas, para isso, vou apresentar esse conceito. Movimento WH é o movimento que elementos interrogativos realizam para Spec de CP. No PB, esse movimento é visivelmente opcional, porém, devido ao Princípio WH (Chomsky, 1993), entende-se que o Movimento WH seja sempre obrigatório, mas nem sempre visível. Vamos, por ora, ignorar movimentos encobertos (isto é, movimentos que acontecem depois que a sentença já foi enviada à PF):

- (113) a. Charles viu o quê?
b. O que Charles viu *t*?

Porém, devemos considerar que existem pelo menos três tipos de pergunta: as perguntas polares e as perguntas WH, que, por sua vez, se subdividem em perguntas WH diretas e perguntas WH indiretas. Nas perguntas polares, não há elemento WH, e a pergunta só pode receber uma destas duas respostas lógicas: *sim* ou *não*.¹² Por outro lado, nas perguntas WH diretas, o elemento WH deve mover-se ao Spec do CP matriz, enquanto, nas perguntas WH indiretas, o elemento WH deve mover-se ao Spec do CP encaixado.

¹²Omiti um pequeno detalhe: as perguntas polares também podem ser divididas entre diretas e indiretas. Todos os exemplos que apresentei acima são de perguntas polares diretas. As perguntas polares indiretas assumem formas como estas:

- (1) Não sei *se Charles me visitará amanhã*.

Trata-se das orações substantivas introduzidas pelo complementador *se*, em uma perspectiva mais tradicional.

(114) *Pergunta polar:*

Charles já chegou em casa?

(115) *Pergunta WH direta:*

O que Charles disse que seus pais fizeram *t*?

(116) *Pergunta WH indireta:*

Charles perguntou **quem** eu estava chamando *t*.

Baseando-se na noção de localidade, Chomsky (1973) propôs a chamada **Condição de Subjacência**, segundo a qual, basicamente, para que um elemento WH se mova de qualquer posição para Spec de CP, ele é obrigado a passar por todos os Specs de CP intermediários. Assim, desenvolveu-se, à época, a noção de *fronteira*, que impediria o movimento- $\bar{A}$ longo.

(117) a. $[_{CP} C [_{CP} C \dots [_{CP} C [_{TP} \text{ele viu quem}]]]]$

b. $[_{CP} \text{quem} C [_{CP} t C \dots [_{CP} t C [_{TP} \text{ele viu } t]]]]$

Além disso, Chomsky (1993) propôs que, nas sentenças interrogativas, o núcleo C era dotado de um traço interrogativo Q. Portanto, o elemento WH deveria elevar-se ciclicamente por todas as posições de Spec de CP, até chegar ao CP no qual o C tenha um núcleo Q. A Condição de Subjacência evita, pois, que um elemento interrogativo deva “procurar” um Q que o c-comande: basta sempre elevar-se à próxima posição de Spec de CP, até chegar ao domínio correto, que contenha Q.

Porém, pode parecer ao leitor que trocar uma única operação, um possível “movimento direto”, por diversos movimentos curtos poderia significar abrir mão da *Economia* em prol da localidade. Contra isso, há os seguintes argumentos. O primeiro é que a cópia deletada do elemento WH pode estar disponível para efeitos de ligação (Gandulfo, 2024):

(118) De quais fotos de si João disse que Pedro não gostou?

Essa sentença é ambígua, porque *si* pode referir-se tanto a [João] quanto a [Pedro]. Se o movimento WH fosse “direto”, sem passar por Specs de CP intermediários, a ligação com [João] seria impossível, porque ela se deve justamente à cópia intermediária.

(119) $[_{CP} [\text{de quais fotos de si}_i] C \text{ João}_i \text{ disse } [_{CP} [\text{de quais fotos de si}_i] \text{ que Pedro não gostou } [\text{de quais fotos de si}_i]]]$

Além disso, no Modelo de Fases da Teoria Gerativa, foi proposto que a sentença não seria enviada completamente às interfaces, mas sim em pequenas *frações*. Uma dessas frações é justamente o CP. Como veremos posteriormente, a Condição de Subjacência, assim como várias outras restrições de movimento, foram obsoletadas pela Condição de Impenetrabilidade de Fase. Então, parece que, para o sistema computacional, é mais vantajoso sempre trabalhar com distâncias pequenas, mesmo que isso custe mais operações sintáticas, do que trabalhar com elementos a longa distância.

Outra discussão relevante é sobre o custo das operações sintáticas. Chomsky (1993) propôs o Princípio *Merge-over-Move* (MOM), segundo o qual a operação de *merge* é menos onerosa que *move* e, portanto, é preferencial quando ambas as opções estão disponíveis. Para entender melhor esse conceito, precisamos correlacioná-lo com *Numeração*. No PM, Numeração é o conjunto de pares ordenados do tipo (IL, *n*), em que IL é um item tirado do léxico e *n* é a quantidade de vezes que ele será utilizado na derivação. Apresento, como exemplo, uma sentença e sua respectiva Numeração:

- (120) a. Quem o João disse que o Pedro viu?
b. $N = \{(C, 1), (T, 2), (v, 2), (quem, 1), (o, 2), (João, 1), (dizer, 1), (que, 1), (Pedro, 1), (ver, 1)\}$

A partir disso, vou mostrar a intuição de Chomsky em relação a MOM. Considere o seguinte exemplo, do inglês:

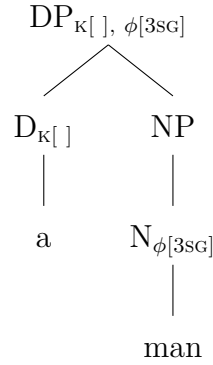
- (121) **There** seems to be a man in the room.
EXPL parece T estar um homem em a sala
'Parece que um homem está na sala.'

Apresento sua derivação, passo a passo, inclusive como exemplo de derivação completa, a partir de sua Numeração. Além disso, vou assumir que o sistema computacional deriva sentenças visando a atingir dois objetivos: (i) exaurir (esvaziar) a Numeração e (ii) eliminar traços não interpretáveis. Para adequar a intuição chomskiana à proposta da Antissimetria, de Kayne, vou supor duas projeções AdvP e FP;¹³ esta é, pois, uma

¹³No espírito do LCA, a Cartografia (ver, por exemplo, Rizzi (1997), Belletti (2001), Tescari Neto (2021)) propõe diversas categorias expandidas dentro das estruturas mnemônicas DP, vP, TP e CP. Portanto, quando “proponho” duas categorias AdvP e FP, digo que estou me valendo de uma categoria específica dessas estruturas mnemônicas, mas sem me preocupar explicitamente com qual seja, apenas para fins de ilustração. Por exemplo, FP é somente uma posição de pouso para o VP, como se verá mais adiante.

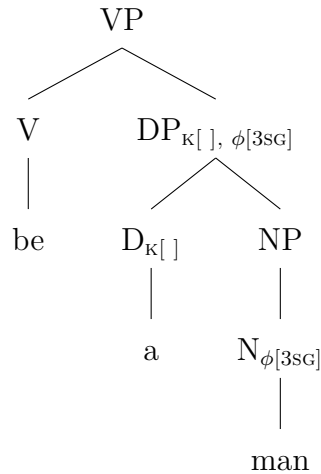
adaptação da derivação original de Chomsky.

- (122) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 1), (F, 1), (be, 1), (a, 1), (man, 1), (in, 1), (the, 1), (room, 1)\}$
 b. $merge(a, man) = DP^{14}$



Primeiro, [a man] ocupará a posição de argumento (interno) de *be*, considerando que esse é um verbo inacusativo, equivalente a *estar* no português.

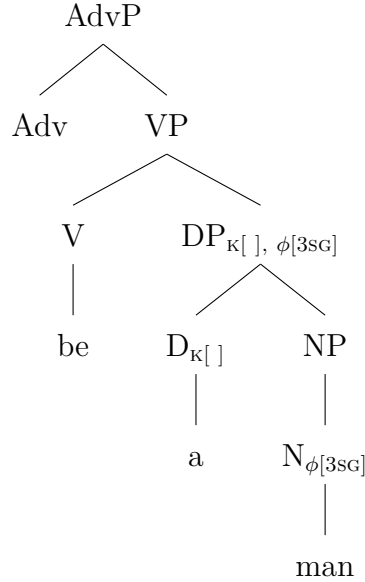
- (123) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 1), (F, 1), (be, 1), (a, 0), (man, 0), (in, 1), (the, 1), (room, 1)\}$
 b. $merge(be, DP) = VP$



Em seguida, será inserido um núcleo funcional Adv, que pertence à hierarquia da periferia baixa.

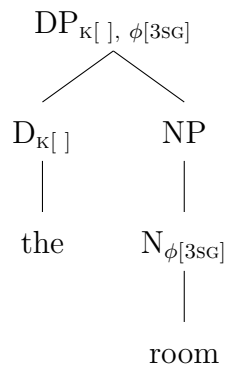
¹⁴Em geral, emprega-se ϕ para a família de traços flexionais de uma categoria. Então, por exemplo, no caso dos nomes, $\phi[]$ representa, na verdade, o conjunto de traços $\{NUM[], GEN[]\}$

- (124) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 1), (F, 1), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 1), (the, 1), (room, 1)\}$
b. $merge(Adv, VP) = AdvP$



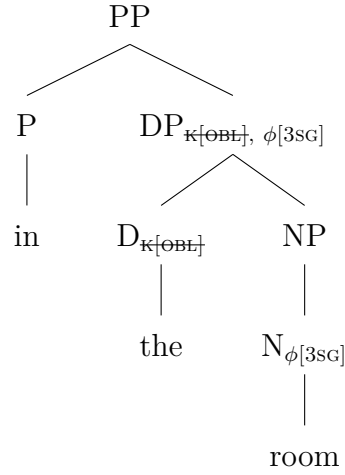
Depois, para formar o adjunto [in the room], ele será derivado em um *workspace* alheio. Então, guardemos nossa derivação por ora, e façamos primeiro esse PP.

- (125) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 0), (F, 1), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 1), (the, 1), (room, 1)\}$
b. $merge(the, room) = DP$



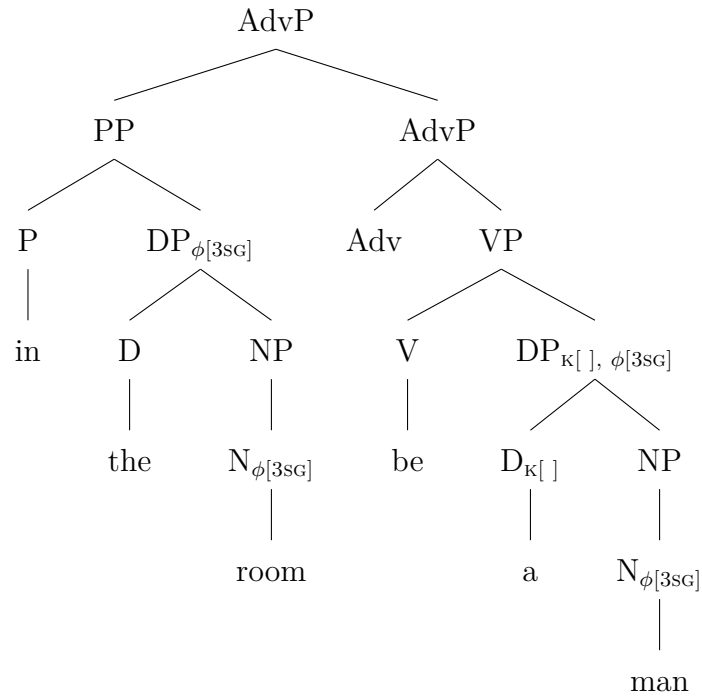
- (126) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 0), (F, 1), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 1), (the, 0), (room, 0)\}$
b. $merge(in, DP) = PP^{15}$

¹⁵Nesse momento, a preposição P descarrega caso oblíquo no DP.



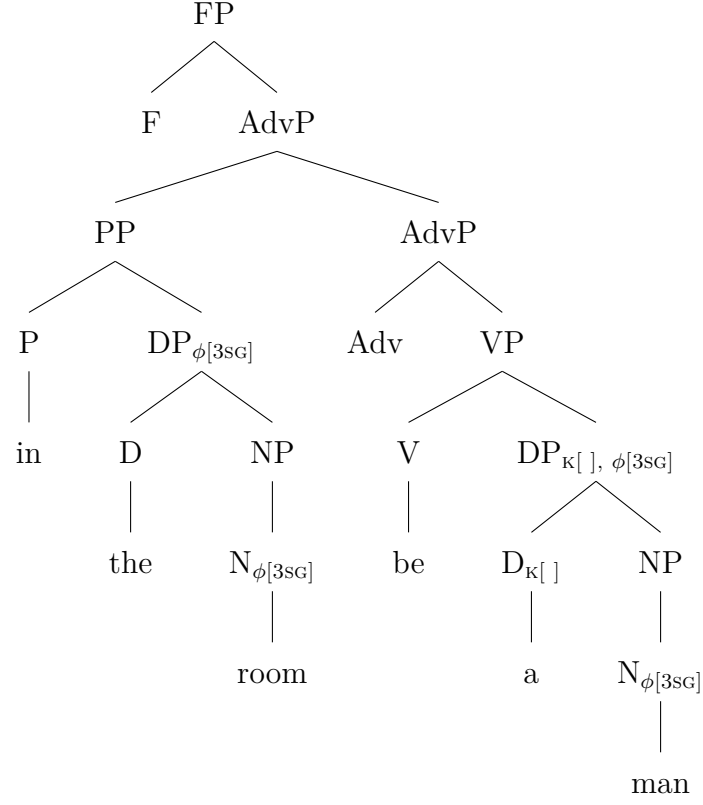
Em seguida, esse constituinte já pronto será inserido em SpecAdvP.

- (127) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (\text{there}, 1), (\text{seem}, 1), (\text{to}, 1), (\text{Adv}, 0), (F, 1), (\text{be}, 0), (\text{a}, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
 b. $\text{merge}(\text{PP}, \text{AdvP}) = \text{AdvP}$



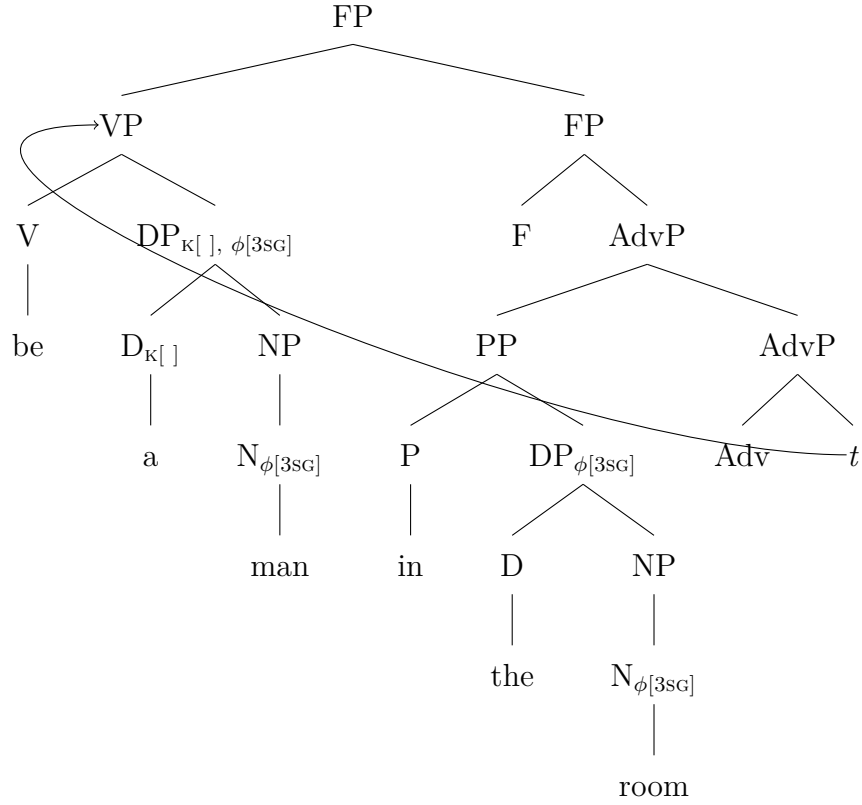
Em seguida, é inserida outra categoria funcional FP, que servirá de pouso a outra.

- (128) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (\text{there}, 1), (\text{seem}, 1), (\text{to}, 1), (\text{Adv}, 0), (F, 1), (\text{be}, 0), (\text{a}, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
 b. $\text{merge}(F, \text{AdvP})$



Para garantir que [in the room] esteja à direita de [be a man], respeitando LCA, o VP é alçado a FP.

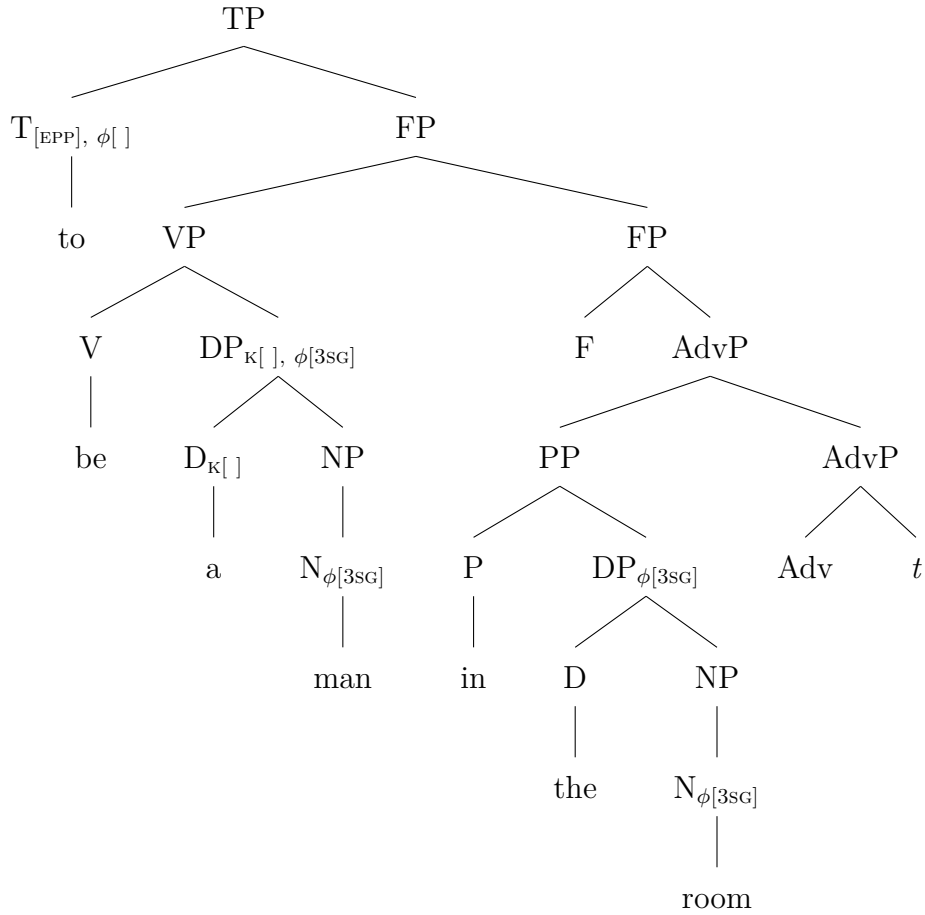
- (129) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $move(VP) = FP$



Em seguida, é inserido o núcleo T.

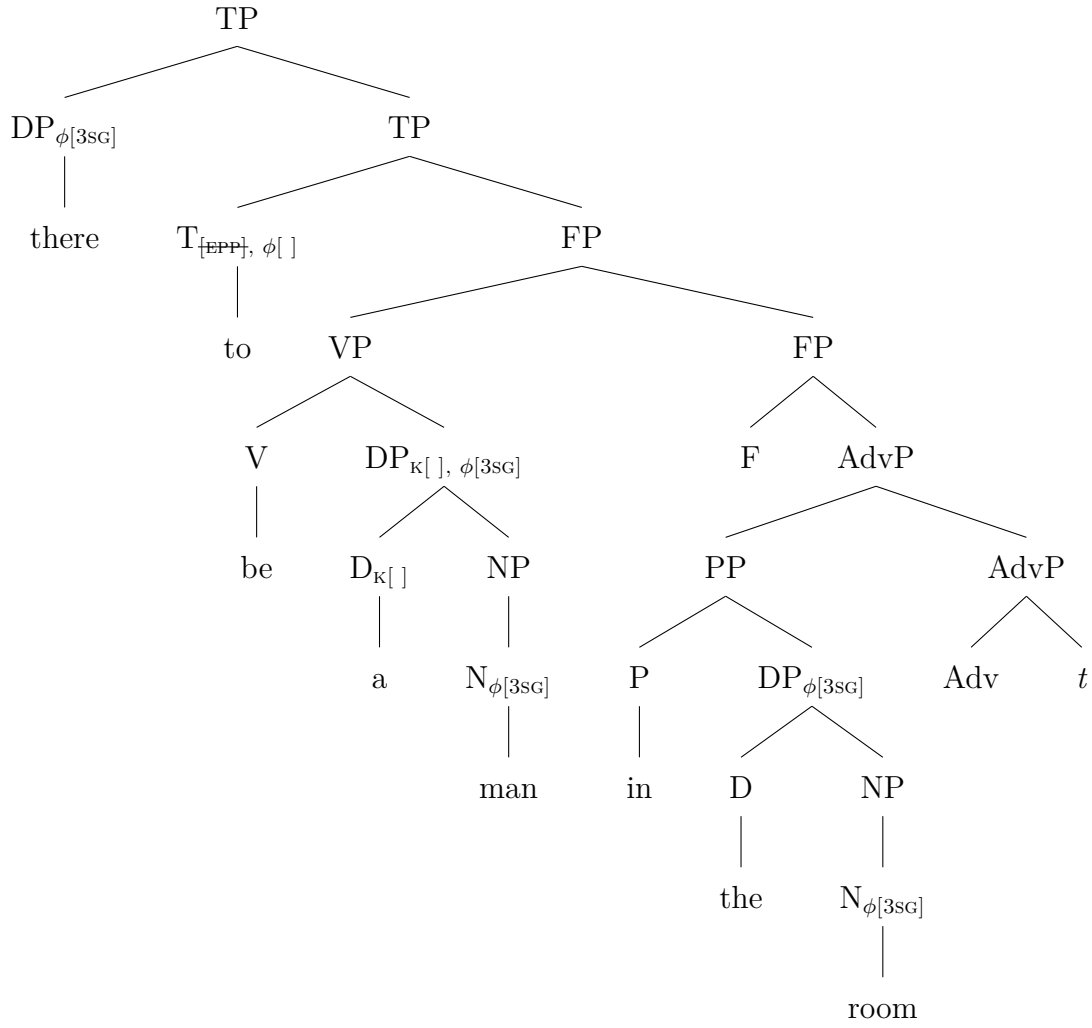
- (130) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 1), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $merge(to, FP)^{16}$

¹⁶Não há a projeção vP nesse caso, porque *be* é um verbo inacusativo. Entretanto, Chomsky (2005) sugere haver, nesse caso, uma categoria v (em contraste com v^* , para os verbos plenos). Vou adotar a proposta mais clássica.



Prestemos atenção especial à próxima etapa, na qual será satisfeito o traço [EPP] de T. Sabemos, por 91, que [EPP] pode ser satisfeito de duas maneiras distintas: por *move* de constituinte ou por *merge*. Pelo Princípio MOM, devemos realizar *merge*, que é a operação preferencial. Portanto, na intenção de **checar** o traço [EPP] de T, primeiro aplicarei *merge* com o expletivo *there*. Isso não exige, contudo, T de estabelecer *agree* com DP, porque ele possui traços ϕ não interpretáveis, que devem ser valorados, além de descarregar Caso Nominativo no DP. Além disso, vou assumir que o expletivo *there* assume os traços ϕ do elemento com o qual está associado. Isso é chamado por Chomsky (1995) de **relação expletivo-associado**.

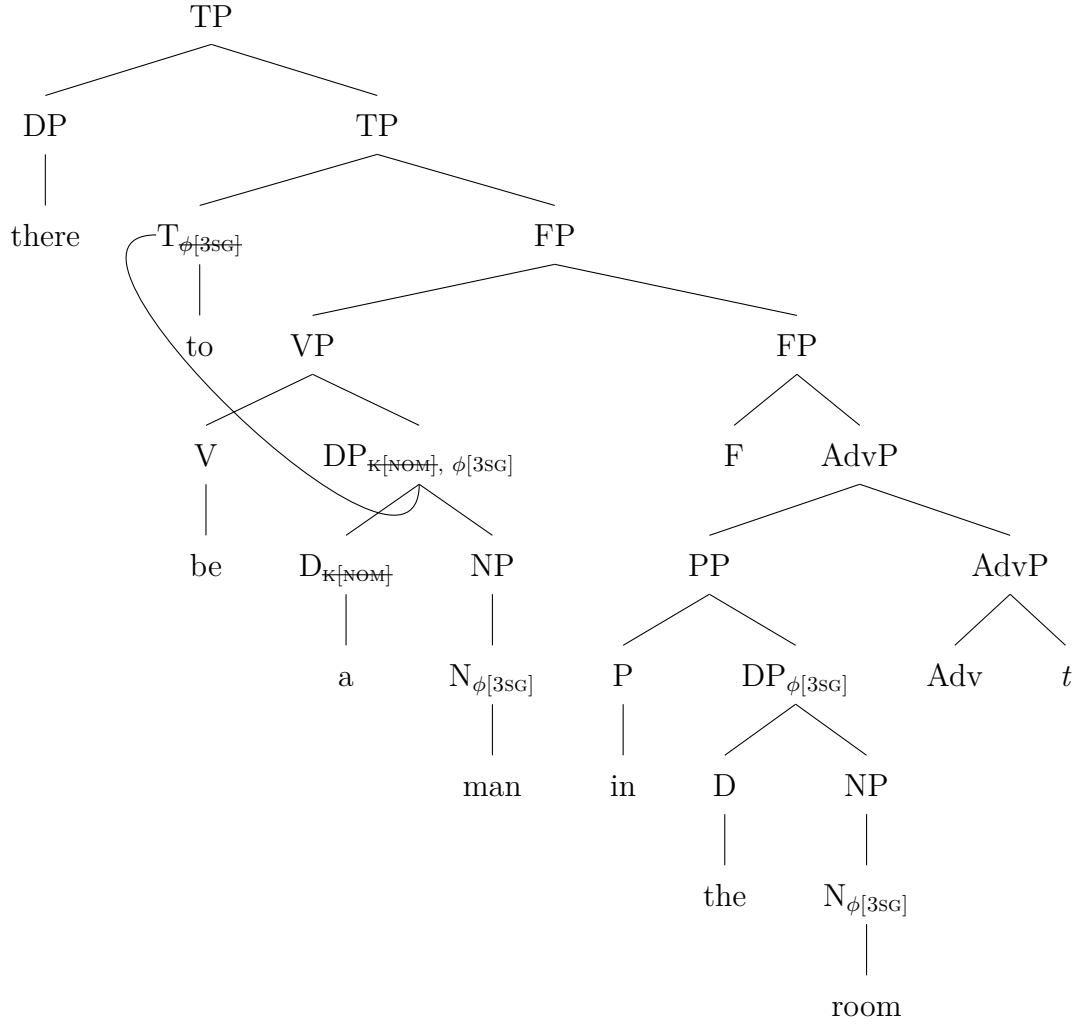
- (131) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 1), (seem, 1), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $merge(there, TP) = TP$



Agora, T estabelece *agree* com o DP, atribuindo-lhe Caso e valorando seus traços- ϕ .¹⁷, porque, nas propostas mais clássicas, o vP inacusativo/passivo não gera uma fase (Citko, 2014).

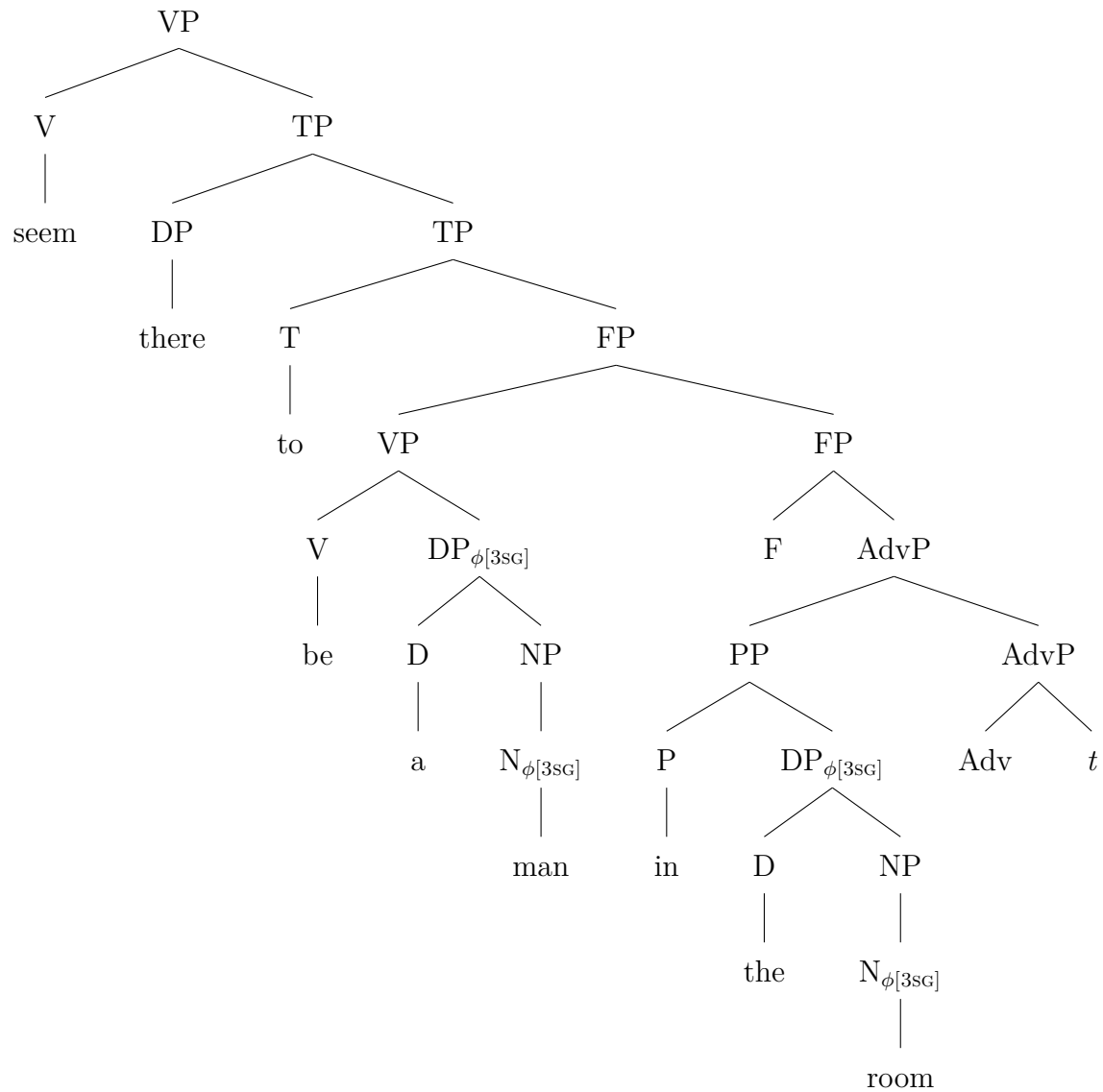
- (132) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 0), (seem, 1), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $agree(T, DP)$

¹⁷Importa mencionar que esse expediente derivacional é compatível com o Modelo de Fases (Chomsky, 2000, 2001)

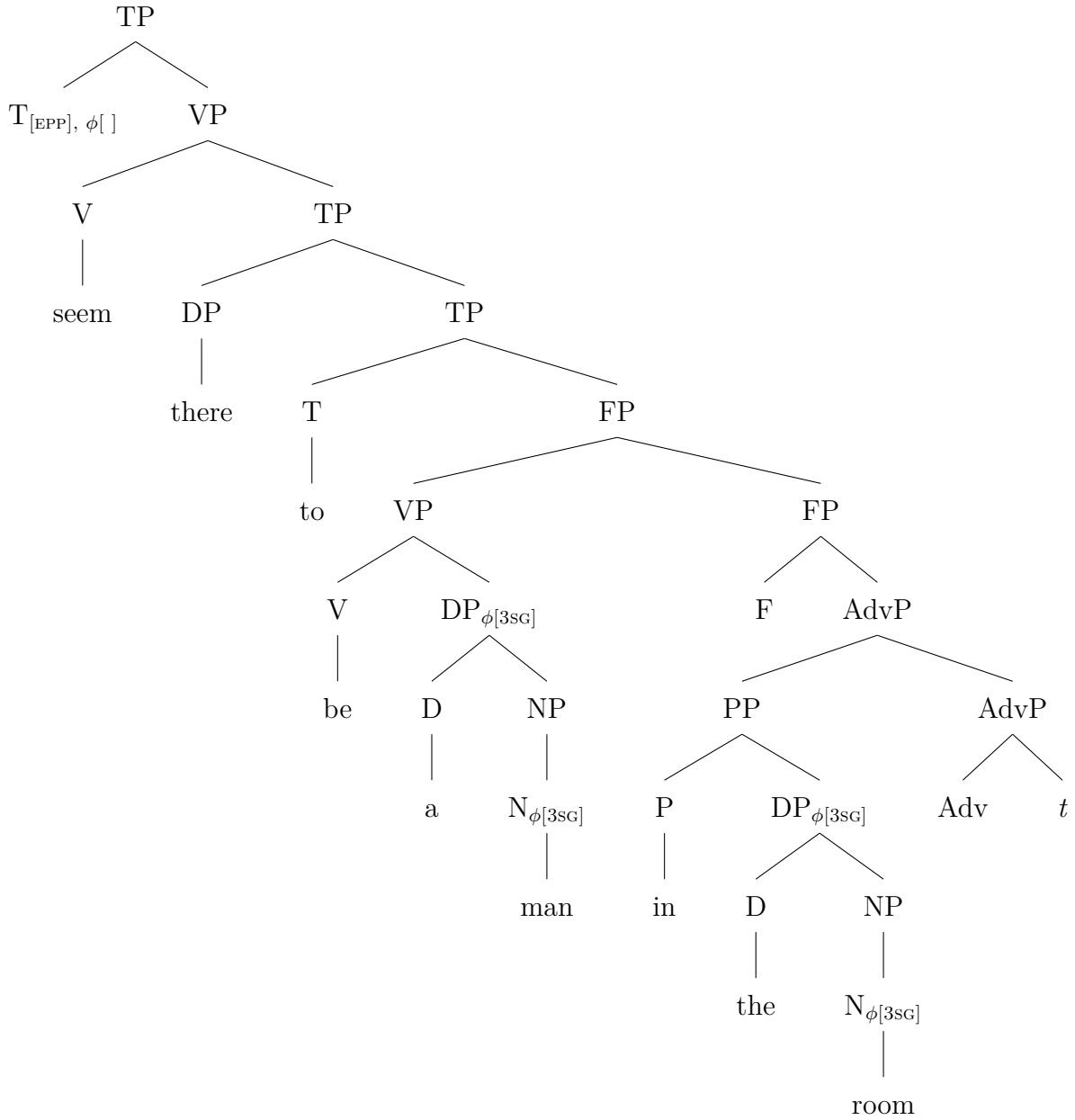


Em seguida, basta adicionar o verbo *seem*.

- (133) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 0), (seem, 1), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $merge(seem, TP) = TP$

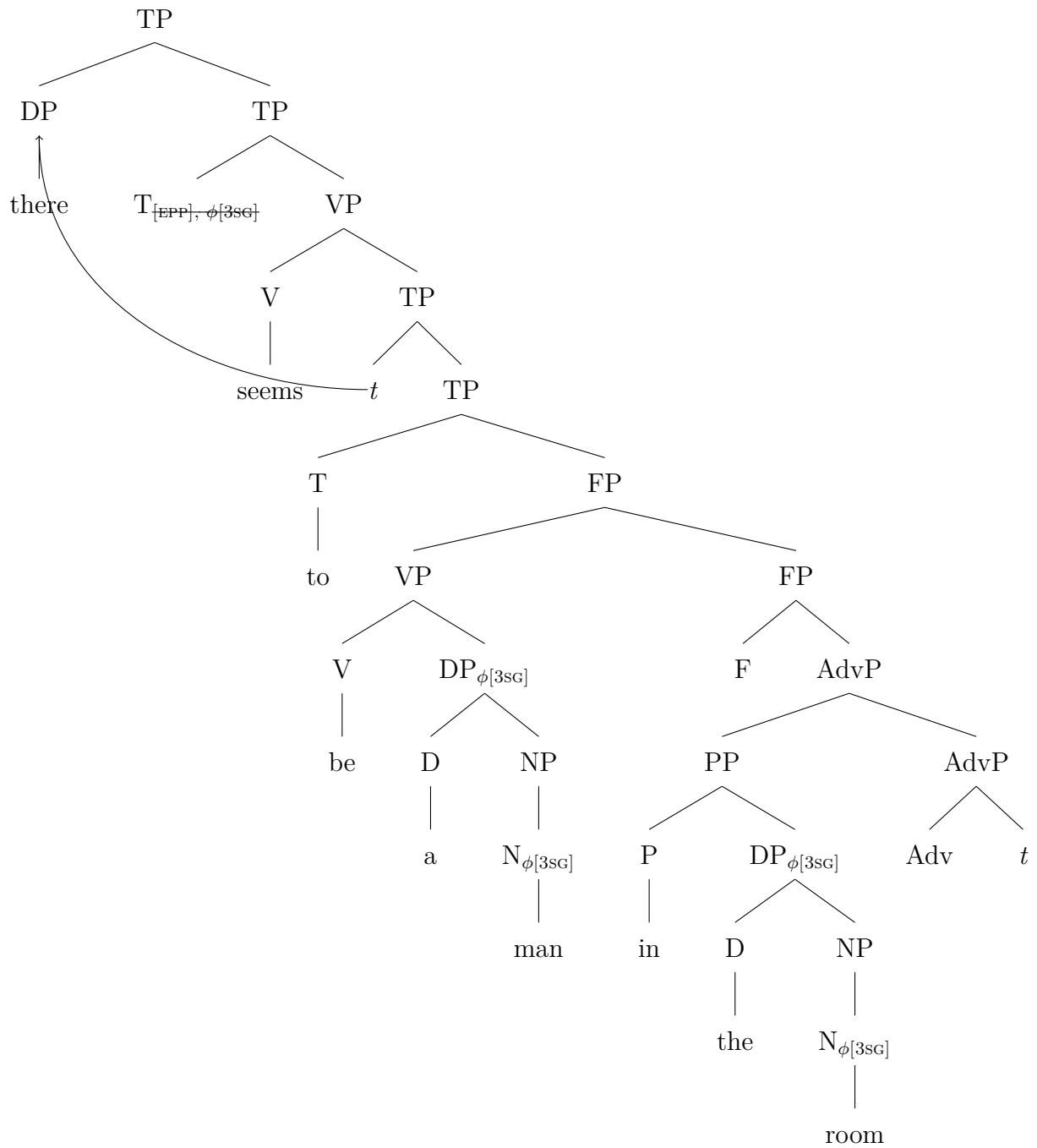


- (134) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (there, 0), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $merge(T, VP) = TP$

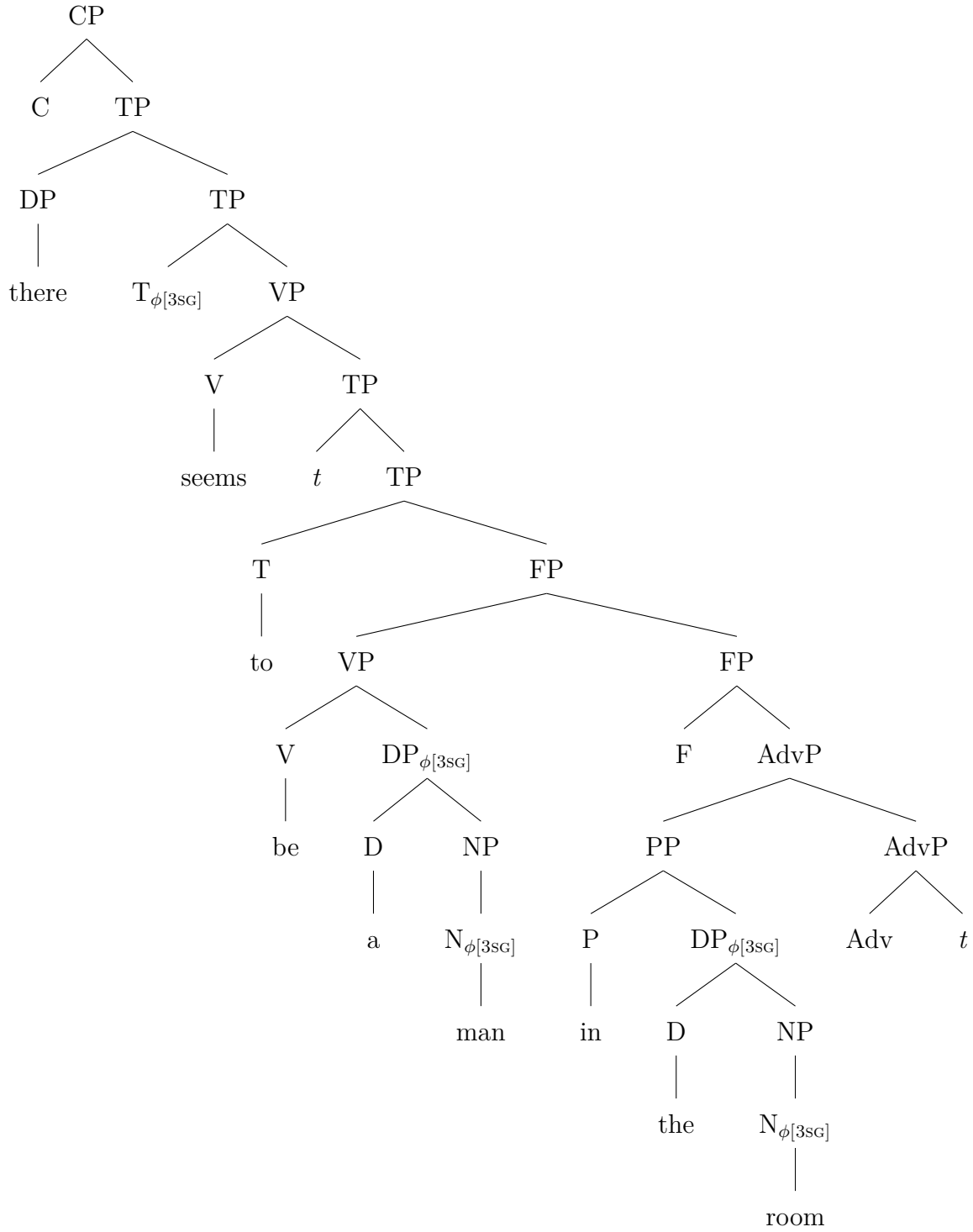


Agora, não resta outra opção: para satisfazer o traço [EPP] de T, será necessário elevar o DP expletivo, porque não há mais expletivos disponíveis na Numeração que possam ser usados.

- (135) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (there, 0), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $agree(T, there) \text{ e } move(there) = TP$



- (136) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (\text{there}, 0), (\text{seem}, 0), (\text{to}, 0), (\text{Adv}, 0), (F, 0), (\text{be}, 0), (a, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
- b. $\text{merge}(C, \text{TP}) = \text{CP}$

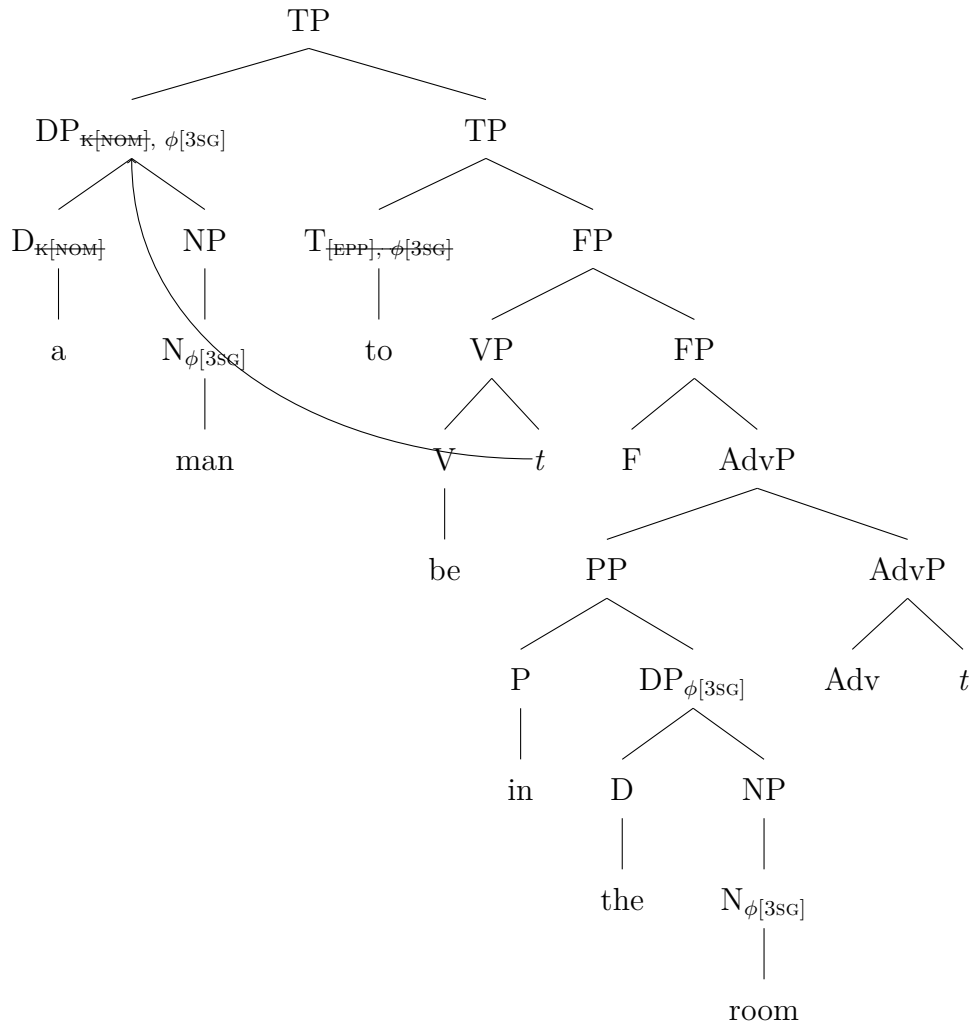


- (137) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (there, 0), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. There seems to be a man in the room.

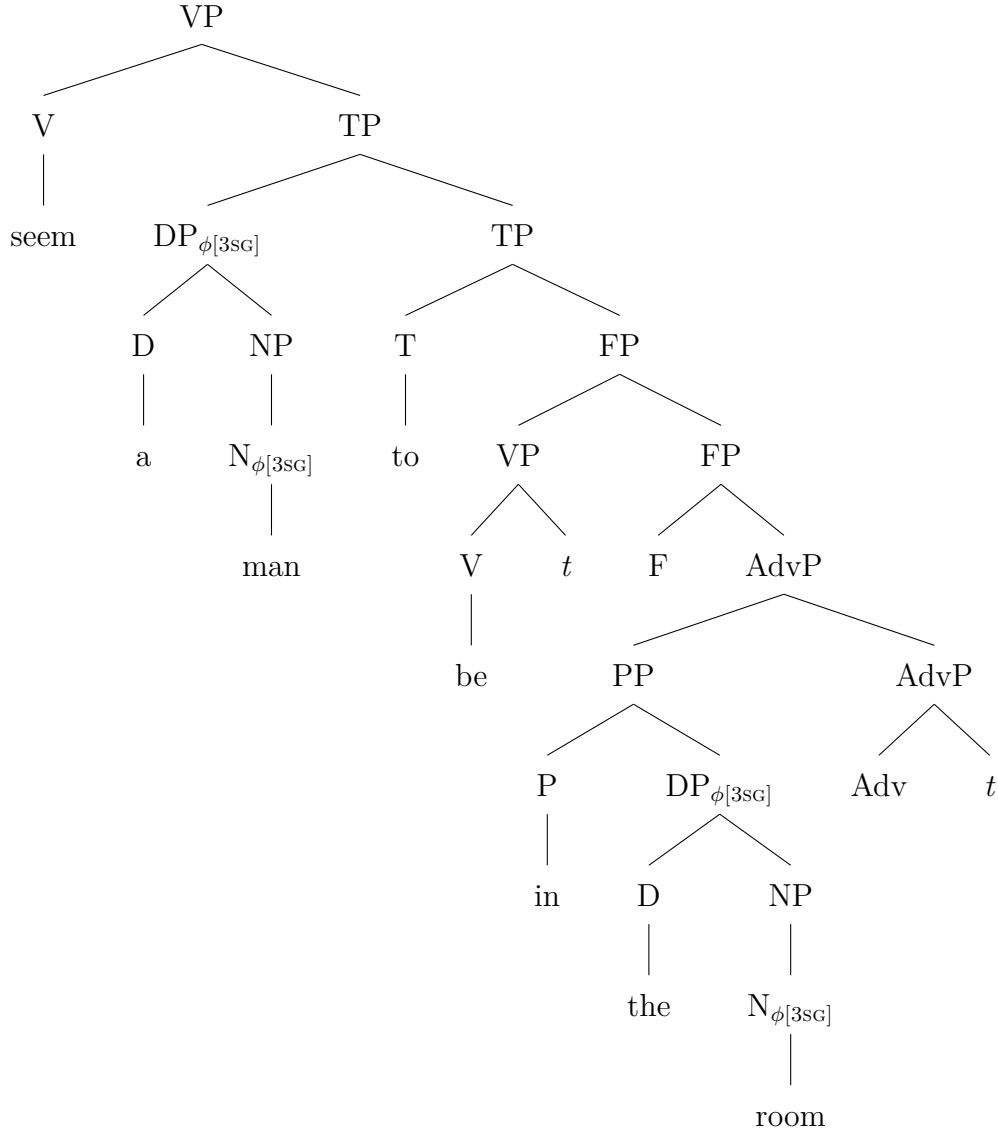
O leitor deve perceber que os dois objetivos da derivação foram atingidos: a Numeração foi exaurida, e todos os traços não interpretáveis foram deletados. A derivação foi bem-

sucedida: atingimos exatamente a estrutura que esperávamos, que agora será enviada às interfaces para interpretação. Agora, retornemos à etapa do *merge* do expletivo: se tivéssemos aplicado *move* em vez de *merge*, o que teria acontecido?

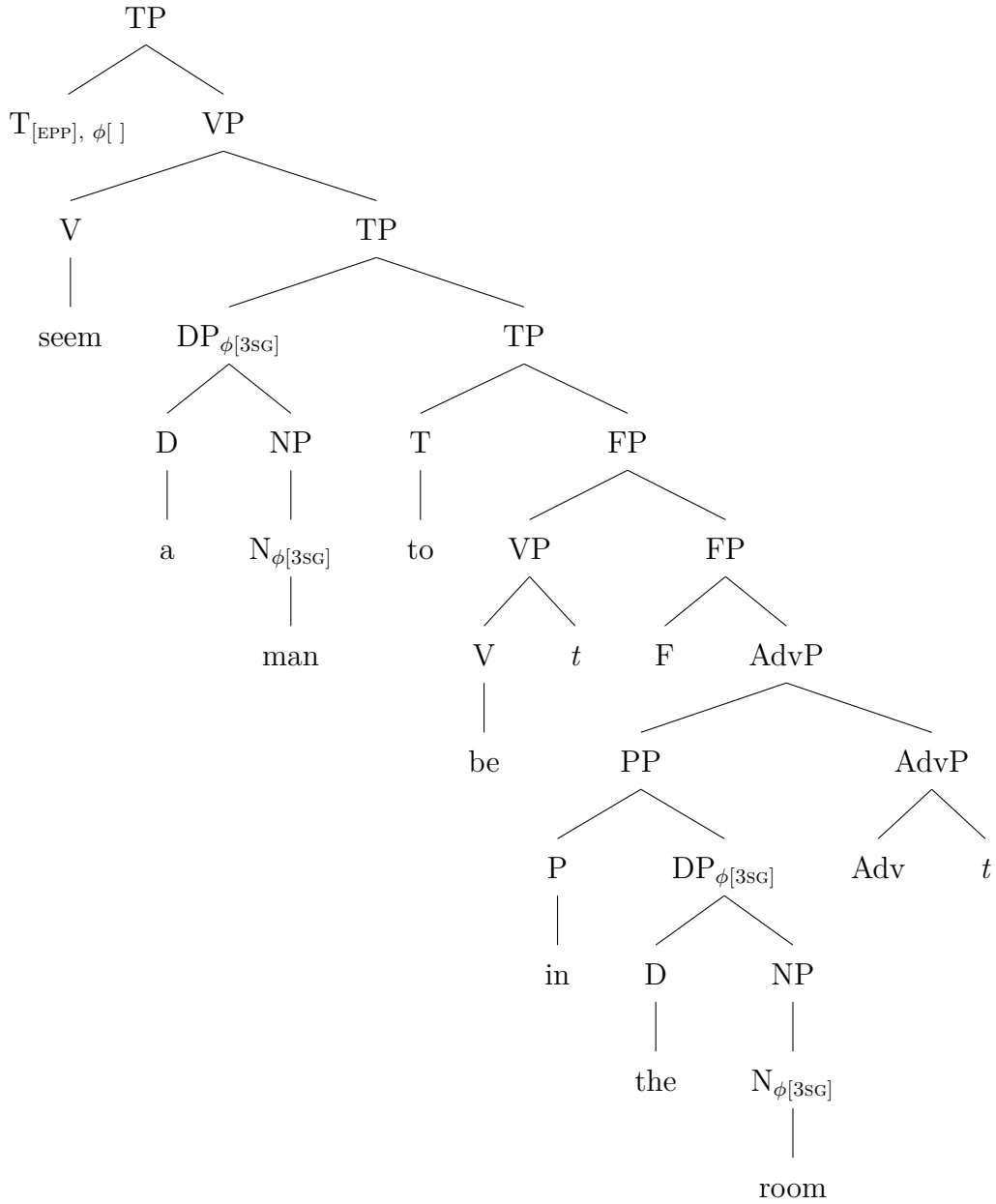
- (138) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (\text{there}, 1), (\text{seem}, 1), (\text{to}, 0), (\text{Adv}, 0), (F, 0), (\text{be}, 0), (a, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
b. $\text{agree}(T, DP)$ e $\text{move}(DP) = TP$



- (139) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (\text{there}, 1), (\text{seem}, 1), (\text{to}, 0), (\text{Adv}, 0), (F, 0), (\text{be}, 0), (a, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
b. $\text{merge}(\text{seem}, TP) = VP$

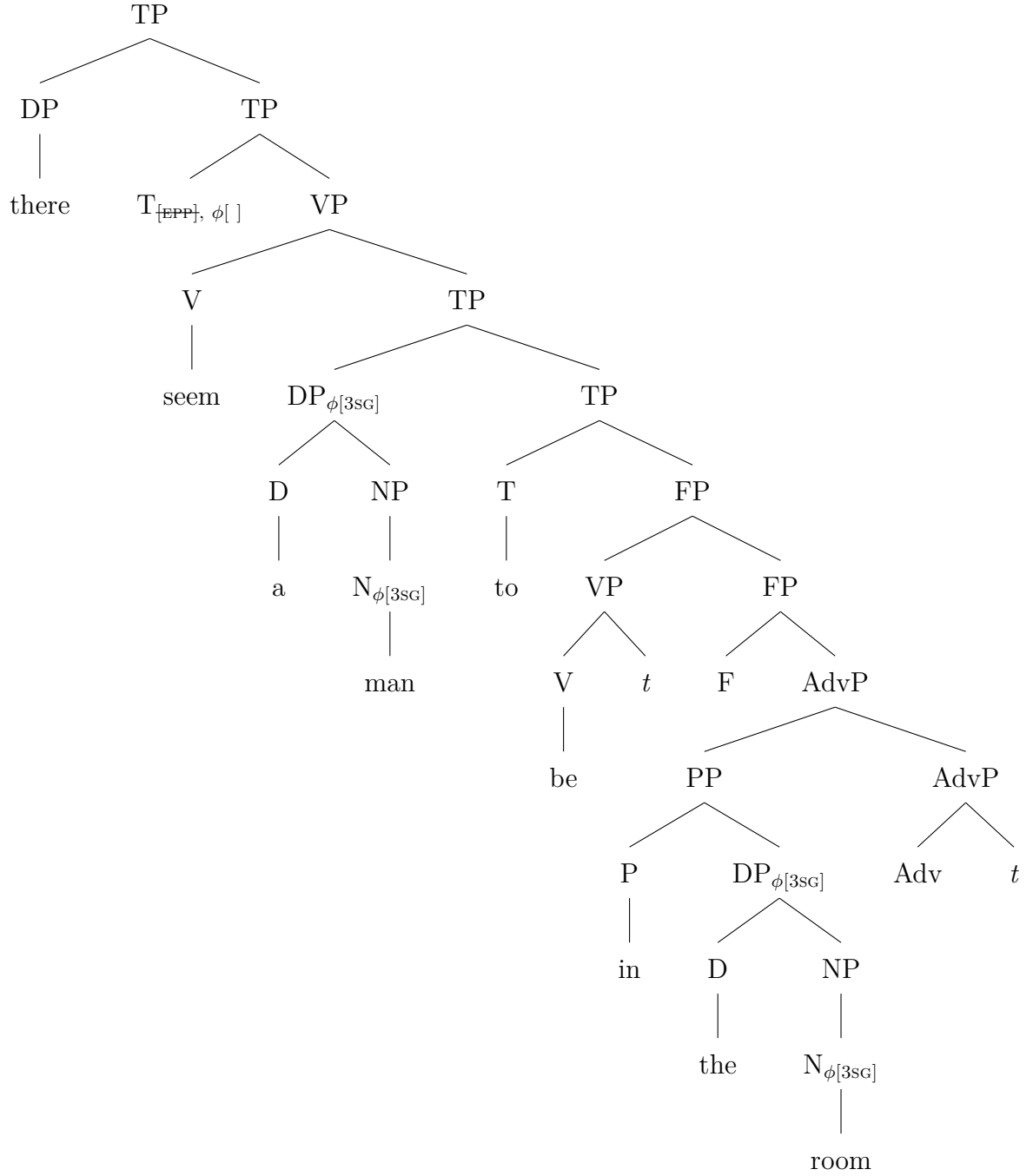


- (140) a. $N = \{(C, 1), (T, 1), (\text{there}, 1), (\text{seem}, 0), (\text{to}, 0), (\text{Adv}, 0), (F, 0), (\text{be}, 0), (a, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
- b. $\text{merge}(T, VP) = TP$

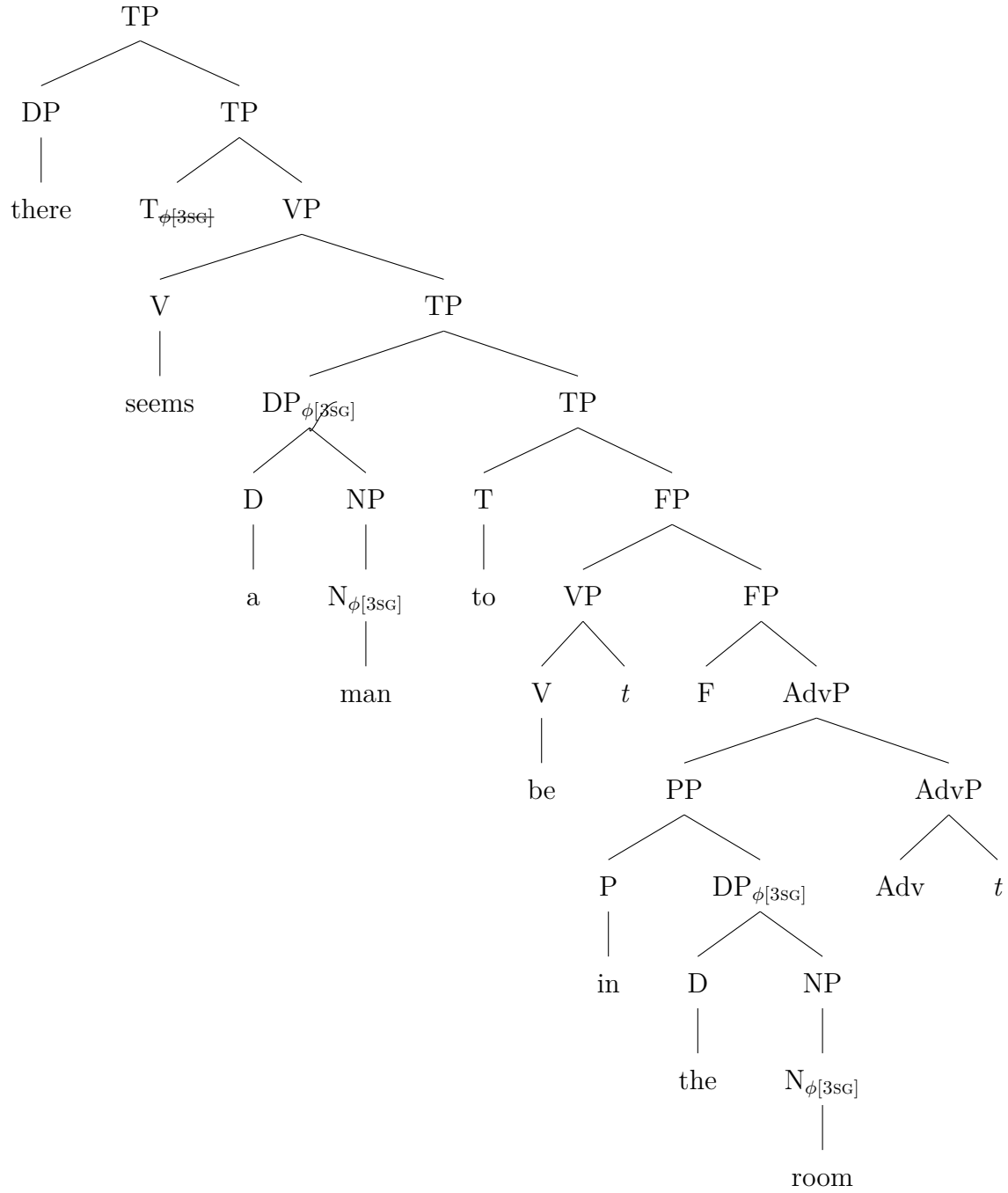


Agora, haveria, teoricamente, duas opções: *move* do DP [a man] ou *merge* do expletivo *there*. Contudo, se *move* for aplicado, não haverá nenhum outro momento em que o expletivo poderá ser concatenado. Portanto, há, na verdade, uma única opção: *merge* do expletivo.

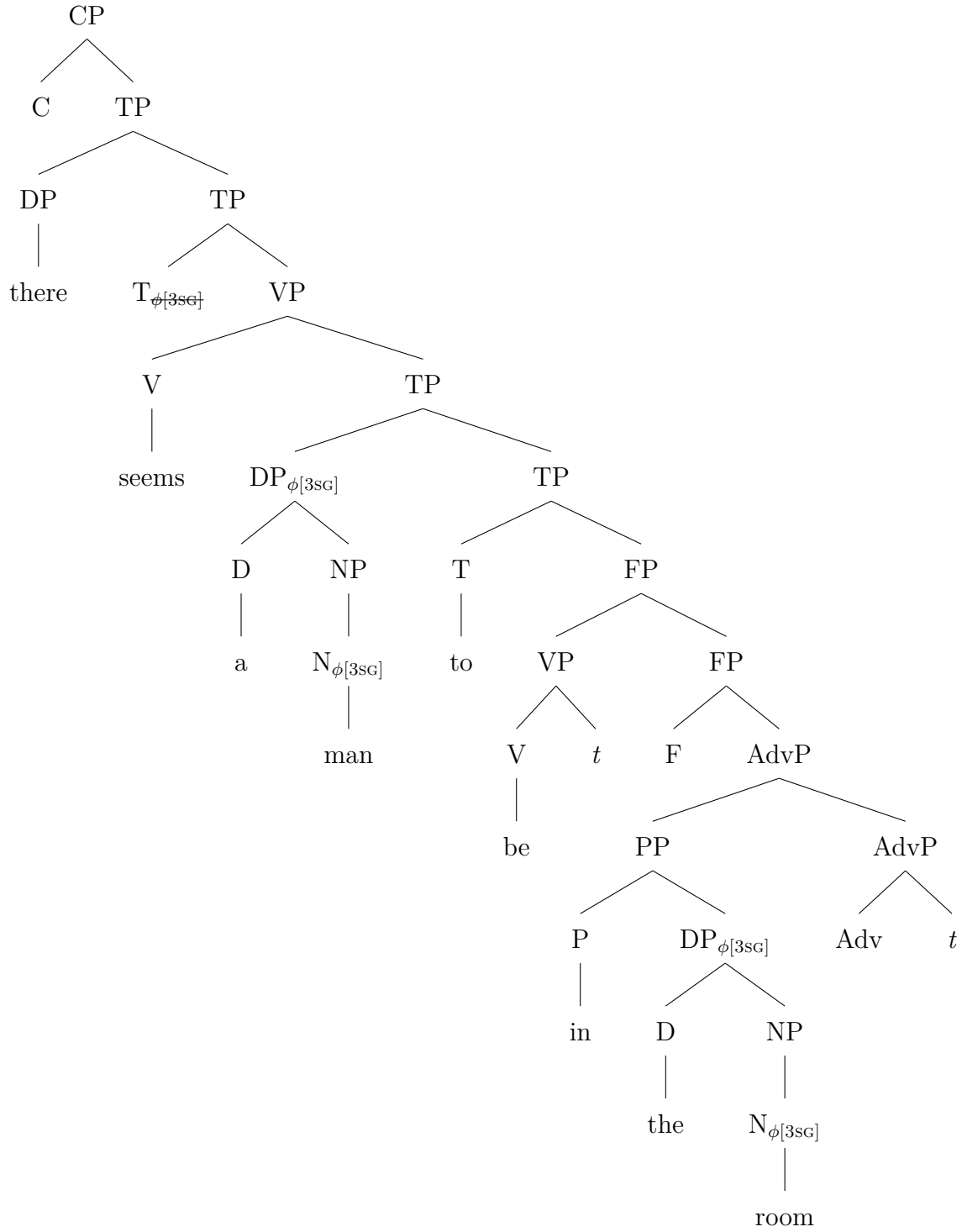
- (141) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (there, 1), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $merge(there, TP) = TP$



- (142) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (there, 0), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. $agree(T, DP)$



- (143) a. $N = \{(C, 1), (T, 0), (\text{there}, 0), (\text{seem}, 0), (\text{to}, 0), (\text{Adv}, 0), (F, 0), (\text{be}, 0), (a, 0), (\text{man}, 0), (\text{in}, 0), (\text{the}, 0), (\text{room}, 0)\}$
- b. $\text{agree}(C, \text{TP}) = \text{CP}$



- (144) a. $N = \{(C, 0), (T, 0), (there, 0), (seem, 0), (to, 0), (Adv, 0), (F, 0), (be, 0), (a, 0), (man, 0), (in, 0), (the, 0), (room, 0)\}$
- b. *There seems a man to be in the room.

Deve-se perceber que, embora a derivação tenha atingido seus objetivos normalmente, ela gerou um resultado indesejado, agramatical em inglês. Foi por isso que o Princípio

MOM foi proposto: aparentemente, a única maneira de justificar o fracasso da derivação acima é o estágio em que se preferiu *move* a *merge*, que parece incorreto.

Esse é o espírito da investigação minimalista. Haja vista o fato de que, até onde se sabe, não há uma maneira direta de *quantificar* a economia de uma sentença, pode-se investigar a economia sintática por comparação entre derivação equivalentes (isto é, que partem da mesma Numeração).

Capítulo 2

Cópias, anáforas e expletivos

2.1 Teoria do Movimento como Cópia

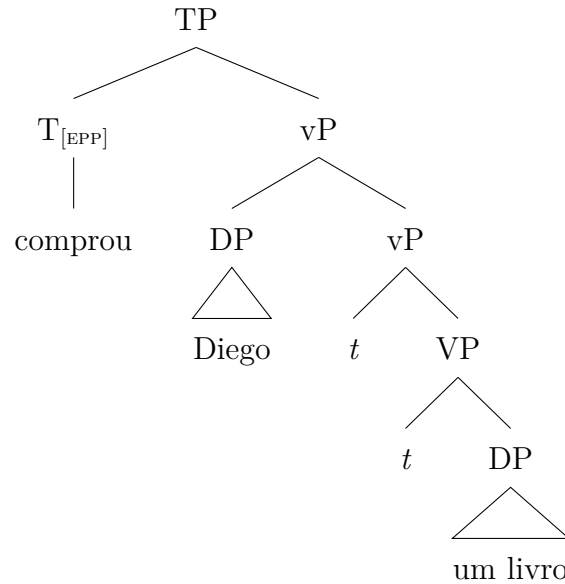
Nesta seção, pretendo abordar conceitos mais específicos da Teoria Gerativa, a fim de apresentar mais especificamente os problemas que serão abordados nesta dissertação. Primeiro, vou extrair da *Teoria do Movimento como Cópia* (*Copy Theory of Movement*; Nunes, 1995) aspectos relevantes para esta pesquisa.

Nunes propôs a Teoria do Movimento como Cópia (CTM) para analisar mais profundamente a operação de *movimento* dentro do escopo teórico da Sintaxe Gerativa. Como vimos no Capítulo 1, alguns autores, incluindo Chomsky (2000, 2001), assumem que há, na GU, três operações básicas: *merge*, *move* e *agree*, ou seja, assume-se que o movimento é uma operação básica da sintaxe.

Contrariamente, CTM parte do pressuposto de que, na verdade, o movimento não é uma operação básica do sistema computacional, mas sim uma operação complexa, formada por três suboperações: *copy*, *form chain* e *delete*. Então, a partir do gatilho da satisfação de um traço EPP, o constituinte não se “move” diretamente: primeiro, ele é copiado para a raiz da estrutura; depois, suas cópias são ligadas, para efeitos de interpretação em LF; por fim, uma das cópias é deletada.

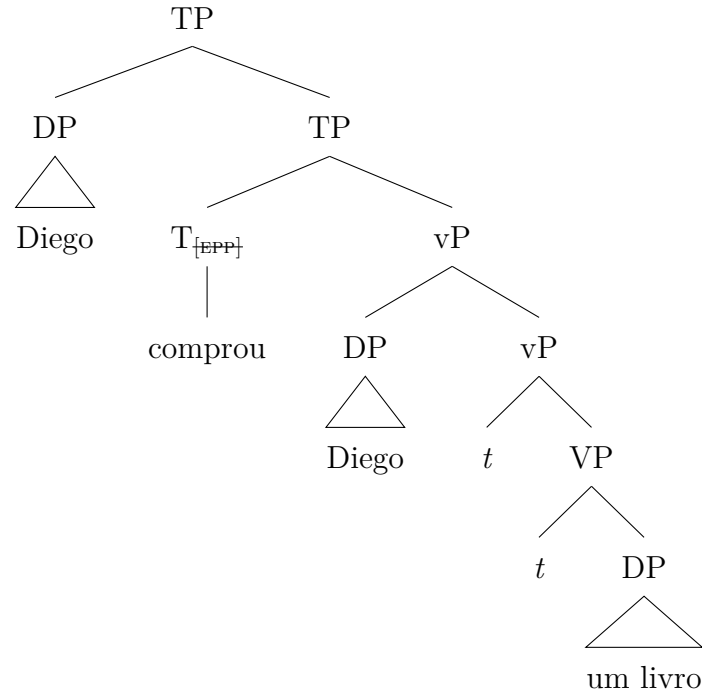
Agora, vou apresentar um exemplo concreto e as motivações para cada uma das suboperações que formam o que se chama movimento. Vejamos o caso do movimento de SpecvP para SpecTP.

- (145) a. Diego comprou um livro.
 b. $N = \{(C, 1), (T, 0), (v, 0), (D, 0), (Diego, 0), (comprar, 0), (um, 0), (livro, 0)\}$



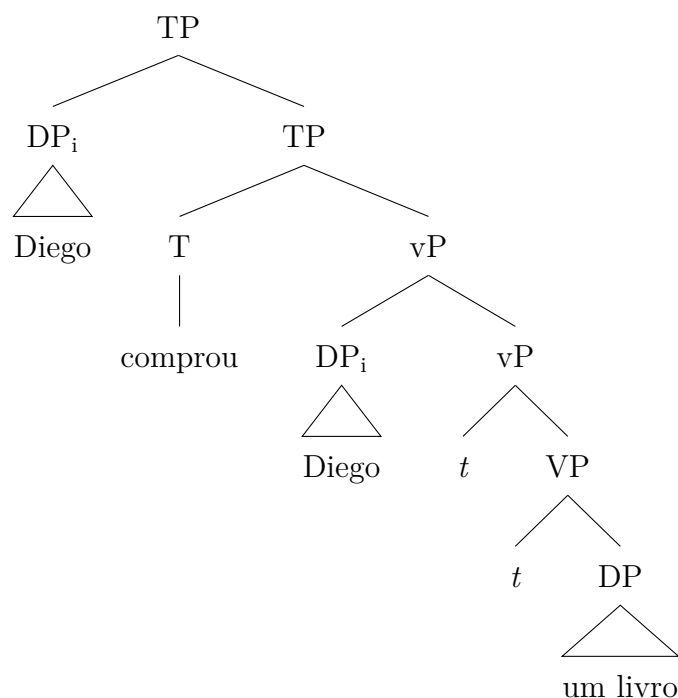
A próxima etapa seria, então, “mover” o DP [Diego] para SpecTP. Na CTM, a primeira etapa, então, consiste em copiar o DP para SpecTP, satisfazendo o traço EPP de T.

- (146) a. copy(DP)
 b. $N = \{(C, 1), (T, 0), (v, 0), (D, 0), (Diego, 0), (comprar, 0), (um, 0), (livro, 0)\}$



Lembremo-nos de que o traço EPP de X é satisfeito quando SpecX está preenchido. Ao copiar o DP, a posição de SpecTP está preenchida por ele, satisfazendo, portanto, o EPP de T. O próximo passo é formar uma cadeia com (Diego, Diego), forçando que ambas as cópias sejam interpretadas com a mesma entidade no mundo. Para isso, aplica-se a operação *form chain*.

- (147) a. $\text{form-chain}(\text{Diego}, \text{Diego})$
 b. $N = \{(C, 1), (T, 0), (v, 0), (D, 0), (\text{Diego}, 0), (\text{comprar}, 0), (\text{um}, 0), (\text{livro}, 0)\}$



Essa operação pode parecer, à primeira vista, uma violação ao Princípio C, uma vez que há duas expressões referenciais ligadas. Nunes argumenta que, numa proposta de movimento como cópia, o Princípio C é válido quando os constituintes vieram de itens diferentes da Numeração. Por exemplo, em uma sentença como “Diego viu Diego”, em que os dois diegos que participam do evento são pessoas diferentes (mas que têm o primeiro nome igual), os dois itens “Diego” aparecem separados na Numeração, ou seja, são itens lexicais distintos.

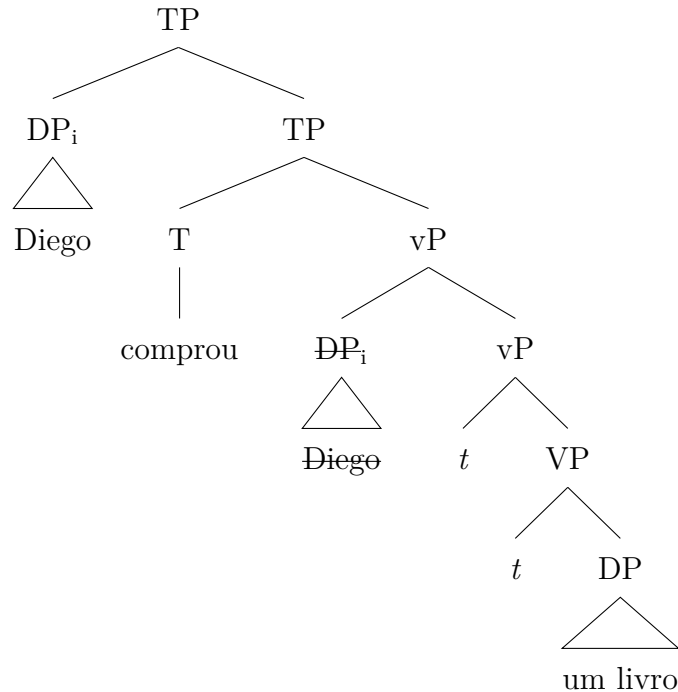
(148) a. Diego_i viu Diego_j .

b. $N = \{(C, 1), (T, 1), (v, 1), (D, 2), (\mathbf{Diego}, 1), (\mathbf{Diego}, 1), (\text{ver}, 1)\}$

No caso acima, aplica-se o Princípio C e, portanto, uma operação *form chain* que ligaria os dois DPs [Diego] tornaria a sentença agramatical. Entretanto, no caso que estávamos analisando anteriormente, as duas ocorrências do DP [Diego] derivaram dos exatos mesmos itens lexicais, que foram copiados no decorrer da derivação. Então, não se aplica o Princípio C, e a formação de cadeia é não só licenciada, mas obrigatória.

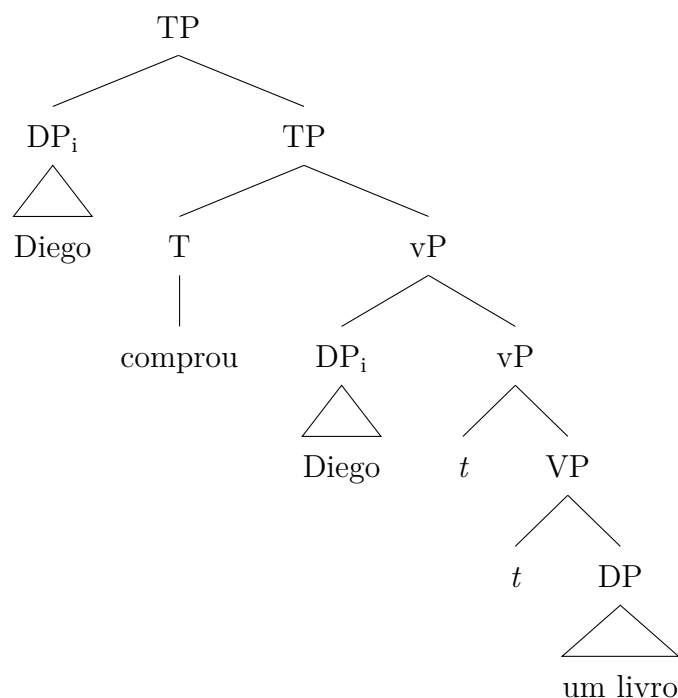
Em seguida, deve aplicar-se a deleção de cópias, a fim de manter somente uma das duas. Sabemos que, em geral, a cópia mais alta é mantida, e as demais, deletadas. Então, uma primeira intuição é que a GU tenderá a manter apenas uma cópia de uma cadeia.

(149) a. delete(Diego)

b. $N = \{(C, 1), (T, 0), (v, 0), (D, 0), (Diego, 0), (comprar, 0), (um, 0), (livro, 0)\}$ 

A cópia baixa de Diego, deletada, dá origem ao que se convencionou chamar na Teoria (Chomsky, 1981, 1986) de *vestígio* (*t*). A partir das considerações sobre o movimento como cópia, podemos deduzir que o vestígio é uma maneira de representar um constituinte que possui interpretação em LF, mas não em PF. Perceba-se que o material semântico do DP não pode ser apagado, porque foi em SpecvP que ele recebeu seu papel temático e, consequentemente, sua interpretação semântica no evento. Contudo, seu material fonológico é deletado antes da linearização.

Sobre a operação de deleção, há alguns questionamentos pertinentes. O primeiro: *por que é necessário deletar o material fonológico dos constituintes?* Nunes (1995) argumenta que essa necessidade deriva do LCA. Voltemos à seguinte estrutura:

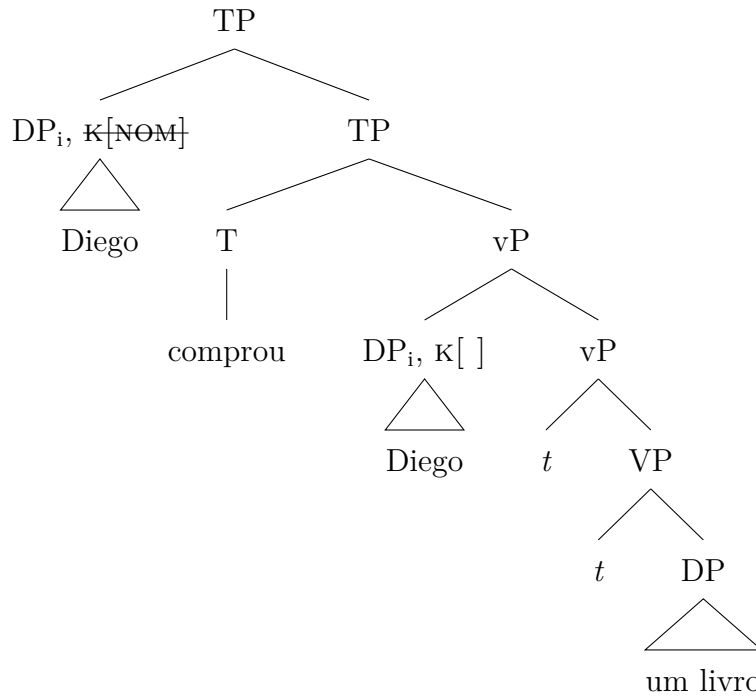


Como ambas as cópias de [Diego] formam uma cadeia, podemos interpretar que esse constituinte ocupa duas posições simultaneamente: SpecTP e SpecvP. Além disso, a cópia alta de [Diego] c-comanda T assimetricamente, e T, por sua vez, c-comanda assimetricamente a cópia baixa de [Diego]. Portanto, esse DP está c-comandando e está sendo c-comandado assimetricamente por T, o que gera uma contradição ao LCA, uma vez que não é possível estabelecer um ordenamento linear entre esses elementos. Para solucionar esse problema, a GU deve deixar apenas uma cópia. Ao deletar a cópia baixa, ela garante que [Diego] apenas c-comanda T assimetricamente, garantindo o correto funcionamento de LCA.

Isso é uma explicação coerente para o motivo pelo qual deletar cópias múltiplas é necessário. Agora, outro questionamento relevante é este: *por que normalmente apenas a cópia alta é mantida?* No Capítulo 1, argumentei que um dos objetivos da GU é eliminar traços não interpretáveis, para que os objetos sintáticos por ela derivados convirjam. Portanto, a deleção privilegiará pelo menos dois fatores: (i) executar a operação *delete* o menor número de vezes possível (por questões de economia e minimalidade) e (ii) eliminar a cópia com a maior quantidade de traços não interpretáveis.

Sabemos que o DP [Diego] possui o traço não interpretável de Caso, que é satisfeito, no caso em apreço, pelo núcleo T, que lhe atribui Caso Nominativo, eliminando esse traço

da cópia alta do DP. Dessa forma, a cópia alta de [Diego] não tem mais o traço de Caso, que já foi valorado e deletado.



Dessa forma, a cópia que contém mais traços não interpretáveis é a cópia baixa, por isso ela é escolhida para deleção.

Pode-se contra-argumentar que o traço de Caso está contido no núcleo D, e uma possibilidade de deleção seria deletar o D baixo e o NP alto, desta forma:

(150) [D ~~Diego~~] comprou [~~Diego~~] um livro.

Nesse caso, deve-se recordar que a GU preferirá realizar o menor número de deleções possível. No exemplo acima, foram feitas duas deleções, porém há a possibilidade de deletar, uma única vez, a cópia baixa do DP completo [D Diego]. Essa opção será preferível a executar duas operações de deleção. Assim, a cópia com mais traços não interpretáveis será deletada em uma única operação, como desejável.

(151) [D Diego] comprou [~~D Diego~~] um livro.

Essa teoria, então, justifica a deleção de cópias com base em questões de *economia*: a deleção deve ser executada o menor número de vezes possível, de modo a deletar a maior quantidade de traços não interpretável possível, garantindo a convergência dos

objetos sintáticos e o respeito à LCA. Como o leitor deve presumir, o movimento como se conhecia antes ocorre a partir da relação de *agree* com núcleo que contém EPP. Se *agree* tem o objetivo de eliminar traços não interpretáveis, é razoável pensar que, na maioria dos casos, a cópia alta de um constituinte será mantida, enquanto todas as outras serão deletadas, porque as cópias baixas, em geral, ainda vão conter traços não interpretáveis.

Contudo, ainda há alguns fenômenos particulares nesse sentido que foram explorados por Nunes (1995, 2004) e Corver e Nunes (2007), como as cópias múltiplas e a pronúncia de cópia baixa (LCP; *Lower Copy Pronunciation*). Vou apresentar alguns exemplos relevantes e algumas conclusões dos trabalhos mencionados, contrastando com análise de dados do português brasileiro.

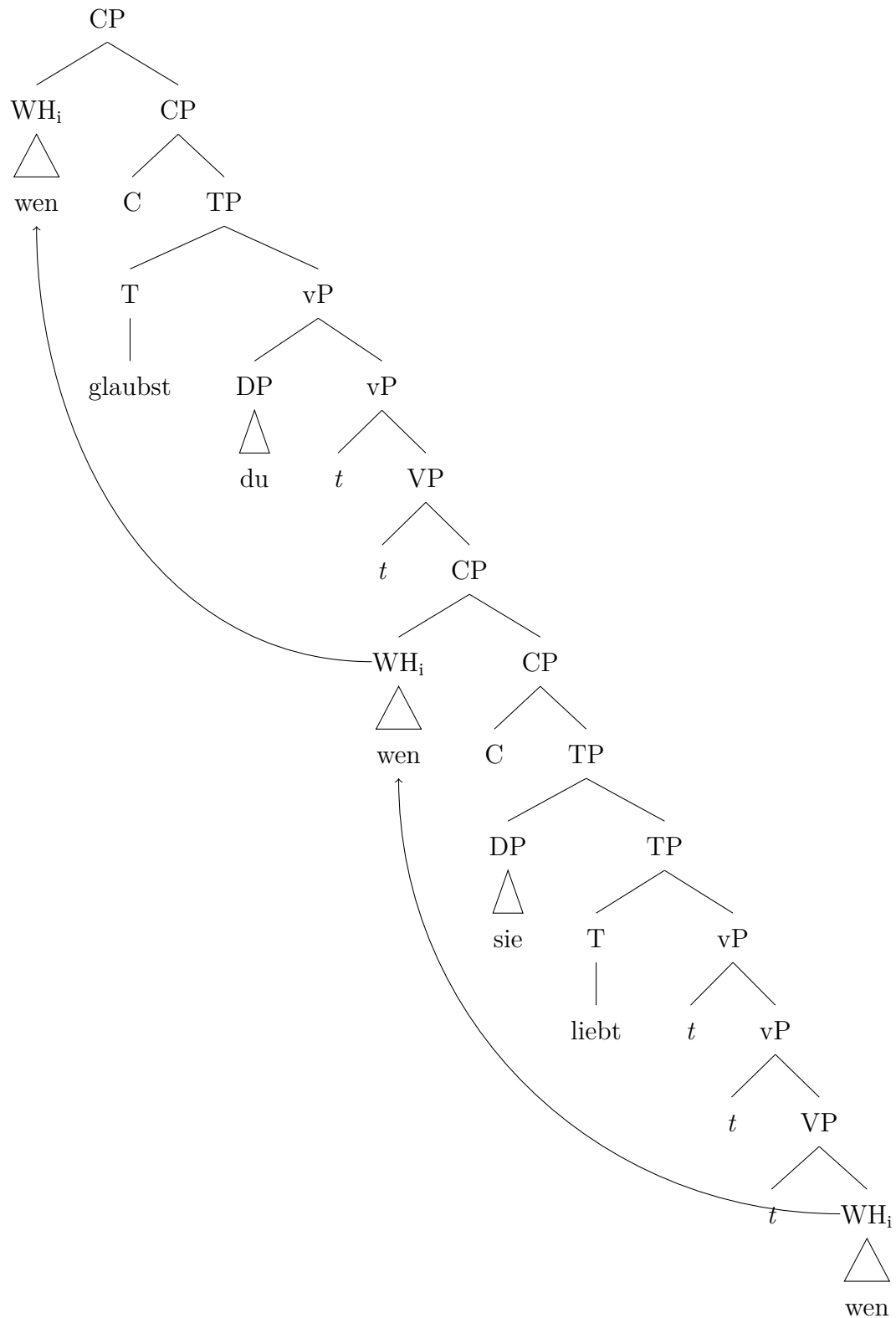
Sobre as cópias múltiplas, Nunes (2004) e Rugna (2020) apresentam casos de cópias pronunciadas de elementos WH, fenômeno denominado *Multiple WH Fronting* (MWF). Esse fenômeno acontece, por exemplo, no alemão (padrão e dialetal), no africâner e em estágios de aquisição do inglês na infância.

- (152) **Wen** glaubst du **wen** sie liebt? (*alemão*)
‘quem’ ‘acredita’ ‘você’ ‘quem’ ‘ela’ ‘ama’
‘Quem você acha que ela ama?’

- (153) **Watter meisie** sê hy **watter meisie** kom vanaand kuier? (*africâner*)
‘qual’ ‘garota’ ‘falou’ ‘ele’ ‘qual’ ‘garota’ ‘vem’ ‘hoje à noite’ ‘visitar’
‘Qual garota ele falou que veio visitar hoje à noite?’

Como se pode perceber, nesses exemplos as cópias intermediárias dos elementos WH são pronunciadas. Assumamos a seguinte estrutura para a sentença do alemão:¹

¹Estamos ignorando as posições intermediárias em SpecvP pelas quais o elemento WH deveria passar no modelo de fases (Chomsky, 2001). Considerem-se apenas as posições de SpecCP, como em Chomsky (1986).



Por aplicações sucessivas das operações *copy* e *form chain*, chega-se à estrutura sintática apresentada acima; formou-se, pois, a cadeia de elementos WH (wen, wen, wen), da qual deverá sobrar apenas uma cópia que manterá sua contraparte fonológica. Porém,

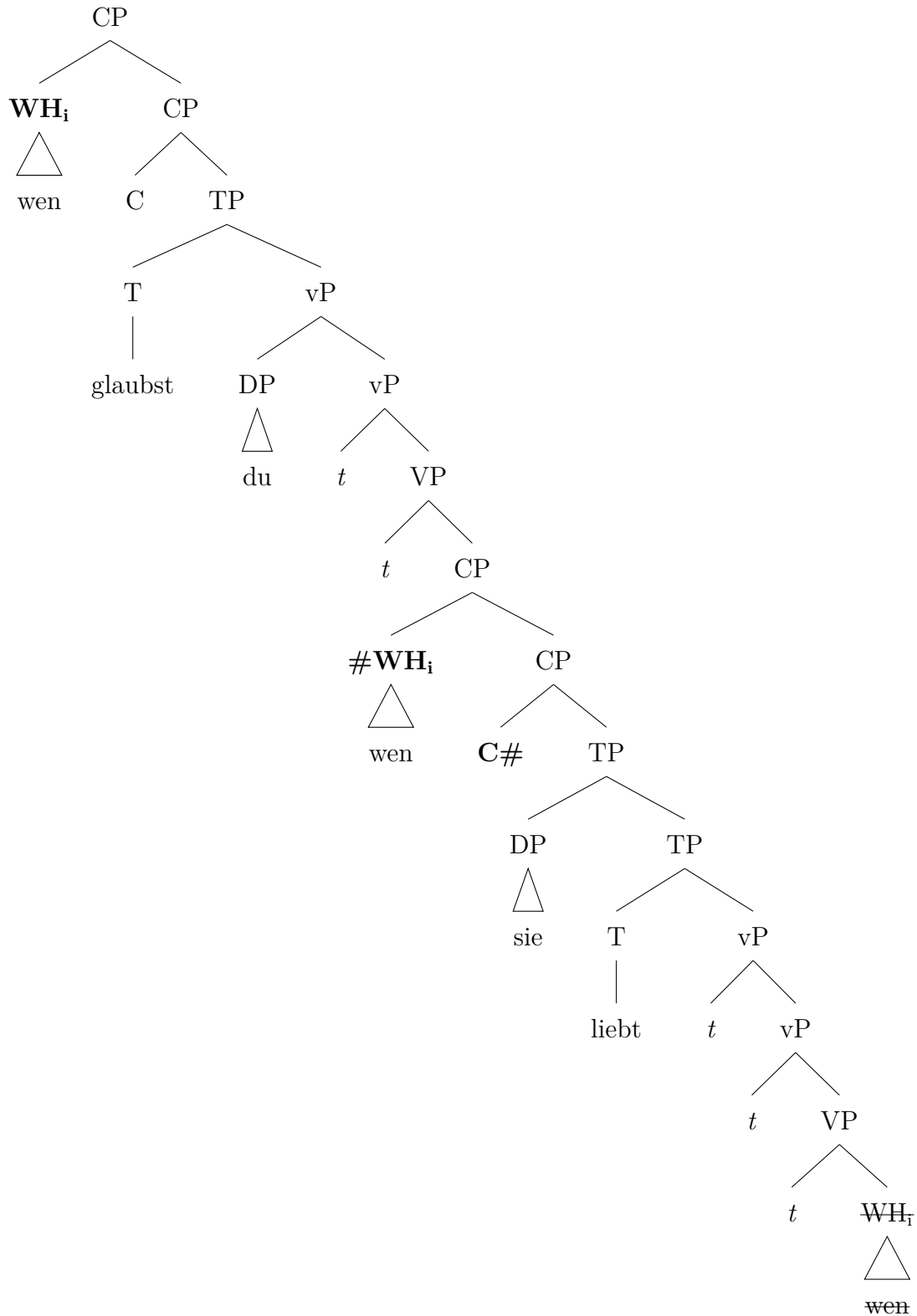
pelo dado (152), percebemos que duas cópias de [wen] foram mantidas, e a contraparte apenas da cópia baixa foi deletada, o que parece contraditório pelo escopo teórico que estamos adotando até este momento.

Uma solução intuitiva seria garantir que uma das duas cópias fosse transformada, de modo que, aos olhos do sistema computacional, não pertença mais à cadeia (wen, wen, wen). Então, a partir de uma possibilidade sugerida por Chomsky (1995), Nunes (1995) propôs que, em alguns casos, poderia haver a “junção” do especificador com o núcleo de um constituinte, a depender da estrutura morfológica da língua analisada. Essa “junção” resulta da aplicação da operação *fusion* (fusão), própria da Morfologia Distribuída (Marantz, 2013). O resultado dessa operação, de agora em diante, será representado por cerquilhas ‘#’.

A maquinaria dessa operação é a seguinte. Suponhamos que, em alemão, seja possível a fusão entre núcleo e especificador. Então, satisfeitas algumas condições, a cópia intermediária de [wen] será fundida com C, tornando-se [C-wen]. Do ponto de vista fonológico, ainda se trata do mesmo constituinte, porque, neste caso, C é nulo. Contudo, Kayne (1994) propôs que a sintaxe não possui acesso à estrutura interna dos itens lexicais. Dessa forma, a sintaxe não é capaz de inspecionar a estrutura interna de [C-wen] para checar uma possível cópia interna de [wen]; então, simplesmente, a sintaxe entende que [wen] e [C-wen] são elementos distintos e, portanto, não pertencem à mesma cadeia. Dessa forma, a antiga cadeia (wen, wen, wen) é reinterpretada em das novas cadeias: a cadeia não trivial (wen, wen), que contém apenas as cópias alta e baixa de *wen*, e a cadeia trivial (C-wen).

Considerando as condições de economia para aplicação de delete, o único elemento a ser deletado é a cópia baixa de *wen*, na cadeia não trivial, porque ele tem mais traços não interpretáveis que sua cópia alta, que checkou o traço WH. Contudo, como a cadeia (C-wen) é trivial, não há cópias a serem deletadas, e esse item é mantido na PF. Dessa forma, há uma “pseudomanifestação múltipla de cópias”, porque, na verdade, [wen] e [C-wen] não são cópias exatas de constituintes. Assim se justifica a múltipla manifestação de cópias na CTM.

Volto à representação anterior, mostrando a deleção da cópia baixa e a fusão [#WH-C#].



Uma pergunta pertinente é esta: *quais fatores licenciam a fusão Spec-Head?* Primeiro, o núcleo C deve ser nulo, o que provavelmente proíbe essa fusão, por exemplo, no português. Além disso, o elemento WH deve ser morfológicamente simples (digamos, formado

por um único item lexical). Quando o elemento WH é complexo, a sentença com cópias múltiplas é agramatical em alemão. O exemplo abaixo é de McDaniel (1986), citado por Nunes (2004).

- (154) ***Wessen Buch** glaubst du **wessen Buch** Hans liest? (*alemão*)
'de-quem' 'livro' 'acha' 'você' 'de-quem' 'livro' 'Hans' 'leu'
'Você acha que Hans está lendo o livro de quem?'

Então, a fusão Spec-Head depende das propriedades morfológicas da língua em apreço. Aparentemente, o português não licencia a fusão WH-C, inclusive porque, nesse caso, o núcleo C é morfológicamente preenchido.

- (155) [_{CP} quem você acha [_{CP} ~~quem~~ **que** ela ama ~~quem~~]]?

O segundo caso particular, analisado por Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) é o caso das estruturas reflexivas que, aparentemente, violam o Princípio C da Teoria da Ligação (Chomsky, 1986), chamadas *reflexivas copiadoras* (*Copy Reflexives*). Os autores a comparam com reflexivas do tipo *himself* (ou *ele mesmo*, em português), que são mediadas por um pronome reflexivo. O fenômeno das reflexivas copiadoras acontece, por exemplo, na língua Zapoteca de São Lucas Quiaviní, ou ZSLQ, e no hmong. O dado abaixo é de Lee (2003).

- (156) B-gwa Gye'eihlly Gye'eihlly. (*ZSLQ*)
'barbeou' 'Mike' 'Mike'
'Mike se barbeou.'

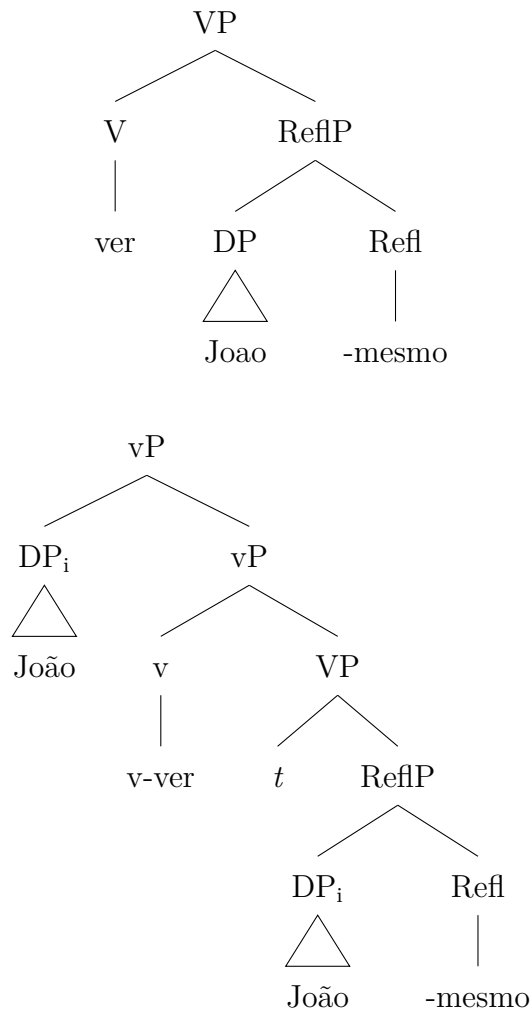
Aparentemente, essa sentença viola o Princípio C, porque a primeira ocorrência de [Gye'eihlly] está ligada à ocorrência alta desse constituinte. Só não representaria uma violação se as duas ocorrências representassem entidades distintas no mundo; então não seriam correferentes e, portanto, não estariam ligados. Porém, como a tradução indica, trata-se de uma sentença reflexiva. Para explicar esse fato, os autores estabelecem um paralelismo com reflexivas do tipo *himself* em inglês, que adaptarei aqui para reflexivas com *ele mesmo* em português.

Suponhamos, então, que *-mesmo* seja um morfema reflexivo, assim como *-self* em inglês. Além disso, vamos supor que esse tipo de sentença reflexiva seja derivada por

movimento (isto é, o elemento que recebe Papel Temático de PACIENTE move-se para receber também o Papel de AGENTE). Analisemos a seguinte sentença:

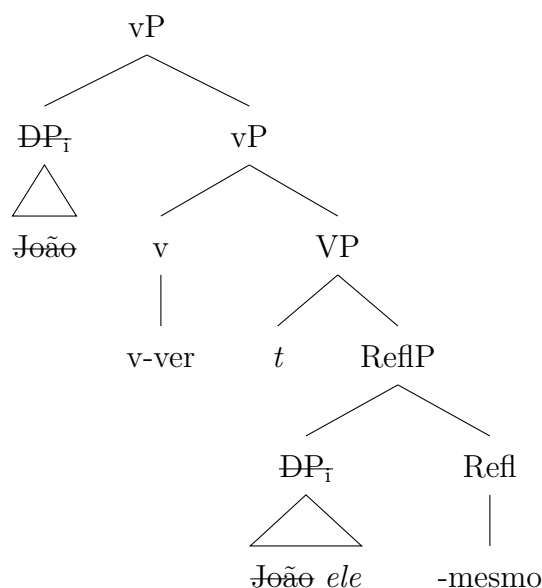
(157) João viu ele mesmo.

Suponhamos, então, que *João* tenha sido inserido na posição de paciente (formando, junto com o morfema *-mesmo*, uma categoria ReflP), para depois mover-se a SpecvP a receber Papel Temático de Agente.



Sabemos que, posteriormente, o DP [João] será elevado a SpecTP, devido ao traço EPP de T. Vamos considerar, pois, a cadeia (João, João, João). A cópia alta tem menos traços não interpretáveis, porque valorou seu traço de Caso. Nesse caso, as outras duas cópias deveriam ser deletadas. Porém, deletar a cópia baixa leva a uma violação no requerimento do afixo *-mesmo*, de estar anexado a algum elemento visível (que se chama

Stray Affix Filter, Lasnik, 1990). Nesse caso, a cópia baixa é transformada em *ele*, para satisfazer esse requerimento.



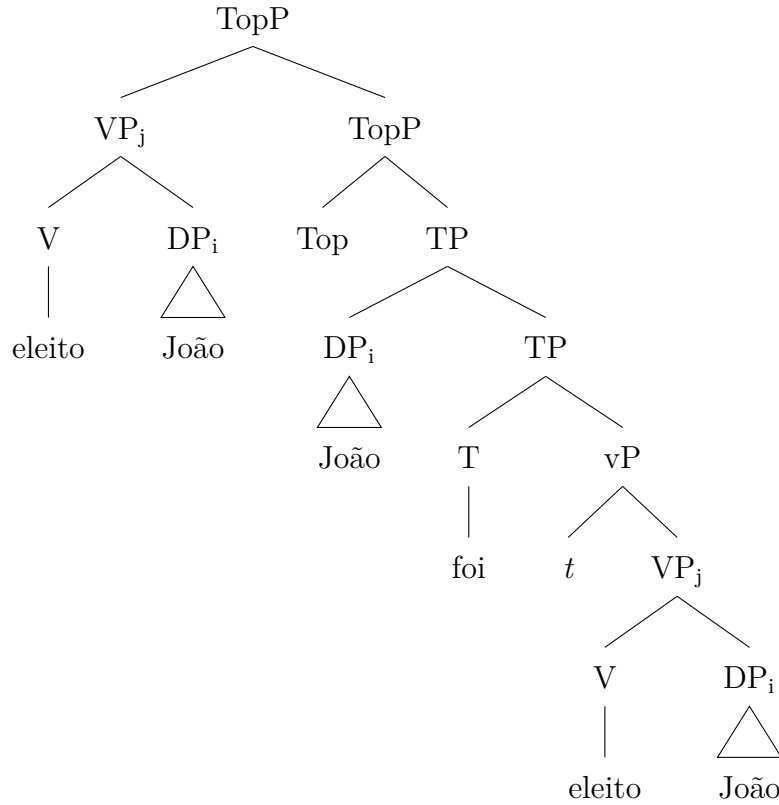
Poder-se-ia contra-argumentar que o DP [João] já recebeu Caso Acusativo na posição de complemento e, por isso, sofre efeitos de congelamento (Chomsky, 2001, 2004). Nesse sentido, Hornstein (2001) argumenta que o morfema *-self* (ou *-mesmo*, em português) também checa Caso. Pelas condições de *agree*, propostas por Chomsky (2001), quando o núcleo v seleciona um alvo para valorar seus traços- ϕ , $RefP$ é o alvo mais próximo e, portanto ele checa Caso antes do DP [João]. Por isso, esse DP não sofre congelamento e está livre para Movimento-A.

Para justificar, então, a sentença (156), argumenta-se que essa língua dispõe de um morfema reflexivo nulo. Esse morfema, então, valora Caso Acusativo e licencia o movimento do DP para a posição de SpecTP. Em seguida, a deleção de cópias não afeta a cópia baixa do constituinte, devido ao requerimento do afixo nulo. Por isso, não ocorre a deleção da cópia baixa, que é manifestada. Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) assumem que a transformação de cópias (como transformar *João* em *ele*) é um fenômeno específico de cada língua, por isso não é inesperado que, em outra língua, como ZSLQ, a cópia não seja transformada, e seja superficializada como está.

Por fim, Nunes (2004) trata dos casos de movimento remanescente dentro da CTM. O autor apresenta o seguinte exemplo (tradução minha para o português):

(158) Eleito João foi.

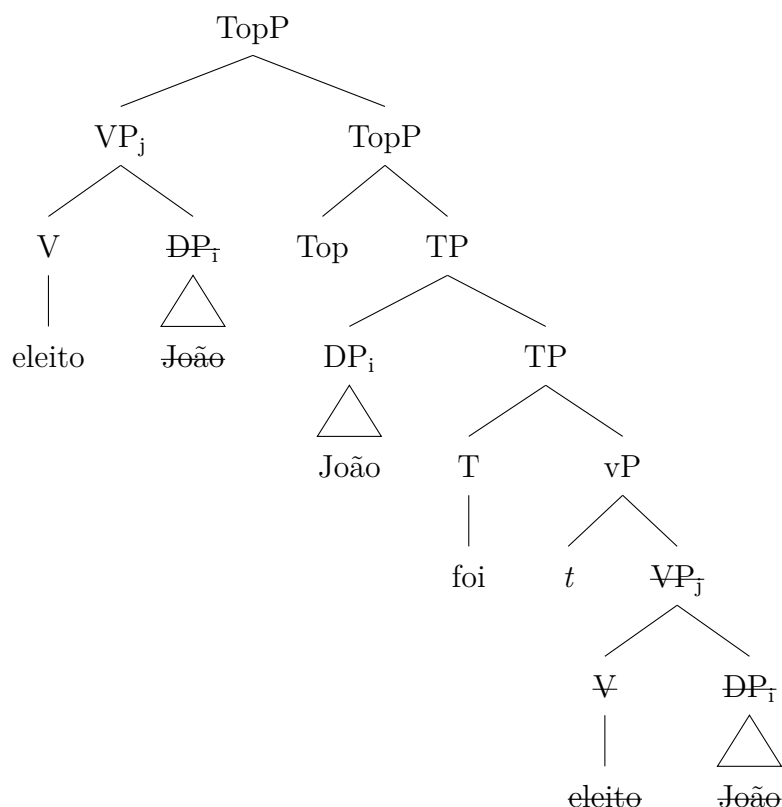
Trata-se de um caso de voz passiva, com movimento de [eleito] para posição de tópico. Em construções passivas, assumimos que o argumento é inserido na posição de complemento, e depois se eleva a SpecTP, para valorar Caso Nominativo. Vamos assumir, pois, que [João] foi copiado a SpecTP e, em seguida, o VP [eleito João] se eleva a TopP.



Chomsky (1995) propõe que uma cadeia como $CH = (\alpha, \alpha)$ é uma notação simplificada de $CH = ((\alpha, K), (\alpha, L))$, de modo que K e L são os irmãos de α , em cada uma dessas ocorrências. Nesse caso, estamos lidando com duas cadeias: a do DP [João] e a do VP [eleito João].

- (159) a. $CH = (([DP \text{ João}], TP), (eleito, [DP \text{ João}]))$
 b. $CH = (([VP \text{ eleito João }], TopP), (v, [VP \text{ eleito João }]))$

Não há problema com a cadeia do VP: a cópia baixa não checou o traço de tópico e, por isso, será deletada. Porém, no caso da cadeia do DP, a cópia irmã de T tem menos traços não interpretáveis e, por isso, as outras cópias serão selecionadas para deleção. Dessa forma, o sistema computacional instrui a componente fonológica a deletar a cópia de [João] que é irmã de *eleito*. Contudo, há duas cópias com essa característica; nesse caso, ambas são deletadas, derivando corretamente o resultado esperado.



2.2 Reflexivos e anáforas

Haja vista que, ao longo deste trabalho, trabalhei com o Princípio A — que se refere principalmente a construções reflexivas no âmbito dos DPs lexicais —, julgo necessário definir, neste momento, os trabalhos que estou adotando para análise de estruturas reflexivas e anafóricas. Primeiro, devo ressaltar ao leitor que estou interessado aqui nos DPs lexicais, ou seja, nas anáforas lexicais, e não nos vestígios.

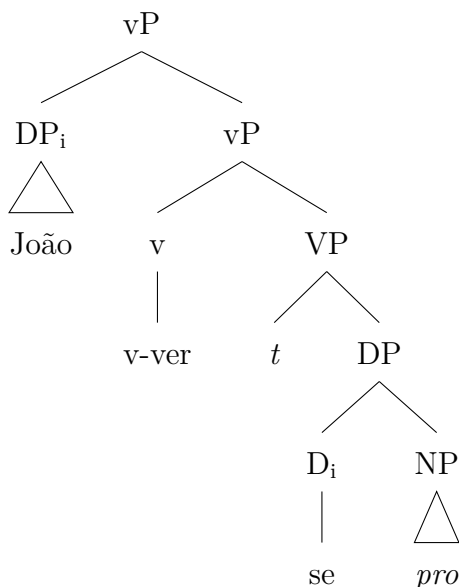
Então, assumimos que, no português, existem dois tipos de anáfora: as do tipo *mesmo* e as do tipo *se*. Apresento abaixo exemplos de cada tipo:

(160) João viu ele **mesmo** no espelho.

(161) João **se** viu no espelho.

O predicado reflexivo é aquele que contém, em um mesmo evento, um participante que ocupa dois Papéis Temáticos. Nos exemplos acima, a entidade designada por [João] é tanto AGENTE quanto PACIENTE do evento evocado pelo verbo *ver*. A diferença, no português, entre as duas estruturas é que *mesmo* é um morfema que se anexa ao DP (derivado como vimos na seção anterior), e *se* é um clítico.

Na proposta de Uriagereka (1995), clíticos são núcleos D, irmãos de um NP nulo. Sob essa perspectiva, o clítico seria inserido em posição argumental e, por ser um DP, receberia Papel Temático e Caso normalmente. Portanto, no exemplo acima, o vP seria derivado desta forma:



Primeiro, há alguns questionamentos em relação a essa proposta. Consideremos a agramaticalidade destas sentenças:

(162) *Eu se feri com a faca.

(163) *João me cortou. (*Sentido pretendido: João se cortou*)

Não questiono essa proposta para derivação dos clíticos; aliás, há muitas outras (Cardinaletti e Starke, 1999; Galves 2001; Raposo, 1998). Contudo, há que se considerarem alguns fatos sobre essa análise e sobre o contraste entre os tipos de reflexiva apresentados anteriormente. A partir dos dados acima, percebe-se que há uma concordância de número e pessoa entre a anáfora e o DP ao qual ela está ligada. Entretanto, supondo que não haja mais nenhum traço não interpretável a ser valorado, o DP [se] está sujeito a efeitos de congelamento, uma vez que já estabeleceu *agree* com *v* e recebeu Caso.² Isso impediria, pois, que um novo *agree* com [João] fosse possível.

²Estou ciente de que Uriagereka propôs a categoria FP, para a qual o clítico se desloca, possibilitando o *agree*, porém isso não invalida o fato de que as anáforas fornecem uma dificuldade adicional na descrição de sua derivação, diferentemente dos demais clíticos.

Porém, talvez um questionamento mais particular seja este. *Por que não podemos simplesmente considerar que todas as reflexivas são derivadas da mesma forma, à semelhança da derivação proposta por Nunes (2004)?* Isso foi, inclusive, uma tentativa de Alboiu, Barrie e Frigeni (2004). A proposta dos autores não pode ser tomada aqui integralmente, porque eles adotam maquinarias teóricas que confrontam a Teoria do Movimento como Cópia, de que nos estamos valendo nesta pesquisa, mas a intuição é a mesma: o clítico *se* também é uma cópia manifesta do sujeito da sentença reflexiva.

A ideia é bastante atrativa. Vou assumir a intuição a seguir. Nunes (2004) propõe, como vimos anteriormente, que, no caso das reflexivas com o morfema *-self* (ou *-mesmo* em português), o sujeito é alçado a SpecTP, e a sua cópia baixa não pode ser deletada devido ao *Stray Affix Filter*. Nesse caso, ela é transformada em uma das formas *ele*, *eles*, *ela*, *elas*, a depender da configuração de traços de número e pessoa do DP sujeito. Vamos assumir esse mesmo paralelismo para as reflexivas com *se*: há um morfema nulo que força a transformação da cópia baixa no clítico *se*.

- (164) a. [_{VP} cortar João-mesmo]
b. [_{TP} João_i cortou [_{VP} João_i *t* João_i-mesmo]]
c. [_{TP} João_i cortou [_{VP} João_i *t* João_i-mesmo]]
d. João cortou ele mesmo.
- (165) a. [_{VP} cortar João-∅]
b. [_{TP} João_i cortou [_{VP} João_i *t* João_i-∅]]
c. [_{TP} João_i cortou [_{VP} João_i *t* João_i-∅]]
d. João se cortou.

Esse paralelismo também oferece certos desafios. No primeiro tipo de reflexiva, a cópia baixa foi transformada em *ele*, uma “palavra plena”, por assim dizer. No segundo exemplo, a cópia baixa foi transformada em um clítico, o que ocasionou um movimento adicional desse clítico para o verbo. Para justificá-lo, temos de explicar (i) por que a cópia foi transformada e (ii) por que o clítico sofre esse movimento.

Um ponto interessante da discussão é que estou assumindo que o movimento ocorreu após a aplicação de *delete*, que, na proposta de Nunes, é, digamos, a última etapa antes de

todas as informações serem transferidas às interfaces. Por isso, não seria possível motivar o movimento do clítico sintaticamente; esse movimento é essencialmente fonológico, porque acontece exclusivamente na PF, após a deleção das cópias.

A rigor, isso não é um problema tão complexo. Já vimos anteriormente que o movimento é motivado principalmente por questões fonológicas (a não ser em casos como o *Quantifier Raising*, apesar de estarmos discutindo aqui, na verdade, o movimento visível). Contudo, também devemos justificar uma possível distinção entre movimentos sintáticos e movimentos fonológicos, porque, embora as motivações talvez sejam próximas, requerem maquinarias teóricas diferentes. Os movimentos sintáticos são caracterizados por traços que, a rigor, existem apenas na sintaxe, enquanto o movimento fonológico deve ser guiados apenas pelas informações interpretáveis deixadas pela sintaxe.

Suponhamos, porém, que as derivações propostas são legítimas. Vou tecer alguns paralelismos com a proposta da Teoria de Ligação, de Chomsky (1981). Primeiro, devemos compreender alguns conceitos relevantes. As construções reflexivas são mediadas por uma *anáfora*, que, no caso do português, pode ser *ele mesmo* (e variações) ou o clítico *se*. Na proposta de Chomsky, existem alguns DPs particulares que são capazes de *ligar-se* a outros DPs na estrutura; um deles é a própria anáfora. Um DP α está ligado a outro DP β quando três condições são satisfeitas: (i) β c-comanda α , (ii), α e β estão em posições argumentais, e (iii) α e β estão coindexados (ou seja, referem-se semanticamente à mesma entidade).

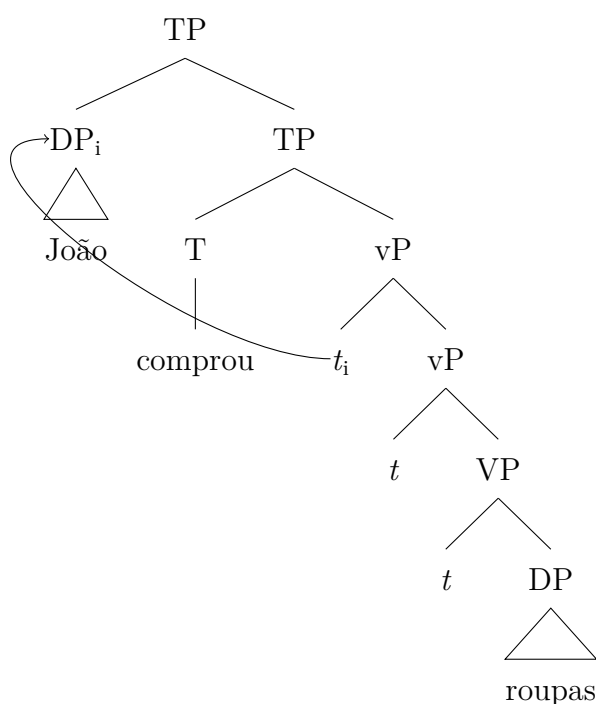
Nesse sentido, distinguem-se dois tipos de DPs especiais: as anáforas e os pronomes. Cada DP está associado a um outro domínio XP, chamado *categoria de regência*, que basicamente distingue as anáforas dos pronomes. Vamos supor, simplificadaamente, que, para um DP α , sua categoria de regência é o menos XP (i) que contém α e (ii) que contém um especificador preenchido ou um núcleo T que marca Caso Nominativo. Nesse caso, segundo o chamado *Princípio A*, apenas as anáforas devem estar ligadas dentro de sua categoria de regência; os pronomes podem estar ligados apenas fora dela.

Contudo, Chomsky ainda propôs um paralelismo entre esses DPs especiais e as categorias vazias. No caso das anáforas, elas são paralelas aos *vestígios*. Na Teoria de Regência e Ligação, entendia-se que o movimento sintático “deixava”, por assim dizer, um vestígio no lugar do qual o DP foi movido. Então, da mesma forma, tanto anáforas quanto vestígios

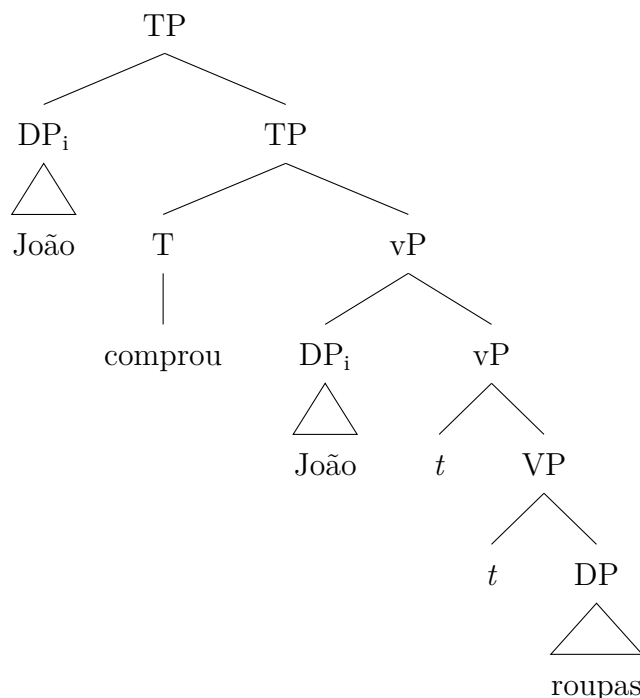
só podem estar ligados dentro de sua categoria de regência.

Contudo, deve perceber o leitor que estamos adotando alguns pressupostos que parecem “abandonar” os conceitos abordados anteriormente. Voltemos aos vestígios. Para Chomsky (1986), essas categorias são deixadas no lugar de DPs movidos para posições argumentais. Porém, estamos adotando a Teoria do Movimento como Cópia, segundo o qual o movimento não é uma operação básica do sistema computacional, mas sim uma operação complexa. Pela maquinaria que estamos adotando aqui, as contrapartes fonológicas das cópias selecionadas para deleção só são deletadas na transferência à interface fonológica, ou seja, os “vestígios” de fato só aparecem nesse momento. É comum que representemos os movimentos argumentais desta forma, com vestígios:

- (166) a. $[_{TP} T [_{vP} \text{João comprar roupas}]]$
 b. $[_{TP} \text{João}_i \text{ comprou } [_{vP} t_i t t \text{ roupas}]]$



Porém, devemos compreender que, na maquinaria que estamos adotando, isso é apenas uma representação didática de uma disparidade entre as contrapartes fonológica e semântica. Do ponto de vista da LF, essa sentença é enviada desta forma:



Na verdade, ainda assim, isso é uma representação didática, porque a LF não recebe informações fonológicas, como a sequência sonora “João”; na verdade, ela recebe apenas os traços semânticos de cada constituinte. Por isso, estamos assumindo aqui que os vestígios não têm estatuto ontológico real na derivação sintática, porque a deleção fonológica não acontece propriamente na sintaxe; mas isso é apenas uma consequência direta da Teoria do Movimento como Cópia.

Agora nos voltemos às anáforas visíveis (pronunciáveis). Nesta seção, estou propondo que elas também são geradas transformacionalmente, como uma mutação da cópia baixa do DP sujeito; essa cópia, por estar anexada a um afixo, é transformada. Uma consequência direta disso é que, na verdade, *não existem anáforas*. Porém, se Chomsky propôs haver dois tipos de anáforas (as anáforas visíveis e os vestígios), então estamos assumindo que não há anáforas, o que, por fim, obsoleta o Princípio A da Teoria da Ligação.

De fato, essa é uma das hipóteses que pretendo demonstrar neste trabalho. Uma das intuições para ela é o fato de que, ainda na proposta de Chomsky (1986), as anáforas possuem, particularmente, o traço [+a] (anafórico), que está associado a uma propriedade que ainda exploraremos aqui: a *unicidade*. Isso é uma distinção particular entre anáforas e pronomes: em uma sentença, uma anáfora só pode estar ligada a um elemento, enquanto os pronomes, em geral, podem ser correferentes de diversos elementos sintáticos (ver,

também, Gandulfo (2024)).

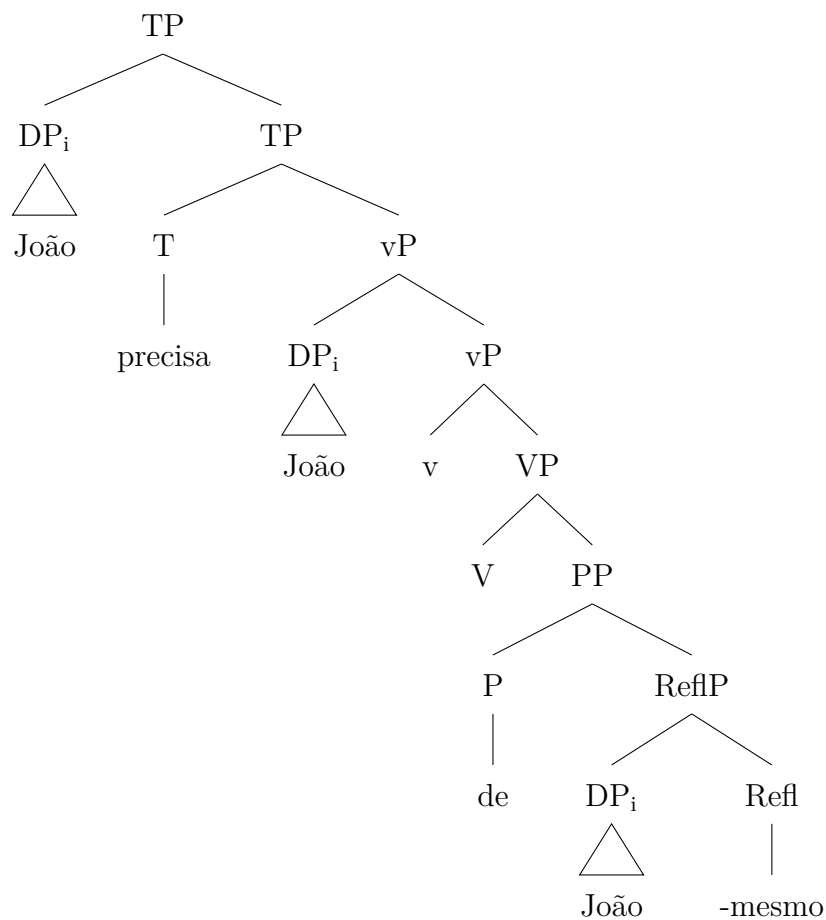
(167) João_i disse que Davi_j odeia ele_{i/*j/k}.

(168) João_i disse que Davi_j se_{*i/j/*k} odeia.

No dado (167), o pronome *ele* pode representar [João] ou qualquer outra entidade contextualmente recuperável (representada pelo índice k); só não pode ser [Davi], porque pertence à sua categoria de regência. Entretanto, em (168), a anáfora *se* só pode estar ligada a [Davi], e não há outra opção. Isso é o que chamarei de *correferência exclusiva*: as anáforas só podem ser correferentes de um único elemento na estrutura, obrigatoriamente.

Antes de encerrar esta seção, vou mostrar apenas um outro caso particular de construção reflexiva. Analisemos o seguinte dado:

- (169) a. [TP [João]_i precisa [vP [João]_i *t* de [João]_i-mesmo]]
 b. João precisa de si mesmo.



Aparentemente, não há nenhuma questão particular em relação aos outros casos de construção reflexiva. Sabe-se que ReflP é um checador de Caso (ou melhor, um *valorador* de Caso). Nesse caso, a preposição *lhe* atribui Caso Oblíquo, o que, inclusive, implica a forma da cópia transformada ser *sí*, e não *se*. Como o Caso Oblíquo foi atribuído a ReflP, o DP [João] ainda requer Caso e, por isso, está livre para movimentos argumentais. Ele se eleva ciclicamente a SpecTP. As demais cópias tendem a ser deletadas, mas, devido ao Stray Affix Filter, a cópia irmã de Refl não pode ser integralmente deletada, então ela é transformada em *si*.

2.3 Expletivos

Agora, vamos discutir brevemente a questão dos expletivos e a relação expletivo-associado, proposta por Chomsky (1995). É importante notar que, aparentemente, não existem expletivos no português (ou pelo menos não expletivos visíveis), mas, em inglês, há os expletivos *it* e *there*, que são utilizados em diferentes contextos.

Primeiro, devemos definir expletivos e estipular os contextos sintáticos nos quais cada tipo aparece. Bem, a rigor, um expletivo é um elemento cuja contraparte semântica é mínima ou nula. Os expletivos assumem a posição de sujeito, em SpecTP, como uma das maneiras de satisfazer o traço [EPP] do núcleo T. Os expletivos aparecem principalmente nas construções com verbos impessoais, ou com verbos inergativos, ou com verbos passivizados.

- (170) *It* rained yesterday.
EXPL choveu ontem
'Choveu ontem.'
- (171) *There* arrived a man.
EXPL chegou um homem
'Chegou um homem.'
- (172) *There* was sent a letter.
EXPL foi enviada uma carta
'Foi enviada uma carta.'

Chomsky (1995) assume que os expletivos são itens do Léxico e, portanto, são selecionados da Numeração. Inclusive, vimos, anteriormente, a derivação (122), em que o

expletivo *there* foi selecionado para compor a estrutura da oração.

Embora não seja o que Chomsky propôs, vamos assumir que a contraparte semântica dos expletivos seja nula. Nesse caso, haveria, de certa forma, um problema teórico. Acreditamos que as operações sintáticas se devem à satisfação de traços e à convergência de objetos sintáticos. Se o expletivo não tem contraparte semântica, então ele não tem traços a verificar, e portanto já ingressa na derivação inativo; além disso, ele não teria nenhum tipo de traço categorial. Dessa forma, estaríamos supondo que um elemento acategorial ocupa posição sintática, o que, a rigor, é contraditório.

Para resolver esse problema, Chomsky propôs que os expletivos *it* e *there* são pronomes que contêm, na contraparte semântica, apenas o traço categorial D. Isso implica que essa informação seja enviada à semântica; então, Chomsky sugere que a presença de um DP na posição de SpecTP (quando T contém o traço [EPP]) é uma espécie de requisito da LF. Novamente, esse raciocínio parece se sustentar na postulação arbitrária de um requisito da LF; mas, se assumirmos que os expletivos são semanticamente vácuos, a postulação desse requisito na LF parece enfraquecido.

Além disso, Chomsky justifica diferenças entre os expletivos *it* e *there*. Analisemos os exemplos abaixo:

- (173) *It* rained yesterday.
EXPL choveu ontem
'Choveu ontem.'
- (174) *There* is a man in the room.
EXPL está um homem em a sala
'Um homem está na sala.'
- (175) *There* are two men in the room.
EXPL estão dois homens em a sala
'Dois homens estão na sala.'

Vou apresentar alguns recursos para satisfação do traço [EPP] nos demais momentos da Teoria. No modelo de Princípios e Parâmetros, entendia-se não que EPP era propriamente um traço, mas sim uma extensão ao Princípio da Projeção (Chomsky, 1981); daí ser a sigla para *Extended Projection Principle* ("Princípio da Projeção Estendido"). Essa extensão adicionava uma nova alínea a esse Princípio, segundo a qual a posição de SpecTP deveria

estar obrigatoriamente preenchida. Portanto, a inserção do expletivo resultava mais de um “último recurso” para satisfazer esse Princípio.

Porém, nesse momento, havia um questionamento particularmente interessante. *Como que o DP complemento de verbo inacusativo recebe Caso?* Devemos considerar que, nesse momento da Teoria, o Caso Nominativo era estrutural, ou seja, só estava disponível em SpecTP. Então, em um exemplo como (174), se *there* está em SpecTP, como [a man] recebe Caso? Bem, pelos dados (174) e (175), percebia-se que, na concordância verbo-sujeito, o *there* parecia assumir os mesmos traços- ϕ do DP complemento. Então, foi proposto que *there* e o DP complemento formavam uma cadeia imprópria; como Caso é atribuído à cadeia, a cadeia inteira recebia Caso Nominativo, o que satisfazia a exigência do DP complemento. Isso ficou conhecido como *Hipótese de Transmissão de Caso*.

No Programa Minimalista (Chomsky, 1993, 1995), acreditava-se que a concordância (ou seja, a relação de *agree*) só acontecia entre núcleo e especificador, portanto ainda se mantinha a ideia de que o núcleo T concordava com o expletivo, que deveria, de alguma forma, transmitir o Caso com o DP complemento. Porém, Chomsky propôs que o expletivo e o DP complemento (no caso do expletivo *there*) estabeleciam uma relação denominada *expletivo-associado*.

Trata-se de uma relação peculiar. Se *there* é um pronome e é correferente do DP complemento, parece que ambos estão ligados, o que não deveria ocorrer devido ao Princípio C. Na verdade, seria mais esperado que o pronome fosse c-comandado pelo seu referente, mas nesse caso ocorre o contrário; ambos compartilham o Caso e traços- ϕ . Além disso, parece haver uma semelhança entre os expletivos e as anáforas: ambos só podem estar associados a um único elemento da estrutura. Perceba que, nos exemplos (174) e (175), *there* só pode estar correlacionado ao DP complemento, e não a outro DP.

Se ainda falarmos sobre regência e ligação, parece que as anáforas e os expletivos do tipo *there* parecem compartilhar uma propriedade: a *correferência exclusiva*. Ambos só podem estar “ligados” a um elemento exclusivo na estrutura. Além disso, se imaginarmos que o expletivo *there* é um “pronome invertido” (ou seja, é o DP que se liga a ele, e não o contrário), então parece, inclusive, que o expletivo respeita o Princípio A, uma vez que o associado (i) está em posição-A, tal e qual o expletivo, (ii) é o nominal mais próximo do expletivo em posição-A e (iii) é c-comandado pelo expletivo. Essas condições

se assemelham às aquelas requeridas pela anáfora para estabelecer ligação.

Dada a semelhança entre expletivos e anáforas, proponho o seguinte questionamento. *Será que os expletivos do tipo ‘there’ não poderiam ser analisados à semelhança das anáforas?* Então, vamos supor, preliminarmente, o seguinte esquema derivacional:

- (176)
- a. [_{VP} be [a man] in the room]
 - b. [_{TP} T [_{VP} is [a man] in the room]]
 - c. [_{TP} [a man]_i T [_{VP} is [a man]_i in the room]]
 - d. [_{TP} ~~[a man]~~_i T [_{VP} is [a man]_i in the room]]
 - e. Linearização: ‘There is a man in the room.’

Sem adentrar propriamente na maquinaria teórica, vamos assumir que, por alguma razão, a cópia alta de [a man] fosse convertida em *there*, à semelhança do que ocorre com o complemento das construções reflexivas. Esse seria um caso de LCP (*Lower Copy Pronunciation*, “Pronúncia da Cópia Baixa”). Se isso fosse possível, conseguiríamos justificar alguns fatos. Primeiro, seria mais simples assumir que o expletivo tem contraparte semântica nula, porque, afinal, ele resulta apenas da transformação fonológica de uma cópia de constituinte. Além disso, qualquer explicação para a relação expletivo-associado seria obsoleta: o DP “associado” seria elevado a SpecTP e formaria uma cadeia com a outra cópia do DP. A cópia alta é transformada em *there*. Nesse caso, o núcleo T pode concordar com *there*, porque sua contraparte semântica é a mesma de [a man], ou seja, T está, na verdade, concordando com [a man], cuja cópia depois é transformada em *there*.

No entanto, importa observar que essa proposta também implica algumas questões teóricas novas. Se assumimos que o expletivo *there* é gerado derivacionalmente, então as sentenças com e sem expletivos parecem ser derivadas da mesma forma, o que não deveria ocorrer, já que são sentenças distintas:

- (177)
- a. A man is in the room.
 - b. There is a man in the room.

Em ambos os casos, o DP [a man] foi elevado à posição de sujeito; a diferença está na redução de cópias: sem o expletivo, a cópia baixa foi deletada, e a alta foi mantida; com o expletivo, ambas as cópias foram mantidas, com o adendo de que a cópia alta

foi transformada em *there*. Então, estaríamos assumindo que a diferença entre ambas as orações é meramente fonológica, o que, a rigor, é contraditório, porque, valendo-se da terminologia do Programa Minimalista (Chomsky, 1993), uma das estruturas deveria barrar a outra em termos de economia, porque o falante faz escolhas entre uma e outra.

Essa é, inclusive, uma das grandes dificuldades da assunção que estamos tomando. Na proposta de Chomsky (1995) para os expletivos, havia uma diferença nas Numerações das orações acima: uma continha o expletivo *there*; a outra não. Então, a diferença derivacional refletia uma diferença na Numeração. Porém, agora, estamos assumindo que a Numeração é exatamente a mesma. Uma mesma Numeração, a rigor, não poderia derivar duas sentenças gramaticais, porque uma bloquearia a outra. Portanto, devemos assumir que existe, também, uma diferença estrutural entre essas duas orações.

Além disso, há um outro problema patente nessa proposta: estamos propondo que a cópia baixa de um constituinte seja mantida, e a alta seja deletada (ou melhor, *transformada*), embora, como sabemos, o movimento sirva à satisfação de traços, o que deveria implicar que a cópia alta fosse mantida, e não deletada. Então, devemos buscar motivações que justifiquem essa “deleção invertida”, por assim dizer. Talvez, possamos lidar com os dois fatos conjuntamente: a diferença estrutural entre essas duas construções seja justamente a razão para a diferença na manifestação de cópias.

Proponho, pois, a análise de alguns outros dados particulares em relação aos inacusativos e à manifestação de cópias. Primeiro, Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) apresentam um dado extraído de Quinn (2004), no qual o argumento do verbo inacusativo pode ser copiado quando associado a um marcador de foco *xwb*, na língua hmong:

- (178) *Pov tuag Pov.
 Pov morreu Pov
 ‘Pov morreu.’
- (179) Pov los Pov xwb.
 Pov veio Pov só.
 ‘Pov veio por si mesmo.’

Além disso, Duarte e Lopes (2010) e Lopes (2006) mostram que, na língua ka’apor, há uma partícula [kɛ], responsável pela marcação de papel temático que geralmente é associado à posição de objeto das sentenças transitivas e de sujeito das sentenças com

verbos inacusativos. Isso mostra que pode haver, também, uma marcação morfológica associada ao complemento do verbo inacusativo, o que nos permitiria fazer uma análise semelhante àquela com sentenças reflexivas.

Tornemos aos dados da língua hmong. A dupla manifestação de cópia associada a um marcador de foco parece uma evidência de que, nesse caso, o complemento do verbo inacusativo “passou” por uma posição intermediária antes de chegar a SpecTP. Por tratar-se de foco, essa posição está na periferia baixa da sentença, ou seja, na periferia do vP, no sentido de Belletti (2001, 2004). Vamos dizer que essa é uma posição FocP. Essa assunção parece condizente com a ideia que estamos propondo aqui. Tornemos ao dado (176) e comparemo-lo com a derivação de uma sentença transitiva:

- (180) a. $[_{\text{FocP}} \text{Foc } [_{\text{vP}} \text{be } [\text{a man}] \text{ in the room}]]$
b. $[_{\text{TP}} [\text{a man}]_i \text{ T } [_{\text{FocP}} [\text{a man}]_i \text{ Foc } [_{\text{vP}} \text{be } [\text{a man}]_i \text{ in the room}]]]$
c. $[_{\text{TP}} [\text{a man}]_i \text{ T } [_{\text{FocP}} [\text{a man}]_i \text{ Foc } [_{\text{vP}} \text{be } [\text{a man}]_i \text{ in the room}]]]$
- (181) a. $[_{\text{FocP}} \text{Foc } [_{\text{vP}} [\text{João}] \text{ comprar roupas}]]$
b. $[_{\text{TP}} [\text{João}]_i \text{ T } [_{\text{FocP}} \text{Foc } [_{\text{vP}} [\text{João}]_i \text{ comprar roupas}]]]$
c. $[_{\text{TP}} [\text{João}]_i \text{ T } [_{\text{FocP}} \text{Foc } [_{\text{vP}} [\text{João}]_i \text{ comprar roupas}]]]$

Se não houvesse uma outra posição sintática envolvida nesse expediente, seria custoso justificar a diferença entre as cadeias $\text{CH}=(\text{a man}, \text{a man}, \text{a man})$ e $\text{CH}=(\text{João}, \text{João})$, porque, a rigor, as duas envolvem o movimento de um argumento a SpecTP. Porém, se considerarmos que o complemento do verbo inacusativo pode passar por uma posição da periferia baixa, então estamos considerando que, na verdade, as cadeias são diferentes, porque o sujeito [João] não poderia passar por essa posição, que é restrita aos complementos.

Isso também poderia servir de fundamentação a uma pergunta formulada anteriormente. *Qual é a diferença entre uma sentença com e sem o expletivo?* Talvez a diferença seja justamente a passagem por uma posição da periferia baixa. Se o complemento do inacusativo for movido diretamente a SpecTP, sem passar por nenhuma posição da periferia baixa, de fato a diferença entre esse movimento e o do sujeito de uma sentença transitiva é nula. Inclusive, a cópia alta sempre será manifestada nesse caso.

- (182) a. João comprou roupas.

b. O homem chegou.

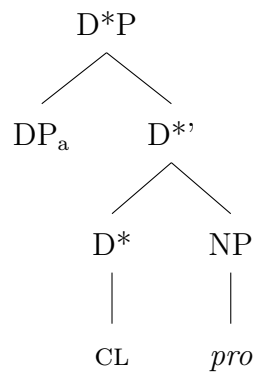
Então, a diferença reside na sentença com o expletivo. Provavelmente, o expletivo é necessário quando o complemento do verbo inacusativo passa por uma posição da periferia baixa, por motivos que discutiremos mais adiante. Como essa posição só é acessível a elementos na posição de complemento, é justificável não haver sentenças transitivas com expletivos.

2.4 Proposta do Big DP

Vimos aqui algumas maquinarias para manifestação múltipla de cópias, que envolve fusão de núcleos ou Stray Affix Filter. Contudo, uma proposta alternativa é a do Big DP, segundo a qual o DP é uma estrutura complexa, formada pela associação de um DP com um clítico. Inicialmente, essa proposta serve para justificar casos de *redobro pronominal*. Nesta dissertação, eu me valerei da *estrutura* do Big DP, mas não adotarei a justificativa para sentenças de redobro pronominal. Vejamos um exemplo:

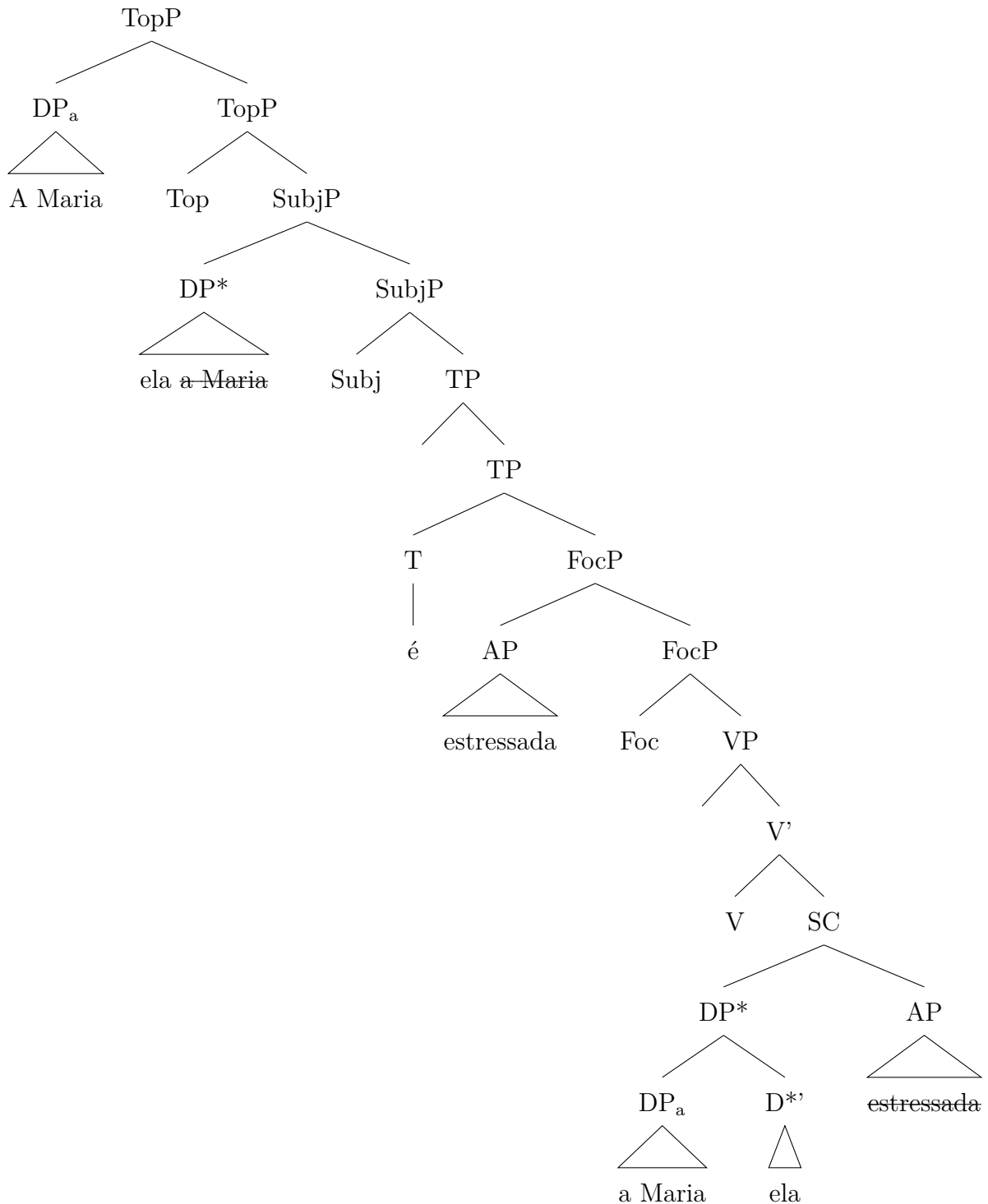
(183) A Maria é inteligente, ela.

Em (183), o pronome *ela* resulta do *redobro* do DP [a Maria]. Para Uriagereka (1995, 2005), a estrutura do BigDP (aqui representado como D*P) é esta:



Nessa derivação, DP_a é o chamado *DP associado*. No dado (183), o DP associado é [Maria], enquanto *ela* é o DP*. Nessa proposta, o DP associado, sem Caso, eleva-se para valorá-lo. Quando valorá Caso, esse é transmitido ao Big DP. Apresento a análise de dado de D’Almeida e Quarezemin (D’Almeida e Quarezemin 2024):

(184) A Maria, ela é estressada.



Basicamente, o DP associado transfere Caso ao Big DP. Essa manifestação envolve uma posição discursiva particular: o tópico.

Embora eu me valha, nesta dissertação, do Big DP e de sua estrutura interna, não adotarei a análise acima, proposta pelos autores, porque ela viola a Condição da Correfe-

rência Exclusiva (ver (205) mais adiante). Acontece que, para este autor, a forma *ela* não é a de um pronome propriamente, mas sim de uma cópia transformada. Consideremos o Princípio B:

(185) **Princípio B:** *Pronomes devem ser livres dentro de seu domínio mínimo.*

Dessa forma, devemos imaginar que todo pronome é essencialmente ambíguo/aberto, porque pode referir-se a uma infinidade de entidades (do ponto de vista semântico, não pragmático). Isso pode ser percebido nos dados abaixo:

(186) João viu ele.

(187) João disse que Pedro viu ele.

Em ambos os casos, o pronome *ele* pode ter uma interpretação recuperada contextualmente. Em (187), *ele* ainda pode ser interpretado como [João], obedecendo ao Princípio B. Todavia, em (184), *ela* apresenta uma única interpretação: correferente de [a Maria]. Por isso, defendo a hipótese de que, em (184), *ela* não é um pronome, mas sim o que pretendo chamar de *pseudopronome*: na verdade, trata-se de uma cópia cujo material fonológico foi transformado em *ela* (ver também Nunes (2004)).

Capítulo 3

Correferência exclusiva

3.1 Teoria do *PRO* e outras intuições

No capítulo anterior, tentei mostrar que as anáforas e os expletivos do tipo *there* parecem compartilhar uma propriedade: a *correferência exclusiva*, ou seja, uma anáfora ou um expletivo *there* só podem ser correferentes de um único elemento da sentença, determinado estruturalmente. Neste momento, vou apresentar algumas outras intuições dentro desse tema, a começar pela teoria do *PRO*.

Também parece uma coincidência peculiar o fato de que a divisão entre expletivos do tipo *it* e *there* seja paralela aos tipos de *PRO*: o *PRO* arbitrário e o *PRO* de controle. O paralelismo é construído da seguinte forma. Vamos supor, por ora, que a assunção de que o expletivo *there* é uma cópia derivada por movimento esteja correta. Nesse caso, podemos afirmar que qualquer expletivo serve à satisfação do traço [EPP]. A diferença é a seguinte: se T tem o traço [EPP] e ele pode selecionar um DP como alvo, há duas opções: ou o DP se move a SpecTP, ou um expletivo é inserido diretamente em SpecTP.

(188) There_i is [a man]_i in the room.

(189) It rained yesterday.

No primeiro caso, o DP [a man] pode ser alçado e, portanto, *there* é a manifestação de sua cópia alta. No segundo, *it* não está associado a nenhum DP, inclusive porque não há nenhum a ser alçado para essa posição.

Existe uma certa relação entre esse par e o par formado por *PRO* arbitrário e *PRO*

de controle. A necessidade do *PRO* deriva da assunção minimalista, de Chomsky (2004), de que os papéis temáticos só podem ser atribuídos por *merge* (externo), e não por movimento. Essa assunção leva a uma incongruência nestes casos:

(190) É importante estudar todo dia.

(191) João tentou sair mais cedo.

Se assumirmos que as propriedades argumentais dos verbos vêm do Léxico, então tanto *estudar* quanto *sair* têm de atribuir um papel temático aos seus argumentos externos. Em (190), não há nenhum DP que possa receber o papel temático de agente do verbo *estudar*, o que violaria, a rigor, o Critério θ . Em (191), parece que o argumento externo é ou deve ser correferente de [João]. Porém, se assumirmos que [João] foi inserido como argumento de *sair* e, posteriormente, foi elevado para a posição de argumento de *tentar*, então estamos assumindo que *tentar* atribuiu papel temático a um elemento movido, e não por *merge*, como Chomsky propôs.

Essas incongruências levaram à proposição de uma categoria pronominal defectiva: o *PRO*. Essa categoria recebe o papel temático dos verbos em apreço:

(192) É importante *PRO* estudar todo dia.

(193) João_i tentou *PRO*_i sair mais cedo.

No primeiro caso, o *PRO* é chamado arbitrário, porque ele não é correferente de nenhum DP na estrutura; ele assume uma interpretação semelhante à do sujeito indeterminado do português, semelhante ao pronome “alguém” ou “as pessoas”. Perceba que se trata de caso parecido com o do expletivo *it*, que também não pode ser correferente de nenhum DP na estrutura.

No segundo caso, o *PRO* é chamado de controle, porque é correferente de *João*. Não se pode falar propriamente em ligação, porque *PRO* pode assumir como antecedente apenas [João] (ou seja, ele não pode ser interpretado como uma outra pessoa que não seja João); isso é um comportamento semelhante às anáforas, que estabelecem correferência exclusiva com um elemento particular da estrutura. Porém, se o *PRO* tivesse uma categoria de regência, essa categoria seria o TP [*PRO* sair mais cedo]. Isso significa que ele está ligado fora da categoria de regência, o que é, na verdade, uma propriedade que o aproxima dos pronomes.

Desse modo, o *PRO* de controle é uma categoria nula particular, porque ela assume propriedades das anáforas (a *correferência exclusiva*) e dos pronomes (a ligação fora da categoria de regência). Por esse motivo, Chomsky (1986) propôs o Teorema do *PRO*, segundo a qual *PRO* não tem categoria de regência e, portanto, não está sujeito a efeitos de ligação. Assim, propôs-se o temo *controle* para a relação estabelecida entre o *PRO* de controle e o seu DP correferente.

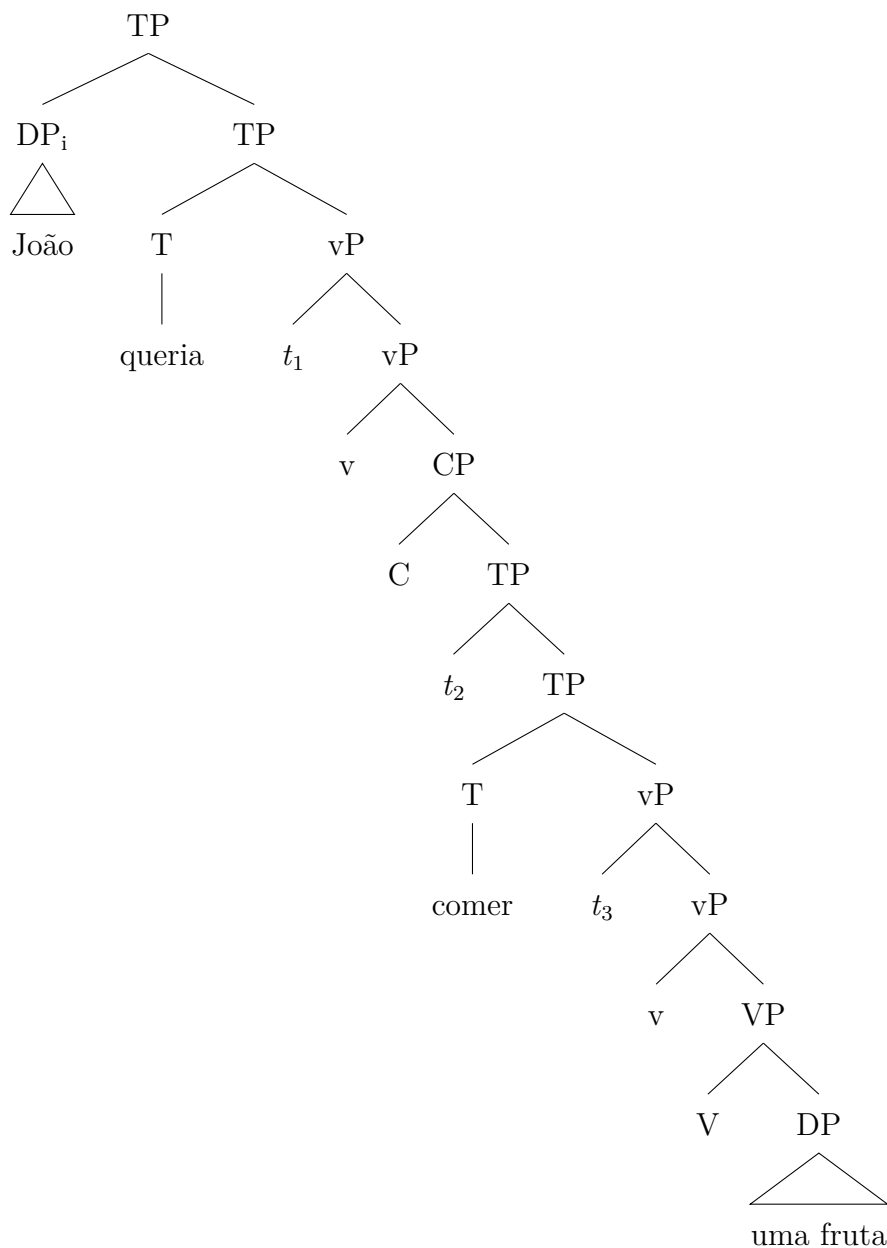
Boeckx, Hornstein e Nunes (2010) argumentam que duas mudanças poderiam eliminar a necessidade do *PRO* de controle: a eliminação dos níveis DS e SS de representação e o licenciamento de movimento temático (ou seja, uma flexibilização do Critério θ). É sabido que Chomsky (1993) propôs a eliminação dos níveis DS e SS, de modo que a sintaxe seja um processo algorítmico homogêneo. Portanto, não há mais critérios específicos a serem estabelecidos em determinados estágios; a sintaxe “resolve problemas” à medida que eles aparecem.

Já em relação ao movimento temático, Rodrigues (2004) propôs que, se reconsiderarmos a ideia de papéis temáticos como configurações e se interpretarmos que a cabeça das cadeias binárias são a cópia mais alta do constituinte movido, conseguimos garantir o licenciamento do movimento temático. Avaliemos o seguinte dado:

(194) João queria comer uma fruta.

No modelo de Chomsky (1993), há um *PRO* como argumento de *comer*, que é correferente de [João]. Diferentemente dessa proposta, vamos assumir que [João] foi inserido como argumento de *comer*, e posteriormente foi movido à posição de sujeito de *queria*.

(195) $[_{TP} [_{João}]_i \text{ queria } [_{TP} t_i \text{ comer } [_{VP} t_i \text{ uma fruta }]]]$



Sob essa perspectiva, foram formadas três cadeias:

- (196) a. $CH_1 = (\text{João}, t_1)$
 b. $CH_2 = (\text{João}, t_2)$
 c. $CH_3 = (\text{João}, t_3)$

Vamos assumir a Condição sobre Cadeias (Chomsky, 1993), segundo a qual a cabeça de uma cadeia deve receber Caso, enquanto a cauda deve receber papel temático. A rigor, as cadeias CH_1 e CH_3 obedecem a essas condições; contudo, CH_2 viola a Condição sobre Cadeias, o que deveria bloquear essa derivação. Porém, devemos considerar que t_2 não é

uma posição considerada para efeitos de interpretação em LF; além disso, também não é uma posição de marcação de Caso, porque o T infinitivo não marca Caso. Dessa forma, por ser não interpretável em LF, a CH₂ é eliminada, garantindo, pois, a convergência da derivação.

Essa proposta elimina a necessidade de postulação de um *PRO* de controle, uma vez que as circunstâncias em que ele apareceria podem ser justificadas por movimento a posições temáticas. Embora não estivesse explícito anteriormente, a proposta de Movimento como Cópia está calcada no movimento temático, então já o estamos adotando neste trabalho. Caso não o adotássemos, a derivação de construções reflexivas como em Nunes (2004) seria impossível.

(197) [TP [João]₁ viu [_vP [João]₂ t_v [João]₃-mesmo]]

(198) Cadeias formadas:

a. CH₁ = ([João]₁, [João]₂)

b. CH₂ = ([João]₁, [João]₃)

As duas cadeias formadas respeitam a Condição sobre Cadeias. Se adotássemos as cadeias no sentido de Chomsky (1993), como CH₁ = ([João]₁, [João]₂) e CH₂ = ([João]₂, [João]₃), CH₂ violaria a Condição sobre Cadeias.

Para sumarizar, na década de 80 postulou-se uma categoria vazia *PRO*, que podia, sob determinadas condições lexicais e estruturais, ser controlado por um outro DP na sentença. Eles estabeleciam uma relação particular de correferência exclusiva: o *controle*. A partir de determinadas assunções teóricas, como o licenciamento de movimento temático e a obsolescência dos níveis DS e SS de representação, pode-se assumir que o *PRO* de controle é, na verdade, um vestígio de um DP movido a outra posição temática. Há, ainda, o caso em que esse *PRO* preenche uma posição temática com caso nulo, quando não há antecedente possível na estrutura: o *PRO* arbitrário, que ainda é postulado teoricamente.

Eu acredito que exista um paralelismo bastante saliente com o caso dos expletivos. O expletivo *there* é correferente obrigatório de um DP na estrutura, mas essa relação também não pode ser chamada de *ligação*, porque, sendo ele o elemento com caráter pronominal, a ligação violaria o Princípio C (uma vez que o DP estaria ligado ao expletivo, e não o contrário). Portanto, essa relação também recebeu um nome particular: a *relação*

expletivo-associado. Essa relação também está calcada em uma propriedade relativa ao Caso: no Programa Minimalista (Chomsky, 1993), *there* formada uma cadeia excepcional com seu DP associado, para transmitir-lhe o Caso (fato, aliás, denominado *Hipótese de Transmissão de Caso*).¹ Por fim, há também o expletivo *it*, também “arbitrário” em certo sentido, porque não estabelece relação com nenhum associado; ele apenas satisfaz o traço [EPP] de T.

Além disso, atentemos ao Modelo de Fases. Chomsky (2000) assume que a operação de *agree* pode dar-se à distância, sob determinadas condições. Ainda, se assumirmos que o [EPP] desencadeia movimento apenas sob *agree*, não parece haver nenhuma razão suficiente para exigir que um expletivo ocupe a posição de SpecTP: a intuição é que T concorda com o DP complemento do verbo e, para satisfazer [EPP], eleva-o a SpecTP.

Em geral, a necessidade de expletivo está sustentada no Princípio *Merge-over-Move* (MOM): se há um expletivo na Numeração, ele deve ser inserido na estrutura em algum momento. Havendo a necessidade de satisfazer [EPP], ele será inserido, principalmente para satisfazer MOM. Porém, considerando que o expletivo satisfaz o [EPP] de T quando o há na Numeração, parece incongruente que ele apareça em contextos restritos (nas construções inacusativas ou passivas), mas não para a satisfação de traços do T expletivo.

- (199) a. [TP *there*_i T [_{vP} [*a man*]_i saw my friend]]
 b. *There a man saw my friend.

Além disso, há diversas restrições relativas a movimento. Aparentemente, o *there* não está sujeito a nenhuma operação posterior de movimento à periferia da sentença (como tópico ou foco), bem como o DP associado também não pode elevar-se a essas posições. Interpretem-se os elementos destacados como em posição de tópico.

- (200) ***There** is a man in the room.
 (201) ***A man**, there is *t* in the room.
 (202) ***A man**, there is he in the room.

Porém, na sentença sem expletivo, esses movimentos parecem ser licenciados.

¹Enfatizei o Programa Minimalista porque, no Modelo de Fases, o *agree* pode dar-se à distância, o que enfraquece a necessidade de uma transmissão de caso.

(203) **A man** is in the room.

(204) **The man**, he is in the room.

Isso são evidências de que, talvez, o expletivo *there* não seja um DP qualquer, porque ele não está sujeito a movimentos como os que outros DPs podem efetuar. Além disso, em termos de movimento, até mesmo o DP associado se mostra mais restrito sintaticamente que o expletivo *there*, o que parece evidenciar uma diferença maior entre as sentenças com e sem expletivo, além da simples diferença na Numeração.

Talvez, a maior discrepância entre o expletivo *there* e o *PRO* de controle seja o fato de o expletivo, que tem um comportamento mais pronominal, estar acima de seu correferente na estrutura. Porém, ambos compartilham a propriedade de serem *correferentes exclusivos* de um DP na estrutura, fato que pretendo mostrar ser uma evidência para a derivação por movimento. Portanto, minha pretensão, a partir de agora, é argumentar a favor desta hipótese:

(205) **Hipótese da Correferência Exclusiva:** *Em uma mesma sentença S , se α deve obrigatoriamente ser correferente de β , então α e β são cópias (parciais ou integrais) de um mesmo constituinte.*

Trata-se de uma hipótese severa, porque, contrariamente ao que se pode argumentar, ela não envolve somente anáforas, expletivos associados e *PRO* de controle. Há outras construções nas quais há, aparentemente, um pronome, mas parece que se trata, na verdade, de uma outra categoria (o que pretendo assumir ser uma cópia). Analisemos os seguintes dados:

(206) Diego_i disse que [TP Igor_j falou com ele_{i/*j/k}].

(207) [TP Diego_i viu ele_{i/*j} mesmo no espelho].

Valendo-se ainda de uma análise como a de Chomsky (1986), os pronomes respeitam o Princípio B, segundo o qual devem ser livres dentro de sua categoria de regência. Por isso, uma sentença “out of the blue” que contém algum pronome deve ser essencialmente ambígua: em (206), há um pronome legítimo, *ele*, que pode estar ligado com [Diego] ou pode referir-se a uma outra pessoa que não seja nem Diego nem Igor. Contudo, não

podemos assegurar essa mesma propriedade a *ele* em (207): nesse caso, *ele* é correferente apenas de [Diego], sem outra possibilidade interpretativa.

Esse fato já foi capturado anteriormente na análise de Nunes (2004). É evidente que as formas *ele* em (206) e em (207) não correspondem ao mesmo elemento: no primeiro caso, *ele* é um pronome (com a interpretação ambígua, como vimos), enquanto, no segundo, *ele* é uma cópia transformada. Então, estamos lidando, na verdade, com formas homônimas: o pronome *ele* e a forma *ele*, que preenche a contraparte fonológica de uma cópia deletada. No caso de sentenças reflexivas, esse fato pode parecer óbvio, mas nestes casos não parece tão simples:

(208) O menino, ele falou comigo.

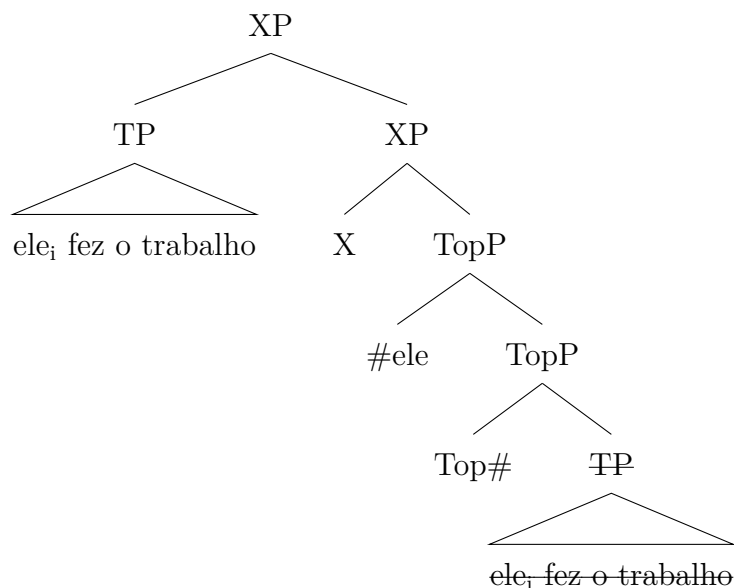
(209) Ele chegou, o menino.

Em ambos os casos, *ele* deve ser correferente exclusivo de [o menino]. Por não assumir a interpretação ambígua que vimos em (206), acredito não tratar-se de um pronome de fato, mas sim de uma cópia transformada. Aliás, Nunes (2004) analisa dados deste tipo:

(210) Ele fez o trabalho, ele.

Basicamente, a primeira ocorrência de *ele* é um pronome de fato, enquanto a segunda é uma mera cópia do primeiro (inclusive, não é possível interpretar que ambos os casos de *ele* têm interpretações distintas). Isso se deve a um movimento de [ele] para SpecTopP e, depois, fusão de [ele] com Top⁰, permitindo a dupla manifestação de cópias, como no caso das interrogativas WH do alemão. Vamos assumir uma categoria XP na periferia da sentença, que aqui será a posição de pouso do TP.

(211) [_{XP} [_{TP} ele_i fez o trabalho] X [_{TopP} #ele_i-Top# t]]



Isso nos leva, aliás, a uma dicotomia interessante:

- (212) a. Os meninos_i fizeram o trabalho, eles_i.
 b. Eles_i fizeram o trabalho, os meninos_i.

O leitor pode notar que, em ambas as sentenças, [eles] só pode referir-se a [os meninos], sem outra possibilidade interpretativa. Valendo-se, pois, da *Hipótese da Correferência Exclusiva* (doravante HCE), devemos assumir, em ambos os casos, que *eles* é uma cópia de [os meninos], ou seja, a diferença entre ambas as frases é puramente estrutural. Deixaremos os detalhes teóricos para uma seção posterior, quando outros conceitos tiverem sido mais bem abordados.

3.2 Transformação de cópias e cópias reduzidas

Antes de tratar propriamente da derivação de sentenças com correferência exclusiva, vou abordar a transformação de cópias, que já foi mencionada aqui algumas vezes, mas sem formalização explícita. Devemos considerar que Nunes (2004) propõe *transformação de cópias*, em sentido estrito, em uma única ocorrência: nas construções reflexivas, com anáforas do tipo *himself* (*ele mesmo*), devido ao *Stray Affix Filter* (Lasnik, 1990). Além disso, ele propõe que, nos casos de cópias múltiplas de WH do alemão, ocorre uma fusão de especificador com núcleo, de modo que ambas as cópias sejam interpretadas como itens

lexicais distintos, mas não podemos considerar isso *transformação*, em sentido estrito, porque o conteúdo fonológico da cópia é mantido integralmente.

Porém, Marjo van Koppen (2005) apresenta evidências de que, talvez, a dupla manifestação de cópias seja um fenômeno um pouco mais complexo. Ela apresenta o seguinte dado, de Fanselow e Ćavar (2001), oriundo do alemão dialetal:

- (213) a. [CP [Welchem Mann]_i sie [Welchem Mann]_i das Buch gegeben hat?]
 b. [CP [Welchem Mann]_i glaubst du [CP [Welchem Mann]_i sie [Welchem Mann]_i das Buch gegeben hat?]]
- (214) **Welchem Mann** glaubst du **wem** sie das Buch gegeben hat? (*alemão*)
 ‘qual’ ‘homem’ ‘acredita’ ‘você’ ‘quem’ ‘ela’ ‘o’ ‘livro’ ‘deu’ AUX
 ‘Para qual homem você acha que ela deu o livro?’

O leitor deve notar que o movimento de [welchem mann] deveria ter deixado uma cópia no SpecCP encaixado. Para Nunes (2004), essa cópia deveria necessariamente ser deletada, porque [welchem mann] é um constituinte morfológicamente complexo e, portanto, não aceitaria a operação de fusão com o núcleo C. Esse dado parece, então, um contra-argumento a essa análise: no SpecCP matriz, foi deixada uma espécie de “cópia parcial”, porque ela conserva certos traços do constituinte movido (como o fato de que tanto [welchem mann] quanto [wem] são pronomes interrogativos personativos), contudo não se trata de uma cópia integral.

Marjo van Koppen analisa esse dado por uma proposta de *cópias reduzidas*. Para a autora, o DP [welchem mann], ao ser movido ao SpecCP matriz, deixa apenas os traços de sua projeção máxima, de modo que a cópia manifesta seja [wem]. Não vamos adotar aqui essa proposta, porque ela está calcada em outras assunções teóricas que confrontam nossas escolhas aqui (como a ideia de *agree* com múltiplos alvos), mas vou analisar seus dados; de todo modo, a autora, ainda assim, não pode escapar da proposição de uma certa “transformação de cópias”, se considerarmos que a PF deva atribuir a essa “cópia” uma estrutura fonológica que não coincide com a cópia original. Além disso, o dado apresentado acima é interessante, porque devemos encontrar uma maneira de analisá-lo lançando mão das ferramentas de que dispomos.

Acredito que uma primeira intuição seja flexibilizar o requisito morfológico da fusão: em vez de assumirmos que elementos morfológicamente complexos não podem submeter-se

à fusão, podemos propor que, na verdade, a fusão depende de propriedades paramétricas da morfologia da língua em apreço. Nesse caso, estamos assumindo que, para cada núcleo funcional, as línguas podem comportar-se de três maneiras distintas: (i) a fusão é ilícita, (ii) a fusão só é licenciada com elementos morfologicamente simples e (iii) a fusão é permitida com elementos complexos.² Nesse caso, em relação ao núcleo C, o português é uma língua do tipo (i); o alemão, do tipo (ii); o alemão dialetal, do tipo (iii). Dessa forma, a justificativa para o dado acima seria mais simples: na fusão de [welchem mann], a cópia foi transformada para *wem*.

Por conseguinte, estou assumindo aqui que a transformação que ocorre nas sentenças reflexivas com *ele mesmo* é o mesmo que acontece no caso acima, da manifestação de cópia parcial do elemento WH: uma transformação de cópias. Essa assunção não parece absurda se tomarmos os pressupostos da Morfologia Distribuída (como em Marantz (2013)): a rigor, a sintaxe opera com traços e raízes acategoriais; o material fonológico é inserido tardiamente, a partir da *Lista 2*, ou *Vocabulário*. Se, na fusão, o elemento fundido e a cópia original passam a ser interpretados como itens distintos, parece razoável que o vocabulário inserido seja distinto. Dessa forma, o que estamos chamando aqui de *transformação de cópias* deriva, na verdade, da escolha de formas fonológicas disponíveis no *Vocabulário*. No caso particular das reflexivas, a análise parece convergir com o fato de que o *Stray Affix Filter* é uma condição morfofonológica e também pode ser combinada com a inserção vocabular.

A transformação de cópias está calcada no fato de que elementos pronominais são distintos de cópias transformadas, embora sejam homófonos. Alguns exemplos já foram apresentados anteriormente; vou compilar alguns outros, para analisá-los em outro momento. Como vimos, os pronomes (aliás, os dêiticos em geral) são essencialmente ambíguos; apenas o contexto pode determinar sua referência exata.

(215) Os meninos saíram com eles.

(216) Aqui há muitas flores.

(217) Eu saí cedo.

²Porém, devemos notar que, mesmo que a língua aceite fusão com elementos complexos, ela tenderá a transformá-los em um elemento simples. Isso justifica o exemplo anterior.

No primeiro exemplo, o pronome *eles* pode ter mais de uma referência possível: todos os subconjuntos não unitários possíveis extraídos do conjunto de todas as pessoas, com exceção daquelas representadas por [os meninos]. No segundo caso, o advérbio *aqui* pode ter infinitas referências: todas as localidades possíveis no mundo. Por fim, no último caso, o pronome *eu* pode ter múltiplas referências, a depender de quem foi o enunciador da frase. Portanto, o caráter pronominal está calcado na ambiguidade, que é desfeita contextualmente. Agora, analisem-se estes outros exemplos:

(218) [Os meninos]_i, eles_i acabaram de sair.

(219) Eles_i fizeram o trabalho, [os meninos]_i.

(220) [Os meninos]_i fizeram o trabalho, eles_i.

(221) Aqui_i chove muito [em Brasília]_i.

Nos três primeiros casos, *eles* não é ambíguo: só pode ser correferente de [os meninos], sem outra possibilidade interpretativa. No último dado, *aqui* só pode ser correferente de [em Brasília]. Por essa diferença na interpretação e pela HCE, assumo que, nestes últimos exemplos, as ocorrências de *eles* e de *aqui* representam cópias parciais de constituintes.

Em uma tentativa de formalizar a transformação de cópias reduzidas (no sentido de Marjo van Koppen (2005), como vimos anteriormente), tornemos à ideia de que uma cadeia $CH = (\alpha, \alpha)$ é, na verdade, uma representação simplificada de $CH = ((\alpha, X), (\alpha, Y))$, em que X e Y são os núcleos irmãos das cópias de α . Além disso, relembremos que, segundo Nunes (2004), a deleção se aplica sobre cadeias, selecionando o membro que contém menos traços não interpretáveis. Relembremos, ainda, o caso da derivação das sentenças reflexivas com *ele mesmo*:

(222) [TP [João]_i viu [vP [João]_i [João]_i-mesmo]]

Nesse caso, estamos lidando com as cadeias $CH_1 = ((\text{João}, T), (\text{João}, \text{mesmo}))$ e $CH_2 = ((\text{João}, T), (\text{João}, v))$. A deleção se aplica a CH_2 normalmente, eliminando a cópia de [João] com mais traços não interpretáveis, a saber: (João, v). Porém, como vimos anteriormente, CH_1 não pode ser reduzida normalmente, devido ao *Stray Affix Filter*. Então, a componente fonológica tem a instrução de não deletar cópias do tipo (DP, mesmo), porque *-mesmo* é um afixo e requer um hospedeiro visível. Talvez esse seja

o tipo de requerimento que garanta a transformação das cópias quando adjungidas a um afixo.

No caso da fusão, embora não assumamos uma proposta de cópias reduzidas, os dados de Marjo van Koppen mostram que, mesmo que a fusão ocorra com um constituinte morfológicamente complexo, a transformação de cópias considerará os traços da projeção máxima. Esse fato é reforçado por duas evidências empíricas, encontradas em van Koppen (2005) e em Nunes (2004):

- (223) [**Wessen Student**]_i glaubst du [**wessen Student**]_i wir kennen?
‘qual’ ‘estudante’ ‘acredita’ ‘você’ ‘qual’ ‘estudante’ ‘nós’ ‘conhecemos’
Sentido pretendido: ‘Qual estudante você acha que nós conhecemos?’

- (224) *[Os meninos]_i comeram a pizza, [os meninos]_i

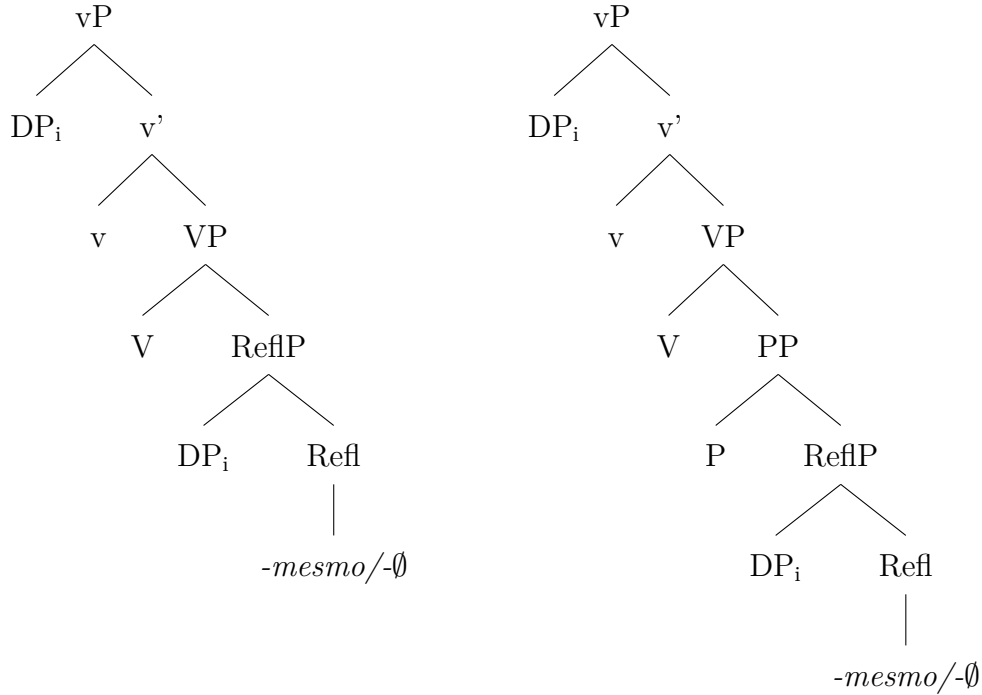
Se estamos assumindo que, nesses dados, o licenciamento de múltiplas cópias manifestas se dá por fusão, então as cópias fundidas não podem aparecer com seu formato “original” se ele for morfológicamente complexo. Portanto, ainda que uma língua licencie a fusão com elementos morfológicamente complexos, ela deverá dispor de materiais fonológicos que preencham essas posições. Baseando-se na proposta de van Koppen e na ideia de que o material fonológico de cópias transformadas deriva de inserção vocabular, proponho que a transformação de de uma cópia [XP- α] é sensível a duas propriedades: os traços da projeção máxima de XP e as propriedades morfossintáticas do afixo ou núcleo α . Essa hipótese está sustentada nas seguintes análises:

- (225) a. [_{XP} [_{TP} [os meninos]_i saíram]_j X [_{TopP} #[os meninos]_i Top# [_{TP} [os meninos]_i saíram]_j]]
b. Os meninos saíram, eles.
- (226) a. [_{TP} [João]_i cortou [_{vP} [João]_i t t [João]_i-mesmo]]
b. João cortou ele mesmo.
- (227) a. [_{TP} [João]_i cortou [_{vP} [João]_i t t [João]_i-Ø]]
b. João se cortou.

No primeiro caso, [os meninos] se fundiu com Top⁰ e foi convertido em [eles]. Obviamente, essa transformação considera os traços da projeção máxima do DP, que é masculino, singular e personativo. Os demais exemplos são de construções reflexivas. No

capítulo anterior, assumimos que a diferença entre elas está atrelada à escolha do afixo de Caso do complemento do verbo. Sabemos que o clítico *se*, como cópia transformada, só ocorre em construções reflexivas, então, além de considerar os traços do DP, também foi necessário considerar que o afixo permite transformar a cópia em *se*.

Consideremos outros casos paralelos. Há, em português, outras formas para as anáforas, como *si mesmo*; além disso, formas como *ele-se* e *se-mesmo* não são licenciadas. Por quê? Consideremos estes esquemas derivacionais:



Existem dois morfemas *Refl* em português: *-mesmo* e o morfema nulo *-∅*. Quando *ReflP* recebe Caso Acusativo, há duas possibilidades para transformação da cópia do DP associado: *ele*, se *Refl* for *-mesmo*, ou *se*, se *Refl* for o morfema nulo. Se *ReflP* recebe Caso Oblíquo, como no esquema à direita, há duas manifestações: *ele*, associado ao morfema *-mesmo*, ou *si*. Portanto, tanto a configuração de traços não interpretáveis quanto o tipo de morfema inserido podem impactar na manifestação fonológica da cópia.

Ainda, importa mencionar que, no português, o rol de pronomes e anáforas sofre variação. Estou considerando aqui a minha variedade, do Centro-Oeste, na qual as anáforas são *{se, si, ele mesmo}*, e o pronome é apenas *{ele}*. Em outras variedades, o *ele* é interpretado como pronome (Lemle, Lemle 1985):

(228) João viu ele no espelho.

Interpretação: ‘João se viu no espelho.’

Nesse caso, sabe-se que a PF é um dos *locus* de variação. Assim, não é inesperado que variedades da língua apresentem manifestações fonológicas diferentes para um mesmo constituinte sintático. Croslinguisticamente, isso equivale à diferença entre português e inglês quanto ao expletivo: esperamos que ambas as línguas tenham o mesmo comportamento sintático quanto aos expletivos, mas, em português, o expletivo é nulo; no inglês, há uma manifestação fonológica visível para o expletivo.

Agora tornemos à ideia de que expletivos do tipo *there* são cópias transformadas. Até agora, eu apresentei apenas exemplos do inglês, porque, nessa língua, os expletivos são visíveis (pronunciáveis). Em português, não há expletivos visíveis. Devido ao requisito de satisfação do traço [EPP], propõe-se que o português, assim como outras línguas naturais, dispõe de *expletivos nulos*, representados como *pro*. Esses expletivos apresentam a mesma distribuição dos expletivos *it* e *there* em inglês. Vou representar o expletivo *there* nulo como pro^{there} , e o expletivo *it* nulo como pro^{it} .

(229) pro^{there}_i Chegaram [os meninos]_i.

(230) pro^{it} Choveu forte ontem.

Se assumirmos que os expletivos do tipo *there* são derivados por movimento, teremos de propor que uma das possibilidades de transformação de cópias é a *transformação nula*: a cópia alta de [os meninos] é simplesmente “deletada” porque, naquela posição, o português dispõe de material fonológico nulo para substituir essa cópia. Se levarmos em consideração as possibilidades também apresentadas por Nunes (2004), podemos assumir que existem três tipos de transformação de cópias: (i) a cópia tem seu material fonológico mantido, (ii) a cópia tem seu material fonológico trocado e (iii) a cópia tem sua contraparte fonológica eliminada (o que chamar de *cópia nula*). Vamos retornar aos exemplos dos três tipos: o primeiro, do ZSLQ; os demais, do português.

(231) B-gwa Gye’eihlly Gye’eihlly. (*cópia mantida*)
‘barbeou’ ‘Mike’ ‘Mike’
‘Mike se barbeou.’

(232) a. [_{VP} ver [João]-∅]

- b. $[_{TP} [_{João}]_i \text{ viu } [_{vP} [_{João}]_i t [_{João}]_i-\emptyset]]$
c. $[_{TP} [_{João}]_i \text{ viu } [_{vP} [\cancel{João}]_i t [\cancel{João}]_i-\emptyset]]$
- (233) João se viu. (*cópia transformada*)
- (234) a. $[_{vP} \text{ chegar } [_{os \text{ meninos}}]]$
b. $[_{TP} [_{os \text{ meninos}}]_i \text{ chegaram } [_{vP} t [_{os \text{ meninos}}]_i]]$
c. $[_{TP} [\cancel{os \text{ meninos}}]_i \text{ chegaram } [_{vP} t [_{os \text{ meninos}}]_i]]$
- (235) *pro*^{there} Chegaram os meninos. (*cópia nula*)

Uma última questão particular se refere a dados como (235), porque uma forma morfológicamente complexa, [os meninos], foi transformada em um clítico, *se*. Então, uma pergunta pertinente seria esta. *O que exatamente é posto no lugar da contraparte fonológica de uma cópia transformada?* Para argumentar, considero dois fatos particulares. O primeiro é que a transformação de cópias, como vimos antes, substitui sua contraparte fonológica por um elemento morfológicamente simples (digamos, uma palavra, ou um clítico). O segundo é que, segundo Chomsky (1993), a contraparte fonológica dos itens lexicais contém um traço de tipo fonológico: [W] para *palavra*, [AF] para *afixo* e [CL] para *clítico*.

Suponhamos que a transformação de cópias, em sentido estrito, envolve a inserção de uma unidade fonológica, associada a um desses traços. Nesse caso, conseguimos explicar dois fatos conjuntamente. A fusão com elementos complexos envolve a substituição por uma contraparte simples porque a PF (ou, talvez, a MS (*morphological structure*), no sentido de Hale e Marantz (1993)) só dispõe de palavras, clíticos e afixos; ela não consegue trocar a cópia por uma forma fonológica complexa, como *os meninos*, porque ela não dispõe desse tipo de estrutura internamente. Além disso, parece natural que uma dessas cópias seja substituída por um clítico, porque essa é uma das possibilidades de tipo fonológico apresentada pela PF.

Contudo, também avaliamos a possibilidade de que a cópia seja integralmente, sem nenhum tipo de reavaliação na sua forma fonológica. Isso ainda é uma possibilidade, devido a um dado que exploramos anteriormente, de Rugna (2020), extraído de Londhal (2010):

- (236) [Watter meisie] sê hy [watter meisie] kom vanaand kuier? (*africâner*)
'qual' 'garota' 'falou' 'ele' 'qual' 'garota' 'vem' 'hoje à noite' 'visitar'
'Qual garota ele falou que veio visitar hoje à noite?'

Nesse caso, a cópia de [watter meisie] foi mantida integralmente, mesmo após a fusão com o núcleo C. Então, no sentido de explicitar melhor a proposta que adotamos aqui, existem três possibilidades após a fusão ou deleção: (i) manutenção integral da cópia (não importando seu conteúdo fonológico), (ii) substituição por um material fonológico simples disponível no vocabulário (palavra, afixo ou clítico) ou (iii) retirada do material fonológico da cópia.

3.3 Expletivos do tipo *there*

Nesta seção, pretendo explorar mais profundamente a hipótese de que expletivos do tipo *there* são derivados por movimento. Primeiro, estamos considerando, de antemão, que o expletivo resulta da transformação da cópia alta do DP denominado *associado*. No âmbito da transformação de cópias, vimos que existem duas possibilidades transformacionais: ou o DP está associado a um afixo, e a transformação se deve ao *Stray Affix Filter*, ou o DP complexo se fundiu a um núcleo funcional. Além disso, em seções anteriores, consideramos a possibilidade de que o DP associado tenha passado por alguma posição da periferia baixa, fato que difere a sentença com e sem expletivo.

Tomemos a segunda possibilidade, de que o DP tenha se fundido com um núcleo funcional. Primeiro, devemos considerar dois fatos: na fusão, elementos morfologicamente simples tendem a ter suas contrapartes fonológicas integralmente mantidas, fato que não ocorre com expletivos (a cópia sempre é transformada/deletada). Ademais, se o DP fundir-se a um núcleo funcional, *qual seria esse núcleo funcional*, considerando que o DP é o sujeito da oração? Ele não poderia fundir-se a T, porque T já está preenchido fonologicamente pelo verbo flexionado. Por outro lado, o DP fundir-se a Top^0 na periferia baixa também parece implausível, porque essa é a cópia baixa do DP, e o expletivo ocupa a posição mais alta na estrutura. Por essas razões, elimino a hipótese de que o expletivo seja derivado por fusão morfológica.

Alguém poderia argumentar, por exemplo, que na verdade o sujeito da estrutura não

ocupa exatamente SpecTP, mas sim uma categoria mais alta, talvez SpecSubjP (ver, por exemplo, Cardinaletti (2004) e Quarezemin (2017)). Nesse caso, seria possível afirmar que o DP se funde com Subj⁰ e é transformado em expletivo. Essa proposta também é implausível, porque ela não consegue garantir nenhuma diferença entre sentenças com expletivo e sentenças transitivas (nas quais o expletivo é proibido, como vimos anteriormente). Esse é outro problema com o qual temos de lidar: temos de distinguir sentenças em que o expletivo é lícito de sentenças em que o expletivo não é permitido (como nas construções transitivas ou inergativas).

Vamos considerar, então, dois fatos que estamos assumindo: (i) a transformação da cópia alta se deve à existência um afixo e (ii) o DP passa por alguma posição da periferia baixa, o que garante que a cópia baixa seja manifestada; além disso, é claro, parece patente que esses dois fatos estão correlacionados. Em relação a esse afixo, podemos assegurar que ele não tem as mesmas propriedades que o afixo associado às construções reflexivas. O afixo das reflexivas contém traço de Caso, que garante que ele receba o Caso Acusativo do núcleo *v*, esteja sujeito a efeitos de congelamento e permita que o DP complemento se eleve a SpecTP, recebendo Caso Nominativo. O afixo das inacusativas não pode apresentar traço de Caso, porque, a rigor, inacusativos não marcam Caso Acusativo, logo há apenas um caso envolvido: o Nominativo, do núcleo T.

Proponho a seguinte saída. A satisfação do traço [EPP] está relacionada ao alçamento de DPs em posição argumental (por exemplo, CompVP ou SpecvP), contudo Chomsky (2000) propõe que o *agree* se dá por domínio de c-comando. Então, aparentemente, T pode concordar com um DP em posição não argumental, mas devido à Condição sobre Domínios de Extração (Huang, 1982), esse DP não poderia ser alçado a SpecTP, porque não é possível o movimento de posição não argumental para posição argumental. Nesse caso, o traço [EPP] é satisfeito pela elevação de um elemento nominal (Chomsky, 1995).³

Vamos supor, portanto, as seguintes hipóteses. Suponhamos que o complemento de um verbo inacusativo esteja associado a um afixo, que chamarei de UAf (de *unaccusative*

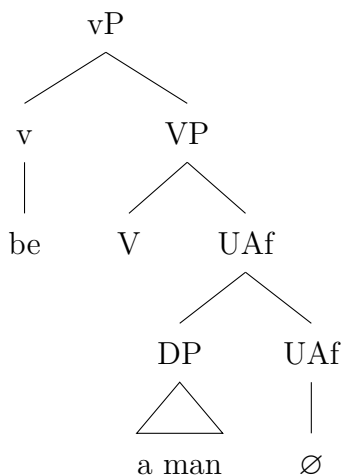
³É por isso, inclusive, que, mesmo que o infinitivo impessoal não marque Caso Nominativo, o DP argumento é alçado para essa posição, como neste exemplo, de Chomsky (1995):

(1) we are likely [*t* to be asked [*t* to [*t* build airplanes]]]

O constituinte [*we*] se moveu para os SpecTPs intermediários, sem receber Caso, apenas para satisfação de [EPP]. Seu caso só foi marcado no SpecTP mais alto da estrutura.

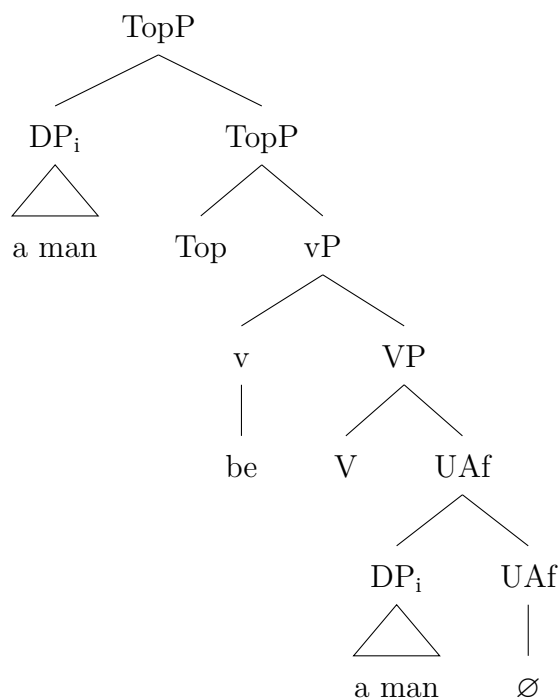
affix). Trata-se de um afixo nominal, cuja responsabilidade é servir de categoria a ser alçada por um possível traço [EPP]. Além disso, na sentença com expletivo, o DP deve mover-se a SpecTopP na periferia baixa, garantindo que essa cópia será manifesta na linearização. Nesse caso, a derivação ocorre como segue. Consideremos uma versão de sentença antes já analisada, do inglês: “There is a man”.

(237) [_{vP} be [_{UAf} [a man]- $\emptyset$]]



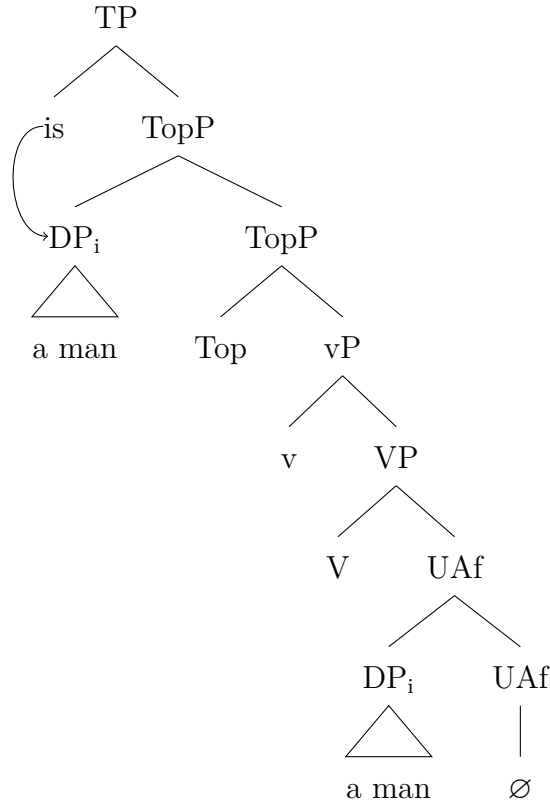
Em seguida, o DP é alçado a SpecTopP.

(238) [_{TopP} [a man]_i Top [_{vP} be [_{UAf} [a man]_i- $\emptyset$]]]



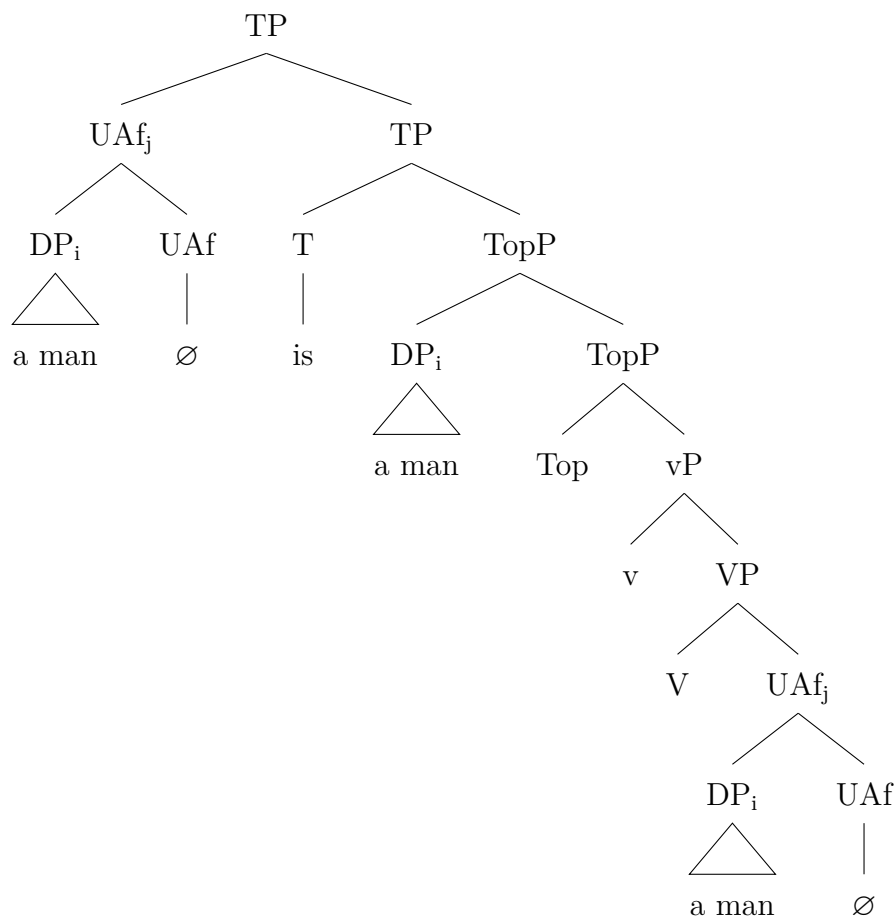
Porém, o DP [a man] ainda tem traços de Caso a serem checados, além de que, devido à concordância, é evidente que T concorda com [a man], copiando-lhe os traços- ϕ . Considerando que a operação de *agree* leva em consideração apenas as relações de c-comando, T c-comanda [a man] e, satisfeitas as demais condições de *agree*, esse DP é um alvo lícito para concordância por T.

(239) [TP is [TopP [a man]_i Top [vP t [UAf [a man]_i- $\emptyset$]]]]



Entretanto, devido à Condição sobre Domínios de Extração, o DP [a man] não pode ser alçado a SpecTP, porque ele ocupa uma posição não argumental. Então, na intenção de satisfazer [EPP], T alça alguma categoria nominal disponível em posição argumental. A única categoria disponível é UAf, por ser um afixo nominal. Nesse caso, ele é alçado a SpecTP:

(240) [TP [UAf [a man]_i- $\emptyset$]_j is [TopP [a man]_i Top [vP [UAf [a man]_i- $\emptyset$]_j]]]



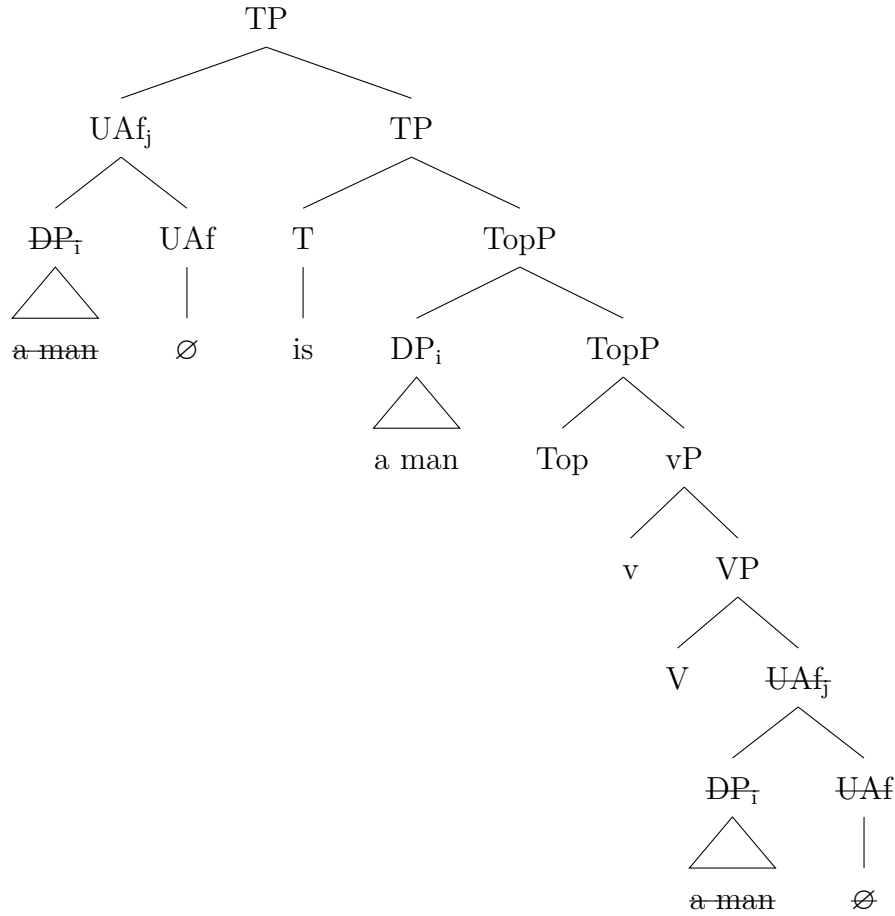
Nesse caso, foram formadas as seguintes cadeias:

- (241) a. $CH_1 = ((DP_i, TopP), (DP_i, UAf))$
 b. $CH_2 = ((UAF_j, TP), (V, UAF_j))$

A redução de cadeias se aplica normalmente a CH_2 : como a cópia (UAF, TP) é a que tem menos traços não interpretáveis, (V, UAF) é selecionada para deleção. Porém, em CH_1 , considerando que o DP $(DP_i, TopP)$ é a cópia com menos traços interpretáveis (já que os valorou por *agree* com T), a cópia (DP_i, UAF) é escolhida para deleção. Mas, como devemos nos lembrar, UAf é um afixo e, devido ao *Stray Affix Filter*, essa cópia não pode ser deletada e está sujeita à transformação. No inglês, cópias do tipo (DP, UAF) são transformadas em *there*. Esses fatos, conjuntamente, garantem a correta derivação e linearização da sentença, não requerendo supor um expletivo na Numeração e satisfazendo a HCE.

- (242) a. $[_{TP} [_{UAF} [\text{a man}]_i \text{ } \emptyset]_j \text{ is } [_{TopP} [\text{a man}]_i \text{ Top } [_{vP} [_{UAF} [\text{a man}]_i \text{ } \emptyset]_j]]]$

b. There is a man.



Pode haver, evidentemente, alguns contra-argumentos a essa análise. O primeiro é que, no inglês, o verbo não se eleva a T e, portanto, a derivação gera um ordenamento linear indesejado. Contudo, a partir da assunção, de Chomsky (2000), de que o movimento de núcleo acontece na PF, talvez o contra-argumento seja enfraquecido. Além disso, como já mencionado anteriormente, Bruening (2017) apresenta dados que mostram não haver uma relação direta entre ordenamento linear e complexidade morfológica. Apesar de o autor apresentar proposta contrária à Morfologia Distribuída, que adotamos aqui, os dados são evidências para o fato de que o movimento de núcleo acontece na PF e, assim, talvez o ordenamento no exemplo acima seja “corrigido” na PF. Outra possibilidade, talvez, é que o DP complemento se mova a uma outra posição mais abaixo de TopP, garantindo o correto ordenamento linear da sentença.

Outro contra-argumento é que essa derivação não consegue justificar a inserção dos expletivos do tipo *it* na estrutura. De fato, se estamos assumindo que os expletivos não

são itens lexicais e, portanto, não são inseridos na estrutura por *merge*, a derivação do expletivo *it* parece encontrar justificativa custosa. Tornemos novamente ao paralelismo com *PRO*. Se assumirmos que os chamados *PRO* de controle são paralelos aos expletivos do tipo *it*, então a proposta de controle como movimento (Boeckx, Hronstein e Nunes, 2010) parece eliminar os *PRO* de controle, mas não o *PRO* arbitrário, que ainda é assumido teoricamente. Nesse paralelismo, parece não ser possível evitar que o expletivo *it* seja, de fato, inserido.

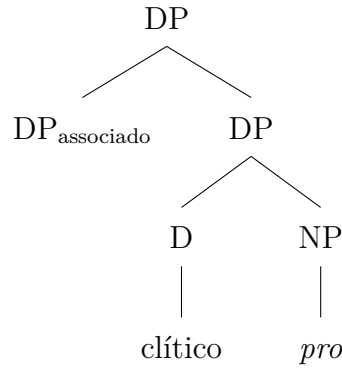
No entanto, se assumirmos que os expletivos são semanticamente vácuos (e, por isso, não podem ser extraídos da Numeração, uma vez que não apresentam categoria), então eles resultam de alguma operação própria da PF. Isso parece convergir com a ideia de que o movimento, de um modo geral, resulta de necessidades da componente fonológica, como vimos no primeiro capítulo. Por isso, acredito que, sim, o expletivo *it* é um ato no espírito de um “último recurso” para satisfazer o traço [EPP] de um T que não consegue alçar algum DP estrutural. Porém, vou assumir que essa operação acontece na PF: o traço [EPP] é um requisito da PF e, se não for satisfeito estruturalmente, é resolvido por um expletivo *it* inserido após a derivação sintática.

A maquinaria proposta até aqui ainda não consegue dar conta dos casos em que a sentença não apresenta expletivo. Vamos considerar, então, a sentença com verbo inacusativo cujo complemento foi elevado a SpecTP normalmente. Se considerarmos, como temos visto, que o DP pode mover-se e deixar UAf “encalhado”, então, ao estabelecer *agree* com T, o DP associado se moveria a SpecTP, e *Stray Affix Filter* evitaria a deleção da cópia baixa, devido ao UAf.

- (243) a. $[_{TP} T [_{vP} be [_{UAf} [a\ man]-\emptyset]\ in\ the\ room]]$
 b. $[_{TP} [a\ man]_i\ is\ [_{vP} v [_{UAf} [a\ man]_i-\emptyset]\ in\ the\ room]]$
 c. $[_{TP} [a\ man]_i\ is\ [_{vP} v [_{UAf} [\cancel{a\ man}]_i-\emptyset]\ in\ the\ room]]$
 d. Linearização: *‘A man is there in the room.’ (Sentido pretendido: ‘There is a man in the room.’)

Talvez o estatuto de UAf seja particular. Uma solução possível é a proposta do BigDP (Uriagereka, 1995, 2005; Cardinaletti, 2019), segundo a qual o DP apresenta uma estrutura complexa, formada por um DP associado e um clítico. Em geral, essa estrutura

justifica, por exemplo, casos de redobro pronominal (ver, por exemplo, D’Almeida (2025)), contudo ele apresenta algumas vantagens particulares: (i) associa dois DPs, que têm categoria nominal, (ii) o Caso é transferido de um DP ao outro e (iii) o BigDP apresenta um clítico, que pode provocar restrições de deleção de cópias. Na proposta de Uriagereka, o BigDP apresenta a seguinte estrutura:

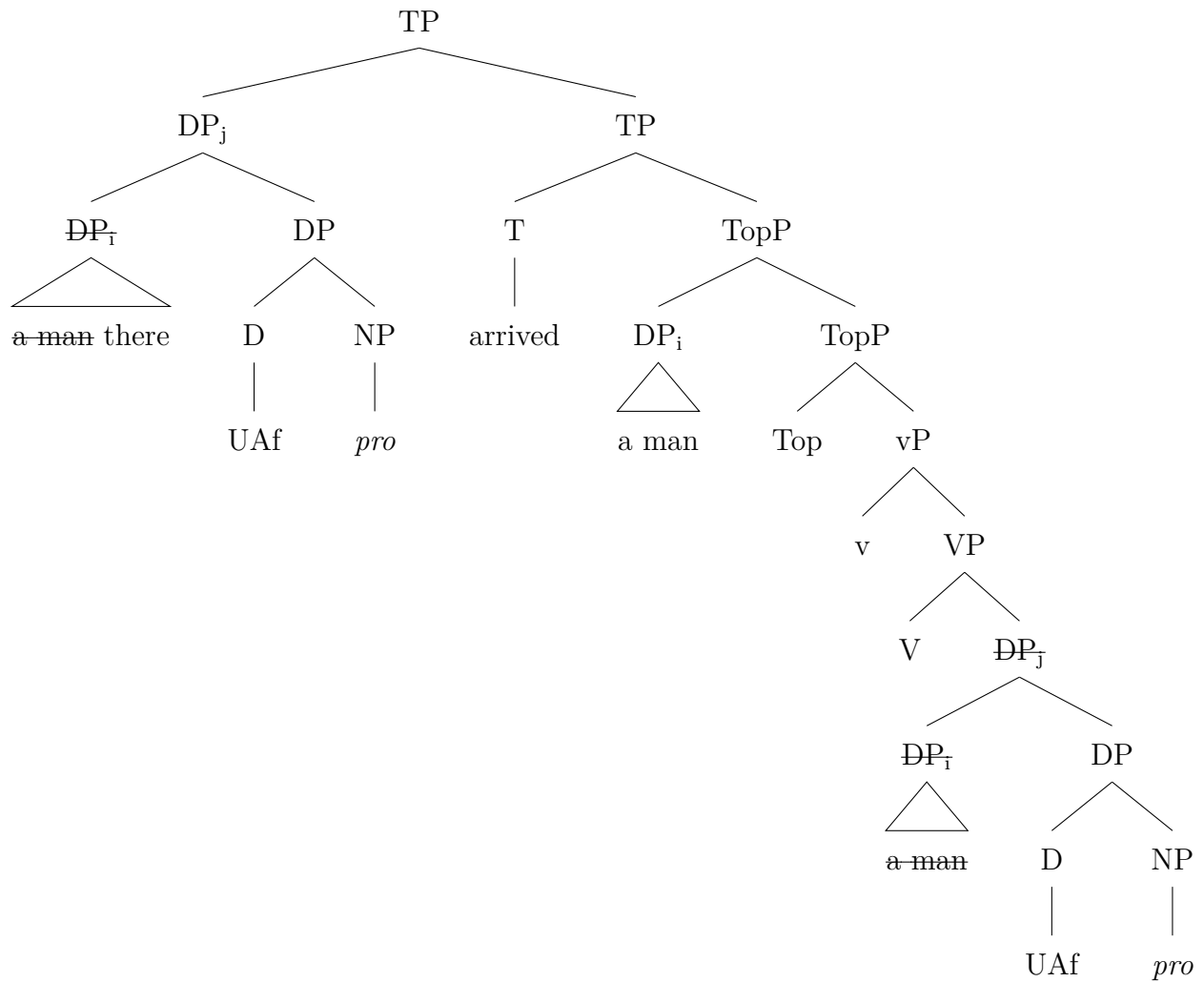


Nessa proposta, vamos assumir que UAf é, na verdade, o clítico D do BigDP. Nesse caso, justifiquemos a derivação das sentenças abaixo:

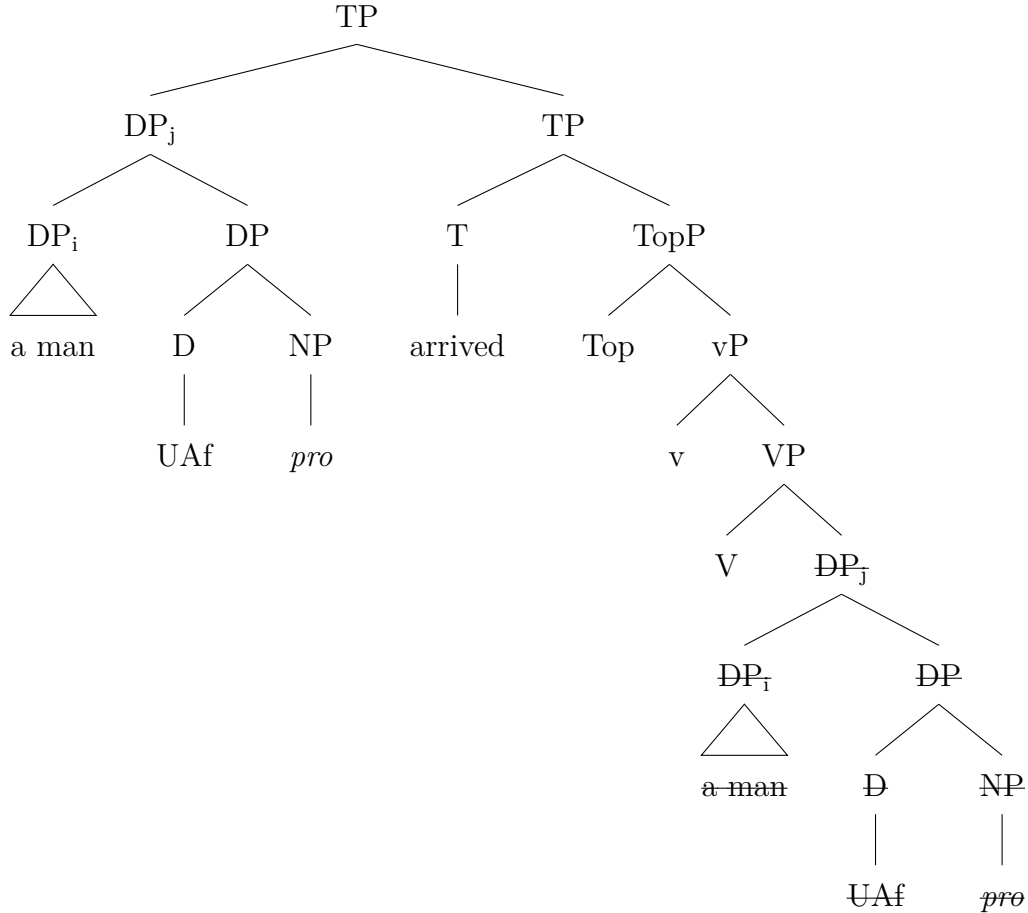
(244) There arrived a man.

(245) A man arrived.

No primeiro caso, o DP associado [a man] passa pela posição intermediária TopP. T estabelece *agree* com ele, atribuindo-lhe Caso Nominativo, mas não consegue alçá-lo a SpecTP, porque está em posição não argumental. Então, T procura um alvo nominal em posição argumental; esse alvo é o BigDP, que é alçado a SpecTP. Ao deletar a cópia do DP associado que é especificador do clítico UAf, a restrição fonológica (digamos que se aplique *Stray Affix Filter* a este caso) impede a deleção, e o conteúdo fonológico da cópia é transformado em *there*.



No caso da derivação sem expletivo, o DP não é alçado à posição de TopP. T estabelece *agree* com o BigDP, que é alçado a SpecTP. Como o clítico Uaf é nulo, a forma fonológica da cópia é integralmente mantida.



Essa análise é interessante porque consegue justificar alguns fatos sobre os expletivos do tipo *there*, sem recorrer a determinados artifícios teóricos exclusivos dessa categoria. Primeiro, Chomsky (1995) propôs que os expletivos são itens lexicais e, em sua contraparte semântica, há apenas um traço D, que é checado e satisfaz um requisito da LF de que haja uma categoria com traço D nessa posição. Então, de certa forma, os expletivos estão sustentados na proposição de um requisito vazio em LF, porque, pelos dados, nota-se que os expletivos não estão associados a nenhuma semântica particular; então propôs-se que a LF tem um requisito categorial naquela posição. A análise que propus aqui garante que o expletivo seja um recurso majoritariamente fonológico; na verdade, o DP moveu-se a SpecTP como um requisito do núcleo T (sintático), assim como já ocorre nas demais derivações (com inergativas e inacusativas). Então, nossa análise garante que a satisfação de critérios em TP se dá da mesma forma, mesmo que com expletivos.

Além disso, o expletivo *there* mantém uma relação particular com um DP denominado *associado* transferindo-lhe Caso e copiando seus traços- ϕ para efeitos de concordância com T (ao menos em Chomsky (1993, 1995)). A nossa análise justifica que, na verdade, não

há nenhum tipo de “relação especial” entre o expletivo e o DP associado; na verdade, o expletivo é apenas a manifestação de uma das cópias do DP. Então, é patente que ambos contrairão o mesmo Caso e os mesmos traços- ϕ : esse já é o comportamento esperado de cópias do mesmo constituinte. Chomsky (1993) ainda postula que as cadeias só podem ser estendidas por movimento, com exceção das cadeias formadas com expletivo: elas são formadas “excepcionalmente”. Nossa análise garante que, de fato, eles pertencem à mesma cadeia, mas não por nenhuma questão excepcional: trata-se de um expediente normal de movimento.

Além disso, conseguimos justificar por que os expletivos em geral não ocorrem em construções transitivas ou inergativas. Se os expletivos ocorrem quando o DP dito associado passa por uma posição da periferia baixa (o TopP), então o DP sujeito de sentenças transitivas ou inergativas não podem gerar essa cópia porque a periferia baixa não lhes é acessível. Além disso, a assunção do BigDP de que o caso do DP e de seu associado é compartilhado é compatível com a assunção de Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) de que o Caso licencia a manifestação de cópias. Se isso é verdade e tanto o BigDP quanto o DP associado recebem Caso, então é esperado que haja a dupla manifestação de cópias.

Por fim, cabe notar o trabalho de Susann Fischer (2016), sobre a *restrição de definitude* nos predicados inacusativos com expletivo nas línguas românicas.

(246) *Tem uma carta na caixa.

(247) *Tem a carta na caixa.

Parece que, em alguns contextos em que o argumento do inacusativo fica *in situ*, não é licenciada a definitude nesse argumento. Isso parece evidência de que o afixo UAf está associado à definitude do DP. Deixo esse tópico para investigações posteriores.

3.4 Outros casos de correferência exclusiva

Acredito que seja possível estender a análise dos expletivos a outros dados que já analisamos aqui anteriormente. Vale ressaltar que estamos assumindo que os pronomes são essencialmente ambíguos, devido ao Princípio B. Porém, há algumas sentenças em que, aparentemente, o “pronome” deve ser correferente de um elemento particular na estrutura.

(248) [Os meninos]_i fizeram o trabalho, eles_i.

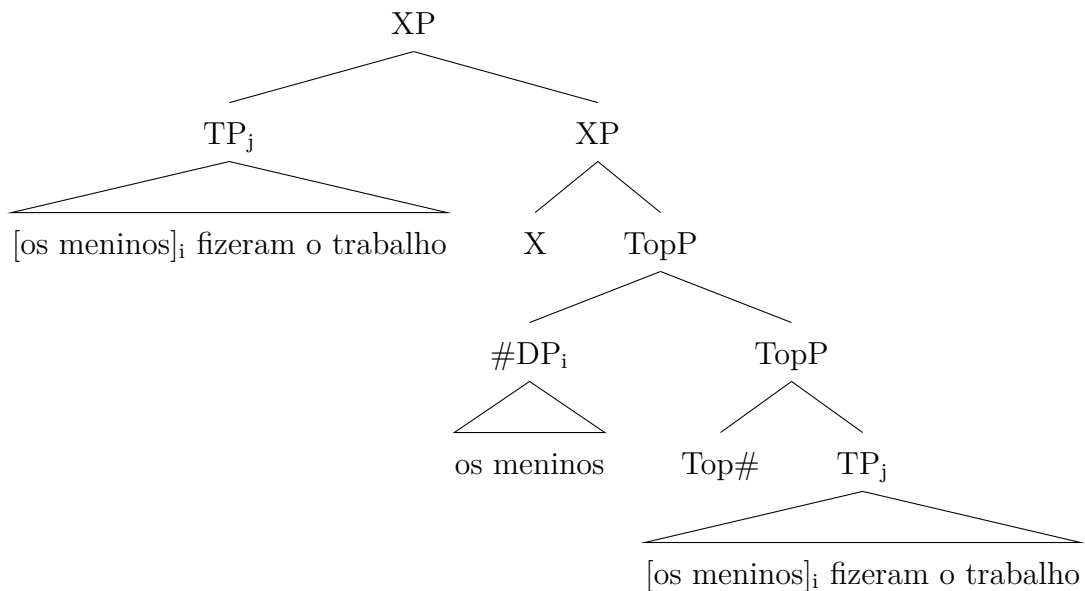
(249) [Aqui]_i chove muito [em Brasília]_i

(250) [Os meninos]_i, eles_i fizeram o trabalho.

(251) Eles_i fizeram o trabalho, [os meninos]_i.

No caso de (248), trata-se de um caso conhecido na literatura como redobro pronominal, analisado, por exemplo, por D’Almeida (2025). Não adotarei a proposta do autor neste trabalho, porque ele assume que o pronome surge na estrutura interna do BigDP, e, posteriormente, é correferente do DP associado, porém essa assunção está baseada no Princípio B. Estou adotando aqui a assunção de que os pronomes são ambíguos, o que não parece ocorrer nessa frase, motivo pelo qual prefiro assumir que, na verdade, *eles* é uma cópia manifesta do DP. Uma proposta alternativa é supor que o DP [os meninos] foi elevado a TopP, na periferia alta da sentença, e o DP foi fundido ao núcleo Top⁰, o que provoca a transformação da sua cópia para *eles*.

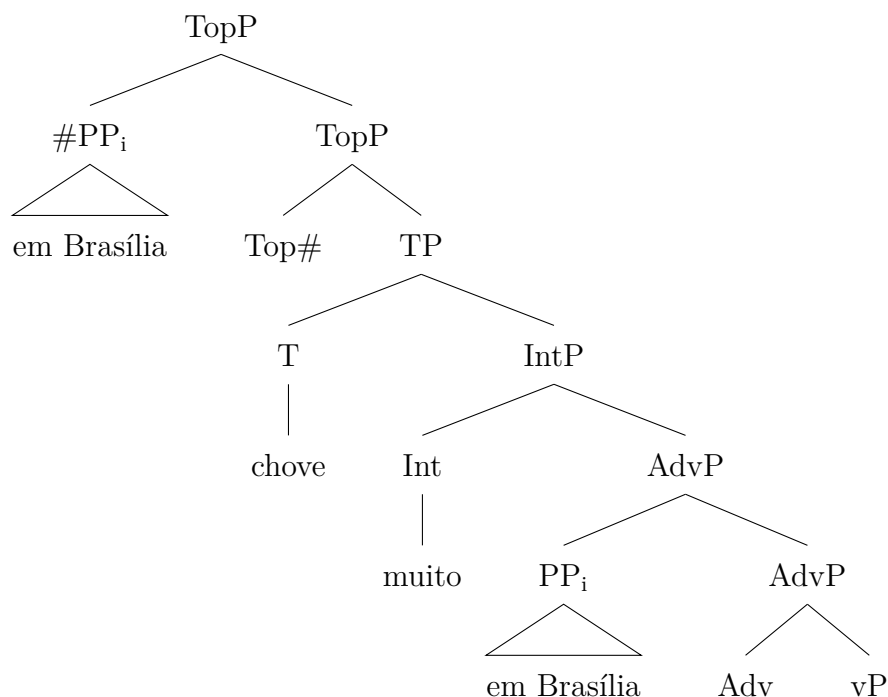
(252) [_{XP} [_{TP} [os meninos]_i fizeram o trabalho]_j X [_{TopP} #[os meninos]_i-Top#] [_{TP} [os meninos]_i fizeram o trabalho]_j]



Acredito que (249) é derivado no mesmo espírito. O PP [em Brasília] é alçado ao TopP da periferia alta e é fundido com Top⁰. Devido aos traços da sua projeção máxima

(de valor locativo), sua cópia fundida é substituída por *aqui*. Vamos assumir que o PP é adjungido em uma posição AdvP, presente na periferia do vP.⁴

(253) [TopP #[em Brasília]_i-Top# [TP chove [vP muito [em Brasília]_i]]]

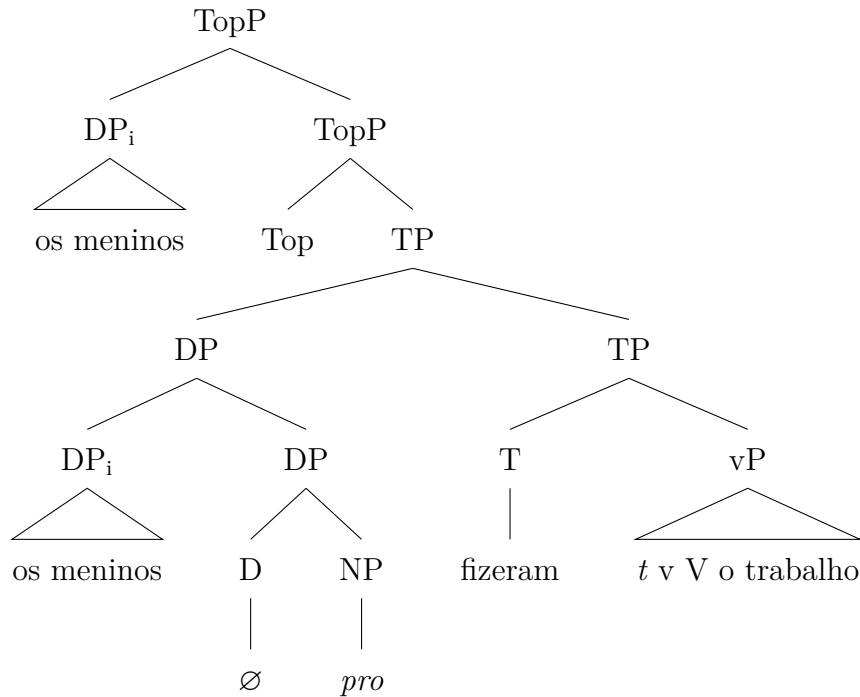


Já nos casos de (250) e (251), não parece plausível derivar todas as posições por movimento porque, nesse caso, é o pseudopronome⁵ que está ocupando a posição de sujeito, e não o contrário. Nesse caso, talvez seja mais plausível uma derivação como a que propusemos para os expletivos do tipo *it*. Na verdade, ambas são derivadas mais ou menos à mesma maneira, com a exceção de que, no segundo caso, há um movimento adicional do TP. Em (250), vamos supor que há um BigDP na posição de sujeito, com as mesmas restrições de UAf propostas para os expletivos. Nesse caso, ocorre apenas um movimento adicional o DP associado a TopP.

(254) [TopP [os meninos]_i Top [TP [DP [os meninos]_i-Ø] fizeram o trabalho]]

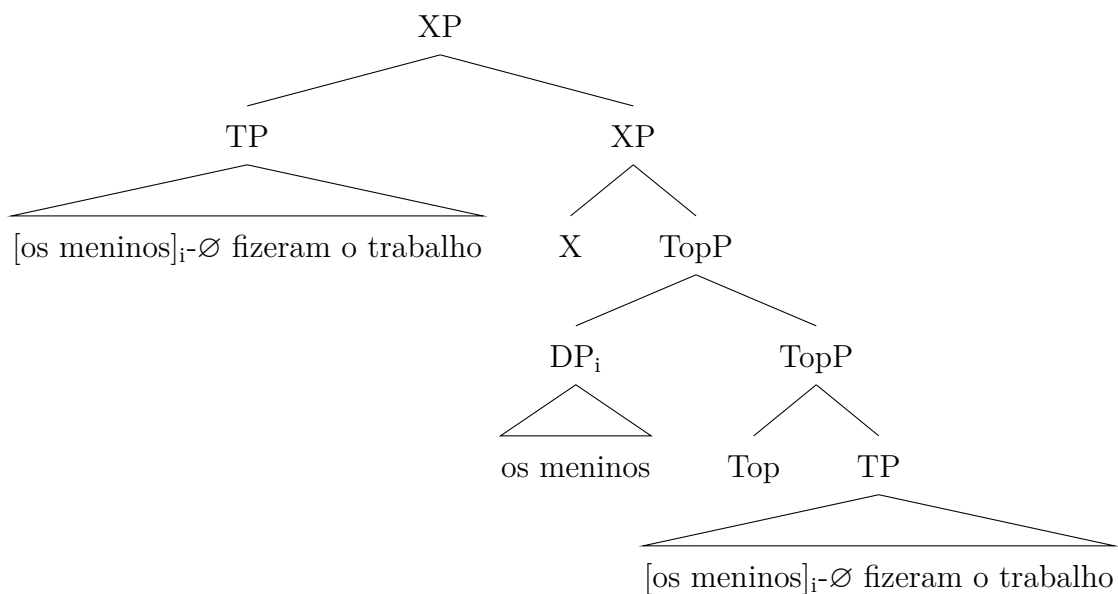
⁴Como estamos considerando que o expletivo do tipo *it* é derivado na PF, então não vou representá-lo em SpecTP.

⁵Estou considerando *pseudopronome* os casos em que há um elemento com forma pronominal (*ele*, *ela*, *eles*, *elas*), mas que, por ter correferência exclusiva, é uma cópia parcial de algum outro constituinte.



Devido ao *Stray Affix Filter*, a cópia baixa de [os meninos] não pode ser integralmente deletada. Levando-se em consideração seus traços da projeção máxima, a cópia é substituída por *eles*, derivando corretamente a sentença. Já no caso de (251), esperamos apenas haver um movimento adicional de TP, que garanta que a cópia alta de [os meninos] seja pronunciada ao fim da sentença.

- (255) [XP [TP [DP [os meninos]_i-∅] fizeram o trabalho] X [TopP [os meninos]_i Top [TP [DP [os meninos]_i-∅] fizeram o trabalho]]]



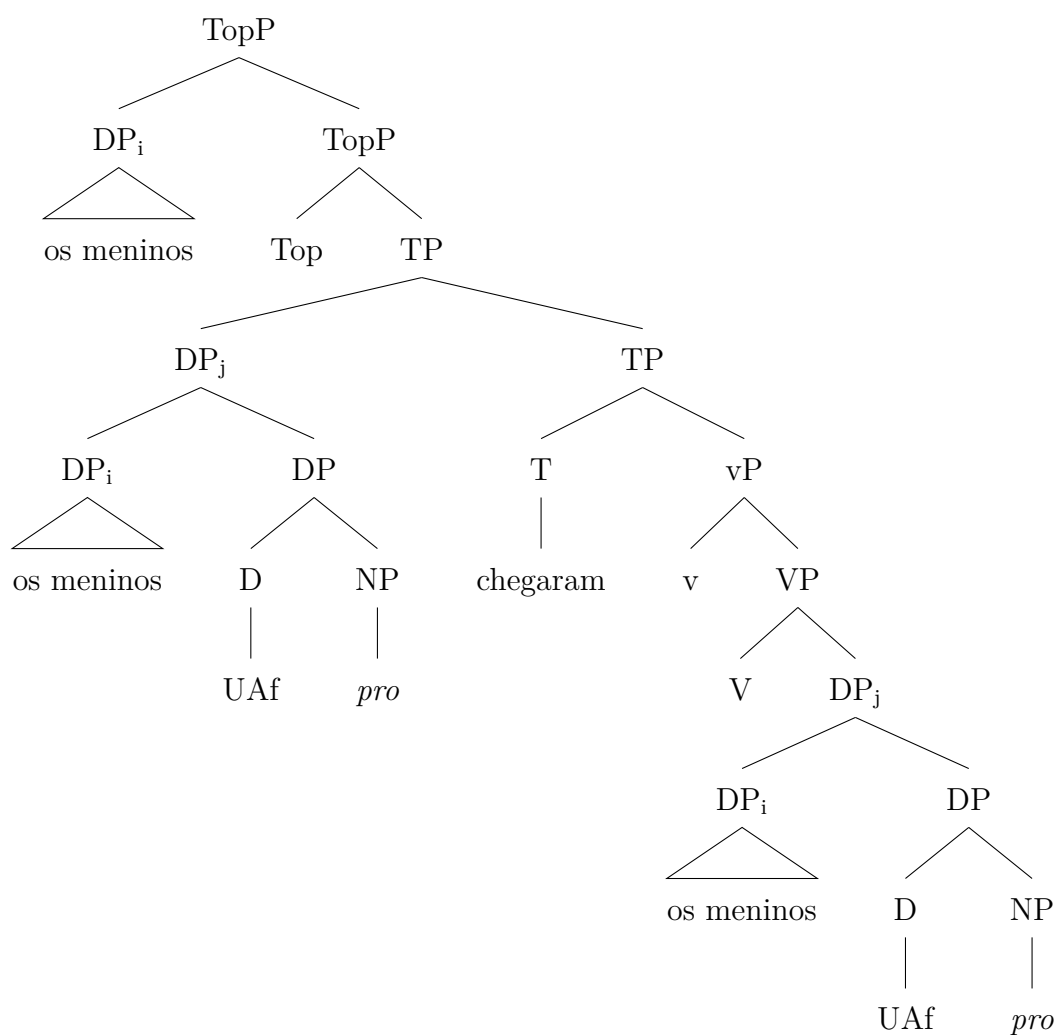
Pode haver um contra-argumento particular a esta análise, ainda no que tange aos complementos de verbos inacusativos. Acontece que esses verbos também permitem construções deste tipo:

(256) [Os meninos]_i, eles_i chegaram.

(257) Eles_i chegaram, [os meninos]_i.

Vamos aplicar a (256) o mesmo expediente derivacional de (250). Considerando que o sujeito do verbo inacusativo foi elevado a SpecTP, o BigDP não foi cindido (ou seja, seu associado não passou por nenhuma posição da periferia baixa). Nesse caso, a derivação sucede desta forma:

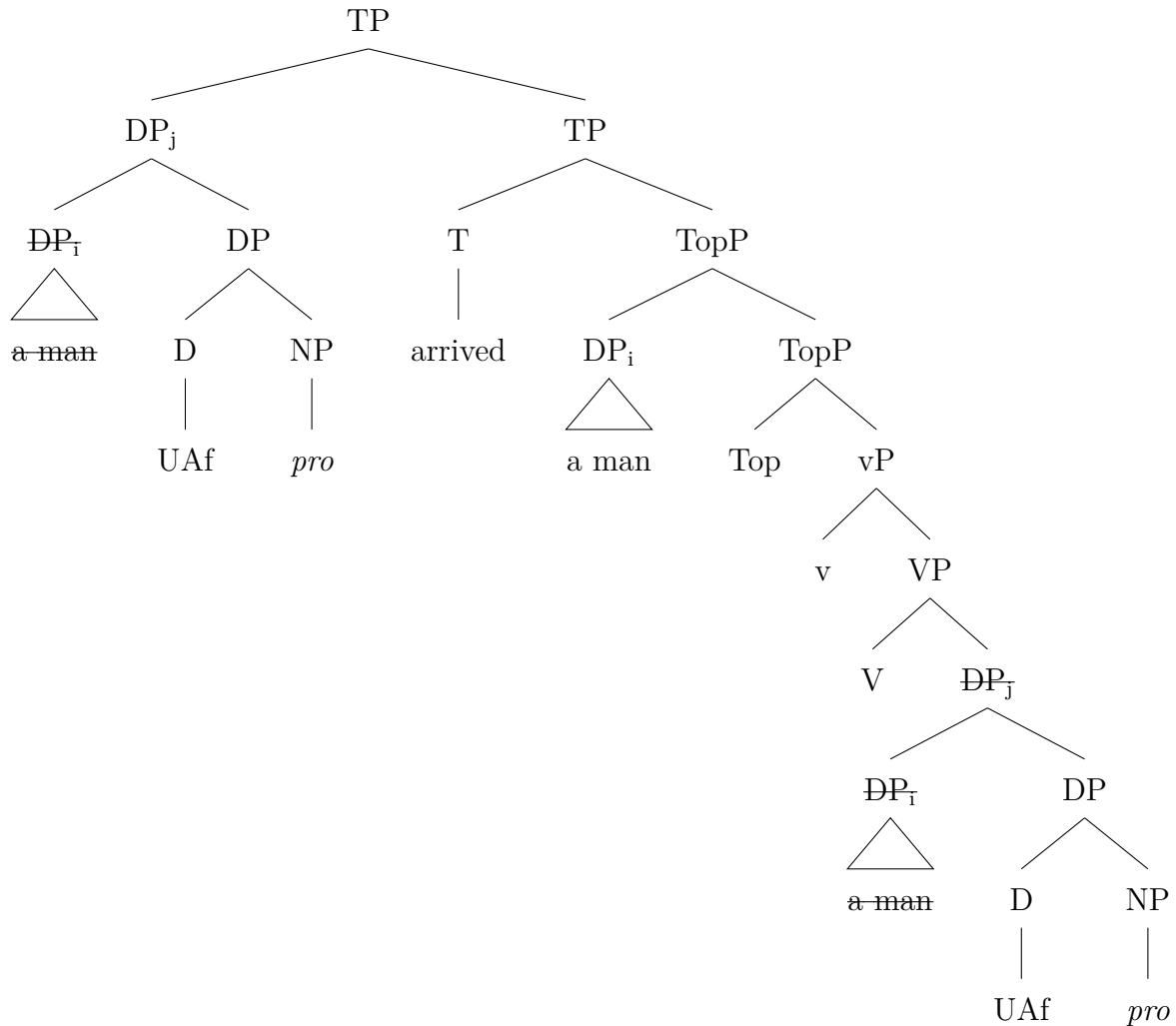
(258) [_{TopP} [_{os meninos}]_i [_{TP} [_{DP} [_{os meninos}]_i-UAf]_j] chegaram [_{vP} [_{DP} [_{os meninos}]_i-UAf]_j]]



Acontece que foi formada a cadeia $CH = ((\text{os meninos}, \text{TopP}), (\text{os meninos}, \text{UAf}))$. Vimos anteriormente que a cópia $(\text{os meninos}, \text{UAf})$ não pode ser deletada, devido às restrições morfológicas de UAf. Porém, a transformação de cópias deveria derivar o chamado expletivo (que, no caso do português, é nulo). Nesse caso, a linearização deveria ser “Os meninos, $\emptyset$ chegaram”, que não é o que esperamos. Acredito que uma solução plausível seja a configuração de traços da cópia deletada. Vamos tornar à derivação da sentença com expletivo, considerando sua configuração de traços. Repito abaixo o dado e a derivação:

(259) a. There arrived a man.

b. $[_{TP} [_{UAf} [_a \text{ man}]_i - \emptyset]_j \text{ arrived } [_{TopP} [_a \text{ man}]_i \text{ Top } [_{vP} [_{UAf} [_a \text{ man}]_i - \emptyset]_j]]]$

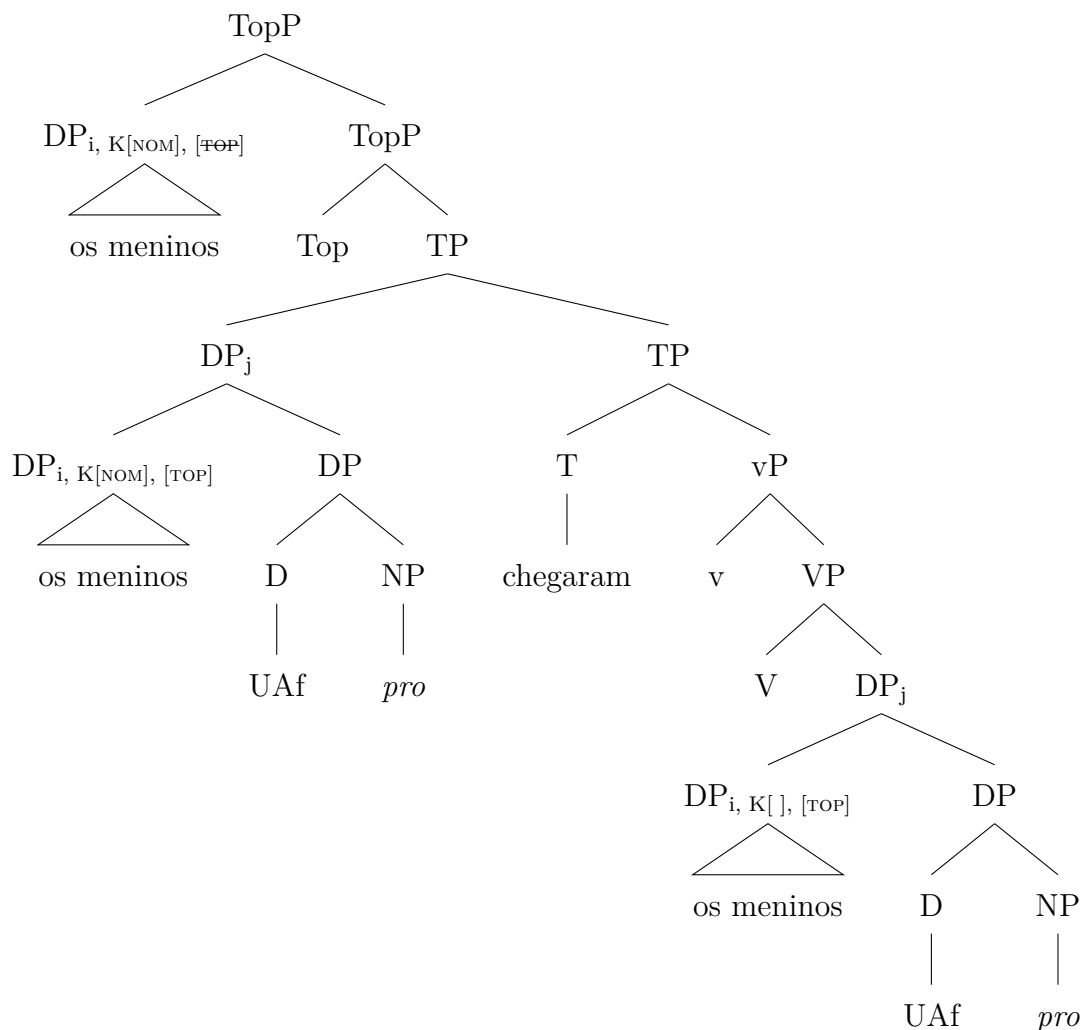


O DP $[a \text{ man}]$ formou, pois, a seguinte cadeia: $CH = ((([a \text{ man}]_{K[NOM]}, [_{TOP}], \text{TopP}), ([a \text{ man}]_{K[, [_{TOP}], \text{UAf}]))$. Nunes (2004) propõe que a deleção leva em consideração a

quantidade de traços não interpretáveis das cópias. Além disso, na inserção vocabular da Morfologia Distribuída (Marantz, 2013; Halle e Marantz, 1993), são considerados os traços morfossintáticos derivados. Então, devemos perceber que a cópia deletada, na derivação, não tem o mesmo estatuto do caso de (256):

(260) Eles chegaram, os meninos.

(261) [_{TopP} [_{os meninos}]_i [_{TP} [_{DP} [_{os meninos}]_i-UAf]_j] chegaram [_{vP} [_{DP} [_{os meninos}]_i-UAf]_j]]



Nesse caso, considerando que, dentro do BigDP, o Caso é transferido por percolagem, o DP [os meninos] recebeu Caso Nominativo assim que foi estabelecido *agree* entre o núcleo T e o BigDP. Então, foi formada a cadeia CH = (([os meninos]_{K[NOM], [TOP]}, TopP), ([os meninos]_{K[NOM], [TOP]}, DP)). A cópia ([os meninos]_{K[NOM], [TOP]}, DP) é escolhida para deleção, porque ainda falta o traço de tópico a ser checado. Nesse caso, a deleção é diferente da

sentença com expletivo, porque a cópia deletada já tem o traço de Caso devidamente checado. Portanto, uma alternativa é supor que UAf requer a transformação da cópia em expletivo apenas se seu DP associado não tiver traço de Caso valorado. Quando o Caso estiver valorado, são requeridos os traços da projeção máxima, como nas sentenças transitivas e inergativas.

(262) Transformação de cópias com UAf:

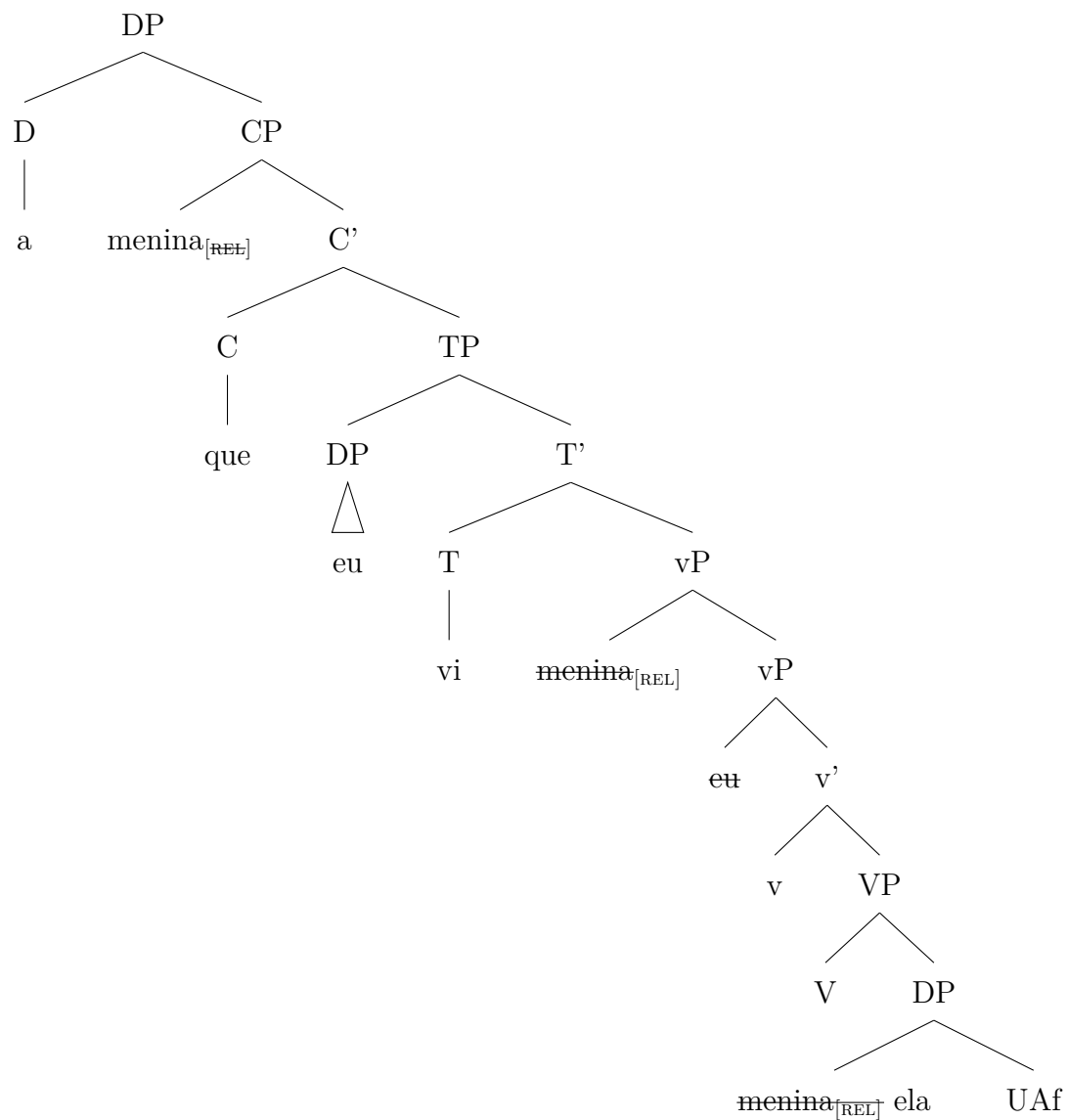
- a. Cópias do tipo ($DP_{k[]}$, UAf) são transformadas em expletivo;
- b. Cópias do tipo ($DP_{k[VAL]}$, UAf) são transformadas em *ele*, *ela*, *eles*, *elas*.

Por fim, apresento análise deste outro grupo de dados, nas relativas copiadoras:

(263) A menina que eu vi ela é aluna daqui.

Certamente, *ela* é correferente exclusivo de [a menina]., então deve estar sujeito à Hipótese da Correferência Exclusiva. Considerando-se o exposto acima sobre os traços não interpretáveis, uma derivação de relativa à Kayne requer um NP com traço [REL] (relativizador), responsável por garantir seu alçamento a SpecCP.⁶ Nesse caso, sugiro que esse traço é responsável por garantir que sua cópia seja substituída pela *string* nula:

⁶Na derivação abaixo, repeti esse NP na borda do vP, para respeitar a Condição de Impenetrabilidade de Fase. Trata-se de uma versão adaptada da original de Kayne (1994)



Na sentença relativa sem a cópia manifesta, o traço [REL] está no BigDP, e não no associado, de modo que o DP todo se eleva a SpecCP, e apenas uma cópia é manifestada: a mais alta.

Capítulo 4

Questões futuras

4.1 Estatuto da Teoria da Ligação

Na década de 80, Chomsky (1986) propôs a chamada Teoria da Ligação, alicerçada em diversos conceitos que exploramos ao longo do texto. O primeiro é o conceito de categoria de regência, que podemos definir da seguinte forma:

- (264) **Categoria de Regência:** Categoria de regência de α é o menor XP que contém α e
- a. um especificador preenchido distinto de α que não contém α ; ou
 - b. um núcleo I (que marque Caso Nominativo) ou D. (Gandulfo, 2024)

A partir desse domínio, são definidos os três tipos de DPs lexicais que estão sujeitos a efeitos de ligação. Primeiro, devemos perceber a possibilidade de que dois DPs estejam ligados, conceito formulado assim:

- (265) **Ligação:** α está ligado a β se:
- a. β c-comandar α ;
 - b. α e β estiverem em posições argumentais; e
 - c. α e β estiverem coindexados. (Gandulfo, 2024)

Então, existem três tipos de DPs lexicais: as anáforas (*se*, *si*, *ele mesmo*), os pronomes (*ele*, *o*, *lhe*) e as expressões referenciais. Eles estão associados a três princípios, chamados *Princípio A*, *Princípio B* e *Princípio C*.

- **Princípio A:** A anáfora deve estar ligada dentro de sua categoria de regência;
- **Princípio B:** O pronome deve estar livre dentro de sua categoria de regência;
- **Princípio C:** As expressões referenciais são sempre livres.

O funcionamento desses princípios pode ser visto nestes exemplos:

(266) Raphaella_i disse que Carol_j se_{*i/j/*k} cortou.

(267) Raphaella_i disse que Carol_j cortou ela_{i/j/k}.

(268) Depois de conversar com [Carol]_i, Raphaella disse que ela_{i/j/k} está bem.

(269) [O professor]_i conversou com Carol_j. Talvez agora [a aluna]_{*i/j/k} melhore.

Em (266), *se* é uma anáfora. Considerando que sua categoria de regência é o TP [Carol se cortou] e ele deve estar ligado a um DP dentro dessa categoria, o único DP disponível é [Carol]. Por isso, *se* só pode ser interpretado como [Carol], sem outra possibilidade interpretativa. Por outro lado, em (267) e (268), há o pronome *ela*. Em (267), sua categoria de regência é o TP [Carol cortou ela], o que significa que *ela* não pode ser correferente de [Carol] (porque deve ser livre dentro de sua categoria de regência). Nesse caso, *ela* pode estar ligado a [Raphaella] o ser correferente de um elemento fora da sentença.

Em (268), a categoria de regência de *ela* é o TP [ela está bem]. Sendo assim, *ela* pode estar ligado a [Raphaella], já que esse termo está fora de sua categoria de regência. O pronome pode também ser correferente de [Carol], mas não pode estar ligado a ele, porque ligação requer c-comando, e [Carol], por estar em posição de adjunção, não c-comanda *ela*. Por fim, em (269), [a aluna] pode ser correferente de [Carol], pelo mesmo motivo da sentença anterior: pelo Princípio C, expressões referenciais devem ser livres, mas, nesse caso, [Carol] e [a aluna] pertencem a sentenças distintas, logo não há relação de c-comando entre eles e a ligação não é possível, mas a correferência é licenciada.

Além disso, Chomsky estabeleceu um paralelismo entre DPs lexicais e categorias vazias. Existem algumas categorias que são geradas por movimento. Por exemplo, quando um constituinte efetua movimento-A (o seja, movimento para uma posição argumental), deixa, em seu lugar de origem, um *vestígio*. Nesse caso, considerando a definição de categoria de regência que vimos mais acima, a categoria de regência do vestígio sempre

conterá o constituinte que foi movido. Dessa forma, os vestígios sempre estarão ligados dentro de suas categorias de regência, assemelhando-se às *anáforas*.

Contudo, quando o constituinte efetua movimento- $\bar{A}$ (ou seja, movimento para uma posição não argumental), ele deixa na posição uma *variável*. Em termos de ligação, a variável e o constituinte movido numa poderão estar ligados, porque não há ligação com posição não argumental. Nesse caso, garante-se que a variável esteja sempre livre, assemelhando-se às expressões referenciais.

Por fim, em relação ao *pro* e o *PRO*, são categorias pronominais, inseridas diretamente na estrutura no nível DS (diferentemente do vestígio e da variável, que são derivados por movimento). O *pro* se comporta da mesma forma que os pronomes visíveis; algumas línguas, como o português, licenciam as duas possibilidades. Outras línguas apresentam restrições quanto a sujeitos ou objetos nulos, motivos que podem inviabilizar o *pro* em posição argumental. Em português, há estas possibilidades:

(270) a. Embora *ele*_i quisesse falar comigo, [o rapaz]_i não me procurou.

b. Embora *pro*_i quisesse falar comigo, [o rapaz]_i não me procurou.

(271) a. [O João]_i, eu não vi *ele*_i hoje.

b. [O João]_i, eu não vi *pro*_i hoje.

Por fim, o *PRO* ocorre como sujeito de infinitivo, nas circunstâncias que discutimos no capítulo anterior. Ele está associado a posições não casuais (ou, mais recentemente, a posições de *Caso Nulo*), mas recebe Papel Temático. O *PRO* pode ter interpretação arbitrária ou ser correferente, quando é de controle. Como vimos, a relação de controle pode ser justificada por movimentos (ou seja, por vestígios) se considerarmos a Teoria do Controle como Movimento.

Isso é um breve resumo da Teoria da Ligação formulada por Chomsky (1986). Neste trabalho, lidamos com algumas propostas que reavaliam o estatuto ontológico de algumas categorias propostas nessa teoria. Primeiro, Nunes (1995, 2004), com a Teoria do Movimento como Cópia, eliminou a necessidade de proposição do vestígio e da variável, porque, como vimos, eles eram apenas recursos didáticos que mostravam uma dissociação entre conteúdo fonológico e semântico. Na verdade, a LF recebe cópias integrais (e não vestígios ou variáveis), porque, a rigor, não há razão para deleção de cópias em LF. Na

deleção de cópias, a PF recebe apenas uma cópia de cada cadeia, a depender de certas condições de economia. Portanto, o que se chama *vestígio* ou *variável* é, na verdade, uma cópia para LF, que foi apagada para a PF.

Além disso, Boeckx, Hornstein e Nunes (2008) e este trabalho apresentam propostas no sentido de garantir que as anáforas (que são paralelas aos vestígios) também não são extraídas do Léxico, mas sim são cópias de DPs movidos. Esse conjunto de assunções eliminam, do nosso escopo teórico, os vestígios e as anáforas, obsolescendo, pois, o *Princípio A*. Se essas hipóteses estiverem corretas, o Princípio A é um mero recurso descritivo, porque nem vestígios nem anáforas são objetos sintáticos.

Com relação ao Princípio B, seu estatuto também é relativamente enfraquecido, porque, antes, acreditava-se que pronomes e anáforas tinham distribuição complementar quanto à ligação dentro de suas categorias de regência. Suponha-se que α pode estar ligado a β ; então α é um pronome ou uma anáfora, mas não é possível rocar um pelo outro. Por exemplo, suponhamos que α seja uma anáfora; se o trocarmos por um pronome, α não poderá mais estar ligado a β . Contudo, se assumimos que as anáforas são derivadas por movimento, a ligação do pronome é restrita apenas pelo domínio da categoria de regência e das restrições de ligação.

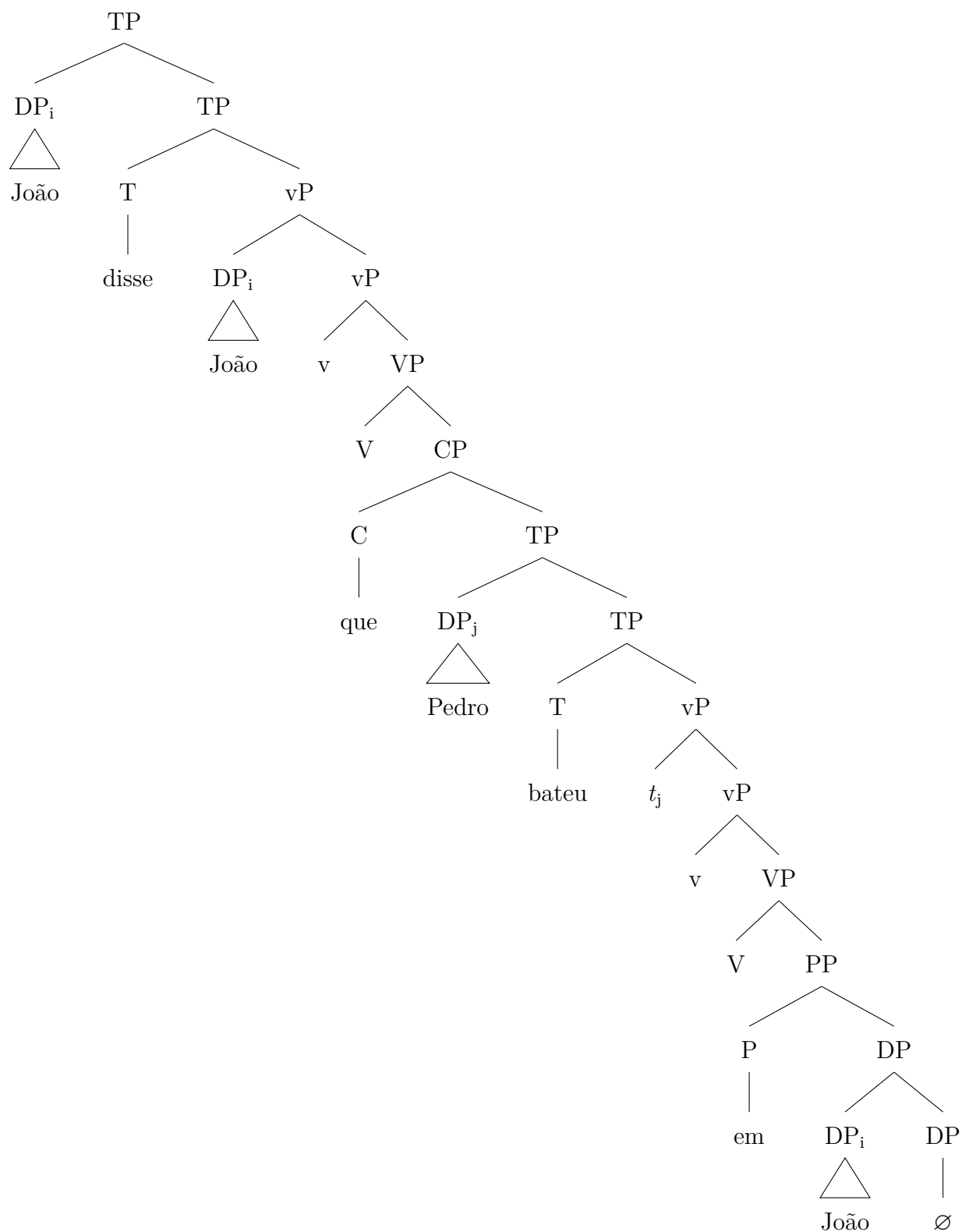
De certa forma, dizemos que, se α é um pronome, não pode estar ligado dentro da sua categoria de regência, porque as anáforas têm esse papel. Agora, dizemos que o Princípio B tem um estatuto independente; aliás, a ideia de *ligação* está totalmente sustentada nos pronomes, porque não há mais anáforas (visíveis ou vazias), e as expressões referenciais estão sempre livres. Em comunicação pessoal com o prof. João Victor Dearmas, ele sugeriu ser possível interpretar semanticamente os casos de pronome ligado também como movimento.

Suponhamos que essa hipótese seja verdadeira. Vamos assumir, pois, que os pronomes atuem semelhantemente a *PRO*: podem estar ligados, em sentido estrito, ou ter interpretação arbitrária (referindo-se a uma entidade externa à sentença, ou em posição não argumental). Isso distingue estes dois casos:

(272) João_i disse que Pedro_j bateu nele_i.

(273) João_i disse que Pedro_j bateu nele_k.

Em (272), o pronome *ele* está ligado. Neste momento, vou adotar uma representação despojada, para avaliar que tipos de problemas teóricos ela pode oferecer à maquinaria que estamos conjecturando. Suponhamos que esse pronome resulte, na verdade, de uma cópia de [João], no espírito do movimento que adotamos para os casos de “pseudopronome”:



Depois, pela redução de cadeias, algum fator particular impede a deleção plena da cópia baixa de [João], transformando-a em *ele*. Essa análise oferece algumas vantagens. Posso destacar duas principais. A primeira é que esse caso se alinharia a outros que vimos

neste trabalho: em geral, DPs que foram movidos e cuja cópia não pode ser deletada integralmente são transformados em formas do tipo *ele*, *ela*, *eles*, *elas*. Então, estaríamos assumindo que a derivação acima e a transformação de cópias satisfazem as mesmas condições que os dados abaixo, analisados anteriormente:

(274) Eles chegaram, os meninos.

(275) Os meninos, eles fizeram o trabalho.

(276) Eles fizeram o trabalho, os meninos.

Outra vantagem é que, se esse era o último caso remanescente de ligação, que agora é justificado por movimento, então o conceito de *ligação* torna-se obsoleto, bem como o de categoria de regência. O pronome não pode ligar-se dentro de sua categoria de regência por uma questão fonológica: sufixos do tipo *mesmo* ocorrem quando a posição de SpecvP pode ser preenchida pelo DP complemento do verbo. Então, no caso dos pronomes, as posições argumentais dentro do TP já estarão ocupadas, e só resta a opção de procurar outras posições vazias fora do TP (que corresponderia à sua categoria de regência, em Chomsky (1986)).

Nesse caso, não há, na configuração dos itens lexicais, nenhum traço particular em relação à ligação: todos os DPs são expressões referenciais. Cópias particulares de DPs, em circunstâncias particulares (determinadas morfológicamente) podem ser convertidas em formas de pronome ou de anáfora, a depender de condições morfêmicas e dos movimentos que esses DPs executam. O item lexical *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, retirado do Léxico, é uma expressão referencial tanto quanto [a casa].

Estamos assumindo, então, que as formas *ele*, *ela*, *eles*, *elas* podem corresponder a dois elementos distintos: pode ser o pronome, retirado do Léxico, com interpretação arbitrária, ou a forma fonológica que substitui cópias de DPs movidos. Nesse caso, os pronomes retirados do Léxico assemelham-se às expressões referenciais. Em geral, uma expressão referencial α pode ser correferente de β se α for hiperônimo de β , como no caso abaixo:

(277) Encontrei [um gatinho]_i na rua e decidi levar [o bichinho]_i para casa.

(278) Encontrei [um gatinho]_i na rua e decidi levar ele_i para casa.

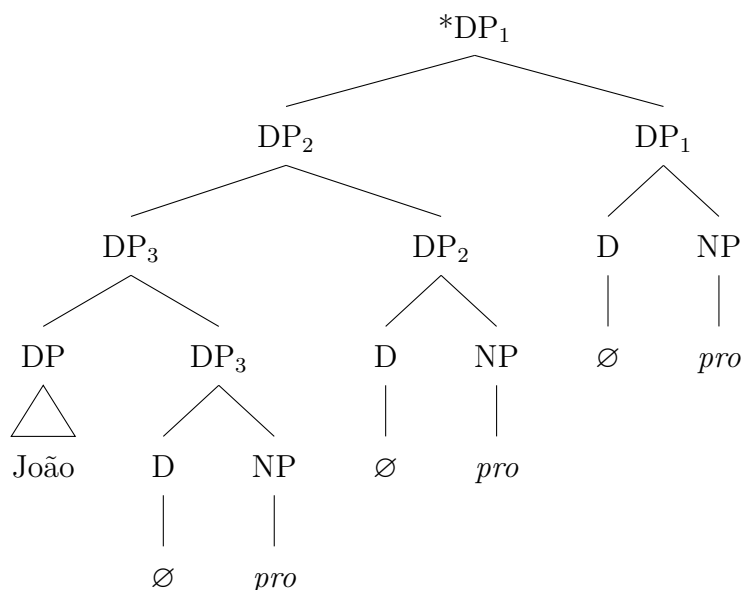
Em ambos os casos, [um gatinho] não c-comanda nem [o bichinho], nem *ele*. Além disso, [o bichinho] é hiperônimo de [um gatinho] (porque todo *gatinho* é um *bichinho*, mas nem todo *bichinho* é um *gatinho*). Isso possibilita as correferências. Porém, o pronome arbitrário não parece apresentar nenhuma restrição para ser correferente de outro DP, senão por restrições de gênero e número (por exemplo, *ele* não poderia ser substituído por *eles*). Então, se supusermos que o “pronome” do Léxico não pode estar ligado (pelos motivos que expusemos anteriormente), o que chamamos *pronome*, no Léxico, é apenas uma expressão referencial “super-hiperonímica”, isto é, ela pode ser hiperônima de qualquer DP, o que permite várias correferências.

Por outro lado, essa proposta apresenta alguns problemas severos. O primeiro deles está relacionado às condições de movimento argumental (Chomsky, 1986, 1993) e efeitos de congelamento (Rizzi, 1997): quando um DP recebe Caso, deveria ser impossível que ele se movesse a outra posição argumental. Portanto, o movimento de CompPP para SpecvP da oração matriz não é permitido no exemplo que vimos acima, porque o DP recebeu Caso Oblíquo dentro do PP.

Alguém poderia argumentar que o BigDP seria uma “saída elegante” para garantir que o DP receba dois casos. Na verdade, isso não é possível, por pelo menos dois motivos. O primeiro é que assumimos, anteriormente, que o DP associado recebe Caso por percolagem, então, assim que o BigDP recebesse o Caso Acusativo do núcleo *v* encaixado, o DP associado também o receberia, incorrendo no mesmo problema anterior. Além disso, os pronomes podem estar associados a múltiplos elementos em posição argumental, como no exemplo abaixo:

- (279) João_i disse que ele_i perguntou à professora se ele_i deveria falar à diretora que ele_i estava atrasado.

Para garantir a multiplicidade de posições em que o DP pode ser pronunciado como *ele*, a estrutura do DP deveria conter três clíticos nulos. Além de a ideia ser absurda, o movimento do DP, nesse caso, violaria as Condições sobre Domínios de Extração (Huang, 1982):



Outro problema refere-se ao Modelo de Fases (Chomsky, 2000, 2001). O movimento apresentado para o dado (272) viola a Condição de Impenetrabilidade de Fase, porque, quando o DP [João] for movido ao SpecvP matriz, a fase do vP encaixado já terá sido transferida às interfaces, e o DP não estará mais disponível para outros movimentos. Para garantir a viabilidade daquela derivação, seria necessário propor que o DP se move para alguma posição de borda (talvez em virtude de um *edge feature*, no sentido de Chomsky (2001)), para evitar ser transferido antes de a fase “fechar”.

Por fim, há um último problema, concernente à componente fonológica. A rigor, esperamos que os pronomes visíveis e vazios (nomeadamente, o *pro*) se comportem da mesma maneira. Porém, sabemos que o português apresenta certas restrições que diferem a posição de sujeito da de objeto:

(280) *pro* Chegou cedo. (?)

(281) Ele chegou cedo.

(282) Vi [a rosa]_i. Ele comprou ela_i.

(283) Vi [a rosa]_i. Ele comprou *pro*_i.

Se a posição de sujeito tende a não estar nula no português brasileiro, então parece uma evidência de que o pronome *ele* e o *pro* têm comportamentos distintos. Porém, na posição de objeto, tendemos a aceitar o *pro*. Isso, ainda assim, é problemático, porque, se assumirmos que as mesmas condições morfossintáticas licenciam pronomes visíveis e nulos,

então a PF não saberá “decidir” entre um dos dois. Deve haver condições morfológicas precisas, definidas sintaticamente, que garantam a escolha entre *ele* e *pro*.

Apesar disso, a ideia de uma “semântica sem variáveis” remonta a Jacobson (1999). Lá, já havia a ideia de que o que chamamos de *índice* na verdade é computado por *merge interno* (ou seja, movimento). A proposta da autora se refere, mais propriamente, a um movimento semântico, em LF, que, portanto, não afeta o fato de que os pronomes são itens lexicais. Porém, a análise aqui desenhada parece convergir com essa análise, já que garante que esse movimento aconteça na sintaxe, evitando movimentos posteriores em LF. Em virtude de todas as questões aqui abordadas, assumi que a proposta apresentada é uma sugestão para pesquisas futuras.

4.2 Sobre o traço EPP

Nesta seção, pretendo sumarizar algumas propriedades do traço [EPP], comparando propostas clássicas com as ideias que adotamos neste trabalho. Em Chomsky (1986), propôs-se o Princípio da Projeção Estendido, que era, de fato, uma extensão ao antigo Princípio da Projeção (Chomsky, 1981), segundo o qual a posição de SpecTP sempre deveria estar preenchida. Para satisfazer esse Princípio, em alguns momentos, recorria-se ao expletivo. Posteriormente, em Chomsky (1995, 2001), o traço [EPP] passou a ser interpretado como um traço genérico que força o movimento (ou seja, outras categorias funcionais poderiam apresentar esse traço). Discutimos isso, inclusive, no primeiro capítulo desta dissertação.

Contudo, o traço [EPP] de T sempre apresentou um estatuto particular, porque, aparentemente, era o único que poderia ser satisfeito de outra forma além do movimento: por *merge* de expletivo. Esse fato era alicerçado ao Princípio Merge-over-Move: se houver um expletivo na Numeração (ou melhor, no *Arranjo Lexical*), prefira-se *merge* do expletivo a *move* de DP. Então, a diferença entre uma sentença com e sem expletivo estava sustentada na Numeração: se houvesse o expletivo, ele deveria ser usado, porque a sentença só converge quando a Numeração estiver exaurida.

Neste trabalho, não eliminamos esse ato; apenas, talvez, “redesenhamos” o funcionamento do traço [EPP]. Na verdade, agora, estamos assumindo que o [EPP] é um traço que satisfaz requisitos majoritariamente fonológicos. Ele ainda pode ser satisfeito de duas for-

mas, mas não relacionadas necessariamente a operações sintáticas. A primeira maneira de satisfazê-lo é por movimento: um DP é movido a SpecTP para checar [EPP]. Isso também vale para os expletivos do tipo *there*, sob as condições que vimos no capítulo 3.

Todavia, não conseguimos eliminar de todo a necessidade de inserção de expletivo por [EPP], devido aos expletivos do tipo *it*, que só aparecem quando não é possível alçar nenhum DP a SpecTP. Ainda assim, fui contrário à ideia de que expletivos sejam itens lexicais, porque eles aparecem em contextos altamente restritos — embora não seja impossível que *it* seja um item do Léxico. A partir dessa assunção, a inserção de *it* é um tipo de “último recurso”, para satisfazer [EPP] na ausência de um DP que o possa fazer. Portanto, do ponto de vista *sintático*, [EPP] só pode ser satisfeito por movimento; mas a PF insere um expletivo naquela posição quando nenhum movimento foi possível.

Essa assunção consegue garantir pelo menos duas vantagens. A primeira é a eliminação da necessidade de postular um “critério vácuo” a ser satisfeito em LF (como o de que SpecTP deve ser preenchido por uma categoria D em LF (Chomsky, 1995)). Além disso, não é necessário criar nenhuma excepcionalidade para o traço [EPP] de T; a excepcionalidade, na verdade, está na PF.

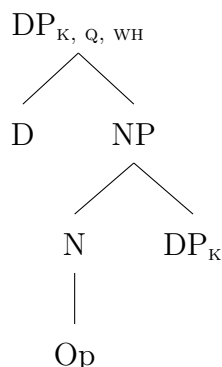
Antes de encerrarmos esta seção, darei breve atenção ao expletivo *it*. Ele tem natureza distinta do *there* e aparece na sentença como um “Último Recurso Fonológico”, no intuito de “salvar” o traço [EPP] não checado de T. Na teoria clássica de expletivos (por exemplo, Chomsky (1995)), acredita-se que *it*, assim como *there*, é um item lexical selecionado da Numeração. Tentei contra-argumentar essa proposta *em relação ao expletivo ‘there’*. Analisemos os seguintes dados:

- (284) It is tough to please John.
EXPL é difícil T satisfazer João
‘É difícil agradar a João.’
- (285) John is tough to please.
João é difícil T agradar
‘João é difícil de agradar.’

Eles representam um fenômeno conhecido como *tough constructions*. Alguém poderia interpretar que a alternância na marcação da posição de sujeito ora com o DP visível, ora

com expletivo pode levar a crer que, nesse contexto, o *it* aproxima-se do *there*. Primeiro, *como se justifica essa duplicidade entre os teóricos desse tópico?*

Hicks (2009) apresenta proposta segundo a qual o DP argumento do verbo, nesse caso, é mais complexo e apresenta uma camada funcional marcadora de Caso e portadora de traço [Q] e [WH].



Nesse caso, a alternância está apoiada na proposta dos *edge features*, de Chomsky (2000). O traço [WH] força o movimento do DP maior a SpecCP; o DP menor, então, por estar na borda da fase, pode estabelecer *agree* com o núcleo T da sentença matriz, tornando-se o sujeito da sentença. Na sentença com expletivo, essa camada funcional é inexistente, e o DP argumento simplesmente recebe Caso Acusativo do verbo da sentença encaixada.

O que nos interessa aqui é a sentença com expletivo *it*. Nesse caso, não é usado o operador: o argumento do verbo é um DP simples. Nesse caso, a justificativa para a inserção de *it* nesse caso é simples: quando o núcleo T da sentença matriz é inserida na sentença, a fase do vP já foi transferida (devido a *Feature Inheritance* (Chomsky, 2008)). Nesse caso, o DP argumento do verbo não é mais acessível a operações sintáticas, portanto esse traço [EPP] não é checado, e resta o “Último Recurso” para inserir o expletivo *it*.

Alguém poderia perguntar vantagens dessa proposta em relação ao modelo clássico. Bem, aqui há algumas ressalvas. Primeiro, a proposta de expletivos de Chomsky (1995) parece encerrar uma questão complexa: a hipótese parece *infalsificável*. Perceba que justificar se uma sentença tem expletivo ou não depende de dois fatores apenas: a presença ou não desse item na Numeração da sentença, e o Princípio MOM. Então, a justificativa para uma sentença não ter expletivo é simplesmente que “o expletivo não constava da Numeração”.

Acontece que, desde o Modelo de Fases, a Numeração é dividida em subconjuntos: os Arranjos Lexicais. Suponhamos que no arranjo lexical do CP matriz, havia um expletivo *it*, mas, no arranjo lexical do vP baixo, havia um DP complexo, com operador nulo, que forçaria a elevação do DP a SpecTP. *O que aconteceria?* Sabemos que isso incorreria em uma agramaticalidade, o que me leva a crer que esse elemento não é um simples item da Numeração.

Uma proposta derivacional para os expletivos, além de “enxugar” o Léxico, evita múltiplas maneiras sintáticas de satisfazer [EPP]: neste trabalho, defendi que a satisfação de [EPP] se dá unicamente por movimento.

Capítulo 5

Considerações finais

Nesta dissertação, eu apresentei ao leitor um breve panorama do Programa Minimalista e, mais especificamente, de diversos nomes na literatura para o que chamamos aqui de *correferência exclusiva*. Após revisitados os conceitos, propus que todos os casos de correferência exclusiva se devem à manifestação (parcial ou integral) de cópias, ou seja, tratou-se de uma proposta de unificação de todos esses casos.

Primeiro, conceituei que a *correferência exclusiva* ocorre quando, em uma dada sentença, dois elementos α e β devem obrigatoriamente ser correferentes, sem outra possibilidade interpretativa. Mostrei que esse fenômeno recebeu diversos nomes na literatura, a depender do contexto e da estrutura sintática ativada. Aqui há alguns casos relevantes. Os casos abaixo são analisados por Chomsky (1981, 1993, 1995).

- Nas construções reflexivas, a anáfora é correferente exclusivo do DP sujeito, estabelecendo uma relação denominada *ligação*;
- O *PRO* de controle é correferente exclusivo de um DP na estrutura, estabelecendo uma relação denominada *controle*;
- O expletivo do tipo *there* é correferente exclusivo de um DP na estrutura, estabelecendo com ele uma *relação expletivo-associado*.

Além disso, há o caso das construções com topicalização, nas quais parece ocorrer o mesmo fenômeno, quando a posição de origem do elemento topicalizado é marcada por

um pronome (ou melhor, um *pseudopronome*). Em todos esses casos, há dois elementos correferentes, sem outra possibilidade interpretativa.

Sobre as anáforas e o *PRO* de controle, Boeckx, Hornstein e Nunes (2008, 2010) propuseram que esses elementos, na verdade, são derivados por movimento e resultam de uma cópia — no caso das anáforas, parcial; no caso do *PRO*, deletada — de um DP da estrutura. Para isso, tivemos de lançar mão de outras duas propostas teóricas: a Teoria do Movimento como Cópia (Nunes, 1995, 2004) e as Cadeias Temáticas (Rodrigues, 2004). Essas duas propostas foram adotadas nesta dissertação e foram essenciais para garantir que se analisassem os dados adequadamente.

Esses dois trabalhos, de certa forma, já “eliminaram” dois casos particulares de *correferência exclusiva*: as anáforas e os *PROs* de controle, ambos derivados por movimento. Minha intuição foi que essa mesma ideia poderia ser estendida aos expletivos *there* e ao caso particular de topicalização, que vimos anteriormente: talvez, o fato de que dois elementos são obrigatoriamente correferentes é uma evidência de que eles se originaram do mesmo conjunto de ILs na Numeração.

O contexto dos expletivos e das topicalizações são particularmente difíceis de justificar. Devemos notar que todos os casos apresentados acima envolvem um DP visível e um elemento de caráter pronominal, do qual o DP é correferente. Se pensarmos que, em geral, quando um elemento se move, a cópia mais alta é mantida (e não deletada ou transformada), é mais simples justificar o caso das anáforas e do *PRO* de controle, porque esses elementos, de caráter pronominal, são c-comandados pelo DP correferente. Contudo, no caso dos expletivos do tipo *there* e das topicalizações, o elemento de caráter pronominal c-comanda o DP correferente.

O caso particular dos expletivos ainda oferece uma dificuldade adicional: até onde se sabe, nas construções com expletivo *there*, existe a possibilidade de inseri-lo ou não na estrutura. No espírito do Minimalismo, acreditamos que as estruturas com e sem expletivos são sintaticamente distintas e, portanto, apresentam expedientes derivacionais distintos. Nossa solução foi considerar, no mesmo espírito das análises de construções reflexivas (de Boeckx, Hornstein e Nunes (2008)), que o DP complemento de verbos inacusativos está associado a um afixo nulo, que é inserido no núcleo D do BigDP (Uriagereka, 1995, 2005).

Há duas possibilidades derivacionais: uma sem o expletivo, outra com o expletivo. No

primeiro caso, o BigDP é alçado a SpecTP para valorar Caso Nominativo. A cópia alta é mantida, e a cópia baixa é deletada, como normalmente ocorre nas sentenças transitivas. No segundo caso, o DP especificador do BigDP passa por uma posição da periferia baixa, que consideramos ser FocP, que é uma posição não argumental. Por o DP pertencer ao domínio da sonda T, estabelece-se *agree*, e o traço de Caso é valorado. Contudo, o DP não pode ser alçado a SpecTP, porque não é licenciado movimento de posição não argumental para posição argumental. Em Chomsky (1995), é previsto que o traço EPP pode alçar o primeiro elemento nominal que a sonda c-comanda. Nesse caso, supomos que se trata do BigDP, que é, pois, alçado a SpecTP. A cópia do DP deixada no BigDP deveria ser deletada, mas, devido ao afixo nulo no D (do BigDP), essa deleção não é possível, e a cópia é transformada no que chamamos *expletivo*.

Essa proposta oferece algumas vantagens para o escopo da Teoria Gerativa. O primeiro é que não é mais necessário supor elementos supérfluos na Numeração, cujo único objetivo é, aparentemente, repetir a interpretação de um constituinte em outra posição. Além disso, forneceu-se uma explicação para os expletivos que considera duas questões particulares: (i) por que expletivos ocorrem apenas em algumas construções sintáticas específicas, e (ii) por que, nas construções em que o expletivo *there* é permitido, há a possibilidade de construir a sentença sem o expletivo.

Por fim, indiquei, ainda, algumas questões para pesquisas futuras. Se considerarmos que o **Princípio A** é apenas um caso particular de correferência exclusiva, então, por extensão, o **Princípio A** foi obsoleto. O **Princípio B**, por outro lado, se refere a pronomes, que têm mais de uma interpretação semântica possível, que é dirimida contextualmente. Em termos de ligação, um pronome pode estar (i) livre, ou (ii) ligado a um elemento fora de sua categoria de regência. Propus, então, o seguinte questionamento. Suponha-se que, na verdade, existam dois pronomes distintos: *ele*₁ sempre está ligado (fora da categoria de regência) e é um pronome legítimo, e *ele*₂ está sempre livre. Nesse caso, *ele*₂ assemelha-se às expressões referenciais, e está sujeito, na verdade, ao **Princípio C**.

Por outro lado, se *ele*₁ está sempre ligado, talvez seja possível tratá-lo como um *pseudopronome*, nos termos das derivações que propusemos para construções de tópico (reveja o dado (250) e análise posterior). Dessa forma, um DP é movido, e sua cópia baixa

é transformada em *ele*, como já ocorre normalmente em outras derivações que vimos o longo desta dissertação. Devido aos problemas que expus no Capítulo 4, não considerei integralmente essa proposta, mas acredito que seja um ponto a investigar futuramente.

Além disso, é relevante investigar por que cópias visíveis geralmente coincidem com itens do Léxico. Notemos que, em várias línguas, cópias transformadas, em geral, são homófonas de itens do Léxico: o pseudopronome *ele* coincide com um pronome *ele* existente no Léxico; o expletivo *there*, em inglês, é homófono do pronome demonstrativo *there*. Se considerarmos que o clítico *se* reflexivo e o *se* apassivador são itens diferentes, então também há uma homofonia entre eles. A princípio, supus que isso se devia à configuração de traços dessas formas fonológicas no *Vocabulário*, ou *Lista 2*, porém ainda há que se verificar se essa coincidência não se deve a uma lei ainda mais geral (ver novamente citação de Pinker) que as que analisamos nesta dissertação.

Antes de encerrar esta seção, torno novamente à interface sintaxe-fonologia. Os itens expletivos deveriam, por definição, ser semanticamente vácuos. Porém, Chomsky (1995), para sustentar a hipótese de que expletivos eram itens do Léxico, propôs que esses itens são dotados de traço [D], e que esse traço [D] satisfaz o Princípio da Projeção Estendido (Chomsky, 1981), ou, mais recentemente, o traço [EPP] de T. Nesta dissertação, defendi um modelo no qual o fenômeno que ocasiona expletivos é estritamente fonológico e está associado à manifestação fonológica que uma cópia pode assumir quando está sujeito ao *Stray Affix Filter*.

Referências

- Abney, Steven (1987). «The English noun phrase in its sentential aspect». Tese de Doutorado. United States: Massachusetts Institute of Technology.
- Alboiu, Gabriela, Michael Barrie e Chiara Frigeni (2004). «SE and the Unaccusative-Unergative Paradox». Em: *Current Studies in Comparative Romance Linguistics*. Ed. por Martine Ciene, Gretel de Cuyper e Yves d'Hulst. Vol. 107. Antwerp Papers in Linguistics. Antwerp: University of Antwerp.
- An, Duk-Ho (2007). «Syntax at the PF interface: Prosodic Mapping, Linear Order, and Deletion». Tese de Doutorado. United States: University of Connecticut.
- Baker, Mark (1997). «Thematic Roles and Syntactic Structure». Em: *Elements of Grammar*. Ed. por Liliane Haegeman. Kluwer International Handbooks of Linguistics. Dordrecht: Springer, pp. 73–137.
- Bechara, E. (2019). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Belletti, Adriana (2001). «Aspects of the Low IP Area». Manuscript.
- (2004). «Aspects of the Low IP Area». Em: *The Structure of CP and IP: The Cartography of Syntactic Structures*. Ed. por Luigi Rizzi. New York: Oxford University Press, pp. 16–51.
- Bisol, Leda, ed. (2001). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 3^a ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Boeckx, Cedric, Norbert Hornstein e Jairo Nunes (2008). «Copy-reflexive and copy-control constructions: A movement analysis». Em: *Linguistic Variation Yearbook* 8.1, pp. 61–100.
- (2010). *Control as Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bošković, Željko (1994). «D-structure, Theta Criterion, and Movement into Theta Positions». Em: *Linguistic Analysis* 24, pp. 247–286.

- Bruening, Benjamin (2017). *Consolidated Morphology: A Non-Distributed, Purely Syntactic Theory of Morphology*. Handout. University of Delaware.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Cardinaletti, Anna (2004). «Toward a Cartography of Subject Positions». Em: *The Structure of CP and IP*. Ed. por Luigi Rizzi. Vol. 2. The Cartography of Syntactic Structures. USA: Oxford University Press, pp. 115–165.
- (2019). «Cliticization as Extraction: The Big DP Hypothesis Revisited». Em: *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 5, pp. 1–16.
- Cardinaletti, Anna e Michal Starke (1999). «The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the Three Classes of Pronouns». Em: *Clitics in the Languages of Europe*. Ed. por Martin van Riemsdijk. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Chomsky, Noam (1965). *Aspects of Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- (1973). «Conditions on Transformations». Em: *A Festschrift for Morris Halle*. Ed. por Stephen R. Anderson e Paul Kiparsky. New York: Holt, Rinehart & Winston, pp. 232–286.
- (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- (1986). *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- (1993). *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.
- (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press.
- (2000). «Minimalist inquiries: The framework». Em: *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Ed. por David Michaels e Juan Uriagereka Roger Martin. Cambridge: MIT Press, pp. 89–155.
- (2001). «Derivation by Phase». Em: *Ken Hale: A Life in Language*. Ed. por M. Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1–52.
- (2004). «Beyond Explanatory Adequacy». Em: *Structures and Beyond*. Ed. por Adriana Belletti. Oxford: Oxford University Press, pp. 104–131.
- (2005). «Three Factors in Language Design». Em: *Linguistic Inquiry* 36.
- (2008). «On Phases». Em: *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Ed. por Robert Freidin, Carlos P. Otero e Maria Luisa Zubizarreta. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 133–166.

- (2013). «Problems of Projection». Em: *Lingua* 130, pp. 33–49.
- (2014). «Minimal Recursion: Exploring the Prospects». Em: *Studies in Theoretical Psycholinguistics*. Vol. 43. Springer Nature, pp. 1–15.
- Chomsky, Noam e Morris Halle (1968). *The Sound Pattern of English*. New York: Harper e Row.
- Cinque, Guglielmo (1999). *Adverbs and Functional Heads: A Cross-linguistic Perspective*. New York: Oxford University Press.
- Citko, Barbara (2014). *Phase Theory: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corver, Norbert e Jairo Nunes, eds. (2007). *The Copy Theory of Movement*. Linguistik Aktuell/Linguistics Today. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Cunha C. e Cunha, L. F. L. (2016). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon.
- D’Almeida, Danton Henrique Santos (2025). «A retomada pronominal do sujeito no fim das sentenças: uma análise cartográfica». Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- D’Almeida, Danton Henrique Santos e Sandra Quarezemin (2024). «A duplicação do sujeito pronominal à direita: uma análise cartográfica». Em: *ReVEL* 22.43.
- Ernst, Thomas (2002). *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fanselow, G. e D. Ćavar (2001). «Remarks on the Economy of Pronunciation». Em: *Competition in Syntax*. Ed. por G. Müller e W. Sternefeld. Berlin: De Gruyter, pp. 107–150.
- Fischer, Susann, Tanja Kupisch e Esther Rinke (2016). *Definiteness Effects: Bilingual, Typological and Diachronic Variation*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Gallego, Ángel (2022). *Manual de sintaxis minimista*. Madrid: Ediciones Akal.
- Galves, Charlotte (2001). *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Gandulfo, Roberto (2023). *A relação entre os constituintes prosódicos e os sintáticos: as pausas fonológicas no português brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Letras - Português). Brasília.

- Gandulfo, Roberto (2024). *Introdução à Teoria da Ligação para Iniciados na Teoria Gerativa*. Joinville: Clube de Autores.
- Halle, Morris e Alec Marantz (1993). «Distributed Morphology and the Pieces of Inflection». Em: *The View from Building 20*. Ed. por Kenneth Hale e Samuel Jay Keyser. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 111–176.
- Harris, James (1983). *Syllable Structure and Stress in Spanish*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Hicks, Glyn (out. de 2009). «Tough-Constructions and Their Derivation». Em: *Linguistic Inquiry* 40.4, pp. 535–566.
- Hornstein, Norbert (2001). *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- Huang, C. T. James (1982). «Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar». Tese de doutoramento. Cambridge: MIT.
- Jacobson, Pauline (1999). «Towards a Variable-Free Semantics». Em: *Linguistics and Philosophy* 22.2, pp. 117–184. URL: <http://www.jstor.org/stable/25001736>.
- Kahn, Daniel (1976). «Syllable-based Generalizations in English Phonology». Tese de doutoramento. Cambridge: MIT.
- Kaisse, E. M. (1985). *Connected Speech: The Interaction of Syntax and Phonology*. Cambridge: Academic Press.
- Kayne, R. S. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- (2005). *Movement and silence*. Oxford: Oxford University Press.
- Kenstowicz, M. (1994). *Phonology in Generative Grammar*. Cambridge: Blackweel Publishers.
- Kiparsky, P. (1979). «Metrical structure assignment is cyclic». Em: *Linguistic Inquiry* 10, pp. 421–442.
- Koppen, Marjo van (2005). «One Probe – Two Goals: Aspects of Agreement in Dutch Dialects». Supervisors: J. E. C. V. Rooryck and L. C. J. Barbiers. Doctoral Thesis. Leiden: Leiden University, Faculty of Humanities.
- Larson, Richard (2014). *On the Shell Structure*. New York: Routledge.
- Lasnik, Howard (1990). «Restricting the Theory of Transformations». Em: *Essays on Restrictiveness and Learnability*. Originally published in 1981. Dordrecht: Kluwer/Reidel.
- Lasnik, Howard e Mamoru Saito (1992). *Move alpha*. Cambridge: MIT Press.

- Lee, F. (2003). «Anaphoric R-expressions as Bound Variables». Em: *Syntax* 6, pp. 84–114.
- Lemle, Miriam (dez. de 1985). «Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança lingüística». Em: *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 1.1/2.
- Lohndal, Terje (2010). «Medial-wh Phenomena, Parallel Movement, and Parameters». Em: *Linguistic Analysis* 34, pp. 215–244.
- Lopes, Fábio Bonfim Duarte; Márcio Alexandre Garcia (2010). «A partícula [kE] como diagnóstico de inacusatividade na língua Ka’apor». Em: *Linguística, Tradução, Discurso*. Ed. por Glaucia Muniz Proença Lara e Maria Antonieta Cohen. Minas Gerais: Editora UFMG, pp. 92–109.
- Lopes, Márcio Alexandre Garcia (2006). «A partícula [ke] na distinção dos verbos intransitivos na língua Ka’apor». Em: *Anais da VI SEVFALE*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lourenço, Guilherme (2018). «Verb agreement in Brazilian Sign Language: Morphophology, Syntax & Semantics». Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Luft, Celso Pedro (2002). *A vírgula*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática.
- Marantz, Alec (2013). «Verbal Argument Structure: Events and Participants». Em: *Lingua* 130.Special Issue "Core Ideas and Results in Syntax".
- Martinet, André (2014). *Elementos de Linguística Geral*. [1960]. Lisboa: Clássica Editora.
- McDaniel, Dana (1986). «Conditions on wh-chains». Doctoral dissertation. City University of New York (CUNY).
- Nespor Marina e Vogel, Irene (1986). *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications.
- Nunes, Jairo (2004). *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Nunes, Jairo M. (1995). «The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program». Tese de doutoramento. United States: University of Maryland.
- Pinker, Steven (1994). *The Language Instinct: How the Mind Creates Language*. New York: William Morrow e Company.
- Pollock, Jean-Yves (1989). «Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP». Em: *Linguistic Inquiry* 20.3, pp. 365–424.

- Postal, P. (1966). «On so-called "pronouns"». Em: *Modern studies in English*. Ed. por David Reibel e Sanford Schane. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, pp. 201–224.
- Quarezemin, Sandra (2017). «A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre Sujeito e Tópico». Em: *Revista Letras* 96, pp. 196–218.
- Quinn, C. (2004). «Field Notes on White Hmong Reflexives». Manuscript, Harvard University, Cambridge, MA. [April 8, 2004].
- Radford, A. (2004). *Minimalist Syntax: Exploring the Structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Raposo, Eduardo (1998). «Some Observations on the Pronominal System of Portuguese». Em: *Catalan Working Papers in Linguistics*. Ed. por Zulma Borrás e Joan Solà.
- Rizzi, Luigi (1997). «The Fine Structure of the Left Periphery». Em: *Elements of Grammar*. Ed. por Liliane Haegeman. Dordrecht: Kluwer, pp. 281–337.
- (2016). «Labeling, Maximality and the Head-Phrase Distinction». Em: *The Linguistic Review* 33.1, pp. 103–127.
- Rodrigues, Cilene (2004). «Thematic chains». Em: *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 20.1.
- Rugna, Giuseppe (2020). «German Wh-Copying: A Top-Down Analysis». Em: *Qulso* 6, pp. 187–201.
- Saab, Andrés (2008). «Hacia una teoría de la identidad parcial en la elipsis». Tese de Doutorado. Argentina: Universidad de Buenos Aires.
- Selkirk, Elisabeth O. (1984). *Phonology and Syntax: The Relation between Sound and Structure*. Cambridge: MIT Press.
- Silva, Thaís Cristófar (2019). *Fonética e Fonologia do Português: Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios*. São Paulo: Contexto.
- Spencer, A. e A. R. Luis (2012). *Clitics: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tescari Neto, Aquiles (2021). *Sintaxe Gerativa: uma introdução à Cartografia Sintática*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Travis, Lisa (1984). «Parameters and the Effects of Word Order Variation». Tese de doutoramento. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology.

- Uriagereka, Juan (1995). «Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance». Em: *Linguistic Inquiry* 26, pp. 79–124.
- (2005). «On the Syntax of Doubling». Em: *Clitic and Affix Combinations*. Ed. por Lorie Heggie e Francisco Ordóñez. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 343–374.
- Vennemann, T. (1972). «On the theory of syllabic phonology». Em: *Linguistische Berichte* 18, pp. 1–18.